



DM  
RODR/C-1

Cláudia Maria Barbosa Rodrigues

**O Porto *desigual* e a transacção entre personagens e lugares - o  
Centro Histórico, a 'Ilha' e o Bairro Social**

Dissertação de candidatura ao grau de Mestre em Psicologia e Educação Ambientais  
pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada  
sob orientação da Doutora Carla Machado

Instituto Superior de Psicologia Aplicada  
Lisboa  
Março de 2002

	
ISPA   Instituto Superior de Psicologia Aplicada	
Centro de Documentação	
Registo:	14554
Data:	28/11/2003
Tel.: 21 881 17 50 • <a href="mailto:bibispa@ispa.pt">bibispa@ispa.pt</a>	

*ao Professor Jonathan Sime*

## AGRADECIMENTOS

aos meus pais por tudo de incondicional... e pela qualidade ambiental proporcionada para a realização deste trabalho.

à minha *equipa* de apoio: Sónia, Marta, Nana, Luis, Pedro, Gabriela, Elizabete, Pedro B., Mauro, Ana Cláudia, Conceição, Francisco, Sandra, Queirós, Lúgia, Ramiro, Raquel, Sara, João e ... Rita.

à Glória e à Niura, fiéis companheiras deste *processo*...

a algumas *mentoras* epistemológicas: Professoras Gerda Speller, Sue-Ann Lee, Luísa Lima e Lillian Vaz.

ao Prof. Doutor Sozcka que acompanhou parte deste *processo*.

à Doutora Carla Machado por conseguir como ninguém compreender, respeitar e *organizar* as minhas questões epistemológicas e não só...

à Inês pela alegria e gentileza contagiantes... espero que cresças num mundo menos *desigual* ...

às personagens dos nossos lugares e da nossa cidade...

à cidade do Porto

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
PARTE A - VIDA NA CIDADE E VIDA DA CIDADE	8
Capítulo #1 Urbanização e Urbanidades	8
1. Desenvolvimento de um Campo de Saber Formal: o Urbanismo, o Planeamento e o Desenho Urbanos	8
2. O Desenvolvimento de um Campo de Saber Contextual: A abordagem das Ciências Sociais e Humanas à Cidade e à Urbanidade	23
Capítulo #2 Espacialização Desigual: Criação e re-criação de lugares urbanos marginalizados	36
1. A produção sócio-espacial e <i>estética</i> dos espaços marginais: registo da materialidade	36
2. Produção e meios de vida nos espaços-tempos de marginalização: registo do simbólico #1	40
2.1. A produção <i>desigual</i> do espaço urbano	40
2.2. A cultura dos espaços <i>desiguais</i>	45
3. A <i>imagem</i> dos espaços marginais: registo do simbólico #2	50
Capítulo #3 O Porto - Espaços-tempos de Urbanização e Marginalização	58
1. O Centro Histórico	58
2. As Ilhas / Bairros Operários	60
3. Os Bairros Sociais	64

PARTE B - AS TRANSACÇÕES PERSONAGEM-AMBIENTE	72
Capítulo #1 A Psicologia Ambiental e a visão Transaccional no estudo das relações personagem-ambiente	72
Capítulo #2 A exploração do sentido do lugar: processos de transacção e vivência	85
1. Processos psicológicos de unificação com o lugar	87
1.1. Identidade de Lugar	87
1.2. Vinculação ao Lugar	89
1.3. Territorialidade	91
1.4. Apropriação	92
1.5. Privacidade	94
2. O ambiente residencial: a unificação <i>doméstica</i> e <i>'bairrista'</i> com os lugares	97
2.1. A casa e o sentimento de <i>lar</i>	97
2.2. O sentimento comunitário - vinculação, identidade e satisfação comunitárias	102
2.3. A cidade	105
3. Narrativas da Experiência do Lugar: memórias e transições ambientais	107
PARTE C - O ESTUDO EXPLORATÓRIO	111
Capítulo #1 Considerações prévias	111
1. Enquadramento e Argumentação do <i>Transaccionalismo</i> Conceptual e Metodológico	111
2. Objectivos Gerais	115
3. A escolha das Unidades de Lugar / Populações Urbanas	117

Capítulo #2 A exploração das Unidades de Lugar e das Narrativas de Lugar	119
1. Procedimento e Amostragem	119
2. Instrumentos	120
A. As Entrevistas	120
B. As Observações	121
3. Análise/Codificação	124
Capítulo #3 Descrição e articulação de resultados	125
A. Unidade de lugar #1: O Centro Histórico - Rua de Trás	125
1. Apresentação do lugar	125
2. Vivências do lugar	134
3. Vivências da casa	153
4. Vivência da cidade	156
B. Unidade de lugar #2: A Ilha N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> de Fátima	161
1. Apresentação do lugar	161
2. Vivências do lugar	166
3. Vivências da casa	180
4. Vivência da cidade	183
C. Unidade de lugar #3: O Bairro Social Agra do Amial	190
1. Apresentação do lugar	190
2. Vivências do lugar	196
3. Vivências da casa	208
4. Vivência da cidade	211
APONTAMENTOS FINAIS	223
BIBLIOGRAFIA	227
ANEXOS	242

## INTRODUÇÃO

A cidade e a vivência urbana, não sendo objectos recentes, constituem-se ao longo do século passado como características das sociedades actuais, já que é ao longo do século XX que se opera uma alteração que consideramos essencial: a população mundial, essencialmente rural até ao início do século, torna-se actualmente uma população essencialmente urbana. É também nesta transição que situamos o início da dinâmica de segregação de Pessoas/Lugares, uma vez que, a partir da industrialização, ao referirmos o urbano, temos quase que obrigatoriamente pensar a espacialização *desigual* e inerente marginalização social e espacial.

Os espaços marginais e a sua vivência constituem-se então como o nosso objecto de estudo. No entanto, existe todo um percurso de visão e aproximação gradual que achamos necessário para se abordar esse objecto concreto, o qual gostaríamos aqui de sistematizar em três níveis:

Num primeiro nível, olhamos macroscopicamente o fenómeno urbano, onde, na busca de um enquadramento conceptual, se torna imprescindível aprofundar (re) visões sobre a cidade, urbanidade e marginalidade, visando sempre a constituição de um quadro de leitura transaccional dos espaços marginais e das suas vivências.

O segundo nível é o que podemos chamar de primeira materialização/concretização do objecto: os espaços marginais considerados são os espaços da cidade do Porto; espaços histórica e socialmente segregados.

Num terceiro e último nível, e que podemos chamar de segunda materialização/concretização do objecto, elegemos, dos espaços marginalizados da cidade, micro-unidades de estudo, onde pretendemos realizar o nosso estudo exploratório, com o intento de: compreender e descrever a vivência dos lugares

desiguais; entender o processo de marginalização a que chamamos simbólica, e que se prende com a dinâmica que se estabelece entre a normatividade e a visão que esta tem dos espaços marginais e, por último, aceder às narrativas dos lugares, isto é, ao percurso e significações individuais do sujeito no seu lugar e na sua na cidade.

A PARTE A deste trabalho traduz-se na busca de uma base conceptual do estudo, onde, desde logo, nos deparamos com a urgência, quer da compreensão e contextualização histórica da Cidade, quer da exploração dos saberes, das ciências da organização espacial e das ciências sociais e humanas - as ciências dos 'empresários da urbanidade' - com *interesse* na vida urbana e em especial na vida urbana em lugares marginalizados.

Nesta etapa deste trabalho, deparamo-nos também com a dinâmica socialmente estabelecida entre espaços ditos centrais ou normativos e espaços ditos periféricos ou marginais. A produção do espaço cria, nos habitantes da Cidade, uma visão dicotómica, onde a identidade de um lugar é construída nomeadamente por oposição a outros lugares. Os habitantes da Cidade constroem, com a ajuda de vários intervenientes socio-políticos, uma cidade repartida, onde a cada lugar é atribuída uma valoração positiva ou negativa, quer do espaço em si, quer dos habitantes desse espaço. Centralidade e periferização coexistem e alimentam-se mutuamente, ditando aos habitantes da Cidade os lugares a usar e os lugares a evitar. Desta forma, podemos considerar a existência quer de uma centralidade quer de uma marginalização simbólica que tornam a vivência da Cidade circunscrita aos lugares a que se pretence, sendo os 'outros lugares' ou 'os lugares dos outros' relegados para um plano de imaginário colectivo. O uso e acesso a determinados espaços é, assim, normalmente restrito e característico de determinados grupos sociais e isto torna-se tanto mais importante quanto mais nos tentamos aproximar dos lugares *desiguais* da Cidade.

Ainda na PARTE A deste trabalho, faremos uma introdução breve às nossas unidades de estudo através da sua descrição, contextualização histórica e delimitação topográfica: o Porto pré-industrial, com o Centro Histórico da Cidade como representante desta época (o Porto das Muralhas); o Porto industrial, com as ilhas como marco habitacional idiossincrásico da época e da cidade; e por fim, o Porto em crescimento exponencial, onde os Bairros Sociais adquirem a sua significância e expressividade.

As nossas unidades de estudo - o centro histórico, a ilha e o bairro social - foram escolhidas tendo por base precisamente a história da espacialização/marginalização na cidade do Porto. As unidades de lugar escolhidas constituem-se como símbolos, lugares com origem numa época de crescimento e espacialização social na cidade. Constituem-se assim como três lugares correspondentes a três (ou mais) momentos históricos da cidade e onde encontramos diferentes memórias e quotidianos.

E é nesta abordagem às relações e memórias dos Lugares, desenvolvida na PARTE B, que incluímos a visão transaccional da Psicologia Ambiental (Altman & Rogoff, 1987; Bonnes & Secchiaroli, 1995) a partir da qual nos debruçaremos sobre as transacções personagem-lugar e sobre os processos psicológicos nelas envolvidos. Focaremos a nossa revisão em aspectos (indicadores) considerados importantes para o estudo da experiência/vida dos lugares, ou seja, para o estudo do *sentido* da transacção personagem-lugar. A nossa abordagem a esta transacção é fenomenológica, isto é, procuramos o *sentido* descrevendo a vivência e *espaços-tempos* quotidianos, as memórias, os ritmos, as culturas e a significação atribuída pelas personagens à sua vida em contextos urbanos e especificamente em contextos marginalizados.

Como sistematização desta busca do *sentido*, encontramos como relevante a consideração de dois registos: o da vivência da actualidade quotidiana, através da exploração dos processos que unem personagens e lugares (identidade; vinculação;

apropriação; privacidade; e territorialidade) e o registo das memórias das personagens daquele lugar, ou das memórias de transição naquele e para aquele lugar, considerando também aqui os processos acima referidos.

Na PARTE C - o estudo exploratório - procura-se compreender, por um lado, se a produção desigual do espaço torna as vivências dos lugares e as memórias destes específicas e únicas, sendo que a história do modo de organização socio-urbanística se relaciona com dinâmicas socio-económicas específicas. Por outro lado, procura-se explorar em que medida esta marginalização socio-espacial se associa a modos de vida e processos de transacção com o lugar comuns nos habitantes dos *lugares marginais* e de que forma essa marginalização se relaciona com as memórias e com a forma como os habitantes vivem os seus lugares e a sua cidade. Por outro lado e ainda, e tomando os lugares desiguais simplesmente como lugares de vida, procuramos explorá-los no sentido de uma aproximação às suas dinâmicas idiossincrásicas, às vivências das personagens que os habitam bem como a rede de processos psicológicos que traduzem a relação complexa entre as personagens e os seus lugares.

O estudo, no qual utilizamos como métodos a entrevista e a observação naturalista, centra-se em quatro dimensões gerais: a memória do lugar/cidade, os já referidos processos de transacção com o lugar, a vivência da casa e do 'bairro' e as questões associadas da satisfação residencial e qualidade ambiental.

Esta pesquisa resulta de um percurso sobre diferentes mas compatíveis áreas do saber urbano e urbano marginal; resulta, também, de uma incursão sobre a cidade do Porto, desde um macro-registo - a cidade e os lugares historicamente organizados e classificados como marginais na cidade - a um micro-registo: as vivências destes Lugares.

## **PARTE A - VIDA NA CIDADE E VIDA DA CIDADE**

### **Capítulo #1 Urbanização e Urbanidades**

#### **1. Desenvolvimento de um Campo de Saber Formal: o Urbanismo, o Planeamento e o Desenho Urbanos**

Existe um consenso entre os autores sobre os aspectos (associados às origens do urbanismo) que criam e sustentam a necessidade de um campo alargado de estudo e intervenção sobre a cidade: as profundas transformações ao nível da industrialização, o crescimento demográfico, as utopias sociais e os problemas de higiene e saúde. Consideramos aqui a concepção de Castells (1998) sobre a industrialização, enquanto um modo de desenvolvimento onde as principais fontes de produtividade são o aumento quantitativo dos factores de produção (trabalho, capital e recursos naturais), conjuntamente com o uso de novas fontes de energia.

As cidades europeias, no final do século XIX, submetidas a dinâmicas sociais, urbanísticas e económicas profundas, atingiram uma complexidade estrutural e morfológica significativas, envolvendo inovações nas infra-estruturas, serviços e equipamentos e nas tipologias espaciais (Garcia Lamas, 1993). É nesta altura que o fenómeno urbano ultrapassa as fronteiras das cidades, difundindo-se pelo espaço físico (Peixoto, 1990).

A revolução industrial, como as subseqüentes revoluções (agrícola, dos transportes, comunicacional, económica e das ideias sociais), baseada em postulados utilitaristas e na política liberal, originou a convicção de que o mais importante era o

alargamento das fontes de riqueza dos indivíduos e da nação (Chueca Goitia, 1982). Todos os valores humanos, estéticos e sociais foram subordinados ao despotismo produtivo traduzindo-se em aspectos não muito agradáveis, quer na forma, quer no crescimento das cidades (Hall, 1992). A revolução industrial deixa a cidade desarmada perante a tirania dos instrumentos de produção; as fábricas tornam-se os donos do solo urbano e suburbano: a indústria ocupa violentamente um espaço que passado alguns anos abandonará. As zonas de crescimento urbano constituem-se como campos de batalha na luta pelo aproveitamento. Verifica-se um crescimento desordenado onde se misturam indústrias, habitações e vias de tráfego (Mausbach, 1981).

A cidade constitui-se, desta forma, enquanto uma mercadoria a ser investida como mais-valia capitalista e, sendo assim, podemos dizer que "a urbanização agiu, efectivamente, contra a cidade existente, isto é, contra a urbanidade" (Ferreira, 2000, p.13). Aparecem as 'slums' – bairros operários que Chueca Goitia (1982) considera como autênticos campos de concentração de mão-de-obra - e que mais tarde serão revisitados por práticas e políticas de habitação social onde se consideram as pessoas como *coisas que se metem em gavetas* (Guerra, 1994).

Em síntese, e seguindo a conceptualização de Ferreira (2000), três vectores se cruzam aquando da leitura dos processos de conquista territorial das cidades do séc. XIX: crescimento económico, expansão urbana e segregação social. O autor considera esta triologia com efeitos exponenciais entre si: "crescimento económico, de base industrial, sem dúvida, mas atravessando diversas mutações, nomeadamente através de processos de terciarização das economias urbanas; expansão territorial com dupla consequência, quer em termos de concentração populacional, quer, sobretudo, ao nível do que acabaria de ser designado de suburbanização; finalmente, a segregação social e urbana, qual

vértice inelutável daquela base piramidal ou, se quisermos, como corolário consequente daquela equação expansionista" (p.14).

A cidade não possuía estruturas que permitissem acompanhar o desmensurado desenvolvimento industrial e viabilizassem a experiencição urbana. Esta falta de estruturas cria uma sociedade de *risco* - a saúde pública, o crescimento da cidade, a grande mobilidade de pessoas são preocupações maioritárias que se associam ao crescimento epidémico da *doença da urbe*. Este situação de fragilidade da urbe, constitui-se como objecto problema já que o risco é ameaçador não só para os trabalhadores como para os industriais e mercantilistas (Hall, 1992).

O urbanismo surge neste contexto de emergência de saberes e práticas que sirvam o controlo do risco, que intervenham na origem mais imediata e original da 'doença' - a estrutura da cidade - e que procedam à *limpeza da urbe*. É então neste cenário que o urbanismo conquista um lugar de desenvolvimento e autonomia (apesar de inicialmente poder ser considerado como uma extensão do saber arquitectónico a novas formas), construindo-se como disciplina, situada num plano de síntese artística e técnica, do saber interventivo sobre a cidade.

Verifica-se nesta altura uma grande actividade no plano teórico-conceptual – aparecem, por exemplo, os primeiros tratados, estudos e jornais de urbanismo - e no plano das instâncias da *praxis* sobre a cidade – cristaliza-se um saber nos primeiros regulamentos da gestão da cidade e consequente obrigatoriedade de realização de planos de desenvolvimento urbano.

Inicialmente, esta nova disciplina parecia manter uma continuidade relativamente ao que era feito no século XIX, mas cedo a cidade e o seu planeamento implicaram a criação de novas soluções espaciais, bem como uma atenção aos problemas urbanos e socio-demográficos (Garcia Lamas, 1993), exigindo uma resposta em termos científicos e

espaciais, no desenvolvimento e organização de áreas residenciais, na criação de condições de higiene e salubridade, na construção de equipamentos e de infra-estruturas e na organização das funções industriais e da expansão urbana.

Desta forma, a metodologia que os urbanistas europeus seguem na primeira metade do séc. XX usa o *design* como a solução dos problemas urbanos e como comunicação de uma ideia da cidade que comprove a eficácia dos traçados em diferentes territórios e ambientes - a urbanística formal.<sup>1</sup>

Pensamos, então, que o urbanismo e todos os saberes que se centram no planeamento e *design* da cidade se iniciam no fim do séc. XIX como campos de saber e intervenção *desejados*, que tentam responder a questões socio-políticas ligadas essencialmente à questão da habitação, que a industrialização colocou em plano de destaque.

Porém, a concentração e a atenção no urbano do séc. XX não são produto somente dos impactos mais visíveis e imediatos da industrialização; ligam-se também a movimentos de ideias, a correntes de pensamento e utopias literárias e sociais. Vários autores pré-modernos (Owen, 1816, 1817, 1820; Fourier, 1841, cit. Benevolo, 1994) elaboram modelos de cidade ideais onde propoem, por oposição à 'cidade de risco' - poluída, suja, cinzenta, insalubre, exploradora da humanidade - criada pela industrialização, uma cidade nova - libertadora da humanidade, filantropa, 'verde', harmónica e saudável - atentando, pois, quer na criação de um novo corpo urbano, quer na criação de um novo corpo social.

Hall (1992) considera que, nos anos 20-30, se assiste a uma crise das utopias sociais pré-modernas, ganhando terreno uma nova utopia, a utopia física ou do desenho urbano da cidade ideal. Le Corbusier é consensualmente referido como o representante

---

<sup>1</sup> Para Garcia Lamas (1993), esta não foi uma época de estética urbana, como a palavra 'embelezamento' empregue frequentemente nos planos poderia indicar; foi a época da estruturação da cidade.

desta nova forma de pensar a cidade, sendo considerado como um dos principais influenciadores do urbanismo moderno (Chueca Goitia, 1982; Hall, 1992; Garcia Lamas, 1993) sendo visíveis, ainda hoje, nas cidades europeias, vestígios da sua ideologia da forma urbana. Hall (1992) considera Le Corbusier como grande influenciador do aspecto físico das nossas cidades, dando ênfase a aspectos funcionais, particularmente de tráfego. Para Le Corbusier, o urbanismo dedicava-se à organização de todas as funções da vida colectiva na cidade e no campo, e as suas exigências situam-se no registo da funcionalidade e não no da estética. Como já foi referido, a industrialização faz-se acompanhar de uma política liberal que julgamos estar também envolvida no processo de deslocação do foco de atenção da estética para a função.

Le Courbusier constitui um modelo da cidade ideal – inscrevendo-se num paradigma positivista de experimentação urbana 'laboratorial': as grandes torres de centros comerciais e negócios, com acesso fácil pelas vias de tráfego e rodeadas de parques e espaços verdes; os blocos de apartamentos com grandes áreas de jardim e zonas de jogos e desportos; as zonas industriais, que seriam cuidadosamente isoladas e as comunidades mais periféricas, articuladas organicamente com o centro.

Em 1943, Le Corbusier, conjuntamente com outros modernistas, publica, sob o nome de Carta de Atenas, os conteúdos do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM IV), cujo tema é a Cidade Funcional e na qual se reconhecem os princípios do urbanismo moderno. A desordem dos bairros habitacionais instala-se e a Carta de Atenas preconiza que o remédio para essa desordem é a zonificação – afectação reservada de zonas distintas às diferentes funções de existência: habitar, trabalhar, recrear e circular. Se estas funções forem respeitadas, resulta uma cidade como máquina perfeita, metáfora através da qual o urbanismo moderno aspira ao rigor e precisão da ciência. A cidade zonificada constitui-se como uma estrutura urbana composta por

sectores bem diferenciados, em que o território é desenhado por zonas definidas e envolto em linhas de circulação. Por sua vez, as superfícies e as linhas deverão ser susceptíveis de uma simplificação num modelo que funcione com máxima eficiência: é talvez este o postulado mais importante que o urbanismo absorve.

Consideremos ainda o impacto da urbanização moderna na relação entre o espaço e a formação social dos actores, isto é, na forma como modifica as *urbanidades*. Perante as dificuldades advindas da densidade populacional, os governos adoptam soluções de urgência: programas de grandes construções em série que permitam colocar o maior número de pessoas possível, em edifícios construídos num tempo mínimo, o que provoca necessariamente um deslocamento e alargamento da cidade à periferia – assiste-se, assim, a uma problematização social no registo da construção habitacional. Por outro lado, a cidade aparece como o lugar a partir do qual se estrutura, se organiza e se controla todo o campo de actividades sociais, ou seja, tudo o que diz respeito à produção e apropriação de um bem socialmente valorizado; as distâncias tornam-se desproporcionadas entre os lugares de trabalho e os lugares de residência e entre estes e os lugares da vida social (Remy & Voyé, 1981, 1994).

Desta forma, conjuntamente com a problemática da habitação, surge uma outra relacionada com a comunicação e que implica uma atenção ao tráfego. As residências começam a descentralizar-se do centro da cidade, ainda que os empregos se mantenham aí, o que origina um congestionamento de tráfego. Com esta expansão do centro para a periferia, toda a organização espacial será nula se não existirem acessos adequados, transportes colectivos eficientes e uma rede de tráfego planeada: é a chamada ao urbanismo moderno através da problematização dos aspectos inseridos no registo da circulação.

Para Garcia Lamas (1992), a cidade moderna é o resultado de experiências e formulações teóricas que, no início do século XX, ignoram a cidade tradicional, substituindo-a pela cidade como *máquina eficaz*.<sup>2</sup> O movimento moderno, apesar de aparecer como reacção contra a desordem instalada pelo industrialismo e capitalismo, apropria-se da imagem de 'máquina' como modelo, seguindo, desta forma, princípios baseados numa utilidade, eficácia e mecânica determinantes e essenciais para a melhoria das condições da vida urbana.

Nos anos 40-50 aparece a primeira legislação urbanística importante na Europa que impõe a realização de planos, o que valoriza a importância e o papel dos urbanistas, definindo-se regras de higiene, salubridade, equipamentos e serviços que serão o apoio legal e administrativo para a prática urbanística.

Manusco (1980, cit. Rivas, 1992, p.44) considera que o aparecimento da zonificação se trata de uma síntese hábil – responsável pelo sucesso expressivo do urbanismo moderno – realizada pelos funcionários-administradores de duas linhas fundamentais do debate sobre a cidade: a tecnico-urbanística – que dá conta da ordenação da nova metrópole, a cidade do emergente capitalismo moderno, sede das novas complexas funções - e a do urbanismo social, que atenta primariamente na questão da habitação.

Nos anos 50, os urbanistas, enquanto 'empresários da urbanidade', deslocam completamente as preocupações de embelezamento, típicas do início do século, para a fundamentação social, racionalismo e funcionalismo - é a plena modernidade na sua expressão urbanística.

---

<sup>2</sup> Associada a esta ideia de máquina aparece a ideia de movimento, também presente na ideologia das abordagens modernas ao desenho urbano: as cidades estão em permanente transformação e deverão ser sujeitas a uma nova ordem e controlo; deve haver uma renovação contínua (Rivas, 1992), e parece ser precisamente este o aspecto que o urbanismo moderno não consegue acompanhar.

O movimento Moderno, baseado num racionalismo tecnológico, tem subjacente, como já foi referido, o paradigma de intervenção por zonificação, que representa, segundo Rivas (1992), uma clara dimensão de insucesso na construção da cidade. A expressão e 'ressaca' do movimento modernista são quase simultâneas, sendo de destacar o efeito do planeamento urbano moderno na sustentação da segregação de espaços através da especialização funcional e da exclusão social<sup>3</sup>.

Cedo a perversidade da zonificação se denuncia; a 'máquina' revelou-se mais atrofiadora que libertadora, ineficaz na criação de espaços respeitadores da capacidade inventiva de uma sociedade. Porém, mesmo com as consequências negativas deste pensar moderno sobre as cidades, gostaríamos aqui de apontar para a impossibilidade de negar o impacto de todo este movimento na concepção e desenho da cidade europeia. É, por exemplo, no movimento moderno que se alicerça o movimento de renovação urbana<sup>4</sup> cujo objectivo é a demolição de algumas áreas que dão lugar a vias rápidas, viadutos, parques de estacionamento, edifícios de escritórios e habitação (muitas vezes de luxo), sendo a renovação urbana, em alguns países atingidos pela 2ª Grande Guerra, facilitada (Salgueiro, 1992). Por outro lado, subjacente à ideia de renovação urbana, operam-se erradicações dos bairros pobres ("slums").

---

<sup>3</sup> Concordamos desta forma com Távora (1996) a considerar que "a arquitectura funcional colocou, sem dúvida, o homem como fulcro da sua razão de ser, mas porque considerou apenas alguns aspectos do homem e não procurou a sua totalidade, ela chegou por vezes ao extremo de o negar, sobrepondo-se-lhe" (p.41).

<sup>4</sup> Para Engels (1872, cit. Harvey, 1992), a burguesia resolve sempre pelo mesmo método o problema da habitação que favorece a recriação desses problemas - o método 'haussmann' (cujo nome tem origem nos trabalhos do planeador francês Haussmann, que propõe a renovação da cidade através da construção de grandes avenidas e ruas largas, praças abertas, parques públicos, edifícios, etc.). Engels (idem) entende a haussmanização enquanto "a práctica generalizada de abrir brechas en barrios obreros, particularmente los situados en el centro de nuestras grandes ciudades, ya responde esto a una atención de la salud pública o embellecimiento, o bien a unas necesidades de comunicaciones, como ferrocarriles, calles, etc. El resultado es en todas partes il mismo, cualquiera que sea o motivo invocado: la callejuelas y los callejones si salida más escandalosos desaparecen y la burguesía se glorifica con un resultado tan grandioso; pero...callejuelas y callejones sin salida reaparecen prontamente en otra parte, y muy a menudo em lugares muy próximos" (p.148). Para Engels (ibidem), todos estes focos de epidemia onde o modo de produção capitalista 'encarcera' os trabalhadores não são liquidados mas simplesmente deslocados.

Assim, nos anos 50-60, a cidade começa a ser um sinónimo de segregação de actividades e pessoas (Gonçalves, 1995), enquanto ao mesmo tempo a gestão urbana se problematiza, e é denunciada a perversidade de planos desconectados de um processo no tempo e isolados, especialmente pela sua incidência pontual, à volta dos aglomerados existentes (Guerra, 1994; Costa Lobo, 1995).

A cidade dos anos 60 e 70 era, então, uma cidade cujo centro foi economicamente ocupado e com uma periferia densificada socialmente (Ferreira, 2000), urgindo uma reacção contra a desordem instalada pelo crescimento tentacular/desenvolvimento suburbano da cidade.

Assim, descrevemos anteriormente duas das três origens associadas, na síntese de Hall (1992), ao desenvolvimento do planeamento urbano. Em primeiro lugar, inevitavelmente, o impacto da industrialização; de seguida, no período entre as duas guerras, verifica-se um movimento suburbano (rapidez de crescimento suburbano e descentralização) onde as forças que o alimentam são económicas, sociais e tecnológicas.

Passemos então à terceira origem do desenvolvimento do planeamento urbano considerada pelo autor: a reacção a este desenvolvimento desmedido, a reacção contra o *sprawl* - o crescimento tentacular da cidade -, tanto por parte dos planeadores da cidade como dos conservadores rurais: "As cities grew larger and larger, as their suburbs sprawled further and further, it was argued that they imposed an increasingly insufferable burden on their inhabitants" (Hall, 1992, p.29).

Como afirma Rivas (1992), "al detenerse ese crecimiento, al entrar en crisis algunos de los mecanismos sobre los que se fundaba lo urbano y al verse obligada la ciudad a mirarse a sí misma, descubrió un centro histórico deteriorado, una conflictiva yuxtaposición y ruptura entre sus partes y, sobre todo, una inmensa periferia. La ciudad detenida en su propia transformación descubrió que casi la única clave de la misma era

la del crecimiento. La periferia era el paradigma de la ciudad sin forma, y la ciudad, en toda su complejidad, se planteaba la tarea de recomponer su imagen deteriorada" (p.12).

Desta forma, a partir dos anos 70, acompanhando um movimento de suspensão do crescimento das cidades, emerge uma forma nova de pensar a cidade, verificando-se uma necessidade de retornar ao centro (histórico), lugar de fluência e construção de uma memória colectiva que importa agora enfatizar (Rivas, 1992; Salgueiro, 1992; Aguiar, 1995; Chaline, 1997). Surge, acompanhando e talvez ilustrando esta 'nostalgia do centro', o fenómeno designado como 'gentrification' que, genericamente, se refere à tendência de grupos sociais pertencentes à camada média-alta voltarem a residir nas partes centrais da cidade.

No final dos anos 70/início de 80 assiste-se então à tentativa de resolver o vazio urbano criado pela descentralização e concentração periféricas. Para sustentar esta 'gentrification', efectuam-se operações de renovação que muitas vezes se traduzem na destruição de bairros inteiros de habitação que darão lugar a grandes construções de luxo, hotéis, etc. (Mela, 1999).

Nas cidades medievais, esta renovação centra-se no restauro de edifícios de valor histórico, em estratégias de reabilitação das zonas centrais degradadas, esboçando-se deste modo um novo objecto de atenção/preocupação - o Património Urbano -, que se traduz num movimento de luta pela salvaguarda de parcelas da cidade, dos tecidos urbanos antigos. Este movimento é acompanhado por uma série de documentos internacionais que procuram delinear objectivos e linhas de acção respeitantes à salvaguarda do património<sup>5</sup> (Carta de Veneza, 1964; Carta Europeia do Património

---

<sup>5</sup> A salvaguarda diz respeito à identificação, protecção, conservação, restauro, manutenção e revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais (Salgueiro, 1992). A Carta Internacional de Salvaguarda de Cidades Históricas, procura operacionalizar as linhas de intervenção sobre as cidades e os seus centros e bairros históricos, sendo referido que os valores a preservar envolvem o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem (CISCH, 1986 cit. Cunha, 1999). De referir

Arquitectónico, 1975; recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana, 1976; Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas, 1986 cit. Salgueiro, 1992).

Remy e Voyé (1981) consideram que as cidades antigas, os antigos (e pós-modernos) centros, possuem uma arquitectura e malha urbana idiossincrásicas que se fazem acompanhar de um valor simbólico decorrente da sua longa história, quer enquanto lugares de vida, quer enquanto congregadores de espaços públicos da cidade. Na mesma linha, Chaline (1997), considera que a reconquista destes bairros e dos aspectos patrimoniais deve ter em conta uma forte dimensão social, "posée par des densités souvent excessives et par le cosmopolitisme de populations don't le pourcentage de vrais démués et de marginaux est plus préoccupant que dans les grans ensembles" (p.80).

Verifica-se, assim, uma valorização socio-política dos centros urbanos, relegando as periferias ao esquecimento, pois para elas parece já não haver terapia. "A 'política desenvolvimentalista' da nossa época valoriza os 'equipamentos nobres', de grande porte e evidência, a 'requalificação' dos espaços centrais e não um olhar sobre os guetos" (Guerra, 1994, p.12).

Enquanto o modernismo apontava como solução *criar tudo de novo fora do centro*, o pós-modernismo parece apontar soluções de recriação e reconstrução de um centro lembrado<sup>6</sup>. Os centros históricos, em contexto periférico ou central, são, nos anos 80, eleitos como um dos problemas mais importantes das cidades (Salgueiro, 1992).

---

que esta carta enfatiza a participação pública neste processo: "a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes" (CISCH, 1986 cit. Cunha, 1999, p.2).

<sup>6</sup> Concordamos, de certa forma, com Garcia Lamas (1993) quando afirma que o Novo Urbanismo tem algo de comum com a urbanística formal, a mesma vontade de continuação dos espaços da cidade antiga, reconhecendo o valor do desenho na produção da cidades, reolocando a arquitectura como disciplina no complexo sistema de produção do espaço. Para o autor, a produção urbanística actual encontra-se novamente centrada em questões formais, recuperando/devolvendo à cidade espaços tão simples como os tradicionais - a rua, a praça, os elementos morfológicos - devolve-se, podemos dizer, a cidade aos seus *monumentos*.

Introduzem-se, nas últimas décadas, os conceitos de reabilitação, reutilização e revitalização de zonas urbanas (que conjuntamente enformam o processo de qualificação urbana), sendo a reabilitação uma intervenção sobre uma área que se pretende manter ou salvar e que envolve tanto a reabilitação física com a reabilitação funcional - a primeira refere-se ao restauro e conservação dos imóveis, enquanto a segunda se refere à manutenção das características funcionais do bairro e ao aumento da sua capacidade de atracção enquanto meio habitacional e meio de actividade económica e social (Salgueiro, 1992).

A conceptualização de Portas (1984) insere-se também nesta visão sobre o desenho urbano. O autor propõe uma 'intervenção na cidade existente' que se refere a um conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, antigos ou mais recentes. Esta intervenção busca: a reestruturação e revitalização funcional destes tecidos (actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público) e a reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham nessas estruturas, relações de propriedade e de troca, actuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc.).

A requalificação urbana é, segundo Ferreira (2000), um processo simultâneo de acção social e intervenção territorial, onde se intenta: (re)criar qualidade de vida urbana promovendo igualdade social (nas formas de regulação, de distribuição e de apropriação territorial); reordenar o espaço urbano através do controlo socio-político dos processos de 'produção' e 'consumo' desses espaços; e democratizar a governação urbana, multiplicando os instrumentos de acção política e mediação do governo da cidade, quer ao nível global do território, quer a um nível localizado. A requalificação associa-se, desta

forma, à reabilitação urbana, à recuperação do espaço edificado e à reconversão de áreas degradadas.

Partilhamos também a sugestão deste autor, quando sublinha o facto de este movimento se inscrever ainda numa política e movimento mais global de requalificação urbana, onde se conjugam, como focos de atenção, o ambiente, o património e o espaço público. Desta forma, o movimento de qualificação urbana associa-se inevitavelmente com um outro, mais macroscópico, que atinge o mundo ocidental: o do desenvolvimento urbano sustentável.

A sustentabilidade ganha lugar de destaque actualmente, tornando-se uma ideologia do planeamento quase inquestionável (Treanor, 1998). Assim, o paradigma do planeamento urbano hoje em dia pode ser considerado ambiental, neste sentido da centração na necessidade de sustentabilidade.

Por cidade sustentável, entende-se uma cidade que satisfaça aceitavelmente as suas necessidades e as dos seus habitantes, que não danifique o património ecológico e que seja capaz de gerir os recursos a longo prazo. A ideia de sustentabilidade inclui tanto a noção de consciência ambiental e economia sustentável como a ideia de integração social e de novas formas de governação das cidades que contemplem o papel participativo de cada cidadão (Mega & Farinha, 1995; Mega, 1999). Uma cidade sustentável implica, então, segundo estes autores, uma dinâmica de co-evolução entre consciência ambiental, integração social, economia sustentável e participação pública. Assim, e acompanhando este movimento pró-cidade sustentada, surge o movimento pró-cidade participada.

Para terminar esta trajectória pelos saberes da forma urbana, não podemos deixar de referir um questão paralela e contemporânea à questão da sustentabilidade: a dinâmica globalização/localização. Para Jewson e MacGregor (1997) "competition between

localities for inward investment has increased, with cities and regions seeking to project themselves on a global stage in order to attract capital investment" (p.5).

O fenómeno de globalização tem, então, reflexos evidentes no pensamento sobre o desenho da cidade. Considerando as estratégias urbanas e regionais, encontramos duas abordagens que acompanham as condições económicas da globalidade. A primeira aceita o desenvolvimento e conforma-se com a sua exigência de competição, enquanto a segunda procura uma existência mais independente do ponto de vista socio-económico. "The first approach can be seen in city and regional endeavours to merit the status of 'Global City'. The other, the Local Economic Development approach, is an emerging movement with the main objective to make places, communities, neighbourhoods and cities less dependent upon global economic premises and to develop local resources" (Bohm, 1994 cit. Treanor, 1998, p.7).

\*\*\*

Fazendo uma síntese deste ponto, podemos dizer que a partir de determinada altura, verifica-se uma necessidade de sistematização (primeiro estética, depois racional) do espaço, que implica uma autonomia e desenvolvimento de disciplinas de desenho e planeamento urbano e, desde então, esses saberes vão acompanhando as problematizações socio-políticas da sociedade em geral e do espaço urbano em particular.

Com o impacto do crescimento urbano pós-industrial (e da destruição pós II Grande Guerra), proclama-se a urgência da renovação, cuja ideia era criar tudo de novo, mesmo que se para isso se tivesse que destruir ou ignorar determinados espaços urbanos. Assim, a divisão do trabalho social, o encantamento pela máquina, pela eficácia, pelas possibilidades de utilização de novas fontes de energia, são congregados e cristalizados no urbanismo através da separação funcional das zonas, assumida enquanto

fonte de libertação humana e promotora de uma melhor qualidade de vida. O movimento moderno consolida-se, pois, enquanto reação contra a desordem introduzida no espaço pela sociedade industrial e capitalista.

Apesar de a instauração de funcionamentos e estruturas maquinais ser vista, nesta época, como uma solução tão brilhante como infalível, esta racionalidade veio a demonstrar-se ineficaz na sincronia com o franco desenvolvimento das cidades, ficando estas entregues a um 'envelhecimento central' e uma 'desintegração periférica'. Tal cenário urbano implica um re-olhar (pós-moderno, pós-fordista) sobre a cidade, constituindo-se um novo movimento - de requalificação do urbano - onde se tenta reconverter, recuperar e reabilitar áreas urbanas, adquirindo o património urbano um lugar de particular investimento. Assistimos, nas últimas décadas, a uma nova política urbana centrada em duas conceptualizações: a requalificação urbana e o património histórico.

Para finalizar, entrecruzamos este re-olhar do urbano com o olhar global e a política/propaganda do sustentável, indissociada, por sua vez, de uma *propaganda* da qualidade de vida e da participação pública. Não pudemos deixar de referir estas questões, já que as abordagens mais recentes aos cenários urbanos e à organização do território as problematizam recorrentemente.

## **2. O Desenvolvimento de um Campo de Saber Contextual: A abordagem das Ciências Sociais e Humanas à Cidade e à Urbanidade**

Consideramos aqui que, tal como o que se verificou com as disciplinas da forma urbana, o primeiro marco de grande dedicação das ciências sociais e humanas ao fenómeno urbano surge num contexto de plena expansão pós-industrial. Isto é, paralelamente ao que acontece com as disciplinas de planeamento e desenho, verifica-se também uma apropriação evidente da problemática urbana pelas Ciências Sociais e Humanas, 'respondendo' de alguma forma às solicitações socio-políticas contextuais.

A abordagem mais clássica, e provavelmente mais significativa, sobre o urbanismo/urbanidades começa - nos anos 20 do século passado - com a Escola de Chicago, da qual destacamos os trabalhos de Park (1926), Wirth (1938) e Burgess (1925) (cit. Grafmeyer & Joseph, 1984).

A Escola de Chicago surge como expressão académica da ideologia progressista, onde é solicitado, mais ou menos subliminarmente, aos investigadores sociais do urbano que enveredem na missão de acelerar a evolução social através da descoberta das leis da mudança social (Kuklick, 1984). Poderemos considerar que o funcionalismo urbanístico se fez acompanhar de uma leitura funcional por parte das ciências sociais e humanas do fenómeno urbano, centrando-se também estas nos aspectos da funcionalidade urbana, inspirando-se nomeadamente nos modelos da ecologia.

As primeiras abordagens à cidade e à vida urbana centram-se sobretudo na descrição das consequências da expansão urbana, nomeadamente no que respeita ao modo de vida urbano, e na identificação de características e leis que governam a cidade e o seu habitante. Estas são abordagens que se inserem plenamente no ambiente da época

- não podemos deixar de as considerar com abordagens *cinzentas*, já que postulam uma cidade anónima, negativa, mecânica, fatal.

Park (1926 cit. Grafmeyer & Joseph, 1984), por exemplo, considera a cidade como um laboratório social e usa um modelo ecológico para a sua análise da cidade, verificando-se nesta abordagem a racionalidade positivista que já constatámos existir, nesta mesma altura, nas concepções sobre o desenho da forma urbana.

Considerando a concorrência existente nas espécies animais e vegetais - que contribui para a distribuição ordenada da população e para a diferenciação das espécies no seu habitat -, o autor assume que na população humana é a região económica que constitui o habitat e o equilíbrio relativamente estável que instaura a *concorrência*. Por outro lado, não se verifica a referida diferenciação de espécies mas sim uma divisão do trabalho e diferenciação de funções e profissões. Park (*idem*) identifica ainda uma outra função na comunidade humana que compete com a função 'concorrência': a comunicação. Assim, se a função de concorrência consiste na distribuição, redistribuição e individualização de diferentes funções, a função comunicação traduz-se em integrar, sintetizar e consolidar as funções dos indivíduos e dos grupos numa unidade orgânica.

Para o autor (*ibidem*), uma cidade, como todas as formas de sociedade, organiza-se sobre uma base territorial e económica, sendo que o crescimento de uma sociedade tem como consequências a selecção e a segregação sociais (os guetos são tido como fenómenos naturais, que as condições e as tendências da vida urbana produzem inevitavelmente). O processo urbano é, assim, definido como um mosaico dinâmico de pequenos mundos que se tocam mas não se interpenetram; a cidade é uma unidade funcional onde as relações entre os indivíduos que a compõem são determinadas pelas condições que a estrutura material urbana lhes impõe, pelas regulações formais de um governo local e, principalmente, pelas interacções, mais ou menos directas, que se

estabelecem entre os habitantes das cidades (Park, 1926 cit. Grafmeyer & Joseph, 1984). Relativamente a este último aspecto, o autor introduz também uma ideia e preocupação que atravessa, pensamos, todas as conceptualizações e estudos da Escola de Chicago: a ideia da superficialidade das relações sociais na cidade.

Wirth (1938, cit. Grafmeyer & Joseph, 1984), por sua vez, ao estudar o urbanismo e os modos de vida urbanos, introduz um conceito amplamente difundido e defendido por esta escola: o de urbanita. O autor identifica como principais características da cultura urbana a destruição das relações humanas, a diversificação e espacialização individuais e a maior instabilidade, mobilidade e insegurança dos indivíduos. Aponta a heterogeneidade, a densidade e o tamanho da cidade como causas da diferenciação social.

O urbanita é pois, para Wirth (tal como para outros seguidores da escola), um sujeito anónimo, que sofre todas as consequências negativas que acompanharam a urbanização, isolado, sózinho, alienado na confusão densional da cidade e incapaz de processar toda a carga estimulativa desta.

Se examinarmos as características propostas por Wirth para compreender a cultura urbana, vemos que essas propostas correspondem a uma realidade histórica que diz respeito ao modo de organização social associado à industrialização capitalista, particularmente na sua fase concorrencial (Castells, 1977). Assim, tal como Park, Wirth (1938, cit. Grafmeyer & Joseph, 1984) considera que a vida urbana faz diminuir a significação social, leva ao desaparecimento das relações de vizinhança e à erosão dos alicerces tradicionais de solidariedade social. O autor considera que a cidade, ao mesmo tempo que produz multiplicidade de contactos, provoca também anonimato e superficialidade nas relações sociais.

Para além desta conceptualização da experiência urbana, Wirth (idem) propõe uma leitura dos aspectos estruturantes do fenómeno urbano enquanto modo de vida, distinguindo três dimensões centrais: a estrutura material formada sobre a base de uma população, de uma tecnologia e de uma ordem ecológica; o sistema de organização que possui uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais; um grupo de atitudes, ideias e constelação de pessoas que se implicam nas formas padrão de comportamento colectivo e se sujeitam a mecanismos característicos de controlo social.

Wirth (1938, cit. Grafmeyer & Joseph, 1984) concentra, pois, as suas preocupações naquilo que a cidade alterou nas pessoas e nos contactos entre elas, pondo de parte aquilo que as pessoas fizeram às cidades; a sua visão sobre a cidade é reducionista, já que esta é tida como um facto dado e como um sistema mais ou menos fechado (Hannerz, 1980). Desta forma, este autor, assim como outros autores desta escola, parece-nos revelar uma visão e leitura mecanicista da vida urbana<sup>7</sup>.

Por sua vez, e num mesmo registo de leitura funcionalista da cidade, Burgess (1925, cit. Grafmeyer & Joseph, 1984) constata, sem se preocupar com explicações, que as pessoas se distribuem na cidade em zonas características, desde o centro administrativo às distantes coroas suburbanas, sendo que esta organização se efectua consoante a sua antiguidade na cidade, a sua posição social e o seu modo de vida.

---

<sup>7</sup> Não queremos deixar de referir que esta conceptualização do fenómeno urbano e do urbanita não é consensualmente aceite pelos seguidores da linha da Escola de Chicago. Numa conceptualização menos *cinzenta* da cidade (e mais próxima da nossa abordagem à urbanidade), Gans (1958, 1962, cit. Soczka, 1993) e Lewis (1952, 1975, cit. Soczka, 1993) defendem que a cidade oferece também condições de adaptabilidade que tornam o urbanita capaz de lidar com a carga de estimulação e diversidade da cidade, nomeadamente através da constituição de subculturas, conceito ao qual nos dedicaremos no capítulo seguinte. "The variables of number, density, and heterogeneity as used by Wirth are not the crucial determinants of social life or of personality. There are many intervening variables. Social life is not a mass phenomenon. It occurs for the most part in small groups, within the family, within households, within neighborhoods, within the church, formal and informal groups, and so on. Any generalizations about the nature of social life in the city must be based on careful studies of these smaller universes rather than on a priori statements about the city as a whole" (Lewis, 1965 cit. Hannerz, 1980, p.71).

A diferenciação espacial é então, para o autor, atingida através de agrupamentos naturais baseados na economia e cultura que dão forma e caracterizam a cidade, sendo segregação um processo que *oferece* ao grupo um lugar e um papel na organização total da cidade. Inevitavelmente, e inserindo-se num determinismo de produção e reprodução *subculturalista*, o autor considera que às áreas segregadas se associa a tendência a acentuar certos *traços* "à attirer et promouvoir leur type particulier d'individus et à connaître ainsi un surcoût de différenciation" (Burgess, 1925, cit. Grafmeyer & Joseph, 1984, p.140).

A abordagem deste autor inscreve-se na conceptualização *subculturalista* (questão que aprofundaremos no Capítulo #2) da Escola de Chicago que, centrando a sua atenção no desenvolvimento urbano e proclamando a indissociação entre padrões de comportamento e padrões físicos, afirmam que as *slums* provocam (o que nos parece ser uma leitura determinista) comportamentos delinquentes.

Assim, segundo a visão desta escola, as pessoas são vistas como subgrupos que residem em ninchos ecológicos ou comunidades que estão territorialmente organizadas (Taylor, 1987). Não se contemplam os aspectos volitivos da personagem, estando esta condicionada por um fatalismo ecológico.

Davidson (1981) refere como contribuição geral da Escola de Chicago o facto de esta nos fornecer uma série de generalizações sobre a estrutura urbana social - por exemplo, sobre a organização do espaço urbano que, segundo os autores desta escola, é traduzida por uma alta densidade populacional no centro e uma baixa densidade e melhores condições na periferia - e sobre o método de a estudar.

No entanto, e porque são generalizações que nos conduzem a um pensamento tautológico sobre a cidade e a urbanidade, constituem-se também como obstáculos ao estudo da cidade (Castells, 1977). Uma das generalizações que aqui queremos destacar é

o conceito de ambiente: "human ecologists expand the concept of environment so dramatically that the boundary between organism and environment is hopelessly blurred" (Taylor, 1987, p.963), negligenciando a triangulação que este conceito integra isto é, a Escola de Chicago, estando ofuscada pela imagem ecológica do ambiente, parece ter esquecido que este inclui nomeadamente aspectos culturais, sociais e institucionais.

Apesar destas críticas, não é nossa intenção transmitir uma ideia *cinzenta* da Escola de Chicago; pelo contrário, existem vários aspectos, que nos parecem merecer extrema valorização na sua abordagem, dos quais destacamos a metodologia de trabalho de campo usada pelos seus seguidores e a influência desta escola na constituição e desenvolvimento de um campo de saber 'contextual': é nesta escola que podemos encontrar as mais fortes raízes das disciplinas herdeiras da urbanidade, como sejam a sociologia, a antropologia e a semiologia e geografia humana.

Passemos agora das abordagens que consideramos como abordagens centradas na *constatação* do urbano para as abordagens centradas na *contestação* do urbano.

Como já foi referido no ponto anterior, e por reacção à desordem e desequilíbrios modernos da cidade, por volta dos anos 60/70, começam a surgir conceptualizações sobre o urbano que tentam denunciar a indissociação entre o planeamento e organização urbanas e os problemas sociais. Contrariamente às abordagens anteriores, onde se verifica uma constatação, uma resignação perante a organização *natural* da cidade, nestas abordagens denuncia-se essa organização e parece-nos que se *humaniza* (consonantemente aos movimentos dos Direitos Humanos da época) e revitaliza a personagem da e na cidade.

Surgem, nesta linha de aproximação ao urbano, alguns autores - inspirados basicamente nas teorias marxistas - Chombart de Lauwe, 1965; Lefebvre, 1972, 1991

(autores que merecerão maior atenção no capítulo que se segue) - que dedicam a sua análise aos problemas espaciais urbanos e para os quais as segregações urbanas não se constituem como um aspecto *natural* do desenvolvimento *natural* da cidade; são sim resultado de uma produção espacial resultante do domínio de uma ideologia. Enquanto o primeiro se centra nas questões simbólicas e ideológicas da produção de territórios, o segundo foca mais os constrangimentos sociais subjacentes a essa produção (Guerra, 1998).

De uma forma genérica, estes autores sugerem que uma das linhas do urbanismo deverá ter como objectivo criar uma verdadeira comunicação, não somente pessoa a pessoa, grupo a grupo, mas também entre a população e o poder, entre a população e os criadores de novas cidades.

Dado que a urbanização é um facto universal, a interrogação de Chombart de Lauwe (1965) é se seremos capazes de canalizar o movimento urbano no sentido de uma liberdade dos homens ou se, pelo contrário, este fará o homem subserviente à tecnologia em vez de a usar no sentido de fornecer à pessoa uma maior autonomia visando estruturas sociais mais adaptadas.

É neste âmbito que se inscreve o trabalho das ciências sociais e humanas: se as estruturas sociais estão em transformação e a cidade deve evoluir, então o urbanismo deverá responder às necessidades e aspirações de toda a população (Chombart de Lauwe, 1965; Lefebvre, 1972, 1991).

Seguindo esta linha de abordagem, e nesta breve trajectória pelo saber das ciências sociais e humanas, gostaríamos de terminar com a referência a um conjunto de abordagens que reflectem sobre a personagem que habita e usa a cidade. Enquanto inicialmente esta era concebida como submersa e alienada pela cidade, novos autores

vêm propor uma abordagem mais proactiva do sujeito urbano, traduzida, para nós, no conceito de urbonauta.

Assim, consideramos de seguida as abordagens onde o sujeito que habita a cidade já não é visto como um urbanita imerso na anomia mas sim um *urbonauta*, personagem, navegador e inventor do quotidiano urbano.

Começemos com Lefebvre (1972), que, apesar de a sua abordagem poder ser considerada como impregnada de um determinismo ideológico (cf. Capítulo #2), dá voz a esta personagem, atentando e reivindicando os seus direitos e considerando o seu papel na produção espacial.

Para este autor, a cidade *projecta no terreno uma sociedade inteira*; o espaço e a política do espaço exprimem as relações sociais e simultaneamente incidem sobre estas. As relações sociais existem na medida em que possuem um expressão espacial, elas projectam-se e inscrevem-se no espaço, produzindo elas mesmas o espaço. O espaço social é então para o autor tanto campo de acção com base de acção (Lefebvre, 1991).

Inscribendo-se numa leitura semiológica do espaço - conjuntamente com autores como Harvey (1992) e Natter e Jones (1997) -, Lefebvre (1991) considera que um espaço nunca é vazio, ele envolve sempre um significado que resulta da dinâmica que se estabelece entre a forma como o concebemos, a forma como o percebemos e a forma como o vivemos. Usando conceitos da linguística como significado e sentido, o autor conceptualiza a cidade enquanto emissor e receptor de mensagens que se compreendem ou não, se descodificam ou não se descodificam. A análise semiológica da cidade deve distinguir múltiplos níveis e dimensões: "Il y a la parole de la ville: le qui passe dans la rue, sur le places, sur les vides, ce qui s'y dit. Il y a la langue de la ville: le particularités propres à telle ville qui s'experiment dans le discours, dans les gestes, les vêtements, dans les mots et les emplois de mots par le habitants. Il y a la language urbaine, que l'on

peut considérer comme langage de connotations, système secondaire et dérivé à l'intérieur du système dénotatif. Enfin, il y a l'écriture de la ville ce qui s'inscrit et se prescrit sur ses murs, dans la disposition des lieux et leur enchaînement, en bref l'emploi du temps dans la ville des habitants de la ville" (Lefebvre, 1972, p.71 ).

Assim, Lefebvre (1972), por um lado, coloca a personagem urbana como sujeito activo na vivência do urbano e, por outro, alerta-nos para as várias dimensões e aspectos relevantes ao estudo da cidade.

Hannerz (1980) contribui também para a nossa conceptualização do *urbonauta*, ao fazer um elogio do acaso e da aleatoriedade urbanas. Para o autor, a vida urbana fornece-nos uma série de situações e cenários que não prevemos, que não planeamos, que podem ter consequências não agradáveis; no entanto, são esses acasos que tornam a vida urbana privilegiada.

Krupat (1988) e Fischer (1982, 1984) partilham também de uma visão não determinista do impacto da cidade na personagem que o habita. Para estes autores, os habitantes da cidade desejam e podem obter contacto com outros, de forma a partilharem sentimentos, receberem e fornecerem apoio e empreenderem-se em actividades colectivas - contrariam desta forma as referidas visões da personagem urbana segundo as quais a cidade é perita na destruição e no impedimento do relacionamento interpessoal.

Na mesma linha, Remy e Voyé (1981, 1994) consideram que a urbanização multiplica as possibilidades de deslocamento das pessoas e, por outro lado, é lugar de intensificação de trocas sob todas as formas: formais e informais. As relações informais estão integradas na dinâmica da cidade, ligadas parcialmente ao aleatório que supõe a multiplicação de encontros entre pessoas<sup>8</sup>. Existe, para estes autores, uma promoção do

---

<sup>8</sup> Achemos que este é o momento para fazer um breve apontamento sobre uma questão, já anteriormente referida, e que influi na visão actual sobre a cidade e o fenómeno urbano: a globalização, centrando-nos aqui

aleatório, associada a uma situação de valorização da inovação, na qual os actores são múltiplos e escapam ao determinismo da planificação generalizada. A cidade admite uma certa indeterminação e com pluralidade de reacções possíveis.

A cidade, ou aglomeração, é um 'meio' de vida, um reagrupamento de pessoas num espaço onde podem ter contacto entre elas, contactos estes que permitem a constituição de uma entidade com propriedades específicas e a mudança das reacções dos seus componentes (cf. Capítulo #1, Parte B). Esta noção reavaliada de 'meio' (proposta por Remy & Voyé, 1981) permite-nos atentar na incidência da organização do *espaço-tempo* quotidiano do urbonauta na dinâmica social geral e na vida colectiva, isto é, permite-nos considerar a contribuição do urbonauta na construção das urbanidades.

Salgueiro (1994) partilha também desta visão, a considerar, tal como Lefebvre, a indissociação entre produção e apropriação. Assim, "a cidade é produzida e apropriada porque é o quadro de vida das práticas quotidianas, e portanto a vivência social que se faz através do uso do espaço implica sempre a sua transformação em novas realidades" (p.72).

Borja (1995), conceptualiza, de igual forma, a cidadania como uma participação do seu actor no processo de conquista da cidade e vai mais longe, defendendo que "uma cidade totalmente funcionalista e higiénica, sem zonas de sombra e de perigo, sem áreas de tabu, sem espaços de mistura e pontos de caos, será tão educadora como um balneário. A ordem, sem mais, produz escravos. Ordenar a cidade até ao ponto da vida ser perfeitamente transparente e asséptica, elimina precisamente a vida" (p.38).

---

no aspecto da comunicação global. De facto, actualmente verifica-se uma compressão espaço-tempo (usando a terminologia *harveiana*), que se faz acompanhar por uma independência da comunicação entre pessoas relativamente ao espaço físico. Assim, o que atribuía especificidade ao espaço urbano deixa, com a revolução informacional, de ser único, já que é possível comunicar sem ter que co-habitar (Peixoto, 1990). Esta compressão espaço-tempo coloca-nos então numa situação contraditória: "Our society is increasingly dependent on networks linking together different points which are far apart, organizing various flows circulating at variable speeds and attempting to regulate them in 'real time'. Yet at the same time, urban reality is still based on a certain sense of proximity, density, and of the time spent gaining access to information" (Godard, 1994, p.7).

Neste enquadramento, situamos também a abordagem de Joseph (1994): ao considerar o direito à cidade ele defende que estas são naturalmente lugares de minorias e que "le droit à la ville ne serait rien s'il n'était d'abord un droit à la minorité et à l'ésitation" (p.72).

Seguindo esta orientação conceptual, podemos concluir que as ciências sociais e humanas (tal como acontece nas ciências da forma urbana) se dedicam actualmente a uma leitura da cidade que contempla as personagens e seus lugares numa relação de co-construção, integrando assim uma participação do urbonauta na invenção do lugar urbano.

\*\*\*

Tentámos neste ponto da dissertação delinear o percurso de constituição e desenvolvimento das ciências sociais no que se refere ao 'objecto urbano'. Começamos pela Escola de Chicago, que achamos ter contribuído largamente, quer para a história das ciências sociais do urbano, quer mesmo para o estado actual do saber social sobre a cidade. Fizémos uma breve referência às leituras que os autores desta escola realizaram do fenómeno urbano, concluindo que a visão positivista e funcionalista lhes estava subjacente, procurando os autores, de alguma forma, aceder às *leis* que ditam a forma, a organização e a vida da cidade.

Por outro lado, como contra-ponto a esta visão que constata o fenómeno urbano, referimos abordagens que contestam a cidade, denunciando os problemas sociais inerentes à organização urbana, bem como as que introduzem uma preocupação com o utilizador da cidade, nomeadamente no seu direito à cidade.

Focámos ainda a nossa atenção na forma como é encarada a personagem que habita e usa a cidade, concluindo que, se inicialmente as ciências se centravam na

concepção desta personagem como passiva, alienada e imersa na cidade – o urbanita -, actualmente tende-se a considerá-la como co-construtora e participante activa da cidade e das urbanidades - o urbonauta.

Esta deslocação conceptual já tinha sido verificada no ponto anterior desta dissertação, uma vez que também as ciências formais partilham desta visão participada da cidade, ou melhor, da visão desejável da cidade.

\*\*\*\*\*

Para além das questões *arqueológicas* aqui abordadas referentes aos movimentos do saber urbanístico e das ciências sociais e humanas, gostaríamos de, numa tentativa de síntese mais global deste capítulo, realçar que hoje o planeamento e desenho da cidade atingem um grau de complexidade elevado, que se associa a dois aspectos: a dimensão alargada do seu objectivo - crescimento económico, estabilidade e coesão sociais, redução da tensão psicológica, promoção de qualidade estética ambiental - e a dimensão humana envolvida neste processo, que implica um afastamento do planeamento e desenho urbanos da lógica das leis das ciências físicas (Hall, 1992).

Como já foi referido, existem pontos de confluência quando contemplamos as abordagens formais e contextuais ao fenómeno urbano. Podemos considerar que actualmente ambas caminham no sentido da promoção da voz activa do urbonauta. Assim, torna-se indiscutível a necessidade de sincronização entre o que designámos por ciências formais e contextuais, emergindo desta forma um campo de saber multidisciplinar que congregue, quer as disciplinas que lidam com os problemas do planeamento da cidade na sua estrutura visível, quer as disciplinas que se ocupam da vivência urbana.

Concordamos com Hall (1992) quando considera o planeamento espacial como multidimensional e com múltiplos objectivos: "the ideal urban and regional planner would have to be a good economist, sociologist, geographer and social psychologist in his or her right, as well as having several other necessary physical-scientific skills" (p.10).

Com a crescente complexificação socio-estrutural, torna-se emergente e necessária uma visão integrada da cidade e dos seus processos de crescimento, que são indissociáveis dos processos de transformação social e da transformação e inovação dos espaços-tempos quotidianos. Parece-nos ser esta visão integrada da cidade que fornece à Psicologia Ambiental o seu terreno de maior expressão e aplicabilidade (cf. Capítulo #1, Parte B).

## **Capítulo#2 Espacialização Desigual: Criação e re-criação de lugares urbanos marginalizados**

### **1. A produção sócio-espacial e *estética* de espaços marginais: registo da materialidade**

Etimologicamente, a palavra 'marginal' está relacionada com a dicotomização centro-periferia: a margem é aquilo que está distante do centro. Assim, a palavra, no seu sentido original, inscreve-se num registo de inscrição/localização topográfica (centro/margem), de 'situação'; refere-se ao espaço balizado que é rodeado por terras desconhecidas que são tanto mais misteriosas quanto mais se afastam do centro. Assim, este primeiro registo da marginalidade, e seguindo a mesma lógica do capítulo anterior (forma - contexto), é um registo físico/topográfico, usado no sentido da distância e da materialidade (Vant, 1986).

Procuraremos então, neste primeiro momento de aproximação à marginalização, compreender onde se situam os locais marginalizados e descrever a sua aparência física, dedicando-nos à caracterização dos aspectos cenográficos dos espaços marginais.

É importante então referir que a noção de periferia se relaciona com formas desiguais de ocupação e distribuição dos grupos sociais no espaço, sendo que a periferia pode ser periférica face a certos espaços e central face a outros (Guerra, 1993). Assim, centro e periferia não se referem somente a este registo topográfico, um vez que o gueto pode estar localizado no centro geográfico e simultaneamente estar arredado das 'relações de centralidade' sociais (Bailly, 1986).

Assim, podemos considerar que os territórios e espaços marginalizados estão, desde sempre, confinados a populações *desviantes* com determinadas características.

Acompanhando o desenvolvimento urbano, a cidade, na sua estruturação espacial e social, ocupa-se de arranjar um lugar para os 'marginais' e de criar lugares marginais, produzindo guetos; marcando lugares, pessoas com signos estigmatizantes que os identificam e classificam numa determinada estrutura social.

Assim, a marginalização é simultaneamente um processo de distância social e de diferença topo-física, é-nos impossível negar essa indissociação, mesmo quando apenas 'desejamos' efectuar uma topologia da produção dos espaços marginais.

Existem pois territórios onde encontramos a triangulação que caracteriza as populações urbanas com dificuldades: insegurança económica, défice de integração e carências habitacionais (Chaline, 1997). Relativamente às carências habitacionais, o autor considera dois aspectos: a sobredensidade ocupacional, "don't un des effects les plus sûrs est de perturber l'accompagnement au domicile, du travail scolaire" (p.11), e a ausência de normas de conforto mínimos, que podem ser a causa de "risques domestiques et à la limite de risques sanitaires avec le cas du saturisme, généré par les peintures à base de plomb, dans certains logements anciens" (p.11).

Os bairros sociais (muitas vezes construídos como resposta à necessidade de afastamento de determinado tipo de populações do centro) parecem-nos um caso paradigmático de territórios submetidos ao processo de marginalização espacial, sob forma de segregação urbanística e *estética*.

Desde o início do realojamento massificado em habitações verticais que os bairros sociais se constituíram como guetos sociais e locais de rápida degradação física e vivencial (Ferreira, 1994). Para este autor, os bairros sociais tradicionais têm como características a monotonia da sua arquitectura, os materiais de baixa qualidade e a ausência de espaços públicos e equipamentos. Pela urgência e rapidez com que foram construídos, os bairros sociais localizam-se por regra na periferia da cidade; não possuem

arranjo dos espaços exteriores, as infra-estruturas não estão concluídas e têm deficiências ao nível de acessibilidades <sup>9</sup>(idem).

Seguindo esta mesma orientação, Costa Pinto (1994) aponta para o facto de o alojamento social ser orientado por imagens-guia que têm influência na interacção social e urbana. Assim, a autora constata que este tipo de alojamento possui geralmente as seguintes características morfológicas e urbanísticas: construção em zonas periféricas (relativas aos centros sociais e económicos da cidade); carácter descontínuo da construção relativamente à malha urbana envolvente; distanciamento das principais vias de comunicação; espaços com função exclusiva de habitação, sendo relegadas para segundo plano as necessidades sociais, laborais, de lazer e de consumo.

Isto é, somos levados a concluir, numa análise genérica das características cenográficas dos bairros sociais, que estes possuem todas as condições necessárias para legitimarem e alimentarem a segregação sócio-espacial.

\*\*\*

Tentamos aqui colocarmo-nos no registo da materialidade, no sentido de apontar algumas características de situação física e topológica dos espaços urbanos marginalizados, elegendo os bairros sociais como caso paradigmático, já que reúnem todas as condições para que tal aconteça: normalmente têm uma situação periférica na organização espacial da cidade; apresentam carência em equipamentos sociais, acessibilidade, transportes e infra-estruturas (Salgueiro, 2000) e são cenográfica e

---

<sup>9</sup> De realçar aqui que, num estudo efectuado por Guerra (1994) em bairros sociais do país, se verifica que apesar das fracas condições habitacionais que se verificam nos bairros sociais, em situações de realojamento, o bairro é mais criticado pelos seus habitantes por questões socio-culturais - 'má vizinhança', insegurança e demasiada intimidade na interacção - do que por questões físicas - más condições de conservação dos fogos e edifícios, deficientes condições de apresentação do espaço público e carência de equipamentos. Poderemos então considerar que os aspectos sociais são mais (des)valorizados conscientemente do que os aspectos topo-morfológicos. Não sabemos porém como esses aspectos físicos estão, por sua vez, mais ou menos subliminarmente, envolvidos no tipo de interacção social que aí se desenvolve.

esteticamente desfavorecidos, nomeadamente no que se refere aos materiais, arquitectura e espaços públicos.

Passemos agora ao registo simbólico destes espaços, quer no sentido dos mecanismos ideológicos e socio-económicos que estão subjacentes à sua produção, quer da significação/produção socio-cultural desses espaços.

## **2. Produção e meios de vida nos espaços-tempos de marginalização: registo do simbólico #1**

### 2.1. A produção *desigual* do espaço urbano

Com a industrialização, uma nova ordem é aplicada à cidade, começando-se a esboçar uma preocupação crescente com os espaços, e é feita uma tentativa de identificar, para os classificar e ordenar, tentativa que se inscreve nitidamente no paradigma positivista da época. Na abordagem efectuada anteriormente (cf. Ponto 1, Capítulo #1), ficou claro que a urbanização se dedicou durante muito tempo a especializar funcional e socialmente os espaços, concentrando no centro comércio e serviços e afastando para as periferias a função residencial.

No final do séc XIX, no que respeita ao sistema social, emergem - paralelamente à especialização das tecnologias produtivas - novas classes ocupacionais e sociais. A nova ordem social começa a ter como indicadores determinados sinais exteriores, como a localização da residência, o tipo de vestuário, o tipo de discurso e a cor da pele (Van Vliet & Burgers, 1987). O sistema de regulação social contempla, nesta altura, uma tentativa de homogeneização, principalmente pela concentração em bairros de grupos sociais específicos - através de indicadores como o estatuto profissional, o estatuto social e a etnia. Sem dúvida que a cidade desta época se constitui como terreno favorável e fértil na sustentação do espaço 'bem dividido' socialmente sendo que se pode considerar, e concordando com Aydalot (1983, cit. Bailly, 1986), que não existem nem pobres nem marginais, mas sim pessoas que ocupam "la place qui leur est dévolue dans le carde du système et perçoivent la rémunération, qui reproduira, ni plus, ni moins, leur force de travail" (p.49).

Consideramos então que, aquando da industrialização, se verificou uma segregação com uma referência significativa: a divisão do espaço com fins de produção: "dans les banlieues proches, nous avons vu se concentrer parfois des représentants de la classe ouvrière qui paraissaient une menace pour les milieux aisés du centre de l'agglomération, d'où la dénomination du XIX ème siècle ou du Xxème siècle, «la banlieue rouge»" (Chombart de Lauwe, 1965, p.11).

Este tipo de produção desigual do espaço é facilmente entendido à luz da teoria lefebvriana, dado que Lefebvre (1991) assume que todas as sociedades e todos os modos de produção, produzem o seu próprio espaço. Para o autor, a organização do espaço liga-se à reprodução do sistema dominante de relações sociais, ligadas por sua vez à manutenção do capitalismo. Assim, a sociedade atinge a sua força e estabilidade através da promoção de uma espacialização a ela adequada (idem). O espaço contém e mantém espaços apropriados às relações sociais de produção e reprodução, sendo que o processo de criação implica "the availability of specialized sites associated with production, prohibition, and repression. As a consequence of this process, dominant spaces are able to mold the subordinate spaces of the periphery (ibidem, p.31).

Assim, o direito à cidade lefebvriano denuncia "o predomínio das lógicas de poder e de mercado defendendo a supremacia da democraticidade permitida pela cidade" (Guerra, 1998, p.8), sugerindo o abandono da ideologia urbanista marcadamente produtivista e a defesa de uma nova apropriação - individual e colectiva - do espaço urbano.

Para Castells (1977) o espaço, enquanto elemento material sobre o qual as pessoas agem e inter-agem, adquire também uma configuração particular consoante o momento técnico-social onde se insere. Assim, a evolução histórica das relações sociais de produção faz variar as vivências dos/nos espaços da cidade.

Desta forma, para o autor, é impossível estudar sociologicamente a cidade - estudar a política urbana - sem ter em conta a triangulação entre a intervenção do estado, a luta de classes e o uso capitalista dos territórios (Castells, 1977). Para Bettin (1982) a contribuição mais significativa deste autor situa-se na reflexão sobre as relações entre Estado, consumo colectivo e vida urbana (Bettin, 1982).

Um dos processos pelos quais a espacialização social ocorre, segundo Castells (1977), é o mecanismo fortemente selectivo que opera sobre o nível de renda e que condiciona as oportunidades de acesso ao mercado privado. O estrato social definido como marginal é então arredado de uma condição habitacional satisfatória, habitando um *universo social* à parte.

Já para Godard (1994), não se pode estudar a segregação residencial sem estudar a origem dos bairros pobres e, antes de se analisar a dinâmica populacional e a divisão social do espaço, deve-se atentar na história "of a given urban district's social make-up and how people choose where they live" (p.5). Por outro lado, alerta o autor, temos que explorar políticas habitacionais, sendo a concentração de famílias pobres em espaços centrais ou o seu afastamento destes uma questão digna de atenção.

Traduzindo igualmente o registo de reivindicação da cidade que atravessa estas diferentes contribuições, Harvey (1992) considera que as organizações e instituições dominantes usam o espaço hierárquica e simbolicamente: criam-se espaços sagrados e profanos, manipula-se o espaço para reflectir o estatuto e o prestígio. Se nas cidades antigas, a organização do espaço era uma recriação simbólica de uma ordem cósmica, a organização espacial das cidades modernas tem igualmente um propósito ideológico, reflectindo quer a ideologia dos grupos e instituições que dominam uma sociedade, quer a dinâmica de forças de mercado.

Assim, enquanto Lefebvre (1972, 1991), na análise da distribuição desigual do espaço, destaca o papel da luta de classes, Castells (1977, 1998) e Harvey (1992), por sua vez, salientam a economia e o mercado. Estas abordagens tentam colocar a luta de classes, quer como causa, quer como resolução para os problemas urbanos, porém, como observa Bettin (1982), os estudos de Castells "no favorecem siempre la hipótesis marxista de transformação social, por lo menos porque documentan muy bien la aparición de nuevas figuras sociales, diferentes del movimiento obrero organizado, en la escena del conflicto, adoptando prácticas políticas de efectos alternos e inciertos, pero diferenciados y originales" (p.19).

Assim, hoje, tal como refere Guerra (1998), "a apropriação do espaço é analisada num contexto menos linear e mais plural, centrando-se no aprofundamento da diversidade dos interesses e dos usos que se fazem do espaço numa apropriação diferencial, fruto do conforto entre lógicas de poder, de mercado, de utilizadores diversificados, etc." (p.8).

Neste contexto, não podemos deixar de retomar o apontamento atrás feito aos processos de globalização/localização e às suas relações com a produção actual de espaço e com um novo referente para marginalidade/centralidade de espaços. Usando a terminologia *castelliana*, existe hoje um novo espaço-tempo, que se traduz em novos processos de marginalização sócio-espacial. De facto, nos últimos anos do século XX, a globalização da economia e a aceleração do processo de urbanização conduziram a uma pluralidade étnica e cultural das cidades, que por sua vez conduzem a interpenetrações entre populações e formas de vida diversas no espaço das principais áreas metropolitanas do mundo (Borja & Castells, 1997). Para os autores, o global localiza-se, de forma segmentada e espacialmente segregada, mediante os deslocamentos humanos criados pela destruição de velhas formas produtivas e pela criação de novos centros de

actividade. Na mesma linha, Sassen (1998) contempla uma nova geografia da centralidade e marginalidade na cidades globais: "the downtown of cities and metropolitan business centres receive massive investments in real estate and telecommunications while low-income city areas are starved for resources. Highly educated workers see their incomes rise to unusually high levels while low - or medium - skilled workers see theirs sink" (p.6).

A cidade/sociedade pós-fordista (pós-moderna) faz-se acompanhar da desindustrialização, do aumento do desemprego e da exclusão social – envolvendo esta última um afastamento do mercado de trabalho e da participação política. Por sua vez, "these tensions are crystallised in contemporary cities, as social divisions are compounded by social segregation" (Jewson & MacGregor, 1997, p.5). Assim, a globalização expulsa residentes, cria novas centralidades, novas geografias no território urbano (Salgueiro, 1994); "the part played by postmodern form is to appropriate or restore designated meaning through processes of social and spatial redifferentiation" (Zukin, 1988, p.443).

Mela (1999), acompanhando também esta ideia de difusão social da segregação, defende que a cidade hoje tende a uma promoção crescente de desigualdade social, que não passa (como na cidade fordista - moderna) pela criação de uma hierarquia ordenada de estatuto social, mas tende a difundir a desigualdade sob diversos perfis, com sejam a remuneração, a estabilidade e a garantia de estabilidade laboral.

Numa era onde as questões da globalização/localização estão em pleno destaque, é importante considerar que esta questão se associa à forma como as pessoas se relacionam com o espaço (mobilidade/cosmopolitismo ou imobilidade/*localismo*), forma essa que se torna ela própria uma expressão de estratificação social (Gustafson, 2001).

## 2.2. A cultura dos espaços *desiguais*

A existência de lugares segregados é para nós uma evidência; existem espaços-tempos de urbanização que marginalizam determinadas zonas da cidade e que as fisicalizam de determinada forma. Resta-nos então considerar as abordagens que atentam nos modos de vida dos habitantes dos espaços diferenciados da cidade.

A *cultura*, o *estilo de vida* ou o *modo de vida* aparecem-nos como instrumentos teóricos que permitem discutir a especificidade das vivências desses lugares.

Para os autores da Ecologia Social, genérica e deterministicamente, aos espaços desigualmente produzidos da cidade associam-se determinadas subculturas. Este conceito de *subcultura* aparece como explicativo da organização da cidade.

Fisher (1975, cit. Soczka, 1993) e Lewis (1952, 1975, cit. Soczka, 1993) considerando os efeitos da densidade e da sobrepopulação urbanas, defendem que os habitantes da cidade se organizam subculturalmente em mundos sociais estruturados, partilhando valores, crenças e hábitos comuns entre si. Outros, como Sutherland e Cressey, autores da teoria da associação diferencial (1974, cit. Taylor, 1987) e Shaw e Mckay (1942, cit. Taylor, 1987), que propõem a teoria da transmissão cultural, referem que em determinadas áreas da cidade se desenvolve uma subcultura da desviância, sendo que as pessoas que habitam essas áreas "have a much lower probability of coming into contact with law-abiding acts and attitude. The deviant subculture transmission approach suggests that unconventional acts and norms become accepted as the dominant norms by persons living in those areas and are transmitted from one generation to the next" (Taylor, 1987, p.963).

Por oposição, às teorias de Sutherland e Cressey (1974, cit. Taylor, 1987) e Shaw e Mckay (1942, cit. Taylor, 1987), a teoria de Merton não pressupõe a existência de diferenças culturais entre os espaços desigualmente produzidos, mas sim a existência de

uma única cultura que "rege" a ordem social, a cultura dominante. Assim, a teoria da anomia de Merton (1938 cit. Lilly, Cullen & Ball, 1995) defende que a estrutura social limita o acesso de determinados grupos a aspirações socialmente aceites, resultando numa disjunção entre "societally accepted means (go school, study hard, get a job, work hard) to achieving these ends (be successful, move up, get rich) and the socially structured or defined means accessible to particular social groups" (Taylor, 1987, p.963).

Nos anos 60/70, as teorias acima referidas, adquirem popularidade, nomeadamente porque se inscrevem numa dinâmica social de movimentos cívicos (cf. Capítulo #1, Ponto 2). Nesta altura, os trabalhos de Cohen e Cloward e Ohlin (cit. por Lilly, Cullen & Ball, 1995), enquanto esboços de sínteses integrativas, adquirem particular significância. Estes autores têm influências quer de Merton, quer da Escola de Chicago (nomeadamente de Sutherland e Cressey), quando tentam integrar as noções de transmissão cultural e "structurally induced strain" (Lilly, Cullen & Ball, 1995, p.60).

Segundo estas teorias integrativas, a sociedade dita o que as pessoas devem ser mas, simultaneamente, bloqueia o acesso a meios apropriados, fazendo com que esses grupos experienciem anomia - ausência de normas (no seu sentido literal) - e que se direccionem para meios alternativos de atingir esses objectivos (Taylor, 1987).

Segundo Cloward e Ohlin (1960, cit. Taylor, 1987), as pessoas que vivem em zonas marginais experienciam um acesso diferencial a meios legítimos e ilegítimos - com predominio destes últimos - para atingir objectivos sociais convencionalmente aceites (Taylor, 1987), provocando assim quer uma gestação, quer uma reprodução local de desviantes. Assim, para os autores, em áreas marginais organizadas as subculturas criminais são possíveis devido ao facto de os delinquentes mais velhos servirem de modelos, treinando os mais novos para o empreendimento em acções ilegais (Lilly, Cullen & Ball, 1995).

Em suma, estas teorias parecem-nos alimentar um imaginário de desviância e subcultura associado de forma quase determinista a dados espaços, não sendo esta a direcção que assumimos na nossa abordagem. Tal como discutimos no sub-ponto anterior, não podemos considerar que vivemos sobre um determinismo ideológico que linearmente periferiza uns espaços e centraliza outros; devemos contemplar os diferentes padrões de relação com esse centro bem como as relações de co-construção entre periferia e centro.

Autores como Natter e Jones III (1997) apresentam pistas neste sentido, ao abordarem a relação espaço-identidade, propondo a contemplação, quer da materialidade, quer da representação na conceptualização do espaço. Reformulam a conceptualização essencialista do espaço social, segundo a qual as práticas culturais hegemónicas fixam o significado do espaço, sendo que para eles, "space, no less than identity, will always therefore offer the potential for tactical refusal and resistance" (p.150).

Assim, não só não se pode associar deterministicamente espaço e cultura, como também "a periferia" pode ser fonte de resistência e mudança. O poder que emana do centro, por um lado, periferiza a alteridade, e por outro lado incorpora pistas da periferia a partir da qual é constitutivamente construído (idem). Desta forma, a margem é também ela investida de poder criador de cultura, não sendo apenas o resquício de uma cultura dominante ou mesmo subalterna, como poderá indicar o sentido do conceito de subcultura.

Desta forma, estudar a cultura dos espaços desiguais beneficiaria mais, na nossa opinião, de uma abordagem exploratória e compreensiva, pondo de lado conceitos explicativos – tal como o de subcultura – apriorísticos. Rapoport (2001) sugere uma abordagem a esta exploração segundo três registos: a cultura definida como um estilo de

vida de um grupo; e a cultura como um sistema de significados, símbolos e *schematas* transmitidos por códigos simbólicos; a cultura como um conjunto de estratégias adaptativas de sobrevivência relacionadas com os recursos e a ecologia. Para o autor estes três registos devem ser integrados: "particular cultures began as a group's adaptive strategies within their ecological setting. These become encoded in cognitive schemata, symbols, and some vision of an ideal, which are passed on to new generations. These, in turn, lead to particular ways of living and behaving, including designed environments as settings for the kind of people a particular group sees as normative, and the particular lifestyle which is significant and typical, distinguishing this group from the others" (Rapoport, 2001, p.5).

Assim, adoptámos aqui a aproximação deste autor à cultura, considerada quer enquanto conjunto de significados cognitivos e simbólicos, quer enquanto estilo de vida.

Procurando operacionalizar esta proposta, Rapoport (1980, cit. Tognoli, 1987) sistematiza em oito critérios uma definição de lugar que contemple a cultura. Centrando-se numa leitura cultural do uso dos lugares de residência, o autor aponta para a necessidade de ter em conta as características simbólicas e físicas dos lugares; os utilizadores dos lugares; onde se situam esses utilizadores e como se situam a si próprios; quando são usados os cenários; o tempo passado nos vários lugares; as regras que acompanham cada lugar e as relações espaciais e temporais nos vários cenários.

\*\*\*

Neste ponto começamos por dirigir a nossa atenção para o espaço, tentando descobrir quais as forças de actuação e os diferentes aspectos envolvidos na sua produção, procurando identificar alguns espaços-tempos que envolvem a espacialização social. Centramos assim a nossa abordagem nas perspectivas de diversos autores

(Chombart de Lauwe, 1965; Castells, 1977; Lefebvre, 1991; Remy & Voyé, 1981, 1994; Harvey, 1992), para quem o espaço se constitui como meio de manipulação e de imposição de uma ideologia dominante.

Em seguida, discutimos a produção cultural dos espaços desiguais, referindo várias posições teóricas sobre a questão cultural, nomeadamente as que discutem a existência de diferença cultural necessariamente associada à diferença espacial.

Por outro lado, e não querendo de todo enverdar por uma posição de resignação à ditadura ideológica ou sócio-cultural, contemplamos também abordagens (Rapoport, 1980, 2001 e Natter e Jones III, 1997) que nos alertam para a necessidade de estudar as manifestações e os *poderes* dos espaços produzidos, bem como para a necessidade de esbater e relativizar contextualmente as interpretações dicotomizadas da cidade e da marginalidade. Cada espaço, ao ser interagido por pessoas, adquire personalidade como lugar, sendo a (sua) cultura o resultado da interacção personagem/ambiente<sup>10</sup>.

Assim, pensamos que as abordagens que se centram no estudo de uma cultura determinada, porque associada a determinado espaço da cidade, correm o risco de alimentar uma marginalização simbólica destes espaços que falaremos no ponto seguinte. A nossa intenção é aprofundar a relação que as pessoas estabelecem com os espaços, compreender a forma como vivem nesses lugares, sem persistir em abordagens ecologicamente *marginalizantes*.

---

<sup>10</sup> Hall (1986), é talvez o primeiro a sistematizar a importância da consideração de uma relação entre espaço e cultura. Introduce a *Proxémica* enquanto estudo das observações inter-relacionais do uso do espaço pelo homem, enquanto elaboração *especializada* da cultura.

### 3. A *imagem dos espaços marginais: registo do simbólico # 2*

Grafmeyer (1995) associa a tradução espacial da segregação aos fenómenos de proximidade e de distância social. Concordando com esta ideia, apoiamo-nos, para introduzir a questão da representação sócio-espacial (que encaramos como o nó de conexão entre os dois pontos abordados anteriormente), nas abordagens da psicologia social (socorrendo-nos de conceitos como identidade social e representação social), no interaccionismo simbólico e na conceptualização de Shields (1991, 1997) de espacialização social.

A identidade social (Tajfel, 1978 cit. Amâncio, 1993), relaciona-se com a (não) pertença a determinados grupos sociais e com a significação avaliativa/valorativa resultante dessa condição. Subjacentes à construção de uma identidade social, encontramos os processos de categorização, identificação e comparação social. Estas abordagens colocam então a identidade no centro da análise das relações intergrupos, considerando que esta possui um carácter explicativo da diferenciação e da discriminação sociais (Amâncio, 1993).

Por outro lado, as representações sociais, enquanto *teorias sociais práticas*, simplificam a realidade e familiarizam o desconhecido: "Resolver problemas, dar forma às relações sociais, oferecer um instrumento de orientação dos comportamentos, são razões poderosas para edificar uma representação social" (Moscovici, 1961 cit. Vala, 1993, p.358).

Na mesma orientação, consideramos o conceito de espacialização social de Shields (1991, 1997). O autor analisa os aspectos da produção do espaço, tendo como referente a espacialização social, conceito que designa o processo contínuo de elaboração simbólica do espaço e que inclui, segundo Mela (1999) "tanto as elaborações do

imaginário social como a formação de «mitologias» relativas a cidades ou âmbitos territoriais como as que exigem intervenções na paisagem ou no ambiente construído" (p.148). Para Shields (1997), na espacialização social, "spaces are not only overcoded, but physical space itself is 'produced' via classification schemes with various (ideological) divisions as good and bad areas; ours and theirs; this place and that place; spaces and places for this or that" (p.192).

Shields (1991) considera também a espacialização sócio-cultural, ao associar a marginalidade geográfica como marco duma periferia social. "Their marginal status may come from out-of-the-way geographic locations, being the site of illicit or disdained social activities, or being the Other pole to a great cultural centre. In all cases the type of geographic marginality discussed below is a mark of being a social periphery" (p.3).

No seu conjunto, aplicando estes conceitos à organização socio-espacial, e tendo em conta os aspectos de construção simbólica dos espaços anteriormente referidos, constatamos que representamos simbolicamente pessoas e grupos associando-as, também simbolicamente, a determinados espaços aos quais atribuímos determinadas características. Esta simbolização permite-nos, assim, quer uma identificação, quer uma contra-identificação social, sendo esta última responsável pela distância social que estabelecemos relativamente a determinados espaços e aos seus utilizadores. Assim, e concordando com Salgueiro (2000), "a concentração de indivíduos ou grupos de excluídos permite a atribuição de conotações negativas aos territórios, afectando o seu valor na escala de prestígio" (p.21).

A temática da representação negativa dos espaços marginalizados consiste, então, um dos nossos registos de exploração da construção simbólica dos espaços marginais.

Os espaços urbanos desfavorecidos em geral, e os bairros sociais em particular, são os espaços que a normatividade percebe como inseguros, foco e fonte de degradação social e moral; são espaços onde habitam grupos sociais que são representados diferencialmente pelos grupos normativos e sujeitos a um afastamento experiencial (Fernandes, 1994; Machado, 2000).

Vários autores (Fernandes, 1994; Mela, 1999; Machado, 2000; Salgueiro, 2000) apontam para o facto de à representação negativa destes espaços estar inerente um processo mais global de marginalização territorial, sendo essa representação negativa muitas vezes razão de existência e persistência desses espaços e das dinâmicas alternativas que neles se estabelecem<sup>11</sup>.

Existe, de facto, uma representação de 'temor' e de indesejabilidade sobre estes locais, que está, segundo Machado (2000), associada a um processo simbólico que "decorre do facto de o bairro concentrar, pelo menos no imaginário popular, as figuras associadas ao crime (e.g., classes desfavorecidas, minorias étnicas, juventude desocupada), um dos seus principais significantes (a droga) e as condições espaciais evocativas do medo" (p.285). Por outro lado, este temor relaciona-se com o que a autora designa de processo de legitimação, que se refere ao desconhecimento e evitamento que a dita 'normatividade' tem desses espaços, que por sua vez alimenta os estereótipos a eles dirigidos, bem como a diferenciação e distanciamento sociais.

Guerra (1994) sublinha também a dinâmica de estigmatização que se estabelece entre os habitantes dos bairros sociais e a sociedade em geral, em que as pessoas que habitam esses espaços interiorizam a sua imagem socialmente desvalorizada, sendo que

---

<sup>11</sup> De destacar aqui o papel dos *media* na fundamentação e sustentação de representações valorativas dos espaços; eles apresentam-se como produtores da hegemonia de certas representações sociais (Vala, 1993), e é visível a sua contribuição na construção de um imaginário colectivo de distância e de medo relativamente a determinados espaços urbanos, como por exemplo os bairros sociais.

"pela associação que é feita entre o bairro e os seus habitantes, habitar nesses bairros é arriscar a imagem de se ser marginal, delinquente, indesejável" (p.11).

Costa Pinto e Gonçalves (2000), apontam também para a forte interiorização, por parte de residentes em áreas marginalizadas, de uma imagem negativa proveniente da opinião pública, constatando ainda que existe uma forte crítica por parte destes, face às pessoas que veiculam essa imagem negativa do espaço onde residem. A autora considera ainda que "a percepção de uma imagem pública negativa pode levar a processos de rejeição do contexto residencial, processos esses que têm uma relação estreita com a insatisfação residencial, a qual pode inclusivamente gerar formas de apropriação do espaço que não só reforçam essa negatividade da imagem pública (como por exemplo, actos de vandalismo) como contribuem para gerar dinâmicas de conflitualidade" (p.103).

Para as autoras (idem), a interiorização negativa da posição social por parte dos habitantes dos bairros sociais (este estudo foi realizado em cinco bairros sociais de Lisboa) - populações social e economicamente vulneráveis - associa-se à percepção que estes "têm das suas próprias capacidades enquanto actores sociais, isto é, como *fazedores do seu próprio destino*. Neste sentido, a auto-imagem é influenciada por essa imagem exterior (...) sendo que este confronto com uma imagem desvalorizada pode suscitar atitudes tão variáveis quanto a aceitação, a contestação ou a recusa" (p.103).

As zonas marginais fazem então parte do imaginário colectivo constituindo-se enquanto territórios acossados (Fernandes, 1994), na periferia ou no centro das grandes cidades, "sont formées des zones de marginalité urbaine envahies par des 'classes dangereuses' <sup>12</sup>et de plus en plus coupées des autres quartiers de 'classes moyenes'" (Lapeyronnie, 1993, p.105).

---

<sup>12</sup> Relativamente à questão da insegurança urbana, Chaline (1997) considera que, da combinação entre um mercado de trabalho sem grandes perspectivas e do declínio de toda a forma de controlo social, se constituem territórios urbanos ou suburbanos, microsociedades que se instalam numa desviância normativa. Os sinais exteriores de insegurança "s'agit, pour les uns de violences verbales, pour d'autres de marquages de

Existe pois, tal como os autores interaccionistas referem, um fluxo de representações que atravessa centro e margens e que contribui para a formação de uma identidade social e cultural, estereotipada quer das personagens centrais, quer das personagens periféricas da cidade, bem como para a promoção de diferenciação e distância social.

\*\*\*

Neste ponto, consideramos os lugares urbanos marginalizados como lugares sujeitos a uma forte e amplamente difundida *representação simbólica*. Genericamente, somos levados a afirmar que, dos espaços marginais, o comum transeunte só conhece a fachada, imaginando o que se passa para lá das fronteiras invisíveis, sustentadas por engrenagens que alimentam no imaginário colectivo o medo, a insegurança, o desconhecimento, a distância.

Por outro lado, tentamos abordar igualmente os aspectos da *marginalização simbólica*, que consideramos como reacção (que podemos designar de interacção simbólica) a este imaginário colectivo e também como uma actualização participante das personagens, na sua vivência quotidiana simbólica, dos *lugares desiguais* (merecendo este último aspecto maior destaque na Parte B desta dissertação).

---

territoires, comme les *tags*, plus encore de produits d'actes de petit vandalisme allant de la dégradation d'espaces communs ou d'équipements de proximité, jusqu'à la destruction de véhicules après leur cannibalisation" (p.36).

\*\*\*\*\*

Em síntese, ao longo deste capítulo, procurámos abordar a marginalização espacial, quer no sentido da materialidade, quer quanto à sua produção simbólica, quer ainda no sentido da sua produção representacional.

Analisámos as questões do simbolismo, tentando considerar o seu registo mais global - forças ideológicas, socio-económicas e socio-culturais que mantêm a desigualdade espacial -, bem como o seu registo mais psico-social: processos psico-sociais envolvidos na representação colectiva (e individual) dos espaços marginais.

### Capítulo#3 O Porto - Espaços-tempos de Urbanização e Marginalização

Consideraremos, neste capítulo, a produção espacial e a espacialização social a que a cidade do Porto é historicamente submetida, centrando-nos na descrição dos espaços-tempos de marginalização desta cidade, com vista quer a uma primeira localização, quer a uma primeira caracterização das nossas unidades de estudo:

- O centro histórico do Porto, espaço a partir do qual a cidade se desenvolve, espaço sujeito a uma recorrente marginalização<sup>13</sup>, tendo passado por uma saturação, desertificação e actual requalificação urbana, centrada no património e no espaço público (cf. Porto a Património Mundial; Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico; C. R. U. A. R. B./C. H. e Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura);

- A ilha, como um *fóssil vivo*, (cf. Mapa #1) símbolo de uma produção espacial secular decorrente da industrialização, sujeita a políticas históricas de erradicação (cf. Programa Especial de Realojamento);

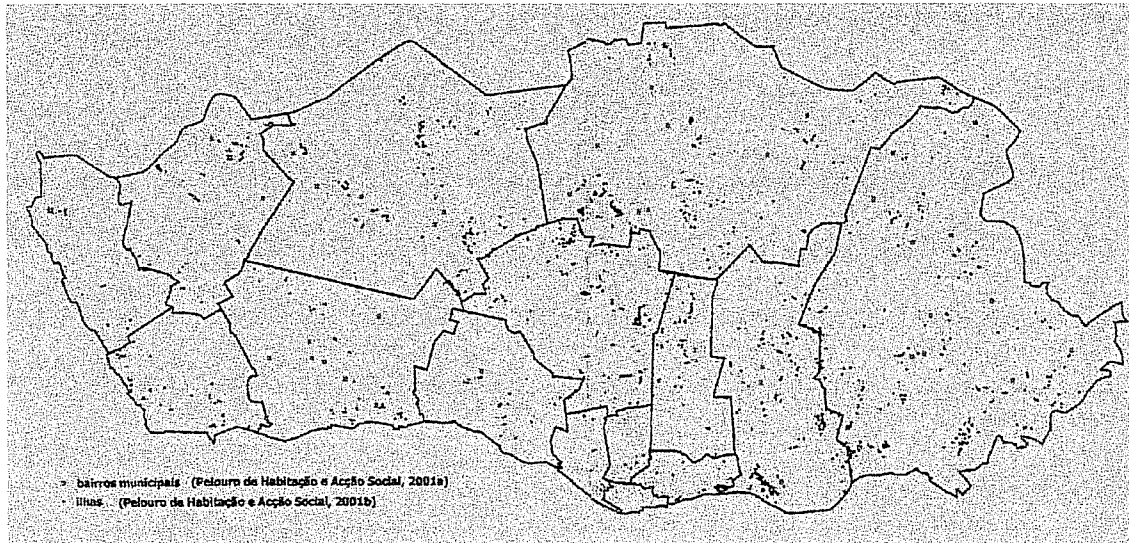
- O bairro social, que traduz claramente o crescimento periférico da cidade e a espacialização social daí decorrentes, lugar que possui um inquestionável peso simbólico na produção colectiva da cidade<sup>14</sup> e que parece ser, inquestionavelmente, forma única de fazer habitação social (cf. Mapa #1).

São então estes os lugares urbanos da cidade por nós eleitos, lugares (residenciais) que traduzem o registo de temporalidade da produção espacial desta cidade, lugares sujeitos a uma recorrente marginalização simbólica.

---

<sup>13</sup> De referir por exemplo que o centro da cidade persiste no imaginário colectivo de medo, como um lugar a evitar. Num estudo sobre insegurança urbana na cidade do Porto (Machado, 2000), a zona histórica do Porto e a baixa portuense aparecem em primeiro lugar na 'escala' dos lugares temidos.

<sup>14</sup> Os bairros sociais na sua generalidade são identificados, em segundo lugar, como espaços de localização do medo colectivo, no mesmo estudo supracitado (Machado, 2000).



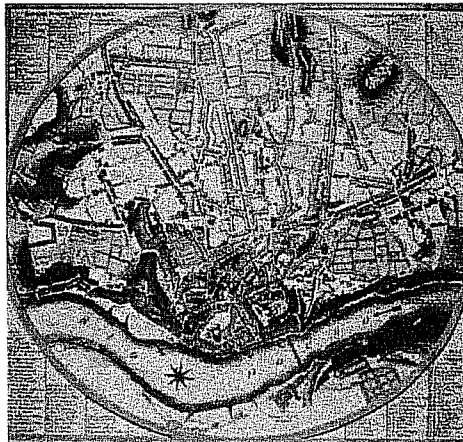
Mapa #1 - Distribuição de ilhas e bairros municipais na cidade

## 1. O Centro Histórico

O traçado medieval do Porto, resultado duma tipologia de forma orgânica e espontânea, traduz-nos, quer uma adequação às necessidades da época - defesa e comércio (daí as ruas estreitas e íngremes, adaptadas à topografia) -, quer uma vontade de planeamento (Loza, 1999).

Até meados do séc. XVIII o Porto mantinha a estrutura medieval, de ruas que espelham a topografia formando pequenos e densos quarteirões dentro de muralhas (cf. Mapa #1).

Mapa #2 - O Porto Medieval. Planta de George Balck, 1813.



Fonte: Câmara Municipal do Porto/ CRUARB (1999).

As primeiras iniciativas que promovem a expansão da cidade podem ser atribuídas a João de Almada - governador civil e militar -, que funda em 1758 a Junta dos Trabalhos Públicos do Porto. Em 1774 a Junta, agora financiada pela Companhia dos Vinhos, prolonga a Rua das Hortas (actual Rua do Almada) até à Praça de Santo Ovídio - actual Praça da República.

A abertura sucessiva de novas ruas – Almada, Santa Catarina, Santo Ildefonso, Clérigos e Santo António - triplica a área urbana e são estas novas ruas que se constituíram como eixos da instalação da burguesia na cidade do Porto. Em 1778 a Junta Pública elabora um documento onde é apresentada uma concepção global do crescimento

da cidade. Cria-se então o primeiro Plano do Porto - "Plano de Melhoramentos". "Abrem-se grandes rasgos nas muralhas, traçam-se as ruas que, fora de muros, reforçam os eixos de ligação com o Norte, constroem-se os edifícios que trazem o poder económico dos novos empreendedores" (Alves Costa, et al., 1979, p.18).

O centro medieval integra as freguesias da Sé, S. Nicolau e Vitória (localização da nossa unidade 1). Durante o séc XVIII e XIX, outras freguesias vão sucessivamente sendo integradas na divisão administrativa da cidade. No princípio do séc. XVIII são incluídas as freguesias de Miragaia, Sto. Ildefonso e Bonfim; no final do séc XVIII são anexadas as freguesias de Cedofeita e Massarelos<sup>15</sup>.

Os bairros velhos das freguesias da Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória são, no início do séc XIX, sobreocupados pela emigração rural (Teixeira, 1996). "A população operária, oriunda de meio rural, começou por instalar-se no núcleo histórico, na Sé e na Ribeira, onde as elevadas densidades de ocupação do espaço deram lugar a uma intensa e rápida saturação da zona, originando as chamadas 'colmeias humanas'" (Azevedo, 2000, s/p).

Começa então aqui uma 'longa história' de espacialização social e *produção desigual* do centro histórico que passa por esta forte densificação - com todas as consequências ao nível da salubridade e da imagem colectiva desse lugar - seguindo-se uma intensa desertificação - cuja responsabilidade pode ser atribuída maioritariamente ao Plano de Auzelle de 1962 (cf. Ponto 3 deste capítulo) - e finalmente, encontra-se, principalmente desde a candidatura a património mundial (1993), sujeito a uma série de intervenções e discursos proclamadores da reabilitação do património histórico e requalificação urbana.

---

<sup>15</sup> Os novos bairros burgueses são construídos nas freguesias de Sto. Ildefonso, Massarelos e Cedofeita que, como já foi referido, formam o anel de expansão da cidade na primeira metade do século XIX (Teixeira, 1996). Em 1836 e 1837 são incorporadas as freguesias de Campanhã, Paranhos, Lordelo do Ouro e S. João da Foz; finalmente em 1885 são integradas as freguesias de Aldoar, Ramalde e Nevogilde.

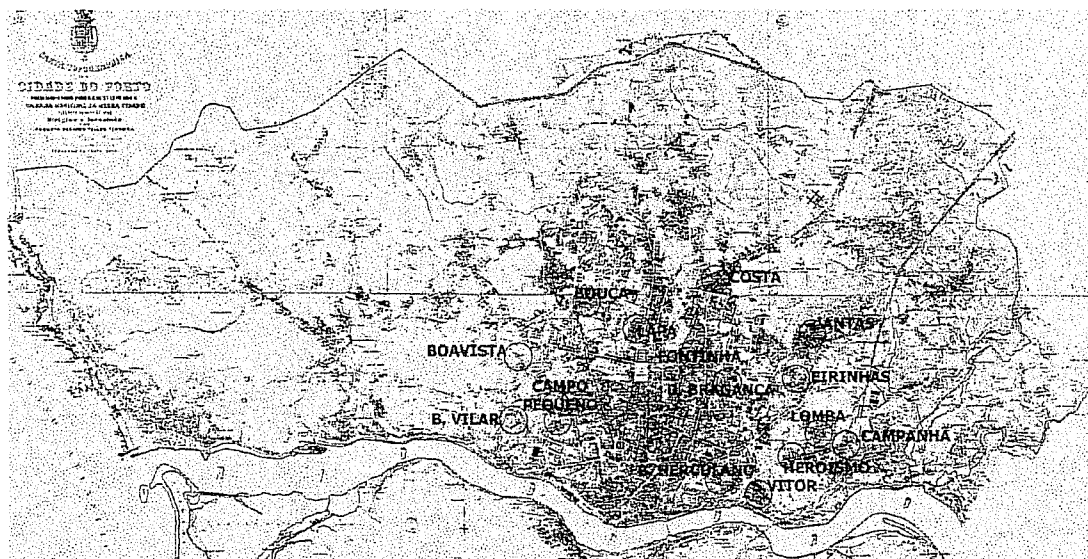
## 2. As Ilhas / Bairros Operários

As ilhas constituem-se principalmente na segunda metade do século XIX como um tipo de habitação 'ideal' para lidar com uma consequência do desenvolvimento industrial e da crise agrícola: os muitos recém-chegados à cidade - a população aumenta em 46% de 1838 a 1864 (Teixeira, 1994) - que "se vão deparar com uma situação de dupla exploração, na fábrica como operários e na vida urbana como inquilinos e consumidores" (Alves Costa et al., 1979, p. 19).

A pequena e média burguesia descobre então que pode usar os quintais ou terrenos traseiros das casas para construir pequenas habitações com a finalidade de as alugar aos novos operários (Alves Costa et al., 1979).

A maior parte das ilhas foi construída entre 1864 e 1900 (metade destas entre 1878 e 1900 (Teixeira, 1996)), espalhando-se pela cidade (cf. Mapa #3).

Mapa #3 - Localização das principais áreas de ilhas. Planta de 1892.



Adaptado de Teixeira (1996).

Segundo Teixeira (1996), vários factores podem ser responsáveis pelo aparecimento da ilha, a sua específica forma, localização e implementação: a demolição

da muralha no fim do século XIX, o parcelamento da cidade, propício a esta forma de habitação, e os promotores. Este tipo de habitação surge como solução emergente adaptada aos meios económicos dos seus habitantes (população operária vinda do meio rural), aos recursos financeiros dos construtores, bem como às condições espaciais em que foram desenvolvidas (Teixeira, 1996).

Quanto ao nome, este parece estar associado ao facto de a ilha ser constituída por grupos de casas interiores a quarteirões com um acesso semelhante ao de uma habitação só (Alves Costa et col., 1979).

Morfologicamente, a ilha constitui-se em filas de casas de dimensões reduzidas e de um só piso, construídas nas traseiras das habitações burguesas - em zonas já objecto da expansão urbana do início do século - ou em terrenos sem qualquer construção prévia próximos dos focos industriais (cf. Figura #1). Os lotes urbanos onde as ilhas se implantavam tinham cerca de 6 metros de largura e a área média ocupada era de 16m<sup>2</sup> por casa. As ilhas não possuem rede de águas nem de esgoto e as casas de banho são comuns.

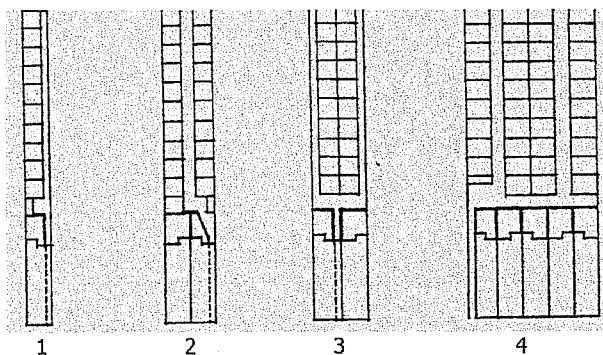


Figura #1 - Principais tipos de ilhas  
Fonte: Teixeira (1996).

- 1- ilha construída num único lote.
- 2- ilha construída em dois lotes, com corredor central.
- 3- ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas-com-costas e dois corredores laterais de acesso.
- 4- ilha construída em terrenos de traseiras correspondendo a vários lotes, com filas sucessivas de casas construídas costas-com-costas.

Teixeira (1994, 1996) defende que as ilhas obedecem a uma forma de segregação interior que ainda hoje é visível: elas constituíam lugares de 'trabalhadores'. A população das ilhas era predominantemente de operários industriais e artesãos (68%),

sendo a restante constituída por população trabalhadora com ocupações mal remuneradas na área do comércio e dos serviços (idem).

No final do século XIX (quando 30% da população da cidade vivia em ilhas)<sup>16</sup> surgem as primeiras denúncias da evidente degradação do estado deste tipo de habitação. As ilhas são descritas como "tristes habitações de gente pobre, explorada descaradamente pela ganância dos senhorios; casebres, de ordinário imundos, quase sempre iguais e unidos, formando um ou dois renques, por entre os quais passa um beco, na maior parte dos casos sem saída" (Moreira, 1904 cit. Alves Costa et al., 1979, p.20).

As habitações populares ficam sobrelotadas e os novos habitantes começam a improvisar formas de habitação, depressa aparecendo um novo mercado residencial, caracterizado pela falta de condições higiénicas e de dimensão: surgem os primeiros bairros de lata; uma situação denunciada que exige ao poder público uma intervenção em nome da higiene e da moral (Pereira, 1996).

Pode-se verificar nesta época, uma série de iniciativas que se constituem como casos pontuais de tentativa de resolução do problema habitacional na cidade<sup>17</sup>; porém, é a partir dos anos 40, e principalmente a partir dos anos 50, que se verifica uma intervenção 'de fundo' na questão da habitação.

Em 1940 inicia-se o plano de salubridade das ilhas - demolindo-as ou melhorando-as - e simultaneamente verifica-se a primeira fase de construção dos bairros sociais na periferia, inserida na política das obras públicas do "Estado Novo", que se

---

<sup>16</sup> Um levantamento de 1939 revela que existiam no Porto 13000 casas de ilha, onde viviam cerca de 19% dos habitantes. Hoje são menos de 5000 casas deste tipo, sendo 150 municipais, onde vive 1,6% da população do Porto (Pelouro de Habitação e Acção Social, 1999, cf. Pelouro de Habitação e Acção Social, 2001b).

<sup>17</sup> Como resposta à necessidade de melhores condições habitacionais, surgem iniciativas pontuais de construção de bairros operários por parte de algumas indústrias para alojar os seus empregados qualificados e com bom comportamento (Alves Costa e col., 1979, p.20); em 1918 surge a primeira protecção estatal para a construção de residências económicas; em 1933 o Estado Novo cria o regime das casas económicas em grupos, com a intenção de reproduzir a estrutura da aldeia na cidade.

centra no benefício das estradas, nos edifícios públicos, nos bairros de habitação social e na prática urbanística centrada no embelezamento (Costa Lobo, 1995).

Assim, e como foi referido nos capítulos anteriores desta dissertação, também na cidade do Porto "a viragem decisiva no desenvolvimento económico que caracteriza a década de cinquenta, trazendo a progressiva hegemonia aos interesses do capital industrial, põe na ordem do dia a necessidade de aplicar as modernas técnicas de programação e controlo do crescimento da cidade, no sentido de ordenar aquele mesmo crescimento em função da «racionalidade» do desenvolvimento" (Alves Costa et al., 1979, p.28).

Torna-se necessário, nessa altura, proceder a um empreendimento no sentido de melhorar a imagem da cidade; é necessário libertar os terrenos do centro da cidade que estão impregnados pelas insalubres ilhas. Surge então, neste contexto, o Plano de Melhoramentos de 1956, que inicia a longa história dos bairro sociais.

### 3. Os Bairros Sociais

O Plano de Melhoramentos de 1956 (1956-1966: 6072 fogos construídos) pressupõe continuar o 'combate' às ilhas através da construção dos bairros municipais (cf. Mapa #4). Este plano insere-se então numa política de expansão urbana, sendo possível dizer que traduz o pensamento moderno do planeamento urbano na cidade do Porto: "devem ser mobilizadas áreas suficientemente amplas para se tornar possível a consideração no seu verdadeiro plano das exigências do desenvolvimento e do progresso de uma grande urbe como o Porto, e o preenchimento das condições indispensáveis para o seu crescimento correcto e ordenado e para o descongestionamento gradual das suas áreas centrais, hoje excessivamente ordenadas" (Conferência de Imprensa do Ministro Arantes e Oliveira sobre o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto, 1956, cit. Alves Costa et al. 1979, p.29).

Mapa #4 – Plano de Melhoramentos (1956-1966)



Fonte: Pelouro da Habitação e Acção Social (1999)

■ grupo de moradias populares    ■ zonas salubridadas  
casas demolidas: 4464            pessoas transferidas: 24700

Os moradores das ilhas são obrigados, na sua grande maioria, a acompanhar este deslocamento para o bairro pois não possuem alternativas, sendo uma das políticas deste plano cortar os laços comunitários que a ilha e o centro criaram, separando os seus habitantes por bairros diferentes. A concretização deste plano traduz, pois, "a maior e mais sistemática operação de rejeição para a periferia de populações urbanas de nível de vida mais baixo" (Alves Costa et al., 1979, p.29).

O Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (1956) foi adaptado, dando origem ao Plano de Auzelle (1962), que traduz claramente a política de renovação urbana que referimos nos capítulos anteriores e que resulta na desertificação do centro e na concentração periférica. Este plano pressupõe a zonificação, favorece o crescimento dos concelhos circundantes à cidade e destina o centro à actividade terciária. Assim, os novos bairros, os subúrbios, aparecem como uma inevitável desconcentração resultante da grande densidade urbana, desenvolvendo-se num sistema que os reproduz numa lógica de perversidade habitacional (Abrantes, 1994; Gross, 1994; Guerra, 1994).

Por sua vez, Ferreira, Ferreira e Pimenta (2001), consideram também que esta criação massiva de grandes bairros periféricos, maioritariamente desligados da malha urbana envolvente, está associada a situações de marginalidade urbana, que por sua vez expressam as desigualdades sociais.

São então lugares que resultam da produção desigual do espaço, da espacialização social e são também lugares sujeitos a um forte controlo. Na verdade, o Estado empenhou-se em moldar o habitus dos seus habitantes, estabeleceu normas de selecção dos beneficiários desse tipo de habitação e institucionalizou um sistema de vigilância<sup>18</sup> da utilização desse espaço (Gross, 1994).

---

<sup>18</sup> Nos bairros, durante o Estado Novo, existiam fiscais que faziam cumprir o regulamento de ocupação e que poderiam, por exemplo, passar multas aos seus habitantes se eles possuíssem um gato, levantassem a voz ao vizinho, etc. (Alves Costa et al., 1979).

Assim, os bairros sociais são, e sempre foram, espaços para excluídos - os excluídos do centro, os excluídos das ilhas, os excluídos dos *squemata* sociais colectivos - e constituem-se ainda actualmente, quer simbólica, quer materialmente, como lugares *nocturnos* da sociedade, lugares de problematização e expiação socio-política.

Consideremos, para terminar, algumas intervenções mais actuais no âmbito da habitação social e do realojamento, que tentam 'solucionar' os problemas dos espaços marginais do centro, das *resistentes* ilhas e dos bairros sociais.

O 25 de Abril provoca uma grande adesão à luta pelo direito à habitação, principalmente por parte de populações dos bairros pobres que se organizam em acções reivindicativas.

O movimento pós-revolucionário, na figura do SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local (1974-1976) - constitui-se como um momento importante quando consideramos os espaços-tempos da produção espacial da cidade portuguesa, em particular do Porto. O processo SAAL marcou as políticas habitacionais de construção da cidade, sendo a preocupação colocada ao nível do realojamento de populações e na participação dos moradores no processo (usando por exemplo modelos de auto-construção). O SAAL conduziu à elaboração de um grande número de projectos, projectos inovadores no cenário da habitação social no país: "projectos evolutivos, uns; agrupamentos de baixa altura, na maioria; conjuntos adaptados a médias empresas e ainda, nalguns casos, capazes de incorporar alguma auto-construção" (Portas, 1979, p.112).

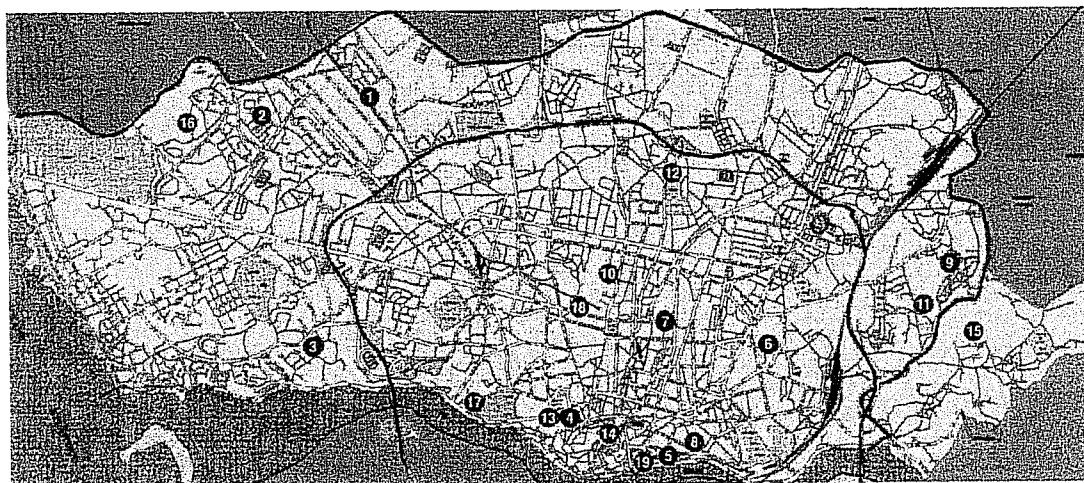
Consideramos que o SAAL constitui o único processo que procedeu de facto a uma participação pública, já que se tenta mudar do processo de *design* convencional,

onde se exclui o envolvimento dos residentes, para uma nova visão que começa pela análise dos recursos e formas locais (Portas, 1979).

Atentemos agora no Programa Especial de Realojamento (P. E. R.) - criado pelo Decreto-Lei n. 163/93, de 7 de Maio - que nos foca a atenção sobre o problema da habitação social em geral e o do realojamento em particular.

O P. E. R. tem (ainda) como objectivo genérico a erradicação das barracas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (cf. Mapa#5)<sup>19</sup>. Este programa propõe-se a: dispersar a construção de empreendimentos P.E.R., maximizando a sua adaptação às características do tecido urbano pré-existente; realojar um número significativo de famílias na zona central da cidade, recuperando habitações e contrariando a sua crescente terciarização (cf. Capítulo #1, ponto 1); e efectuar um acompanhamento das famílias a realojar, envolvendo-as no processo, para que possam ser responsabilizados pelos fogos a construir.

Mapa #5 O P. E. R. no Porto.



Fonte: Pelouro de Habitação e Acção Social (1999)

1- Viso//2- Choupos//3- Condominhas//4- Cordoaria//5- Duque de Loulé//6- Eirinhas//7- Fontinha//8- Fontainhas//9- Ilhéu//10 - Travessa de Salgueiros//11- Falcão//12- Monte de S. João//13- Virtudes//14- Mouzinho da Silveira/Flores//15- Lagarteiro//16- Aldoar//17-Campo do Rou//18 - Bouça//19- Escarpa dos Guindais

<sup>19</sup> É interessante verificar que no Porto, o P.E.R. suscitou um debate semântico visando fazer equivaler a definição de *ilha* à de barraca (Portas, 1995).

Porém, e para Ferreira (1994), o programa "tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precaridade económica e com graves problemas sociais, serviços da administração burocratizados" (p.10).

Seguindo a mesma orientação, Freitas (1994) considera o carácter paradoxal do realojamento, discutindo nomeadamente se as acções de realojamento se efectuam numa lógica da promoção social das populações, ou se numa lógica de reprodução da pobreza.

Para Ferreira (1994), é necessário, nas acções de realojamento, que este seja disperso pela cidade, com integração dos bairros no tecido urbano e no acesso aos equipamentos urbanos; que os projectos urbanísticos e de arquitectura apresentem diversidade de soluções; que se diversifique as modalidades de acesso (arrendamento, opção de compra e renda resolúvel) e que exista participação e implicação das populações durante todo o processo.

Por fim, para Guerra (1994), é necessário deslocar o foco do problema do realojamento das questões financeiras e urbanísticas para as questões sociais. Para a autora, o alojamento "é, antes de mais, um problema social e não um problema de edifícios, tudo isto porque as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas" (p.11).

Destaquemos, para finalizar, algumas instituições/programas que se focalizam exclusivamente na resolução das questões urbanas relativas ao centro histórico.

Comecemos pelo organismo CRUARB/CH (Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/Barredo/Centro Histórico), responsável pela recuperação urbana do centro histórico da cidade; a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica e as intervenções neste espaço da responsabilidade da Sociedade Porto 2001.

O CRUARB, criado pelo governo logo após o 25 de Abril, passou, em 1982 para o Município do Porto, sendo hoje um Projecto Municipal do Porto para a reabilitação urbana do centro histórico do Porto que envolve as freguesias da Sé, S. Nicolau, Miragaia e Vitória (Pelouro da Habitação e Acção Social, 1999).



- Área classificada como Património Mundial

A Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica (criada em 1990), propõe-se a melhorar a qualidade de vida da população que habita o centro histórico e a promover o desenvolvimento local, tendo como objectivos gerais: melhorar as condições socio-urbanísticas do centro histórico, nomeadamente em questões de salubridade e conforto; promover a integração económica e social das famílias mais carenciadas; contribuir para a revitalização económica da centro histórico; e revitalizar a cultura, as tradições e os modos de vida da população (idem).

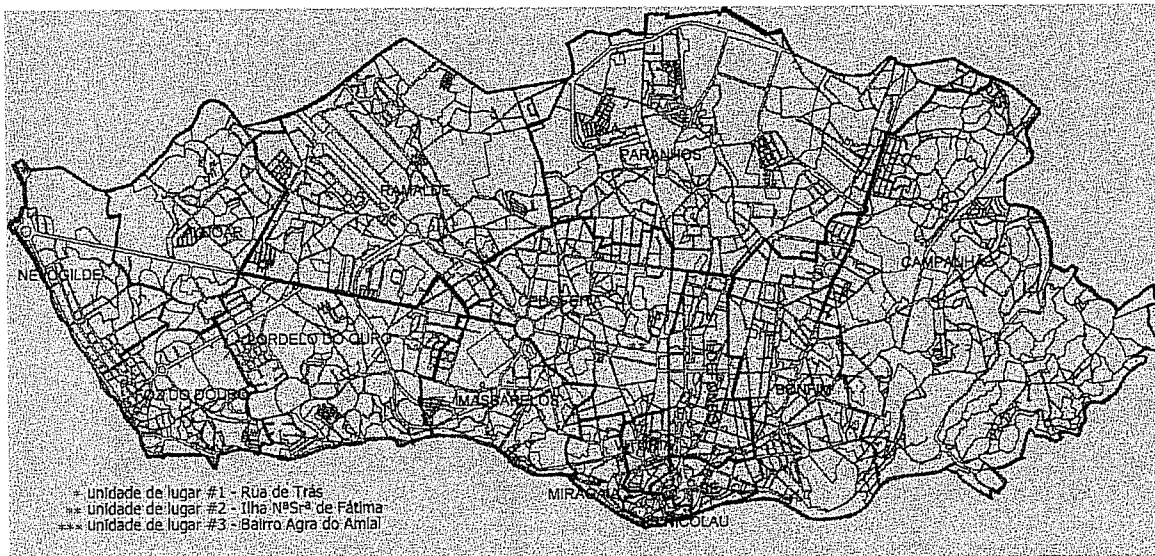
Quanto ao Porto 2001, desde logo a requalificação urbana da baixa da cidade foi apontada como obra de destaque deste projecto, propondo-se a "reequilibrar, requalificar e revitalizar uma cidade que foi decisiva no século XIX português e perdeu ao longo deste século protagonismo e qualidade" (Santos Silva, 1998, cit. Siza, 2001, p.42). O programa de requalificação da baixa portuense - Porto 2001: Regresso à baixa - centra a sua intervenção ao nível dos espaços públicos da cidade - ruas, jardins -, intervenção esta conduzida exclusivamente ao nível do 'chão' - "a baixa do Porto conta agora, no seu subsolo, com tudo o que de mais moderno existe em termos de equipamentos infraestruturais" (Siza, 2001, p.43), na requalificação de edifícios públicos. Assim, as

propostas iniciais de intervenção na revitalização comercial e promoção de habitação ficaram excluídas da intervenção.

\*\*\*\*\*

Como conclusão, poderemos dizer que este capítulo se constitui como uma contextualização primeira das nossa unidades de estudo. Como vimos a tentar mostrar ao longo deste capítulo, através de aproximações sucessivas à urbanização e à produção desigual de espaços na cidade do Porto, fomos conduzidos a três lugares: o centro histórico, as ilhas e os bairros sociais.

Dentro destes três 'grandes lugares', elegemos, por motivos que clarificaremos na PARTE C deste trabalho, unidades de estudo a que chamamos Unidades de Lugar (cf. Mapa#6).



Mapa#6 - Localização das Unidades de Lugar

Estas unidades são aqui apresentadas apenas com o objectivo de contextualização histórica e espacial e como breve caracterização do tipo de organização morfológica em cada unidade, reservando, também para a PARTE C, a referência a outras contextualizações e características das nossas unidades de estudo.

## **PARTE B - AS TRANSACÇÕES PERSONAGEM-AMBIENTE**

### **Capítulo # 1 - A Psicologia Ambiental e a visão Transaccional no estudo das relações personagem-ambiente**

A emergência e constituição do campo de saber da psicologia ambiental associa-se naturalmente a uma diversidade de aspectos sociais e científicos. Assim, principalmente a partir dos 60/70<sup>20</sup> verifica-se: uma preocupação crescente com o ambiente e o movimento ecológico; a chamada das ciências sociais e humanas para a resolução de problemas sociais; uma crítica crescente aos métodos laboratoriais acompanhada de um concomitante desenvolvimento dos métodos naturalistas; uma ética do interdisciplinar acompanhada também por uma preocupação com unidades globais de análise (Altman & Rogoff, 1987).

Para Sommer (1987), as origens da psicologia ambiental associam-se a dois movimentos que aparecem nessa época: o movimento dos Direitos Humanos e o Movimento Ambiental, que por sua vez se associam a movimentos pró desenvolvimento sustentável<sup>21</sup> e pró participação pública (cf. Parte A). Assim, torna-se legítimo, a partir de um certa altura, "to ask what professional were doing for the environment, for ethnic

---

<sup>20</sup> Em 1964, o termo psicologia ambiental é introduzido por William Ittelson na Conferência da Associação Americana dos Hospitais em Nova York sendo, desde o início, chamada de psicologia arquitectural, ecologia psicológica, psicologia ecológica, reflectindo desde logo o seu carácter multidisciplinar (Cassidy, 1997).

<sup>21</sup> Concordamos com Sime (1999) ao afirmar que "past and future concerns about the environment, technology and natural disasters, are galvanizing interest and research funding politically in the domain of competition between local and global resources. Coupled with this is increasing interest in social and place identity" (p.205).

minorities and the poor, and for the struggle for economic justice in the third world" (Sommer, 1987, p.1491).

Considerando a consituição do saber científico da psicologia ambiental, os primeiros esboços de um enquadramento podem ser encontrados em autores que cedo demonstraram preocupações com a relação pessoa-meio. Destacamos aqui o trabalho de Kurt Lewin, já que, a nosso entender, foi determinante na construção do quadro de referência no qual nos situamos - a visão transaccional na análise das transacções entre as personagens e os seus ambientes.

Podemos considerar que o autor integra, na sua abordagem ao fenómeno psicológico, aspectos do seu contemporâneo movimento fenomenológico, iniciado por Husserl, e aspectos do movimento galileico na ciência física. Para o autor, a relação mundo real/mundo fenomenal é fulcral para a compreensão dos fenómenos psicológicos; o mundo fenomenal resulta da construção subjectiva do mundo real, constituindo-se assim como um eixo do *espaço de vida* (*life space*). Os processos psicológicos estão então embuídos em situações físicas e sociais formando um *espaço de vida* ou *campo psicológico* que funciona como um campo de forças, onde se 'encontram' diferentes vectores, conflitos de forças, barreiras, valências, etc. (Lewin, 1943, 1951 cit. Soczka, 1980).

A intenção de Kurt Lewin é explicar o comportamento em relação à situação onde ocorre; a dinâmica de um processo deve então ser sempre compreendida relativamente ao indivíduo e à situação concreta, referindo-se esta última ao estado momentâneo do indivíduo e à estrutura da situação psicológica (Lewin, 1931, cit. Correia Jesuíno, 1992). O fundamental na compreensão do fenómeno psicológico é determinar o carácter da situação num determinado tempo, ou seja, aceder às propriedades do campo psicológico nesse tempo particular, podendo este ter influências quer do passado psicológico do

sujeito ou grupo, quer da projecção do futuro (Lewin, 1935, cit. Soczka, 1980). O autor considera que a pesquisa deve então ter em conta a interacção entre pessoa e contexto - princípio aceite como ideal por muitos autores (embora poucos o pratiquem) e que constitui o princípio fundamental da psicologia ambiental (Cassidy, 1997).

Segundo Cassidy (1997), a herança deixada por Lewin à psicologia ambiental associa-se a três aspectos: o comportamento é finalmente explorado relativamente à interacção que se dá entre a pessoa e o ambiente, introduz-se a interdependência entre a teoria e a sua aplicação, e argumenta-se que a pesquisa deve ser baseada nas situações do mundo real "in terms of action research and his field theory" (Cassidy, 1997, p.6). O trabalho de Lewin fornece-nos, assim, um modelo de pesquisa aplicada que se situa num nível molar e não reducionista, possuindo como meta um elevado nível de validade ecológica<sup>22</sup>.

Consideremos agora a abordagem de Barker (1963, cit. Bonnes & Secchiaroli, 1995), autor com influências *lewinianas*, que impulsionou a área da psicologia ecológica. Apesar de poder ser acusado de um determinismo entre padrões de comportamento e espaço físico, este autor introduz o conceito de cenário comportamental que revela uma visão transaccionalista sobre as relações pessoa-ambiente. Barker (1963, 1968, 1978 cit. Soczka, 1993) traduz, no conceito de *sinomorfia*, a indissociação pessoa-meio. O autor considera o *behavioural setting* (cenário comportamental) enquanto unidade ecológica que integra ambiente físico e ambiente social em padrões de comportamento. O cenário comportamental é entendido enquanto uma unidade natural que se estabelece entre o

---

<sup>22</sup> A validade ecológica refere-se à extensão ou alcance, por parte do design e instrumentos aplicados, da múltipla dimensionalidade do fenómeno em estudo e das componentes contextuais que são esperadas como influenciadoras da variação deste (Winkel, 1987); "is based on the likelihood that the research design employed, the construct system introduced or induced to account for some phenomenon, and/or the intervention(s) utilized are capable of yielding information regarding systematic variation in the parameters that define those components of the setting that affect the phenomenon of interest" (Winkel, 1987, p.83). Assim, considera-se tanto os aspectos relevantes para a avaliação da pesquisa em si - a estrutura do design e

social e o físico e à qual se liga um padrão comportamental. Assim entendido, o cenário comportamental torna-se a unidade de análise eleita, verificando-se um deslocamento do estudo dos processos psicológico de indivíduos ou grupos para o estudo dos padrões de comportamento, dos programas de acção patentes nesses cenários (Soczka, 1993).

Para além destas 'raízes' psicológicas da psicologia ambiental, considera-se ainda que as origens e influências deste campo de saber se encontram dispersas por diversas áreas<sup>23</sup> (Lévy-Leboyer, 1980; Altman & Rogoff, 1987; Sommer, 1987; Bonnes & Secchiaroli, 1995; Cassidy, 1997; Sime, 1995, 1999), o que, por sua vez, se reflecte na diversidade de campos de 'especialização' e multidisciplinaridade características da psicologia ambiental.

A psicologia ambiental apresenta-se então como disciplina que tenta compreender as relações que se operam entre o Homem e o Ambiente, seja ele natural ou construído, e "just like any other evolving species, tribes or subcultures promoting its survival, environmental psychology seeks a core, cultivates a field, covets and appropriates neighbouring land, strikes up and abandons different allegiances, maps out boundaries and defends hard won territory as its own" (Sime, 1999, p.192).

A psicologia ambiental, deve então, pela sua própria natureza, estar imiscuída na vida real, nas situações e cenários pessoa-ambiente (Sime, 1999). O objectivo da pesquisa e teoria é dar conta, descrever e compreender os padrões de relacionamento entre pessoas, lugares e processos psicológicos. Esta abordagem apresenta-se como a

---

as técnicas e procedimentos que são usados; como o enquadramento explanatório que é usado para dar conta do fenómeno.

<sup>23</sup> Destacamos aqui os trabalhos de Mumford (1961, cit. Hannerz, 1980) e de Lynch (1982) - da área do planeamento urbano -, de Simmel (1948, cit. Leach, 1997) - da área da sociologia -, de Hall (1986) - da área da antropologia -, de Heidegger (1971, cit. Leach, 1997) - da área da fenomenologia -, de Relph (1976, 1981, cit. Sime, 1995) e Tuan (1980) - da área da geografia humana - e de Norberg-Schultz (1979, cit. Sime, 1995) da área da arquitectura.

mais consonante com o deslocamento do laboratório para 'mundo real' local e global que se operou nas últimas décadas relativamente às ciências sociais e humanas. Sime (1999), sugere que, procedendo a psicologia e a psicologia ambiental a este deslocamento, o foco de atenção deve também deslocar-se do processo psicológico individual para o contexto social, temporal e físico. A psicologia ambiental implica então, naturalmente, a adopção de uma grelha de leitura multidisciplinar (Altman & Rogoff, 1987; Stokols & Altman, 1987; Soczka, 1993; Cassidy, 1997; Bonnes & Secchiaroli, 1995; Sime, 1999).

Porém, e considerando a revisão efectuada por Altman e Rogoff (1987), verificamos que na psicologia ambiental podemos encontrar três visões distintas sobre a transacção pessoa-ambiente.

Numa primeira abordagem - interaccionista<sup>24</sup> (cf. Altman & Rogoff, 1987) - as concepções e pesquisas da psicologia ambiental baseiam-se no estudo de características físicas do ambiente e do seu impacto no comportamento das pessoas - este tipo de abordagem caracteriza a psicologia ambiental nos anos 70. Os factores ambientais, as qualidades do grupo ou da pessoa e os processos são definidos em função de diferentes dimensões, sendo cada factor considerado como uma entidade independente; a visão sobre os fenómenos é positivista, estudando-se sequências lineares entre causa-efeito. O investigador deve, segundo este tipo de abordagens, ser objectivo e ter uma postura de completo distanciamento ao fenómeno que estuda. Para os autores, o tipo de pesquisa predominante em psicologia ambiental usa, tal como ocorre nas outras áreas da psicologia, esta visão interaccionista sobre os fenómenos.

Num segundo momento ou tipo de abordagem, a psicologia ambiental centra a sua atenção no carácter sistémico da relação entre as pessoas e os ambientes. Assim, contrariamente à visão anterior, a visão organísmica (cf. Altman & Rogoff, 1987)

---

<sup>24</sup> Esta designação não reflecte uma qualquer proximidade teórica com o interaccionismo simbólico, referido na Parte A, no Capítulo #2.

considera como cenário de estudo as unidades holísticas, o que implica uma leitura sistémica da forma como os elementos se 'encaixam' entre si. As relações dos elementos nos sistemas são mútuas e recíprocas, sendo que uma variação num elemento pode constituir-se como causa de variação nos outros elementos. A perspectiva organísmica enfatiza relações dinâmicas, complexas e recíprocas entre os elementos do sistema holístico, sendo que essas relações são sujeitas ao efeito contextual. Ao considerar as relações entre os elementos do 'todo' dinâmicas, a perspectiva organísmica contempla o factor tempo. Porém, a mudança é encarada como "linked to underlying regulatory principles such as homeostasis, and/or teleological principles, that is, final causes that direct the systems toward some ultimate, ideal, and stable state of functioning" (Altman & Rogoff, 1987, p.23). Neste tipo de abordagem continua-se, tal como nas abordagens interaccionistas, a defender a objectividade e desvinculação do investigador relativamente ao fenómeno em estudo, isto é, o paradigma positivista da ciência.

Consideremos por fim a visão transaccional, já que, como foi referido, é esta visão sobre as relações personagem-ambiente que está subjacente ao nosso estudo.

A perspectiva transaccional tenta assim distanciar-se e reformular a dicotomia sujeito-objecto, em particular a dicotomia pessoa-ambiente. Uma visão transaccional em psicologia considera os fenómenos psicológicos como acontecimentos holísticos compostos pela inseparabilidade entre processos psicológicos, ambientes físicos e sociais, tempo e mudança (Altman & Rogoff, 1987). Assim, na visão transaccional não existem actores separados num determinado evento; as acções são compreendidas em relação às acções das outras pessoas e em relação a circunstâncias espaciais, temporais e situacionais (Altman, 1991) que, no seu conjunto, desenham o *sentido* e a *natureza* do acontecimento.

Relativamente ao papel e posição do investigador no estudo do fenómeno, este é considerado relativo/subjectivo: os observadores são aspectos do fenómeno, sendo que observadores em diferentes localizações (físicas e psicológicas) podem 'produzir' um leque de diferentes descrições sobre o fenómeno, dependendo das suas posições, perspectivas e papéis relativos ao evento em estudo (cf. Altman & Rogoff, 1987).

Numa visão transaccional, o investigador deve procurar e descrever o sentido dos acontecimentos para aqueles que nele participam - introduz-se assim uma visão activa e participativa do sujeito que, a nosso entender, constitui um dos campos de aplicabilidade *desta* psicologia ambiental. Isto é, a psicologia ambiental, no seu registo transaccional, contempla o papel activo da personagem na relação que esta estabelece com o ambiente, podendo e devendo participar nas intervenções sobre o *seu* ambiente.

Na sua conceptualização da visão transaccional sobre o mundo, Altman e Rogoff (1987) reforçam a importância de considerar o tempo na leitura dos fenómenos, uma vez que tempo e mudança são inseparáveis dos lugares: "temporal factors are intrinsic aspects of the transactional unity, with degrees of stability and change being fundamental properties of phenomena" (p.32).

Na mesma linha, Werner e colaboradores (1985), consideram que a relação que se estabelece entre pessoas e ambiente deve ser entendida enquanto uma transacção dinâmica que envolve tempo, pessoas e lugares.

Rapoport (2001) contempla também a questão do tempo, ao considerar o ambiente como uma organizada e complexa organização de espaço, tempo, sentido e comunicação. Para o autor, o ambiente "is also as much temporal as it is spatial" (p.11); diferentes grupos organizam o tempo diferentemente e atribuem valores diferenciais ao tempo: "the same space can become different settings, so that it is used differently at different times, with different people present" (p.12).

Cooper Marcus (1992) defende igualmente que "feelings occur in space and inevitably become associated with various highly charged places; feelings cannot occur 'out of space' any more than they can occur 'out of time'. Thus, any discussion of emotion and place must return to the observation that the two are inexplicably connected, not in a causal relationship, but in a transactional exchange, unique to each person" (p.111).

Segundo esta visão da relação Homem-Ambiente, as qualidades temporais são então inerentes ao fenómeno em estudo, diferindo aqui das abordagens mais tradicionais, onde o tempo é uma entidade separada do fenómeno e constitui um "entrave" a quem o observa. Por outro lado, e apesar de poder pretender estabelecer um certo grau de generalização do conhecimento, a visão transaccional não busca necessariamente princípios universais que presumivelmente governam todas as facetas da relação pessoa-meio. Esta visão sobre o tempo e mudança prende-se com a consideração do ser humano como *goal-directed* - não se contempla, assim, uma estabilidade na direccionalidade para objectivos, aspirações ou interesses; a mudança é intrínseca à relação que a personagem estabelece com o ambiente. Altman e Rogoff (1987) consideraram os objectivos e finalidades das personagens em permanente mudança: "they shift as the confluence of people, places, and processes changes, as outside events impinge on the configuration, and as people and cultures change in their day-to-day lives and over longer-term historical periods. And there often are multiple goals at work in the same transactional configuration" (p.26).

Num esforço de síntese, Saegert e Winkel (1990) sistematizam em cinco dimensões a perspectiva transaccional: a pessoa-no-ambiente constitui a unidade de análise; tanto pessoa como ambiente definem-se e transformam-se dinâmica e mutuamente ao longo do tempo, como aspectos de um todo; a estabilidade e mudança coexistem continuamente; a direcção da mudança é contextual, não pré-definida; e, em

caso de mudança, é necessário considerar que as mudanças que se verificam a um determinado nível, afectam outros, criando novas configurações pessoa-ambiente.

Por sua vez, Bonaiuto e colaboradores (1999) consideram que o que caracteriza a abordagem transaccional na psicologia ambiental relaciona-se quer com o facto desta se focar em unidades de análise molares (como por exemplo, o lugar) no estudo das transacções pessoa-ambiente, quer com o facto de reconhecer o papel das dimensões afectiva e temporal na experienciação ambiental, enquanto elemento constituinte da unidade pessoa-ambiente.

Assim, numa abordagem transaccional - também chamada de transaccional-contextual - a psicologia ambiental é considerada enquanto a área da psicologia que aborda as relações entre processos psicológicos e processos do ambiente socio-físico (Stokols & Altman, 1987; Bonnes et al., 1995; Cassidy, 1997). Como afirmam Bell e colaboradores (1996), a psicologia ambiental pode ser definida como o estudo das relações molares que se estabelecem entre "behaviour and experience and the built environment" (p.6).

Estes autores, para além de algumas características da psicologia ambiental já anteriormente referidas (o estudo das relações comportamento-ambiente como unidade), vêm salientar dois aspectos que nos parecem fundamentais: a pesquisa aplicada e a metodologia eclética, com apelo à interdisciplinaridade.

Relativamente à questão da multidisciplinaridade (também referida como interdisciplinaridade), partilhamos da sugestão de Fischhoff (1981 cit. Saegert, 1987) de considerar, no trabalho interdisciplinar, que o objectivo realista não é obter a resposta certa mas antes evitar obter a resposta errada, com cada disciplina a ajudar a evitar tipos particulares de erros. Assim, e considerando o design ambiental, partilhamos do desejo

expresso por Sommer (1987): "I can dream of an environmental psychology that learns as much from design as it contributes" (p.1501).

Quanto ao aspecto de aplicabilidade (ou desejabilidade) da psicologia ambiental, Cassidy (1997) enfatiza "the application of psychological knowledge and method to understanding the process and implications of human-environment transaction and applying the insight attained to improving the quality of the experience" (p.240).

Seguindo a mesma orientação, Saegert (1987) considera o psicólogo ambiental enquanto um agente de mudança. Para a autora, a pesquisa que pretende significatividade social e política tem que sublinhar os aspectos das transacções pessoa-ambiente e fazer atravessar pessoa e ambiente pelas variáveis psicológicas, sociais e físicas.

Destacamos o papel/aplicabilidade da psicologia ambiental (cf. Ponto 1, Capítulo #1, Parte A) no que respeita ao *design* e planeamento de espaços, sendo clara, neste âmbito, a necessidade de cooperação entre os *designers* ambientais e os investigadores ambientais (e.g. Zeisel, 1993; Rapoport, 1982, 1983, 1988; Cooper Marcus & Sarkissian, 1986; Francis, 1987; Michelson, 1987; Stokols & Altman, 1987; Tognoli, 1987; Winer, 1988; Broadbent, 1993; Sime, 1995; Cherulnik, 1993; Groat, 1995; Bonnes & Secchiaroli, 1995). Na verdade, é consensual a necessidade de, quer investigadores quer interventores, tomarem a perspectiva do 'utente' desses espaços. Assim, a psicologia ambiental adquire um papel significativo num registo comunicacional entre as personagens que experienciam ou experienciarão aquele espaço e os planeadores e *designers* dos mesmos, bem como entre a investigação e o *design*, já que os *designers* acusam frequentemente a investigação de falta de aplicabilidade e que, por sua vez, os investigadores acusam os *designers* de insensíveis e não analíticos relativamente à teoria (Altman, 1991). Para Zeisel (1993), quando investigadores e os *designers* colaboram,

"each uses the other to do more than either can do alone: researchers to have designers use and improve their information; designers to have Environmental-Behaviour researchers help close the gap between them and their anonymous user clients" (p.50).

Assim, destacamos neste momento, e tendo por referência os aspectos aqui abordados sobre a psicologia ambiental transaccional, a importância deste saber na redução do fosso entre as aqui chamadas ciências contextuais e as ciências formais, no sentido de ambas colaborarem para produção participada dos espaços<sup>25</sup>.

Existem alguns estudos que comprovam que esta participação dos utentes de um determinado espaço no *design* deste aumenta a aceitação e a satisfação ambiental (Winer, 1988). Na mesma orientação, Speller (1996) considera que a participação pública se opõe a sentimentos de apatia e alienação, estimulando as pessoas a pensarem sobre as suas necessidades, os seus valores e as suas atitudes; a contactarem com os seus sentimentos; a sentirem-se competentes e realizadas.

Se a participação pública acontecer de facto<sup>26</sup>, ela trará vantagens quer a nível individual - satisfação, sentimento de controlo, interacção social -, quer a nível organizacional - legitimidade e crescimento organizacional -, quer ainda a nível comunitário - pelos efeitos na questões sociais da comunidade (Eldelstein & Wandersman, 1987).

Concordando com Schneekloth (1987) e Cherulnik (1993) uma intervenção bem sucedida no design, manutenção e gestão do ambiente físico pode melhorar a qualidade de vida das pessoas que o vivem, podendo a psicologia ambiental contribuir para essa intervenção.

---

<sup>25</sup> As situações de realojamento e de habitação social constituem claramente um campo onde é visível a necessidade de uma sintonia forma-contexto.

<sup>26</sup> Churchman (1987) alerta para a necessidade de distinguir participação de envolvimento: "Involvement is used to denote the initiative and actions of authorities of professionals, who, for whatever reason, wish to 'involve' the residents in the decision-making process. Participation is used to denote the activity of the residents who take part in that process" (p.117).

Assim, a proposta de um *designing for culture*, de Rapoport (1988), parece-nos particularmente interessante. Para o autor (ibidem) diferentes organizações de espaço, tempo, sentido e comunicação são necessárias por forma a apoiar, a invés de inibir, determinados estilos de vida<sup>27</sup>. Como tal, o autor sublinha alguns princípios gerais que podem ser úteis para atingir uma congruência entre os estilos de vida e o ambiente físico por forma a construir um ambiente *apoiente*:

a) Deve ser tomado em conta a natureza do grupo e as suas características, estilos de vida, regras de comportamento, preferências ambientais, imagens, esquemas cognitivos, taxonomia espacial e temporal.

b) Devem conhecer-se as necessidades comunicacionais e de privacidade, os mecanismos e defesas usados.

c) A organização social, as relações e redes e a sua relação com a organização do ambiente, com os padrões de movimento e com índices de interacção e cenários devem ser traçadas.

d) Os símbolos "of status as expressed in location, dwellings, and artifacts, i.e., environmental meaning, should be understood, as should the principal ways of establishing social identity" (p.32).

e) Tanto a natureza do sistema de actividades como os seus aspectos latentes e simbólicos devem ser compreendidos, assim como a sua distribuição no espaço e tempo, e a forma como se relacionam com a ordem local, com o comportamento territorial, e com a natureza dos marcos territoriais.

De facto, as necessidades, desejos e valores das pessoas variam e os profissionais, sejam eles *designers* ou investigadores, têm de respeitar as especificidades

---

<sup>27</sup> O conceito de estilo de vida é definido por Rapoport (1988) como enquanto "the outcome of a series of choices about how to allocate temporal, material, and symbolic resources on the basis of culturally defined priorities" (p.31). O *design* é, para o autor, resultado de um processo de escolha semelhante "so that particular environments have qualities seen as desirable or undesirable, supportive or inhibiting" (p.31).

do significado ambiental, considerando aquele contexto, aquela cultura, aquele grupo de pessoas com aquele estilo de vida.

\*\*\*

Abordamos, ao longo deste capítulo, a constituição e orientações da psicologia ambiental, bem como as questões de aplicabilidade da abordagem transaccional deste saber, nomeadamente no que respeita ao seu papel de mediação entre o utilizador do lugar e os 'produtores' do lugar.

Assim, a psicologia ambiental, enquanto saber que dá conta da transacção personagem-ambiente, adquire uma particular importância a nível da intervenção/mudança social.

Por outro lado, e sendo a transacção pessoa-ambiente uma unidade que congrega pessoas, processos psicológicos, contextos e tempos, a psicologia ambiental (transaccional) tem necessariamente de se fazer atravessar por variadas áreas do saber.

Ao enveredarmos por uma visão transaccional sobre os fenómenos urbanos, consideramos então a indissociação entre aspectos formais e contextuais e temporais - é desta indissociação que esta dissertação tenta dar conta.

## Capítulo#2 A exploração do sentido do lugar: processos de transacção e vivência

### ... dos espaços aos lugares

Vários autores - principalmente arquitectos fenomenologistas e geógrafos humanistas - atentam na experiência vinculativa ao ambiente físico, tentando de alguma forma responder ao que chamamos de processo de transformação do espaço em lugar<sup>28</sup>.

Consideramos aqui, de uma forma que pode ser quase ingénua, que o que transforma o espaço em lugar é a experiência sobre este, é a transformação de um *traçado* num *sentido* - a própria etimologia da palavra espaço relaciona-se com o registo daquilo que é 'vazio'. Provavelmente será esta a conceptualização de lugar que todos os "empresários da urbanidade" devem ponderar pois nem o estudo do espaço 'virtual', nem o estudo de 'processos psicológicos e sociológicos virtuais' servem à vida nos lugares, à invenção quotidiana dos lugares (cf. Capítulo #1, Parte A).

O lugar tem uma existência para além da existência do indivíduo *per si* e para além do espaço, na sua fisicalidade e materialização. Para um espaço se transfigurar em lugar, um processo de transacção cognitivo-afectiva tem de se estabelecer entre a pessoa e o espaço (que o deixa de ser a partir desse momento); o lugar é uma palavra com peso simbolico-vivencial, enquanto o espaço não possui essa carga experiencial e inventiva, é o 'vazio'. Enquanto o espaço é uma topo-abstracção, um lugar implica uma ligação forte, temporária ou mais permanente, entre a pessoa e essa localização física particular (Sime,

---

<sup>28</sup> Relph (1970, 1976, cit. Bonnes & Secchiarioli, 1995) consideram três aspectos na abordagem ao lugar: a aparência ou aspectos físicos, as actividades e funções observáveis e os significados ou símbolos. Norberg-Schulz (1980, cit. Bonnes & Secchiarioli, 1995) considera a existência de um *genius loci* - espírito de lugar - que é inerente ao ambiente isto é, cada espaço, por si só possui um carácter que faz com que o ser humano o viva de determinada forma. Por sua vez, Tuan (1980) introduz o conceito de *topophilia*, que é genericamente definida como todos os laços afectivos que o ser humano estabelece com o ambiente material.

1995). A essência do lugar reside na qualidade de estar num lugar específico, sabendo que se está 'ali' e não 'lá' (Rapoport, 1972).

Low e Altman (1992) enfatizam a inerência das relações sociais ao lugar, afirmando que um lugar se refere a um espaço ao qual foi atribuído um sentido através de processos pessoais, grupais ou culturais.

Agnew (1987, cit. Gustafson, 2001) aponta três conceitos comumente usados nas ciências sociais para a abordagem ao lugar: '*locale*' - cenários onde as relações sociais (informais ou institucionais são constituídas); '*locational*' - área geográfica que envolve os cenários de interação social e que é definida por processos económicos e sociais que operam a larga escala; e '*sense of place*' - como *estrutura local* do sentimento.

Na condução da nossa aproximação ao lugar – urbano - marginal, esta última dimensão merece-nos uma atenção particular, atendendo à sugestão de Agnew (1987, cit. Gustafson, 2001) de que "meaningful places emerge in a social context and through social relations, they are geographically located and at the same time related to their social, economic, cultural, etc. surroundings, and they give individuals a sense of place a 'subjective territorial identity" (p.6).

Para além desta identidade territorial subjectiva, que aqui designámos de identidade de lugar, vários outros processos estão envolvidos na relação das pessoas com os lugares. Assim, primeiramente iremo-nos debruçar sobre processos mais genéricos de relação com os lugares, processos que se revelam de grande importância para a consideração das vivências de lugares - identidade, vinculação, apropriação, territorialidade e privacidade - para depois contextualizarmos esses processos em *lugares* específicos, lugares residênciais que envolvem as vivências trans-relacionadas de casa, comunidade e cidade. Finalmente, consideraremos os trajectos das personagens nos lugares, as narrativas das vivências do dia-a-dia e a vivência das transições de lugares

(residenciais). Procuramos assim também atender ao percurso da personagem pela cidade, percurso que se cruza obviamente com a sua narrativa pessoal, com os aspectos socio-históricos que envolveram essas transições.

## **1. Processos psicológicos de unificação com o lugar**

### **1.1. Identidade de Lugar**

Os primeiros autores a apontar a importância da identidade de lugar foram Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983). Para eles, a distinção entre nós próprios e outros significativos é apenas um dos aspectos do desenvolvimento da identidade, sendo que a relação do 'eu' com objectos, coisas, espaços e lugares tem uma grande contribuição no desenvolvimento da identidade. Esta é, então, definida pelas relações com os outros e também pelas relações que a pessoa tem com o espaço físico que a rodeia na sua vida quotidiana. Estes autores reforçam assim a importância de considerar os componentes físicos que constituem o contexto de socialização na identidade.

Para Proshansky e colaboradores (1983) a identidade de lugar é uma sub-estrutura da auto-identidade (com desenvolvimento semelhante ao da formação das estruturas cognitivas) e consiste em "memories, ideas, feelings, attitudes, values, preferences, meanings, and conceptions of behavior and experience which relate to the variety and complexity of physical settings that define the day-to-day existence of every human being" (p.59). Estes autores consideram a identidade do lugar como um sistema cognitivo e, como tal, "place-identity influences what each of us sees, thinks, and feels in our situation-to-situation transactions with the physical world. It serves as a cognitive backdrop, or perhaps better said, as a physical environment 'data base' against which every physical setting experience can be 'experienced' and responded in some way" (Proshansky et al., 1983, p. 66). Para estes autores, a identidade de lugar tem funções de

reconhecimento, sentido, requerimento expressivo, mediatização da mudança e ansiedade e defesa, sendo que o envolvimento selectivo que a pessoa tem com o seu meio pode ter um registo mais ou menos consciente.

Proshansky e colaboradores (1983) consideram também a dimensão social no processo de identidade de lugar; para os autores a identidade de lugar de diferentes grupos não deve ser somente vista como um uso e a experiência dos lugares diferenciais, mas também como algo que se relaciona com variações nos valores sociais, significados e ideias que estão subjacentes ao uso desses espaços. De facto, "meanings and social beliefs are always attributed to the physical environment both by those living in it and those external to it" (Bonnes & Secchiaroli, 1995, p.189) (cf. Capítulo #2, Parte A).

Esta conceptualização (cognitivista) da identidade de lugar serve ao nosso propósito de construção de uma forma de aproximação aos lugares, já que não é incompatível com conceptualizações de âmbito fenomenológico (que iremos aprofundar no sub-ponto que se segue) que ajudam ao nosso propósito de atender à unicidade da vivência dos lugares, das pessoas que os habitam e dos tempos nos quais os habitam.

A identidade de lugar reflecte o laço entre as pessoas e os *seus* lugares, entre os lugares e as *suas* pessoas; fornece-nos um sentido de identidade aos lugares e os lugares fornecem-nos a significação que nos permite essa identificação.

A identidade de lugar está também intimamente relacionada com a territorialidade<sup>29</sup> e com a vinculação. O acto de *tomar conta* e de personalizar o nosso

---

<sup>29</sup> Na sua conceptualização dos territórios, Altman (1975) considera três tipos de territórios que estão diferentemente ligados com a identidade. Assim, os territórios primários - territórios centrais para a vida dos seus ocupantes, e nos quais estes passam usualmente longos períodos de tempo (por exemplo, a casa e o quarto) - estão relacionados com a identidade pessoal. Os territórios secundários - acessíveis a um maior número de pessoas do que os primários e menos centrais para a vida daqueles que os usam - estão relacionados com a identidade de grupo (pois estão associados à comunidade, à vizinhança). Por sua vez, os territórios públicos - ocupados por curtos períodos de tempo -, não são centrais para a vida das pessoas que neles passam e são abertos a quase todas as pessoas. Esta divisão de territórios de Altman (1975) é retomada por Brown (1987). Para esta autora, os territórios primários são controlados usualmente por um indivíduo, os secundários estão geralmente ligados a grupos como os vizinhos, co-trabalhadores e nos públicos o controlo é feito por regras que é suposto os seus ocupantes obedecerem. Porém, gostaríamos de

território cria vinculação a este e o acto de *tomar conta* e personalizar está relacionado com a identidade própria (Brown, 1987). Existem vários estudos que comprovam a importância da relação com os lugares na construção da identidade, nomeadamente os que analisam a mudança para um lugar novo; nestes casos a identidade de lugar revela-se como um factor importante para a promoção de estabilidade no lugar e resistência à mudança (Sell & Zube, 1986; Speller, 1988; Speller & Sime, 1993).

Podemos concluir que vários autores sugerem que as relações entre as pessoas e o meio comunitário e físico conduzem a uma identidade individual e colectiva com o lugar, não só através da assimilação dos conteúdos sociais e culturais, mas também através da sua relação e imbuída com a linguagem formal e espacial do cenário em questão - pessoas e grupos sociais identificam-se com os espaços e reconhecem um determinado espaço como sua pertença.

## 1.2. Vinculação ao Lugar

Segundo Low e Altman (1992), a raiz das abordagens à vinculação ao lugar é fenomenológica, enfatizando-se a unicidade/subjectividade das experiências emocionais e dos laços que as pessoas estabelecem com os lugares.

Low e Altman (1992) realizaram uma análise da vinculação ao lugar baseada em três postulados: primeiro, a vinculação ao lugar é um conceito integrado, constituído por aspectos interrelacionados e inseparáveis - afecto, cognição e prática-acção; segundo, as origens da vinculação ao espaço são variadas e complexas e incluem aspectos temporais (cíclicos e lineares); e terceiro, a vinculação ao lugar contribui para a auto-definição e integridade de indivíduo, grupo e cultura.

---

realçar aqui as mudanças e diferenças que pode haver nestes territórios e a contextualização, baseada na acção individual ou grupal, que se deve tomar em conta ao analisar um lugar – o que é central para uma personagem, grupo ou cultura num determinado momento é algo dinâmico e simbólico.

Existem várias aproximações à compreensão da vinculação ao lugar, mas o que se nos parece relevante salientar é que, na generalidade, todas abordam a vinculação como "sensory experiences, memories, cognitive integration, affective concern and activities all contribute to the bonds between people and place" (Brown, 1987, p.522). Assim, a vinculação ao lugar descreve uma série de processos que são accionados quando indivíduos ou grupos estabelecem laços afectivos, cognitivos e/ou comportamentais com um determinado cenário sócio-físico (Brown & Perkins, 1992), assumindo desta forma uma forte influência no bem-estar psicológico e físico.

Antes de finalizar a abordagem a este processo, gostaríamos de fazer um breve apontamento a um processo intimamente associado (Speller & Sime, 1993) à identidade e vinculação ao lugar: o enraizamento.

Tuan (1980) define enraizamento como estar completamente em casa - o sentimento de estar irreflectidamente seguro e confortável numa determinada localidade particular - relacionando-o com a '*awareness*', intimidade, familiaridade, continuidade e estabilidade. Para Heidegger (1971, cit. Dovey, 1983) o enraizamento a um lugar é a condição da autêntica existência humana.

Hummon (1992) sugere duas formas de enraizamento: o enraizamento do dia-a-dia e o enraizamento ideológico. No enraizamento do dia-a-dia não há uma identificação/vinculação auto-consciente com a comunidade, e o sentido de casa e vinculação "are embedded in a perspective that is relatively simple, taken-for-granted, and largely composed of biographical and local images of community life" (p.265).

Por outro lado, no enraizamento ideológico, verificam-se sentimentos fortes de satisfação, vinculação e sentido de casa que são conjugados na identificação auto-consciente com a comunidade "and all these sentiments are situated within a perspective

that is highly favorable, often comparative with other communities, and consciously articulated" (Hummon, 1992, p. 264). (cf. Cap#2, Parte A).

### 1.3. Territorialidade

Ao rever os conceitos relacionados com a territorialidade, Edney (1974 cit. Brown, 1987) concluiu que eles envolvem uma variedade de conceitos, tais como defesa, posse, identidade, marcas, personalização e exclusividade de uso. Para Altman (1975), o comportamento territorial consiste num "self-other boundary regulation mechanism that involves personalization of a marking of place or object and communication that its 'owned' by a person or group. Personalization and ownership are designed to regulate social interaction and to help satisfy various social and physical motives. Defense responses may sometimes occur when territorial boundaries are violated" (p.107).

Na mesma linha, Brown (1987) considera que, para uma relação territorial se estabelecer, é necessário que existam actividades de ocupação, defesa e personalização e que se estabeleçam laços psicológicos, tais como sentimentos de posse, de vinculação ou de identificação.

Algo de semelhante é proposto por Brower (1988), segundo a qual o comportamento territorial resulta de uma interacção de forças espaciais (comportamento territorial) e não espaciais (regras e hábitos não espaciais), "both guarding against threat of unregulated interaction" (p.182). Brower considera ainda que o comportamento territorial é uma dimensão da apropriação do espaço que consiste, segundo a autora, no acto de exercer controlo sobre um cenário físico particular e pode ser dividida em três elementos: a ocupação, a defesa e a vinculação.

A autora sugere que a territorialidade possui efeitos positivos que necessitam de ser estudados, nomeadamente em termos da vida social e psicológica e refere os efeitos

da territorialidade na interacção social e na manutenção da identidade. Ao tomarmos a territorialidade como uma marca, personalização e controlo sobre áreas particulares dos lugares, existem aspectos da territorialidade que revelam elos cognitivos e afectivos com estes; assim sendo, a territorialidade suporta o processo de construção de uma identidade de lugar. Pensamos ser também necessário reconhecer que a territorialidade ou sentimento territorial que as pessoas partilham está relacionada com a sensação de segurança e identidade, bem como com a defesa do espaço e um decréscimo de risco de intrusão.

#### 1.4. Apropriação

Neste trabalho queremos considerar a apropriação no sentido da experiência, inicialmente proposto por Remy (1976), Chombart de Lauwe (1976) e Korosec-Serfaty (1976), e não no sentido material - apropriamo-nos não de espaços mas do seu significado, do seu simbolismo, do sentido que lhes atribuímos.

A apropriação do espaço socio-geográfico - seja por parte dum indivíduo, grupo ou comunidade - envolve, segundo Chombart de Lauwe (1976), processos estéticos, afectivos, simbólicos e cognitivos: "the appropriation of space consists in the possibility of moving, possessing, relaxing, acting, feeling, admiring, dreaming, learning, creating, according to one's desires, aspirations, project" (p.30).

Para Heidegger (1971, cit. Dovey, 1983), a apropriação consiste num processo dialético através do qual "we take aspects of our world into our being and are in turn taken by our world" (p.47). Assim, a apropriação está enraizada na acção, nas práticas dialéticas da vida quotidiana através das quais nos apropriamos de aspectos do mundo como âncoras para a identidade, sendo esta dialética de apropriação emblemática da emergência de significado ambiental através de interacção (Dovey, 1983).

Podemos considerar a apropriação segundo uma visão transaccional e, assim, o processo de apropriação reflecte a indissociabilidade, a *imbuidade* do meio envolvente e do indivíduo, contribuindo para a transformação do espaço em lugar. Se assim for, a apropriação associa-se a outros processos, tais como a identidade, a vinculação ao lugar e a territorialidade.

Relativamente à identidade de lugar, Proshansky (1976) considera que a apropriação do espaço consiste numa *projecção* e *introjecção* do ambiente físico. O sujeito "not only expresses his individuality in the way he defines and arranges his physical environment; he in turn creates this individuality by incorporating selected aspects of the form and substance of this environment" (p.38). Desta forma, "if we accept the validity and viability of the concept of place identity, then is clearly evident that the appropriation of space becomes a critical process for understanding the development of changes in personality of the person over the entire life-cycle. In the appropriation of space the individual indeed expresses who and what he is by reflecting various aspects of his place identity as well as components of his self-identity generally" (p.38).

Por sua vez, considerando a vinculação ao lugar, Brower (1988) associa vinculação e apropriação em dois sentidos: "first, the likelihood that place will be appropriated is greatest where potential occupants have a strong sense of identification with it. Secondly, a strong sense of personal identification is frequently a consequence of appropriation, and it is these territories that reflect a sense of personal community worth that will, in the face of challenger, be tenaciously defended" (p.192). Por outro lado, esta autora considera, como já foi referido, o comportamento territorial como uma dimensão da apropriação.

## 1.5. Privacidade

Quando alguém é abordado sobre o significado do privado, verificamos que o seu sentido abrange uma gama de significados associados, como sejam a reserva, a intimidade, a fantasia, a secreticidade, a solidão, o isolamento, o silêncio e o ruído... Referimo-nos então a um mecanismo ou estratégia para a obter - onde se encontram em acção processos de defesa do espaço pessoal<sup>30</sup> e território -, bem como a uma gama de dimensões da privacidade - a sua funcionalidade, o seu lugar na construção da identidade e no crescimento; a sua associação com outros processos psicológicos, tais como a intimidade, a solidão, a fantasia, a segurança e o controlo.

Se conceptualizamos a privacidade num enquadramento transaccional, então teremos de considerar o peso e relevância das circunstâncias, do tempo e das mudanças e a importância do processo psico-social que se estabelece entre as pessoas e o seu ambiente circundante - as propostas de Canter (1975), Altman (1991), e Bonnes e Secchiaroli (1995) apontam para uma estruturação neste sentido.

Canter e Kenny (1975) consideram a privacidade como um processo complexo envolvendo as relações entre as pessoas, as suas personalidades, a situação social e o cenário cultural e físico. Para os autores, a privacidade constitui a base de grande parte do comportamento espacial humano, sendo abordada a partir da noção de equilíbrio, ou pelo menos da liberdade de aceder a esse equilíbrio, entre estimulação dada e estimulação recebida.

---

<sup>30</sup> Hall (1986) foi provavelmente, com a sua análise do espaço pessoal, o primeiro autor a focar aspectos como privacidade e defesa da privacidade nas culturas humanas. O espaço pessoal é definido como a zona envolvente do indivíduo não acessível a outros. O autor entende o espaço pessoal como um aspecto da privacidade, ao considerá-lo como um processo de interação comunicacional que influi na qualidade e quantidade de informação que circula entre os actores. Pode ser distinguido da privacidade pela sua componente física, isto é, o espaço pessoal tem sempre um referente espacial que se relaciona com a distância entre duas pessoas, enquanto a privacidade pode não ter um referente espacial visível e evidente, tendo antes um referente de *sentido*. Mas, por outro lado, o espaço pessoal pode ser considerado como um dos vários mecanismos que as pessoas usam para aceder ao registo desejado de privacidade. Hall (idem) considera importante, para o estudo das transacções homem-meio, a consideração da distância e da

A privacidade é, para Altman (1974, 1975, 1991), o controlo selectivo do acesso ao 'eu' ou a outros, controlo esse que é activado pelos actores nas suas relações com o ambiente (nomeadamente o social). Este traduz-se em algo menos evidente do que a inclusão e exclusão de outros do nosso 'lugar de vida', mas antes na procura de uma capacidade de regular circunstancialmente o nosso contacto interpessoal.

Altman (1991) tenta integrar o quadro teórico da 'Penetração Social' (que descreve o progresso das relações, desde a estranheza até ao estabelecimento de proximidade, e enfatiza o ritmo temporal de abertura mútua nas relações) com o da 'Regulação da Privacidade' (que se refere à natureza dialética da interacção social onde os actores se abrem e se fecham nas relações que estabelecem). Numa visão integrada, existe um desenvolvimento que envolve ciclos recorrentes de abertura e 'encerramento', que acompanha o progresso de passagem da estranheza para a proximidade entre actores. "These cycles were hypothesised to vary in amplitude, scale, and pace as a function of topical intimacy, relationship stage, conflict level, and other factors. Thus this synthesis introduced the openness-closedness dialectic into social penetration theory, and wove temporal stages of relationship development into privacy regulation theory" (Altman, 1991, p.121).

Bonnes e Secchiaroli (1995) consideram, na mesma linha, que a privacidade pode ser acedida através do uso de estratégias que se relacionam com o espaço pessoal e territorial, isto é, que o estudo do comportamento espacial deve ser interpretado no sentido da observação, da demarcação e delimitação de lugares.

Apesar da existência de várias definições de privacidade, "all agree that privacy, as a whole or in part, is a process of controlling personal transactions through control over boundaries between self and "other", the ultimate aim of which is to enhance

---

percepção de distância que se desencadeia nos espaços íntimos, pessoais, sociais e públicos em cenários específicos.

autonomy and/or to minimise vulnerability thereby protecting autonomy" (Margulis, 1974, p.1), sendo que a regulação da privacidade contribuí para o bem-estar psicológico dos indivíduos (Harris et al., 1995).

As personagens dos lugares podem expressar o seu desejo de privacidade de várias formas, nomeadamente através de *linguagem corporal* e de *linguagem físico-espacial* (portas, grades, e outros sinais e pistas para avaliação da privacidade desejada).

\*\*\*

Os processos referidos ao longo deste ponto traduzem, a nosso entender, relevantes processos psicológicos (genéricos) de unificação com o lugar (genérico), são processos que se cruzam entre si, ajudando-nos a compreender de que forma se transformam os espaços em lugares. Assim, e introduzindo já o ponto seguinte, a relação, os laços que as personagens estabelecem com os seus espaços, sejam eles a casa, o bairro ou a cidade, podem ser entendidas tendo por base estes processos.

## 2. O ambiente residencial: a unificação *doméstica* e *bairrista* com os lugares

Entendemos aqui ambiente/meio residencial como "home and housing, neighborhood and community" (Tognoli, 1987, p.655). Neste ponto do trabalho, seguimos um percurso do mais *elementar* - a casa - ao mais abrangente - a cidade - sendo que a casa, a comunidade (*'o bairro'*) e a cidade se conjugam na abordagem ao ambiente residencial.

### 2. 1. A casa e o sentimento de *lar*

Parece-nos ter chegado o momento de considerar, para uma leitura mais aprofundada, um lugar específico, um *território* que congrega em si todos os processos vivenciais a que nos vamos dedicar neste estudo: a casa.

Concordamos com Altman (1993) que aponta a pertinência de abordar a casa enquanto âncora da vida humana "whether they be permanent or temporary, are located in one place or are transported from place to place, are owned or rented, or are in planned communities or squatter settlements" (p.xix). Para Teymur (1993) "houses (or housing) are the most common, the smallest, and the most 'ordinary' of the buildings, yet, they make up the bulk of the physical fabric of cities, towns and villages, and they have the richest social and cultural meanings embedded in them" (p.3).

A casa é então um cenário primário por excelência (Rapoport, 1983), comportando significâncias afectivas, sociais e económicas, e um dos lugares com maiores poderes de integração entre pensamentos, memórias e sonhos (Bachelard, 1964 cit. Brown, 1987): "in the concept of home, body and soul meet" (Chawla, 1993, p. 481).

Cooper Marcus (1976, 1995) enfatiza a importância da consideração da casa como um símbolo do 'eu', uma vez que, para a autora, no *design* de residências

necessitamos de descobrir formas "of empathizing with the users' concepts of self, and we must devise means of complementing and enhancing that image through dwelling design. If in new housing forms we violate this image, we may have produced an objective reality which pleases the politicians and the designers, but at the same time produced a symbolic reality which leaves the residents bewildered and resentful" (p.448).

Heidegger (1971 cit. Brown, 1987) introduz o conceito de *Dwelling*, que descreve "an active, caring process by which individuals transform a house into home" (p.521). O conceito aponta para uma relação activa e dinâmica entre as personagens e os cenários sociais, físicos e psicológicos e como tal constitui um constructo teórico básico para a psicologia ambiental (Saegert, 1983). *Dwelling*, para Saegert (1983), é um conceito que se associa às transacções físicas e sociais através das quais a pessoa se junta a outros, cria novas vidas ou contextos sociais e dá significado a este processo, construindo um sentido de identidade e de lugar no palco urbano. Esta autora considera o *dwelling* como a mais íntima das relações com o ambiente.

Na mesma linha, e considerando a distinção *house/home*, Dovey (1983) afirma que "house is an object, a part of the environment, home is a kind of relationship between people and their environment, it's a meaningful and emotional relationship between dwellers and their dwelling places and the place takes its identity from the dweller and the dweller takes his or her identity from the place (...) There is no sense of home unless there is also a journeying. Without community there is no identity; without a public realm there is no privacy. And in a sense, without homelessness, we would not be concerned with what home means" (Dovey, 1983, p.48).

Numa outra óptica, Duncan (1983), considera a casa como um símbolo da estrutura social, o que nos remete para o conceito de espacialização social, na medida em que existe também um *design* social das habitações-residências (cf. Capítulo #2, Parte A).

Integrando estas duas propostas, Altman e Gouvain (1981 cit. Altman, 1993) enfatizam a ideia de que a casa expressa tanto a identidade dos seus habitantes como a relação destes com a comunidade. Assim, um *design* particular pode reflectir também a aspectos da estrutura social familiar, dos valores económicos e dos valores religiosos.

Seguindo esta orientação, Dovey (1983) considera que a casa é um esquema de relações que provocam ordem, integridade e significado à experiência do lugar; ela orienta-nos e relaciona-nos com o passado, o futuro, o ambiente físico e o nosso mundo social: "home then is an integrative schema that is at once a bonding of person and place and a set of connections between the experience of dwelling and the wider spatial, temporal and sociocultural context whith it emerges" (p.44).

Para Saegert (1983) a casa possui também uma ressonância psicológica e significado social, "it is part of experience dwelling - something we do, a way of weaving up life in particular geographical spaces" (p.287). A casa traduz uma variedade de valores culturais e sociais que, por sua vez, se relacionam com auto-identidade e identidade familiar (Jin, 1993).

Todas estas abordagens à casa contribuem, de forma significativa, para uma orientação da nossa aproximação aos ambientes residenciais. Gostaríamos, no entanto de terminar esta revisão com a abordagem de Werner, Altman e Oxley (1985) e de Lawrence (1987, 1993, 1995) que, sintetizam, a nosso entender, todos os aspectos que aqui foram apontados como importantes no estudo da casa, desenvolvendo ainda outros aspectos ainda não aprofundados, como seja o tempo.

Werner, Altman e Oxley (1985) consideram três processos gerais que ligam as pessoas às casas: o processo de regras e relações sociais, o processo de atribuição de uso (*afforances*) e as práticas de apropriação. Sugerem que todo este processo só pode ser compreendido como uma transacção dinâmica que envolve pessoas, lugar e tempo.

As regras sociais 'ditam' quais os comportamentos apropriados e esperados nos cenários em tempos particulares, atribuindo assim significado ao cenário, às pessoas e aos comportamentos. Por sua vez, as relações sociais são manifestas em termos espaciais, psicológicos e interpessoais, "as people use objects and areas in the home to engage in social interaction, mutual succorance, and the like" (Werner et al., 1985, p.4). Os autores incluem ainda, neste processo, os valores culturais que se associam à identidade pessoal e social.

O conceito de atribuições de uso indica que os objectos e ambientes são menos entendidos pelos seus *traços* físicos do que pelos significados, acções e comportamentos que implicam. Os autores atentam no facto dos lugares da casa servirem diferentes funções em diferentes tempos do dia, do ano ou mesmo em diferentes períodos históricos. Assim, as qualidades das atribuições de uso da casa podem mudar conforme as circunstâncias, a arquitectura, cultura e história.

Nas práticas de apropriação, os autores incluem os conceitos de apropriação, vinculação e identidade, que se referem "collectively to the idea that people invest places with meaning and significances and act in ways that reflect their bonding and linkage with places" (Werner et al., 1985, p.5).

Os autores consideram ainda, na abordagem à casa, os diferentes tempos: cíclico e linear. O tempo linear envolve os aspectos do passado, presente e futuro, enquanto o cíclico envolve a escala e alcance dos eventos e ritmos temporais dos acontecimentos nos lugares.

Por sua vez, Lawrence (1987) entende a casa enquanto uma entidade complexa que define e é definida por factores culturais, sociodemográficos, psicológicos, políticos e económicos:

a) Considerando as dimensões culturais, o autor aponta para o facto de várias abordagens concordarem com o facto do desenho e uso do interior da casa, bem como a aparência externa das unidades residenciais, reflectirem normas e valores culturais que se expressam nos hábitos, práticas e predisposições das pessoas relativamente à sua casa - o *habitus* de Bourdieu. Entre algumas dimensões culturais da casa podemos referir: os métodos de construção, a linguagem e categorias de classificação e os rituais e estilo de vida doméstico.

b) Contemplando as dimensões sociais e integrando também as dimensões socio-demográficas, o autor considera a idade e o sexo dos residentes; a estrutura e composição familiar; o rendimento familiar; o estatuto profissional e a classe social; o impacto da tecnologia doméstica; os valores socio-económicos, os espaços e os objectos; as regras sociais e domésticas; as rotinas domésticas; a vida e rotinas sociais e crenças e práticas religiosas.

c) Quanto às dimensões psicológicas, o autor considera: auto-estima; identidade pessoal; espaço pessoal e privacidade; aspirações e objectivos; valores pessoais, espaços domésticos e objectos; preferências pessoais, forma e construção da casa; regras pessoais; biografia residencial; níveis subjectivos de vida; simbolismo e símbolos domésticos.

O autor introduz (1993, 1995) também uma perspectiva temporal na abordagem à casa que deve contemplar: a história do ambiente construído desde a sua concepção, incluindo todas as modificações na sua estrutura. Deve-se então considerar a evolução do que chamamos de aspectos cenográficos do lugar. Por outro lado, os estudos de lugares

residenciais devem tentar compreender a biografia residencial (enquadrada nos termos do desenvolvimento de uma identidade de lugar) dos seus habitantes, tendo em conta as suas aspirações e objectivos e a sua posição no ciclo de vida (cf. Ponto 3 deste capítulo).

## 2.2. O sentimento comunitário - vinculação, identidade e satisfação comunitárias

Morar numa casa, implica por si só um contacto social: "through physical proximity, residents of one house will undoubtedly be forced to acknowledge and interact with those living in nearby houses" (Tognoli, 1987, p.668). Os vizinhos, independentemente da sua vontade, são confrontados com a presença, quer de aspectos físicos, quer de aspectos socio-comunitários, onde se integram ou não. Apesar das mudanças sócio-culturais que se operam na nossa sociedade, na qual os espaços globais e virtuais ganham terreno, *'o bairro'* (neighbourhood) e a comunidade que a ele se refere, continua a ser um aspecto importante na vida de muitas pessoas, servindo muitas vezes como sistema de apoio emocional e material. Isto torna-se particularmente relevante em lugares que, por qualquer motivo (como seja o estigma, a delimitação/classificação exterior dos lugares) obrigam a um sentimento comunitário, seja pela sua positividade ou seja pela sua negatividade (cf. Capítulo #2, Parte A).

Assim, consideramos aqui que o sentimento residencial inclui três registos relacionados: a casa, a vizinhança e o bairro (do seu registo mais global, a cidade, ocupar-nos-emos no ponto seguinte).

Hummon (1992) considera três tipos de pesquisa cujo foco é o sentimento comunitário: aquela que se centra na satisfação comunitária, aquela que se dedica à vinculação à comunidade e aquela que enfatiza a vida e identidade comunitária.

No que concerne à identidade comunitária, a pesquisa mostra que, por um lado, as experiências biográficas com um lugar "can transform the local landscape into a

symbolic extension of the self by imbuing it with the personal meanings of life experiences" (Hummon, 1992, p.258) e por outro, que as comunidades estão *impregnadas* de significados públicos, que funcionam como locais simbólicos, com identidades culturais distintas (cf. Capítulo #2, Parte A). Genericamente, os estudos tentam compreender a forma como as pessoas estabelecem laços afectivos com espaços específicos do seu ambiente residencial, podendo estes laços afectivos integrar a construção de uma identidade de lugar.

Por outro lado, a vinculação comunitária, conceito introduzido por Erikson (1946, cit. Speller, 1988), traduz a sensação/sentimento que o indivíduo possui de fazer parte duma rede, grupo ou subcultura determinada. Bonaiuto e colaboradores (1999) consideram que, numa avaliação de vinculação comunitária ou ao bairro, se deve ter em conta os desejos dos habitantes de (não) mudarem a sua residência actual e as suas avaliações do bairro, os sentimentos e afectos relativos ao bairro e o peso do lugar de residência na construção de uma identidade de lugar.

No que diz respeito à satisfação comunitária, para Hummon (1992) esta é um produto das percepções da comunidade local, da sua posição tanto na sociedade como na comunidade e das qualidades objectivas das comunidade (referentes quer ao ambiente social, quer ao ambiente físico). Rapoport (1983) enfatiza também que o conceito de qualidade ambiental é relativo e pode assumir diferentes perfis: "different groups see home environment differently: primarily as settings for family life, as indications of prestige or status, or as safe havens. Each emphasis leads to different environmental quality profile" (p.266).

Na mesma orientação, Bonaiuto e colaboradores (1999) consideram a satisfação residencial como um constructo multidisciplinar que abrange diferentes aspectos do lugar: espaciais, humanos, funcionais e temporais. Quanto a estes últimos, interessa-nos realçar

que os autores consideram que a satisfação residencial está significativa e positivamente associada à experiencição temporal do espaço residencial; "both linear time as length of residence in the neighbourhood, and cyclic time as daily budget of time spent in the neighbourhood" (p.332) influenciam o grau de satisfação experienciado.

Para finalizar este ponto da dissertação, destacamos um aspecto que contribui para o nosso enquadramento do fenómeno urbano em geral e do problema da habitação urbana em particular, e que integra os aspectos que aqui estamos a debater com os que foram analisados na Parte A desta dissertação. Referimo-nos ao inter-relacionamento da questão do sentimento comunitário com dinâmicas sociais mais vastas, nomeadamente de ordem económica e política.

Assim, para Hummon (1992), as diferentes dimensões do sentimento comunitário podem associar-se a diferentes processos sociais "with community satisfaction following the macro-social dynamics of social class and urbanization, while community attachment and identity trace the micro-social contours of personal biography, socialization, neighborhood experience, and local culture" (p.262).

Por sua vez, Van Vliet e Burgers (1987) consideram também as comunidades como fruto da acção conjunta dos subsistemas económico, social, cultural e político. O sistema económico compõe-se de processos e estruturas relacionados com a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, nomeadamente em termos de mercado residencial; o sistema social permite o enquadramento da integração social comunitária e refere-se às relações de solidariedade formadas nos relacionamentos individuais e no contexto de instituições sociais; o sistema cultural integra o sistema de valores de uma comunidade assim como o seu ambiente físico, e finalmente, o sistema político compreende as decisões políticas relativas à organização espacial (cf. Capítulo #2, Parte A).

### 2.3. A cidade

Como já foi referido, organizamos a nossa visão da personagem que vive a cidade em torno do conceito de urbonauta (cf. Parte A). Este conceito integra uma base comunicacional-simbólica, temporal e rítmica que constitui a base da navegação num lugar que é urbano. Assim, o estudo de lugares é também o estudo de uma cultura, do seu ritmo e da inovação vivencial naquela que cada personagem ou grupo produz naquele *sítio*. Relativamente à vivência do urbano, e à relação que se estabelece entre o urbonauta e a cidade, destacamos neste momento um processo que, em conexão com todos os outros aqui já apontados, julgamos essencial: a identidade urbana.

A identidade urbana é, segundo Lalli (1988, 1992), um processo segundo o qual a cidade adquire uma unicidade, é vista como uma cidade especial, uma cidade que é diferente das outras. Para este autor, os atributos únicos que são necessários a esta identificação são simbolizados num nível abstracto por características especiais da cidade e que podem incluir, por exemplo, edifícios, elementos geográficos, elementos climatéricos e eventos culturais: "the town becomes a general symbol of the host of an individual's personal experiences" (Lalli, 1988, p.306). Por outro lado, a identidade urbana está intimamente relacionada com a percepção que os habitantes têm do ambiente da cidade (Lalli, 1988).

Mela (1999), ao abordar esta questão, sugere que o facto de se viver numa cidade, ter nascido nela, ter vivido naquele bairro, implica um relacionamento com uma série de símbolos que são irrefutavelmente parte integrante da construção identitária (cf. Capítulo #2, Parte A); "é com eles que o indivíduo deve contar, assim que se torna consciente do facto de que os outros usarão esses termos para o identificar" (Mela, 1999, p.145).

\*\*\*

Ao considerarmos, neste ponto, os diferentes contextos de ligação ao lugar – casa, comunidade e cidade – procurámos produzir uma concretização dos processos psicológicos genéricos de unificação com o lugar descritos no ponto anterior.

Procuraremos, de seguida, analisar uma segunda forma de concretização destes processos, em que a dimensão temporal da vivência do lugar adquire particular importância: as narrativas auto-biográficas do lugar.

### **3. Narrativas da Experiência do Lugar: memórias e transições ambientais**

Pensamos que ficou bem expressa, ao longo deste capítulo, a importância que atribuímos às perspectivas fenomenológicas quanto à necessidade de se levar em consideração as descrições subjectivas e pessoais das experiências ambientais. Na continuação desta perspectiva, consideramos neste ponto as narrativas da experiência de lugar, enquanto traduções auto-biográficas que contemplam a vivência actual da casa, do bairro e da cidade e as mudanças vivenciadas pelas personagens nestes três registos.

Salientamos então neste momento, e seguindo as orientações da abordagem transaccional, a importância de contemplar, nos registos autobiográficos da vivência do ambiente residencial e urbano, um registo temporal (já anteriormente sublinhado, aquando da apresentação das abordagens de Lawrence, 1987, 1993, 1995 e Werner et al., 1985).

Parece-nos possível identificar dois processos de grande relevo para o estudo das mudanças ambientais e dos trajectos individuais nos lugares: as memórias (Cooper Marcus, 1992) e as transições sócio-culturais (Speller, 1988).

O trabalho de Cooper Marcus (1992) sobre memórias ambientais indica claramente a importância do tempo numa das suas existências do registo linear: o passado. A autora sublinha a contribuição de lugares significativos no passado pessoal para a formação da identidade, uma vez que as memórias fazem parte da vida, da nossa identidade e mais ninguém para além de nós consegue dar o sentido que damos aos lugares: "in the sense that a person's memories are unique, accessible, and meaningful only to that person, specific memories embedded in place cannot fully experienced by anyone else" (p.112).

De facto, se a nossa identidade se desenvolve e muda ao longo das nossas vidas como resultado de relações com uma maior ou menor diversidade de pessoas e lugares significativos, então é natural que "we might wish to echo those places in dwellings we choose, and place mementos of such people within them" (Cooper Marcus, 1992, p.89).

Já no que respeita aos trajectos pelos lugares, é fundamental considerar as memórias de mudanças e o impacto socio-psicológico dessa experiência. Este pode ser analisado por referência às componentes identificadas por Speller (1988): a identidade de lugar, o controlo pessoal e as transições psico-sociais.

Assim, relativamente à identidade de lugar, salienta-se o seu papel na criação de estabilidade ambiental e de resistência à mudança. Por sua vez, a identidade de grupo contribui para essa identidade de lugar: "social relations satisfy important human needs and when they coincide with the geographic locale the importance of that locale will increase" (Schumaker & Taylor, 1983 cit. Speller, 1988, p.7). De destacar que a perda de amigos e relações podem ser preponderantes para a experiência negativa da mudança de lugar (Fried, 1963; Brett, 1980 cit. Speller, 1988). Finalmente, como já foi referido, a vinculação ao lugar e o enraizamento envolvem a vivência positiva de laços que permitem um enquadramento quer dos aspectos individuais, quer dos aspectos comunitários da identidade e possuem também quer factores de estabilização, quer factores de dinâmica. Como vimos atrás (cf. Ponto 2.1 deste capítulo) se se verifica enraizamento, ele traduz-se num "warm positive feeling...an incuriosity towards the outside world and an absence of desire for a change of scene" (Tuan, 1977 cit. Speller, 1988, p.28).

Por outro lado, as ligações predominantemente negativas ao lugar são características de uma vinculação não conseguida que pode resultar em sentimentos de alienação (Brown & Perkins, 1992).

No que respeita ao controlo pessoal, a autora sublinha, na análise da mudança de lugar, o papel do controlo percebido, da oportunidade de escolha e da previsibilidade da mudança. Tomando como exemplo uma mudança ambiental imposta, esta indica que a personagem não possui um controlo sobre o seu espaço de vida, podendo a percepção de falta de controlo ser por ela interpretada como perda de poder e conseqüente perda de auto-estima. Assim, e retomando aqui a questão da participação pública, é claramente importante que em situação de mudança ambiental as pessoas sintam que têm alguma intervenção no processo e que não sejam surpreendidas com uma mudança forçada.

Por fim, avaliar transições psico-sociais, actuais ou mais antigas, consiste, para a autora, no estudo das mudanças do mundo assumptivo dos actores, sendo que o mundo assumptivo está intimamente relacionado com o bem-estar, visto traduzir "the only world we know and it includes everything we know or think we know. It includes our interpretation of the past and our expectations towards the future, our plans and our prejudices. Any or all of these may need to change in life space" (Parkes, 1971, p.103).

\*\*\*

Procuramos, neste ponto da dissertação, explorar o registo temporal da vivência dos lugares, considerando a memória e as transições psico-sociais como aspectos de particular relevância para aceder ao registo vivencial auto-biográfico.

As transições psico-sociais a que a personagem foi sujeita, as memórias que esta possui de outros lugares onde viveu, as memórias que possui do lugar onde vive, assim como a vivência da mudança, são aspectos de natural importância para acedermos às vivências de cada lugar.

\*\*\*\*\*

Desta forma, começámos, no início deste capítulo, por abordar processos psicológicos de unificação com o lugar - identidade de lugar, vinculação ao lugar, apropriação, territorialidade e privacidade - que encarámos como processos genéricos e basais, processos que nos serviram de indicadores e de guias na procura das transacções personagens-lugares.

De seguida, centramo-nos em lugares concretos, começando pela casa e expandindo-nos necessariamente, quer à comunidade, quer à cidade. De acordo com a nossa conceptualização teórica os processos referidos anteriormente conjugam-se para a formação (ou não) de uma ligação aos lugares "habitados" pelo sujeito.

Por último, operacionalizámos no constructo 'narrativa da experiência de lugar' a vivência auto-relatada do lugar, destacando o registo temporal dos processos psicossociológicos de transacção com os lugares.

Este capítulo traduz, pois, um percurso de sucessiva especificação/concretização: no início considerámos processos gerais, depois necessitámos de os materializar na casa, na comunidade e na cidade, e finalmente, procurámos atravessar essa materialização temporalmente, através das narrativas das memórias e transição ambientais.

## PARTE C - O ESTUDO EXPLORATÓRIO

### Capítulo # 1 Considerações prévias

#### 1. Enquadramento e Argumentação do *Transaccionalismo* Conceptual e Metodológico

A abordagem adoptada em relação às temáticas em estudo é fenomenológica e transaccional. Ao aspecto transaccional já nos dedicamos anteriormente; da orientação fenomenológica esboçamos apenas a intenção - a fenomenologia dos lugares das pessoas e das pessoas dos lugares.

Os estudos fenomenológicos em psicologia ambiental dedicam-se ao lugar e à compreensão de como "places grows out of experience and how it, in turn, symbolizes that experience" (Richardson, 1984 cit. Low, 1987, p.289).

Consideramos então, como já foi referido, que o nosso enquadramento conceptual/metodológico possui um forte referente fenomenológico, já que a nossa intenção genérica é a de explorar, através de metodologias qualitativas, diferentes dimensões da relação pessoa-meio (Seamon, 1987). A proposta da fenomenologia é descrever os fenómenos concretos que constituem a experiência do "*incarnate subject*, meaning that the person's apprehension of the world is rooted and articulated in his or her own spatiality" (Korosec-Serafy, 1983, p.66).

Por outro lado, partilhamos da visão da posição do investigador proposta por esta abordagem: "for the phenomenologist, to see implies a relationship in which what is seen is opened up to the viewer through the viewer's opening up to what is seen" (Brenneman, Yarian & Olson, 1982 cit. Seamon, 1987, p.7).

O foco principal da abordagem fenomenológica no nosso caso é a descrição da experiência urbana e do sentido que os habitantes dão ao espaço onde vivem - ao seu lugar -, na tentativa de descobrir a *natureza* da vivência urbana de lugares marginalizados.

Quatro componentes fundamentais da fenomenologia sugeridas por Korosec-Serfaty (1983) são de particular importância para nós:

a) a componente que chamamos de 'essencial' - o retorno às coisas, a experiência sem representação -, que se prende com as primeiras conceptualizações fenomenológicas de Husserl, nomeadamente a ideia de que "phenomenology must think through our relationship to the 'life world' of first experiences, prior to any representation" (p.67);

b) a componente da espacialidade: "it is the subject's spatiality that makes it possible to understand an inhabited space rather than its representation: the subject as dweller by her or his need to exist, 'spatializes', that is, finds shelter, arranges places for the sphere of her or his possession, makes room for the different institutions of her or his life-in-society (i.e., communal life), and so forth" (p.67);

c) a componente a que chamamos do sentido e significado, que se refere à transacção entre homem e ambiente, que se constitui numa relação significativa de atribuição de sentido: "things and events exist before and after the subject may have any experience of them. They acquire their meaning, value, and strenght insofar the subject, his or her action, and his or her impulses are oriented toward them" (p.67);

d) e a componente da afectividade - investimento na apropriação-vinculação, identidade do lugar, historicidade e socialidade -, comunicação e acção entre lugar e pessoa, ou o que chamamos de planos de transacção fenomenológica.

A atenção principal da abordagem fenomenológica é colocada na descrição da experiência e significados vividos (Seamon, 1987), sendo sua crença central a de que "thoughtful looking at everyday events and significances as people live and experience them will lead to a clearer picture of who and what we are as human beings" (p.4).

Assim, é neste cruzamento entre a perspectiva fenomenológica e a abordagem transaccional que situamos a nossa aproximação ao objecto, o que, por sua vez, está intimamente relacionado com a opção metodológica que efectuamos por um estudo qualitativo.

A investigação qualitativa sugere que "differences in context, as indexed by different meanings, result in qualitative differences both in settings and the behaviors and affects expressed there. It is further believed that these qualitative differences render comparison and interpretation of qualitative measures suspect" (Winkel, 1985, p.9).

O nosso estudo partilha, assim, algumas características centrais dos métodos qualitativos (Low, 1987):

a) o investigador é o maior instrumento de recolha de dados, podendo fazer-se acompanhar de esquemas/guiões de entrevista, diagramas observacionais ou sugestões linguísticas;

b) a recolha e registo de dados/informação atravessa tanto a personagem como o contexto, sendo o registo normalmente feito nos termos da interrelação entre ambos;

c) o cenário da investigação/pesquisa é o ambiente natural da actividade, pessoa ou situação observada;

d) a análise de dados é um processo interpretativo do material recolhido, gerando as suas próprias categorias teóricas.

A metodologia qualitativa foca-se, segundo aquela autora, na importância da qualidade dos dados em termos de significado e interpretação, sendo que a validade e

força dos métodos qualitativos pode ser aferida através da relação de proximidade e encaixe entre a situação actual e a descrição, compreensão e interpretação que o investigador faz da realidade.

Partindo deste enquadramento epistemológico e teórico, e desta escolha metodológica, utilizaremos, como viemos a delinear ao longo deste texto, recursos de várias disciplinas para aceder, através de duas técnicas mais genéricas - a entrevista e a observação - à experiência rítmica e cultural do lugar, incluindo aqui também o estudo de memórias ambientais; o nosso interesse é o de conhecer os lugares marginais na sua expressão como lugar quotidiano inventivo.

## 2. Objectivos Gerais

Ao longo da parte teórica, como já foi referido, procuramos compreender de que forma a história e o planeamento socio-urbanístico e a morfologia da cidade, no nosso caso da cidade do Porto, se associam a dinâmicas socio-económicas específicas e a transacções particulares com os lugares. Analisamos também os processos e dinâmicas relacionais que constituem os espaços desiguais e as suas vivências.

A nossa intenção agora é explorar as memórias e narrativas desse lugar urbano marginalizado, quer num nível mais 'local' que contemple os aspectos da vivência da casa e da comunidade referidos anteriormente, quer num nível mais 'global' de vivência - actual, passada e desejada - da cidade.

Desta forma, os processos de unificação com o lugar analisados ao longo da Parte B, servir-nos-ão como indicadores essenciais neste processo. Iremos então procurar, nas nossas unidades de lugar, as pistas que nos indicam de que forma se opera o processo de transformação de espaço em lugar.

Relativamente à transacção que as personagens estabelecem com a cidade, exploraremos também a sua vivência simbólica, isto é, a representação e vivência que as personagens fazem da sua cidade, bem como a experienciação da representação que os 'outros', têm sobre os lugares que os nossas personagens habitam (cf. Capítulo #2, Parte A).

Procuraremos, ainda, atender ao registo da temporalidade que está presente na relação que cada um estabelece com o espaço. Este será abordado, no nosso estudo, através da exploração das memórias dos lugares e suas transformações, bem como através da análise das memórias sobre os seus trajectos pelos lugares. Assim, pretendemos explorar neste estudo duas dimensões da temporalidade: temporalidade

inerente aos processos psico-sociológicos de relação com o lugar e uma temporalidade inerente à formação-intervenção sobre a cidade.

Em resumo, podemos dizer que o objectivo geral do nosso estudo é entender as transacções das personagens com os lugares (marginais), atravessando três registos vivenciais: a casa, a comunidade e a cidade.

Procurando operacionalizar um pouco mais estes objectivos, podemos dizer que, relativamente às vivências da casa, do lugar e da cidade, procuraremos responder a questões essenciais como: Que processos estão envolvidos na relação das personagens com os seus bairro, com as suas casas, com a sua cidade? Qual a natureza dessa relação? Que aspectos cenográficos estão envolvidos nessa relação? Como se posicionam as personagens no espaço físico casa, bairro e cidade? Qual o ritmo de vivência das personagens desses lugares? Que aspectos do ambiente construído são importantes para o estabelecimento de determinada transacção entre a personagem e os seus lugares?; Como se processa a construção da *identidade* dos lugares?

Quanto à dimensão temporal das memórias e narrativas do lugar, procuramos compreender: Que significados possuem os lugares presentes e passados na vida das personagens? Como são sentidas as mudanças de lugar e as mudança no lugar?

Por fim, e sendo as nossas unidades lugares marginais na cidade, colocamos as seguintes questões: De que forma a atribuição de uma *identidade* a esses lugares, a maneira como estes são vistos pelas personagens que lhe são alheias, interfere nos processos de unificação com o lugar? De que forma a produção *desigual*, a espacialização social e a produção cultural desses espaços interfere, quer nas relações que personagens estabelecem com o lugar, quer na trajectória individual inter e intra lugares?

### **3. A escolha das Unidades de Lugar / Populações Urbanas**

Fizemos, no capítulo #3 da Parte A, uma primeira aproximação às nossas unidades de lugar, baseada nos espaços-tempos de espacialização social na cidade do Porto. Detenhamo-nos agora numa operacionalização mais específica das nossas unidades de lugar e das suas populações.

Segundo Grafmeyer (1995), para se considerar e definir as populações urbanas de um estudo, deve ter-se em conta as posições, as relações e as trajectórias. Destes critérios, dois foram essenciais para nós na escolha dessas unidades: as posições e as trajectórias.

Ao considerarmos as posições, isto é, ao identificarmos um grupo de pessoas que represente uma relativa comunidade de posição, podemos dizer que usamos como critério o tipo de residência aquando do estudo (i.e., localização residencial) - habitação do centro histórico, habitação da ilha e habitação de bairro. Sendo assim delimitados, a homogeneidade definida por este critério pode, obviamente, transformar-se em heterogeneidade, pois as unidades assim definidas podem revelar-se diversificadas noutros aspectos, sendo um dos desafios da pesquisa apreciar os motivos e os efeitos desta diversidade interna (Grafmeyer, 1995).

No nosso estudo consideramos também as trajectórias. Assim, a noção de população integra esta dimensão dinâmica: consideram-se não só as posições momentâneas mas também a forma como elas se encadeiam e redefinem no decurso das existências, sendo que a mobilidade pode ser considerada nas suas diversas componentes - familiar, profissional, social, residencial (Grafmeyer, 1995). Ao estudarmos as memórias e os quotidianos das pessoas nos lugares, pode-se então considerar que se procuram trajectórias ambientais ou/e cenários das trajectórias, isto é, as narrativas da experiência

do lugar. A escolha das nossas unidades teve então também por base o facto de cada uma delas reflectir trajectórias históricas diferentes na evolução da cidade (desigual), o facto de se constituírem enquanto cristalizações de espaços-tempos de produção da cidade.

Às nossas unidades de estudo chamamos unidades de lugar, já que estas vão ser abordadas enquanto lugares onde confluem pessoas, processos psicológicos e contexto. Distinguímos espaço de lugar com base na formalização conceptual do lugar, enraizada na relação de unificação que se estabelece entre a pessoa e o ambiente: o lugar é então entendido como uma unidade transaccional (Altman & Rogoff, 1987), sendo o objectivo genérico desta dissertação descobrir, quer no discursos dos habitantes desses lugares, quer no discurso cenográfico desses lugares, pistas que nos permitam descrever e explorar o seu *sentido*.

Finalmente, gostaríamos de acrescentar que esta modalidade de abordagem está entrecruzada com o percurso socio-histórico, já apresentado anteriormente, de aproximações e ampliações sucessivas: a cidade -> a cidade marginal -> os lugares *desiguais* -> as transacções e trajectórias do/no lugar. Foi neste percurso que encontramos e definimos as nossas Unidades de Lugar. Por outro lado, é ainda de referir que na base da escolha das nossas unidades de lugar específicas, estiverem presentes os critérios de conhecimento próprio dos lugares e de acessibilidade ao lugar (e.g. possibilidade de ter apoio de intermediários nos lugares).

## Capítulo #2 - A exploração das Unidades de Lugar e das Narrativas de Lugar

### 1. Procedimento e Amostragem

Já abordamos aqui as unidades de lugar enquanto amostra; agora consideremos as personagens do lugar. Em cada Unidade de lugar, foram contactadas 3 pessoas<sup>27</sup>, resultando num total de 9 entrevistas.

O meio de contacto com os habitantes das unidades de lugar foi o conhecimento pessoal ou através de 'intermediários'<sup>31</sup> (no caso da unidade 1 - centro histórico - não foi necessário o uso de intermediários visto que habitámos esse lugar durante 3 anos; na unidade 2 - ilha N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Fátima - e unidade 3 - Bairro Agra do Amial - usamos intermediários).

A escolha das personagens a entrevistar tem como critério primeiro o tempo de residência: todas as personagens moram nas unidades há tempo que consideramos ser suficiente para abordamos as temáticas do estudo (no caso do nosso estudo, todas as personagens habitavam o lugar há 16 anos ou mais).

Um outro critério foi a trajectória pela cidade - as personagens da ilha têm raízes geracionais no lugar, facto que nos permite aceder de alguma forma ao espaço-tempo de marginalização que este lugar se refere. Por outro lado, as personagens do bairro social passaram, todas elas pela experiência de transição a que se refere o espaço-tempo de marginalização deste lugar, elas foram 'pioneiras' no habitar deste lugar, tendo sido sujeitas a um processo de realojamento, dimensão que pretendemos explorar.

---

<sup>27</sup> Glaser e Strauss (1967, cit. Machado, 2000) sugerem que o número de entrevistas aprofundadas em estudos deste tipo se deve situar entre os 6 e os 16.

<sup>31</sup> O uso de intermediários é particularmente pertinente em estudos desta índole nomeadamente porque se constituem como uma âncora para a inserção no ambiente do lugar (que é indispensável à sua exploração).

## **2. Instrumentos**

A ligação que as personagens estabelecem com a casa, com o bairro e com a cidade, será explorada, quer através do registo de auto-relato das personagens que a vivenciam e, relativamente à casa e à comunidade, também através de exploração de pistas cenográficas - aspectos físicos denunciadores por exemplo de apropriação do espaço e *coreográficas* - aspectos da dinâmica do lugar denunciadoras do sentimento e ritmo comunitário bem como da relação com a casa. Para tal, dois instrumentos se impõem: a entrevista e a observação.

### **A. As Entrevistas**

A entrevista pode ser considerada como instrumento favorito da investigação qualitativa (Denzin & Lincon, 1994): ela é a forma mais comum e poderosa de tentar compreender "our fellow human beings" (Fontana & Frey, 1994, p.361).

A entrevista é uma conversa, traduz a arte de fazer perguntas e de ouvir as respostas, e requer, "openness, emotional engagement, and the development of a potential long-term, trusting relationship between the interviewer and the subject" (Fontana & Frey, 1994, p.333).

A entrevista por nós usada foi de natureza qualitativa, baseada na flexibilidade e na profundidade de exploração das temáticas. Para Machado (2000), este tipo de entrevista assume particular utilidade em estudos compreensivos, precisamente devido ao seu carácter flexível e profundo. Assim, ao possuir um certo grau de flexibilidade, a entrevista permite que o investigador, apesar de poder estar munido de um guião, possa conduzir a conversa no sentido de uma permanente e dinâmica actualização, consoante a experiência vivencial relatada pela personagem. Relativamente à dimensão da profundidade, a autora sublinha a importância da consideração da vivência pessoal da

personagem para a exploração dos fenómenos, bem como a facilitação do enquadramento de cada tema numa rede conceptual estabelecida pelas próprias personagens. Aquele que vivencia o fenómeno é, segundo esta abordagem, a personagem principal; os especialistas no fenómeno a estudar são as personagens entrevistadas e como tal, o investigador deve aprender, a cada momento, quais as questões a colocar e como orientar essas questões (Taylor & Bogdan, 1984 cit. Machado, 2000).

Na condução das entrevistas, usamos um guião (as entrevistas que realizamos são semi-estruturadas), tendo por base os indicadores, conceptualizações e processos referidos anteriormente. Assim, a entrevista pode ser entendida em três registos principais: questões referentes à caracterização da cidade e do lugar bem como às transformações ocorridas e vividas; questões referentes aos processos de transacção com o lugar e a cidade e, finalmente, as questões relacionadas com a vivência e uso da casa (cf. Anexo#1).

## **B. As Observações**

Para Rapoport (1982), o uso de métodos não verbais no estudo do significado ambiental envolve "looking directly at various environments and settings and observing the cues present in them, identifying how they are interpreted by users - that is, the particular meanings these cues have for human behavior, affect, and so on" (p.87).

Desta forma, a observação qualitativa é fundamentalmente naturalista: ocorre em contexto natural, no meio das personagens, acompanhando a corrente natural da vida do dia-a-dia; os observadores não estão condicionados por categorias de medida ou de resposta pré-determinadas, são livres de procurar conceitos ou categorias que se revelem como significativas para as personagens (Adler & Adler, 1994).

A observação naturalista, se associada, como acontece no nosso estudo, a outro método com características de profundidade e abertura, contribui largamente para a consistência e validade dos estudos (Adler & Adler, 1994).

Rapoport (1982) propõe a observação naturalista das personagens nos seus lugares, devendo-se ter cuidado em registar e comparar os traços fixos (aspectos arquitectónicos, ruas, edifícios), semi-fixos (arranjo e tipo de mobiliário) e não-fixos (relacionados com os habitantes dos espaços, os seus gestos, as suas relações espaciais, a postura, etc), socorrendo-se para isso da utilização de diagramas, mapas ou outros instrumentos de registo.

Estrutturamos, para a observação das unidades de lugar, um guião (cf. Anexo #2) baseado sobretudo nos conteúdos explorados na entrevista e também nas sugestões para a observação de autores como Zeisel (1993) e Partidário (1993). O guião foi elaborado à medida que o aprofundamento e conhecimento da unidade de lugar ia avançando e inclui aspectos referentes a: questões gerais de caracterização do espaço; questões de transacção com o lugar - pistas no ambiente construído sobre a intervenção dos processos psicológicos de unificação com o lugar; e pistas no ambiente comunitário sobre a dinâmica e cultura do lugar.

No que diz respeito à observação do espaço físico e comunitário e das transacções no lugar, usamos ainda, para além deste guião, fotografias (seguindo as pistas sugeridas por Moles (1981) e Veillard (1986)), diagramas anotados e desenhos simbolizando a fisicalidade e ritmo dos lugares (inspirando-nos também as propostas de análise fenomenológica de Moles & Rohmer, 1982), bem como memorandos das observações.

A observação decorreu em períodos de maior ou menor duração, conforme as unidades e o conhecimento mais ou menos aprofundado que já possuíamos delas,

resultando em descrições das unidades com diferentes graus de aprofundamento. Assim, a nossa unidade de lugar 1 foi privilegiada neste sentido, já que morávamos nessa unidade. Por outro lado, as unidades 2 e 3 foram abordadas exclusivamente para o propósito do estudo, sendo o tempo dispendido em função do aprofundamento que julgámos necessário, à medida que as observações e as entrevistas iam sendo realizadas.

### **3. Análise/Codificação**

Na análise, quer das entrevistas, quer dos registos de observação, usamos o programa informático NUDIST - *Non-Numerical, Unstructured Data Indexing, Searching and Theorizing*, por considerarmos que este era consonante com o tipo de pesquisa qualitativa que nos propunhamos fazer. A codificação e análise dos dados foi intencionalmente baseada nos conteúdos e concepções já usadas aquando da elaboração do guião de entrevista e observação, e noutras que têm vindo a ser apontadas como relevantes para o estudo.

A codificação foi feita considerando dois princípios fundamentais apontados por Machado (2000): o princípio da parcimónia - que se refere ao refinamento de categorias, que vai sendo efectuado no decorrer da análise (se as primeiras categorias, por serem induzidas espontaneamente do material, são essencialmente descritivas, conforme a análise se vai efectuando, surgem relações entre categorias que são integradas conceptualmente), e o princípio da codificação inclusiva - que se refere à abertura na categorização, isto é, cada unidade de texto pode se integrar, contrariamente ao que acontece na análise de conteúdo categorial, em várias categorias.

De referir ainda que na descrição as categorias idiossincrásicas serão omitidas, excepto para efeitos de contrastação.

## Capítulo #3 Descrição e articulação de resultados

### A. UNIDADE DE LUGAR #1: O CENTRO HISTÓRICO - RUA DE TRÁS<sup>32</sup>

#### 1. Apresentação do lugar<sup>33</sup>

*a rua...*

A Rua de Trás, pertence à freguesia da Vitória e situa-se no Centro Histórico da Cidade do Porto, testemunhando o desenvolvimento urbano associado aos Almadas (séc. XVIII).



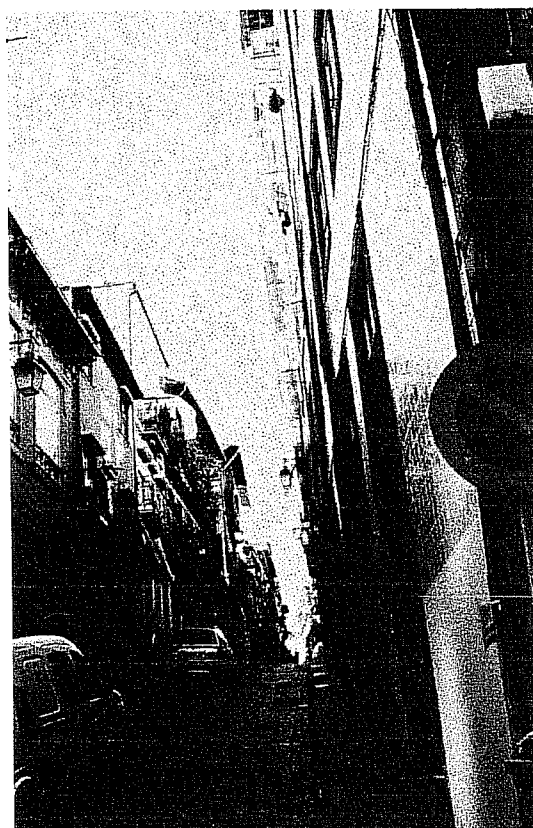
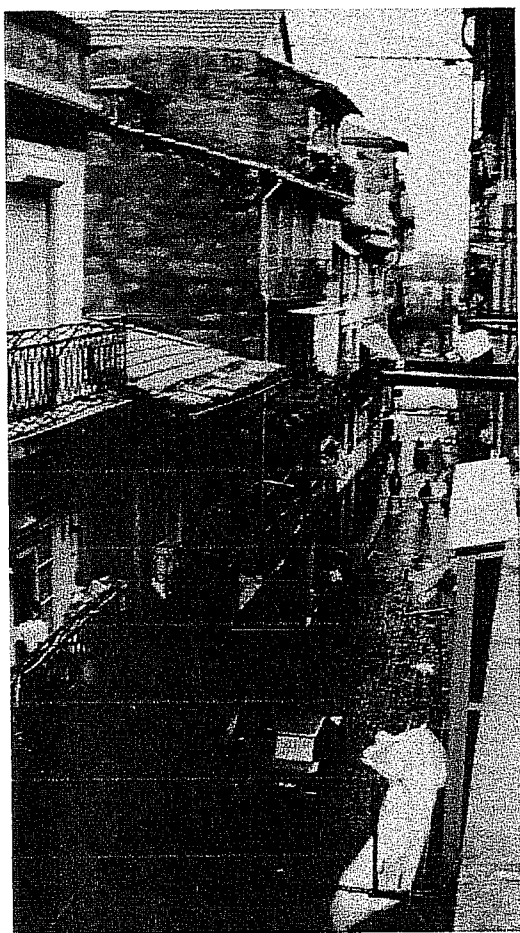
Foto#1 - Rua da Trás - *vista aérea* (Torre dos Clérigos) - a rua imperceptível

<sup>32</sup> Gostaríamos de fazer um breve apontamento que se associa à nossa própria experiência do lugar. Por vezes, quando se 'repara' no ambiente sobre o qual nos deslocamos, começamos a observar e conseqüentemente a desejar compreender e articular o que observamos. Esta unidade é, para nós, um bom exemplo dessa questão, a questão de nos determos sobre o que vemos, sobre lugares que, no dia-a-dia, usamos e atravessamos quase subliminarmente. Este foi um lugar de nossa passagem diária durante cerca de 6 anos e temos agora a certeza de que nunca tínhamos 'reparado', com um grau de razoável profundidade, na dinâmica, cultura e relação das pessoas com esse espaço. Assim, sentimos que há lugares pelos quais passamos verdadeiramente 'ao lado'. Este era, já na altura, um lugar do imaginário de perigosidade portuense, apesar de não ainda tão mediática e 'garantidamente' construído (apontamos os meados de 90 como a era portuense de institucionalização da insegurança urbana, que adquire então um estatuto de sujeito-objecto de atenção e de ampla propagandização, estabelecendo-se mapas mentais colectivos). De facto, quando mais tarde alugámos a casa (Novembro de 1997), a senhoria 'confessou' que estava com dificuldades; aparentemente as pessoas iam ver a casa, gostavam, mas tinham, segundo a dita, medo e desagrado relativamente à zona.

<sup>33</sup> Esta parte da descrição centra-se na observação dos aspectos cenográficos e aspectos coreográficos da dinâmica do lugar. As descrições da nossa observação dos aspectos da dinâmica do lugar são também integradas na descrição da vivência do lugar. Assim, tanto a apresentação como a descrição vivencial é atravessada pelas nossas próprias observações. Os depoimentos das personagens são também elementos que ajudaram a salientar determinados aspectos, com vista a uma apresentação primeira do lugar. Isto prende-se

A rua desemboca a Este na praça dos Loios e a Oeste nos recentemente remodelados Jardim da Cordoaria e Campo Mártires da Pátria, sendo geometricamente definida por duas ruas (Rua dos Caldeireiros e Rua dos Clérigos) e uma travessa (Travessa dos Clérigos), confinando um espaço rectangular informe e inclinado, que acompanha as sinuosidades do terreno.

Foto #2 e Foto #3 - Visão geral da Rua de Trás



---

quer com a questão da indissociabilidade dos descritores vivenciais, quer com a própria complementaridade metodológica entre os dados das entrevistas e da observação.

Podemos considerar que a Rua de Trás adapta-se e testemunha a estruturação sócio-espacial da cidade, marcando a transição entre a zona de serviços e comércio a norte e a zona habitacional que inicia.

A rua tem construção em toda a sua extensão, subjugada a um tipo de parcelamento característico do desenvolvimento da cidade do Porto e da cidade portuguesa em geral (cf. Teixeira, 2001), sendo ocupada quase na totalidade por edifícios habitacionais, com construção característica do séc. XIX, aos quais foram sendo sucessivamente adicionados novos andares que potenciam nomeadamente o valor panorâmico da rua, sendo que estas construções actualmente possuem de 3 a 6 pisos. A zona da rua mais próxima do Largo dos Loios é menos habitada e é caracterizada por fachadas posteriores de um edifício de serviços da Rua dos Clérigos.

Tendo estes prédios uma construção típica do século XIX, verifica-se uma significativa utilização de telha como cobertura; a utilização de granito, azulejo ou reboco no revestimento das fachadas; as portadas e janelas em madeira e as varandas também em granito.

A rua constitui também uma via de circulação automóvel com um único sentido - devido à sua *estreita* largura - em que a pavimentação, irregular, é de paralelos, sendo que os passeios possuem uma dimensão variável, atingindo um máximo de 50 cm, 'ocupados' frequentemente por carros estacionados, o que dificulta a circulação pedestre.

Devido à degradação e mau estado de conservação das construções (sendo, como já foi apontado, a habitação a principal tipologia da rua), manifesta-se o abandono de alguns prédios, assim como a duvidosa habitabilidade de outros.



Foto #4- a não conservação e 'devolutação' do lugar - os imperceptíveis mas adivinháveis 'buracos negros'

Podemos então observar facilmente no lugar pistas do estado pouco conservado das casas - telhas partidas, sinais de humidade, portadas e janelas deterioradas - que nos fazem confirmar que a estratégia de requalificação do lugar parece ficar situada ao nível de 'remendos' e acrescentos, de uma estratégia de 'restauro' *doméstico* de alguns edifícios que alteram a configuração inicial e introduzem novos materiais.

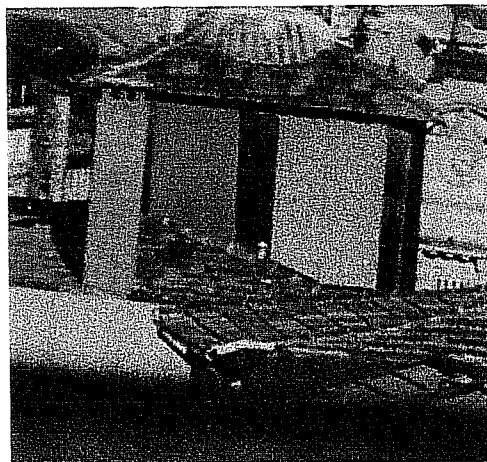
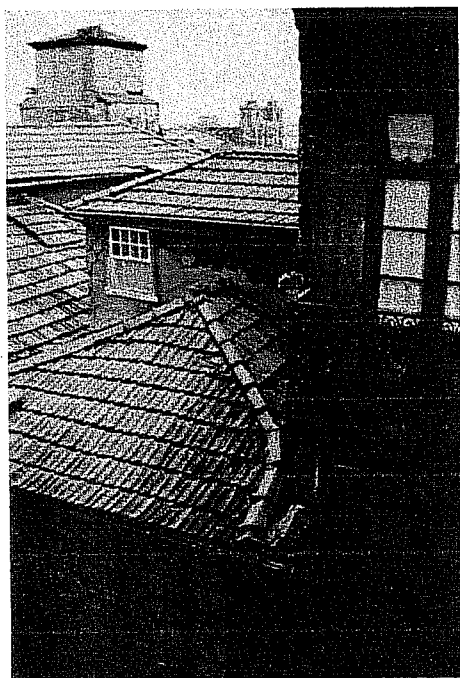


Foto #5 e Foto #6 - a diversidade e a combinação 'remendada' de materiais de revestimento...

Nesta unidade, principalmente no que chamamos de 'interior' da unidade - a Rua de Trás - é possível verificar-se a actuação de uma série de odores resultantes quer de sub-produtos do uso (lixos), quer de emanações das residentes que ocupam as

soleiras das portas, quer de cozinhados das tascas e das próprias habitações, quer do talho, quer do haxixe que os grupos de personagens que estão, quase permanentemente, na esquina fumam<sup>34</sup>.

Ao nível dos ruídos da rua é possível encontrar dois registos de 'barulhos' : os barulhos domésticos - das televisões que emitem as telenovelas da tarde, a música 'da moda' em elevados decibéis - como que uma extensão, uma partilha (às vezes inevitável) daquilo que se ouve em casa para a rua... - e os cíclicos 'barulhos (isto é, conflitos) de rua' que abordaremos com maior destaque mais adiante.

### *o interface...*

Acompanhando a ideia de não delimitação espacial de um lugar, verificamos que este lugar, é 'espacialmente difuso'. Assim, e apesar desta nossa unidade se centrar preferencialmente numa das ruas, enquanto unidade residencial, temos que referir inevitavelmente também as ruas paralelas, uma mais pública, de uso da cidade em geral - Clérigos (comércio, acesso a transportes, dinâmica tipo 'baixa da cidade' (que era a dinâmica que conhecíamos anteriormente daquele lugar) - e outra mais privada - a Rua dos Caldeireiros, onde se verifica uma dinâmica, um ritmo e cadências semelhantes aos da Rua de Trás, de onde destacamos a 'territorialidade latente' (conceito que destacaremos mais à frente, neste mesmo ponto) e um uso quotidiano da rua quase exclusivo aos seus residentes e 'utentes' dos serviços que nela existem.

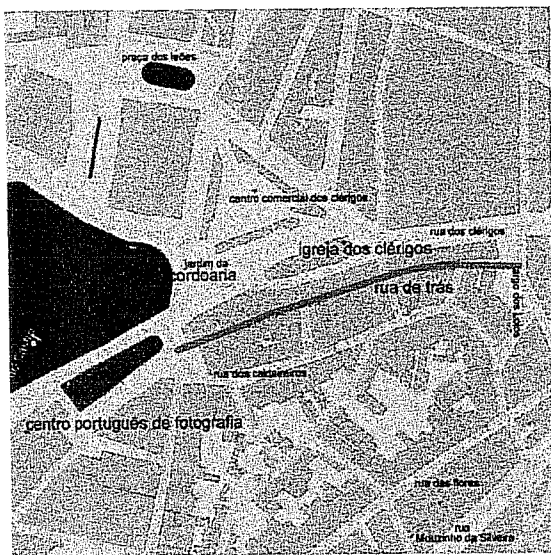
Somos então normalmente conduzidos à evidência da íntima relação da Rua de Trás com estas ruas bem como com outros espaços (públicos). Destacamos aqui o Jardim da Cordoaria - que se constitui a grande fonte 'verde' da nossa unidade de lugar,-

---

<sup>34</sup> De referir que, actualmente, a mudança do quiosque para o início da rua, na contiguidade desta esquina, alterou esta dinâmica do lugar, provavelmente deslocando os seus utilizadores...

os Clérigos e o Campo Mártires da Pátria que, a nosso ver, caracterizam e situam esta unidade, estando física e vivencialmente próximos das personagens.

Esta proximidade, fusão e destaque destes espaços públicos é particularmente relevante actualmente, já que as personagens daquele lugar estão sob grande influência da experiencição das mudanças ocorridas no âmbito do projecto Porto 2001. Esta é uma zona sujeita a forte intervenção, principalmente pelas obras de remodelação do Jardim da Cordoaria, da antiga Cadeia da Relação, e pelas obras de repavimentação da Rua dos Clérigos. Da intervenção deste projecto, queremos salientar o impacto a nível de visibilidade (nomeadamente a nível de equipamentos: por exemplo, do eco ponto que integra o contentor do lixo doméstico - factor que pode fazer diminuir a sua permanência à porta das casas, por vezes durante todo o dia, até à passagem do camião do lixo) acompanhada do alargamento da zona de acção das personagens do lugar, verifica-se actualmente como que uma expansão a nível de uso e apropriação do lugar, uma alteração que é substancial na dinâmica do lugar.



Mapa # 7 - Localização da Rua de Trás

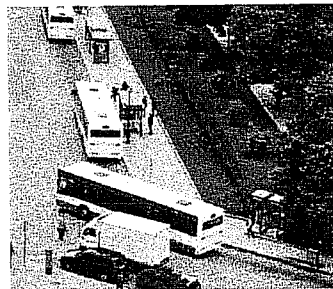


Foto # 7 e Foto # 8 - o interface com o Jardim da Cordoaria

Existe, neste lugar, uma carga histórica inevitável - existem *vestígios*, por exemplo, da muralha Fernandina - com a rua de Trás localizada onde era a antiga porta do Olival desta muralha. Assim, a simbologia e identidade portuense estão fortemente presentes nesta unidade - encontramos, neste lugar, o consensual ícone da cidade (Torre dos Clérigos), bem como uma forte e diversa iconologia da cidade - de monumentos, igrejas, espaços públicos que a identificam e caracterizam (o lugar integra, com já referimos, a zona classificada como Património Mundial da Humanidade).

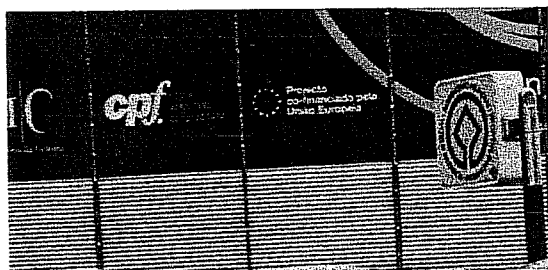


Foto # 9 e Foto #10 - mensagens públicas no lugar - Porto 2001 e Porto Património Mundial da Humanidade

No que se refere ao espaço público circundante à rua, é de realçar as mensagens informais do lugar que nos revelam da apropriação e territorialidade no lugar - as paredes e mobiliário urbano do lugar encontram-se *grafitadas* (com mensagens variadas que vão desde as típicas mensagens 'nominais', a mensagens reveladoras de uma identidade grupal, como por exemplo, 'cordoaria', 'fcp').

É interessante notar que, neste momento, as mensagens informais do lugar que tínhamos recolhido em formato fotográfico já foram substituídas por outras, porque o espaço foi sujeito a alterações. O espaço público e o mobiliário urbano estão alterados, e depressa as mensagens de apropriação apareceram (por exemplo, nos novos bancos de granito do largo e nos novos postos telefónicos).

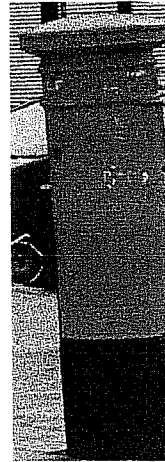


Foto #11, Foto # 12 e Foto # 13 - mensagens informais nos diferentes tipos de mobiliário urbano.

No lugar, predomina o comércio tradicional, de onde destacamos, porque essencial para a vida residencial, as mercearias como principais meios de acesso a bens alimentares. No largo à entrada da rua (oeste), existe um quiosque (que sofreu uma operação cosmética razoável com a intervenção do Porto 2001), e alguns estabelecimentos comerciais. A rua tem uma associação recreativa, 3 tascas e uma mercearia, sendo os cafés localizados já no exterior da rua, na interface com a vida da cidade.

De referir que consideramos, neste lugar, a delimitação exterior/interior, já que notamos essa separação quer pela cenografia - rua estreitas e escuras - quer pelas próprias coreografia e cultura do lugar que nos levam a sentir que existe uma espécie de territorialidade *latente* (por confronto com a *patente* na ilha): as pessoas que circulam na zona da rua e de fronteira com a rua são essencialmente residentes e 'utentes' dos serviços que esta fornece, restando para o turista o uso mais despreocupado do lugar... Assim, apesar de ser uma rua central, os habitantes e utentes da cidade em geral não circulam muito no lugar. A rua parece ser reservada à *local people* e turistas, ou seja a quem a vive na totalidade e a quem a desconhece na totalidade... Por outro lado, e associado a este facto, experiencia-se, quando se entra na rua, o "efeito *big brother*": o

controlo informal por parte das personagens do lugar é facilmente sentido (e denunciado pelas próprias personagens).

## 2. Vivências do lugar<sup>35</sup>

Consideremos, na tentativa de esboçar uma apresentação das experiências que as personagens têm do lugar, quatro organizadores essenciais: os aspectos cenográficos, a dinâmica do lugar, a representação do lugar e os processos psicológicos de transacção com o lugar.

Quando nos referimos aos **aspectos cenográficos**, eles atentam essencialmente na descrição e vivência das condições de habitabilidade e do ambiente físico do lugar. No que se refere a este último, incluímos a referência a odores, sonoridades e residualidades (estado em termos de 'limpeza') observadas e ditas pelas personagens (que designámos de aspectos *ambientais*). Este organizador contempla também referências aos aspectos físicos do lugar, bem como ao tipo e tempos de alterações no lugar, à participação nas alterações e aos desejos e propostas para o lugar.

É importante começar por referir, que as personagens deste lugar apontam a ausência, até à actuação do Porto 2001, de qualquer tipo de intervenção de fundo no lugar ao nível dos aspectos cenográficos. No que diz respeito à intervenção no centro histórico, as personagens apontam ainda o facto de, apesar de certas ruas históricas (Ribeira-Miragaia) terem sido objecto de intervenção, tal não se ter verificado na rua onde vivem.

<U1-2><sup>36</sup> Alterações, a rua de trás não sofreu nada, está tudo a mesma coisa. Agora o que sofreu alterações foi aqui no largo e no jardim, é que sofreu umas alterações boas.

<U1-1> Mais de resto é sempre a mesma, olhe que eu já estou nesta rua há 16 anos, mas já a conhecia antes, outros 16, é sempre a mesma, sempre a mesma...

---

<sup>35</sup> Com a exploração da vivência do lugar pretendemos descrever a vivência das personagens. Porém, elas aparecem como indissociadas das 'vivências das outras personagens do lugar, isto é, por vezes o 'como é que eu vivo no lugar' é secundário ao 'como as pessoas do lugar vivem'...

<sup>36</sup> A identificação das personagens e das unidades é feita através da sinalética <UX-Y>, X designa o número atribuído à unidade e Y o número atribuído à personagem.

São enfatizadas como mudanças essenciais no lugar as desenroladas no espaço circundante da rua (no âmbito do Projecto 2001) que obviamente se associam quer com os aspectos cenográficos, quer com os aspectos da dinâmica do lugar.

As mudanças actuais são situadas apenas nos espaços públicos da cidade que são adjacentes à rua, sendo que na rua são apontados casos pontuais de casas que foram 'pintadas'.

As personagens manifestam então um desejo de mudança na rua onde residem e uma satisfação perante as mudanças no espaço público.

<U1-2> Basta agora uma pessoa...o facto de olhar de um lado para o outro e ver a paisagem do outro lado, o outro, no antigo, não se via nada, era uma fronteira...  
<U1-1> porque é muito mais airoso, e além disso, nós não temos medo de atravessar, que eu passo todos os dias de manhã...

Por vezes, ao agrado face às mudanças, acrescenta-se um sentimento de nostalgia (principalmente em relação ao *mediatizado* Jardim da Cordoaria) que se associa à vinculação e identidades de lugar e, mais genericamente, à experenciação de transições ambientais.

<U1-3> Por acaso, sinto saudade. Embora possa achar mais bonito, mas é um bocadinho, não é... (...) É porque é assim, nem é pelo jardim, porque o jardim, que o jardim estava muito mal tratado e 'tava feio (...)  
Mas é memórias do passado, aquele jardim dá saudades...  
<U1-3> Antigamente havia aqueles senhores de idade que passavam lá as tardes a jogar cartas, agora não...também tiraram de lá as meninas...elas foram para cedofeita...os senhores de idade a namorarem uns com os outros, os jovens também...

Assim, e relativamente ao sentimento em relação às mudanças, ao impacto sentido, e associando este as mudanças às memórias que elas evocam, podemos dizer que acompanhando a nostalgia do lugar, surge a melhoria efectiva/reconhecida do lugar, enquanto contra-peso da saudade...

Quando se detêm nas condições habitacionais dos edifícios da rua, as personagens referem o débil estado das casas, a existência de prédios devolutos e o tipo *antigo* de habitação.

<U1-3> São casas frias porque as janelas têm muitas frinças e não se pode mexer para não tirar a estrutura do prédio, mesmo que se queira arranjar alguma coisa, não dá para mexer...  
<U1-2> Ai isso humidade, isso não haja dúvida deve ter muita humidade porque as casas são casas velhas...

<U1-1> A senhora do lado da sua casa 'tá a cair e teve ordem de despejo porque as infiltrações na sua casa eram por causa dessa casa...

<U1-1> E depois o que está mal é que tem muita casa vazia...

Relativamente a este aspecto - o estado dos edifícios - é para nós bastante revelador o processo de desculpabilização do senhorio, interiorizado já pela própria personagem que mora no lugar. Existe, poderemos dizer, um *desânimo aprendido* quanto à possibilidade de melhorias no lugar assentes tanto no desinteresse como na desresponsabilização do senhorio.

<U1-2> Ora bem, eu vou dizer a realidade, de facto deviam tomar mais conta das casas, mas também é o seguinte, é que se de facto a renda merece, é obrigatório, se for uma renda pequena, como é que o senhorio vai fazer umas grandes obras se tem uma renda pequena, por isso dou-lhe uma certa razão...

<U1-2> Ali era obrigatório pôr ali um quarto de banho à maneira, mas o senhorio não vai na conversa, que ainda gasta umas coroas, eu também, a casa não é minha, não gasto...

Ainda nesta lógica de desresponsabilização, e introduzindo o município como outro agente com deveres na melhoria de condições, surge-nos o fenómeno, à partida incongruente, de legitimação do *estado das coisas* através da interiorização de uma consciência histórica e patrimonial. Isto é, o facto de estar numa zona patrimonial, parece ter um efeito iatrogénico, ao invés de servir como elemento de valorização, aparece como elemento que limita as intervenções na rua.

<U1-1> Eu, por exemplo, pedi ao meu senhorio para mudar as portas, que estão com frinchas, e ele diz que não porque é histórico e está na câmara assim e que não pode mudar...

<U1-1> Diz que é histórico, tanto esta rua como aquela, que é por isso que não vão muito mexer nas casas, e nem mexem...

Assim, parece-nos que desejos e propostas das personagens a nível da actuação nas habitações se encontram no campo do *condenado à partida*, sendo que a participação das personagens na mudança do lugar é situada - inclusivé pelas próprias personagens - num registo de passividade e impotência associado por sua vez ao crónico *deixar andar* que o lugar testemunha. Existe como que uma propagação e sustentação circularmente legitimadora - senhorio - (inquilino) - município que parece acompanhar, de forma quase congénita (no sentido histórico, enquanto espaço-tempo de

marginalização), a constância e agravamento das condições de habitabilidade e do ambiente físico do lugar.

Relativamente ao ambiente físico da rua, as personagens apontam fundamentalmente o natural desagrado vivencial face às deficiências a nível de iluminação natural e artificial e as irregularidades do piso da rua.

<U1-2> A iluminação é fraca, é foleira, na rua de trás é uma iluminação que uma pessoa até parece que está a entrar na...

<U1-3> É, quando se entra na rua é um frio, é, não tem sol nenhum, não tem...

Por outro lado, e sendo a rua estreita, as personagens apontam a presença de carros estacionados na rua como um cenário banal que dificulta os acessos às casas, a passagem do carro do lixo e a eventual intervenção em caso de urgência.

<U1-1> À noite o problema aqui é este, os carros estacionam-se aqui, as pessoas estacionam aqui em cima do passeio, depois vem o carro do lixo... Até às vezes um azar, um incêndio, não há hipótese porque durante a semana tanto de dia como de noite aquilo é carros que não passa lá o carro da ambulância.

<U1-2> Aquilo se houver lá um incêndio, aquilo vai tudo porque aquilo é tudo velho, é tudo antigo...

Uma outra dimensão - a localização do lugar - destaca-se no relato da experienciação dos aspectos físicos do lugar, constituindo-se como dimensão de eleição aquando da verbalização da experiência satisfatória do lugar (cf. vinculação ao lugar).

Assim, verificamos, naturalmente, a consensual valorização das personagens da centralidade do lugar (*o centro da cidade*), nomeadamente pelo acesso a transportes e serviços.

<U1-3 > Gosto, gosto desta parte, mas o que eu gosto mais de morar aqui é que estou perto de tudo.

<U1-1> Não sei se sentiria falta, só se fosse, quer dizer, dos meios de transporte muito próximos (...) das coisas muito próximas, por exemplo, o talho, a mercearia, a farmácia, o supermercado...

<U1-2> Porque as minhas conveniências, assim o hospital mais perto, ir assim ao meu banco...

Esta questão que genericamente designamos de acessibilidades, é enaltecida em detrimento, por exemplo, do valor histórico e turístico, não sendo este incluído directamente pelas personagens nos aspectos primordiais na ligação com o lugar. Assim, e num registo de cenografia, as personagens englobam este lugar num conjunto amplo

de lugares cuja característica dominante é a antiguidade, sendo esta característica focalizada nos aspectos cenográficos de desagrado vivencial.

<U1-1> São muito velhas as casas, ali nos caldeireiros são melhores...  
<U1-1> Há ruas na Ribeira que ainda conseguem ser piores que esta, tem a da judiciária, a de S. Bento da Vitória e S. Miguel também é como esta, é, acho...e lá em baixo em Miragaia, é, está tudo mais ou menos na mesma...é tudo histórico também, coisas antigas, antiguidades...

Para finalizar a exploração deste organizador, consideremos os desejos e propostas<sup>37</sup> que as personagens apontam para a mudanças da cenografia (e inevitavelmente nas coreografias) do lugar. Estes aspectos relaciona-se intimamente com as questões de vinculação ao lugar, na forma de 'interesse' pelo lugar, que retomaremos mais adiante.

<U1-2> Acho que o que faz falta na cidade, e principalmente aqui, é ter aqui um parque para as crianças se entreterem, que antigamente havia ali no jardim um parque...  
<U1-2> Para o turismo achava que era importante se de facto ali houvesse umas obrinhas na rua, era bonito...  
<U1-2> Agora o que devia haver era alterações na rua de trás e nos caldeireiros. Era mais na própria rua, não haver estacionamentos de carros nem coizíssima nenhuma...  
<U1-2> O que é preciso é polícia porque a canalha aqui ainda vai acabar por estragar muita coisa...

As personagens reclamam então uma intervenção ao nível quer das condições de habitabilidade, quer do ambiente físico da rua em si.

<U1-1> Mas de resto, gosto muito, só tenho pena que não façam aqui na rua, diz que sim mas não estou a ver nada, nada!  
<U1-2> Agora o que está mal é que na rua dos caldeireiros e na rua de Trás não levar obras o mais depressa possível.

Consideremos agora, **a dinâmica do lugar**, enquanto segundo grande organizador da vivência do lugar, que inclui o ambiente comunitário, usos e apropriação do lugar; e todas as coreografias que visibilizam estes aspectos, é então a dimensão que participa no esboço da *cultura do lugar*.

---

<sup>37</sup> De referir que incluímos esta dimensão neste organizador pois nos permite uma sistematização mais clara, no entanto, gostaríamos de advertir que estas propostas e desejos para o lugar envolvem não só aspectos cenográficos mas também e indissociadamente, os aspectos da dinâmica do lugar.

Quando, olhamos a dinâmica do lugar a um nível mais quotidiano, deparamo-nos primeiramente com o ambiente comunitário. Referimo-nos ao clima social experienciado no lugar, ao tipo de relações entre vizinhos, bem como as coreografias<sup>38</sup> do lugar - associadas nomeadamente à convivência local -, como sejam o uso e regime de uso do espaço exterior à casa (e.g., estar à varanda, à janela<sup>39</sup> ou na rua a conversar...).

O primeiro aspecto traduzido nesta dimensão, e centrando-nos nas relações de vizinhança, relaciona-se com o controlo social informal no lugar, que poderemos dizer ser *transparente*, como que uma realidade essencial do lugar.

<U1-1> É, são poucas as pessoas que se metem dentro de casa que só querem saber da sua vida...

São ruas antigas, quem vive na rua são pessoas que conhecem todos...

<U1-1> A mercearia é o jornal de notícias e o tasco o jornal comércio.

<U1-1> Eu estou a falar de mim, que eu também estou à janela a ver quem vem, quem entra e quem sai...

Este controlo informal está intimamente e inversamente relacionado com questões de privacidade.

<U1-3> Eu às vezes vejo aquelas cotas todas ali a falarem mal umas das outras e a comentarem...eu não gosto disso...a controlarem, a verem toda a gente...Olham para uma pessoa que uma pessoa...

Assim, as personagens referem-se ao lugar como um sítio onde todas as pessoas se conhecem, sendo o *estar à porta a falar da vida dos outros* uma coreografia sazonal do lugar apontada com desagrado pelas personagens.<sup>40</sup>

<U1-1> Por acaso agora não se vê tanta gente à porta porque está frio, não é, mas no verão vê-se a conversar, estão a conversar da vida dos outros, ali junto à porta...

---

<sup>38</sup> Os aspectos coreográficos do lugar são-nos indicados essencialmente pelo auto-relato das coreografias do lugar sendo que entrecruzamos o olhar das personagens com o nosso próprio olhar sobre essas coreografias. Esta unidade, no entanto, foi privilegiada, por factores anteriormente referidos, quando à observação/consolidação da identificação de coreografias do lugar que, como já referimos, inserimos quer na descrição vivencial, quer, levemente, na apresentação do lugar.

<sup>39</sup> As janelas e as varandas são elementos arquitectónicos que consideramos fundamentais nas coreografias do lugar: é por exemplo interessante notar os seus usos quando há *barulhos* na rua...uma coreografia típica do lugar é: começa o *barulho*, começa-se a ouvir persianas e janelas a abrir...

<sup>40</sup> As relações de vizinhança, a um nível global, de rua, são inquestionáveis quando se aborda as questões do ambiente comunitário, no entanto, a um nível local, por exemplo de prédio, as personagens revelam o estabelecimento de laços afectivos fortes, fontes de apoio social com algumas vizinhas. No entanto, essa vivência positiva parece que se desvanece e dissipa no ambiente geral de *controlo* de rua.

Este tipo de coreografias, estar à porta, à varanda, à janela, traduzem apropriações do lugar bem como territorializações do lugar (no *continuum* casa-rua), associam-se também naturalmente a uma vinculação ao lugar, que, desta vez, adquire forma a partir das coreografias comunitárias.

As personagens referem-se ainda a uma manifestação coreográfica que surge associada, entre outros aspectos, a esta relação de *intimidade* entre moradores: os *barulhos* na rua.

<U1-2> O quê, às vezes há barulhos, enfim, talvez mais palavrões das pessoas de parte a parte, acabam por compreender mal e dá barulho...

É interessante verificar que esta coreografia de rua - conversa/*barulhos* - é mencionada essencialmente em relação às mulheres.

<U1-3> Ai, quando elas são amigas está tudo muito bem, quando elas se zangam, andam todas aí, tudo à porrada.

Os *barulhos* são banalizados como fazendo parte da dinâmica quotidiana do lugar (aspecto que também nós fomos levados a 'banalizar' aquando da observação/vivência do lugar), adquirindo um carácter que poderíamos designar de rítmico:

<U1-1> Há muitos barulhos...ainda ontem...Estão todos cá fora, depois dá barulho...

<U1-2> Às vezes é três vezes por semana, barulhos...

As personagens apontam ainda um outro tipo de *barulho*, associado à dimensão que abordaremos de seguida, que se relaciona com os bares, apontando o fecho de alguns bares da rua (há cerca de 6 anos) como uma significativa mudança na dinâmica do lugar a este nível.

<U1-1> Funcionavam [os bares] até às 2 da manhã, depois começaram a funcionar até às 10 por causa dos barulhos e depois acabaram com eles (...) Agora a rua acalmou um bocadinho, antes era...

<U1-3> Antigamente isto era mais agressivo, porrada, antigamente havia muito mais...Agora há de outras maneiras. Antigamente era por causa das mulheres, agora é por causa da droga mas mesmo assim está mais calmo...

No que se diz respeito à dimensão modos de vida<sup>41</sup>, ela contempla o dia-a-dia e a dinâmica observada e dita, quer pelas personagens quer por nós, incluindo também a caracterização do tipo de personagens do lugar tipificadas pelos nossos entrevistados (este descritor de vivência cruza-se intimamente com a dimensão anterior).

Nesta unidade de lugar, as suas personagens afirmam, mais ou menos moralisticamente, a quotidianidade *subversiva*. Assim, a caracterização das personagens é feita tendo em conta, pensamos nós, três questões/valores indissociados: *trabalho, economia e consumo*.

Assim, parece que o trabalho é um valor de peso aquando da apresentação que as personagens fazem do lugar e das pessoas que nele moram.

<U1-2> Gente de facto que vive do trabalho e outros que enfim, não sei, cada um vive à sua maneira de ser...

<U1-2> As pessoas aqui deste lugar são pessoas como outras quaisquer mas na realidade são mais mangões, mangões porque não ligam nada mas é ao trabalho...

<U1-1> Há as feiras, há pessoas que vendem nas feiras, também não se pode dizer o contrário, e que se levantam cedo...

<U1-3> Acho que há um equilíbrio, mesmo assim [pessoas a usufruirm de rendimento mínimo garantido] há muita gente aqui que trabalha...

Por outro lado, e na sequência deste valor, surge-nos a dimensão económica que caracteriza as personagens do lugar. Assim, são referidas diversas e pontuais actividades reveladoras de uma *subversão* económica: os empréstimos 'caseiros' a altos juros, a compra e venda de objectos furtados, a venda de droga, a prostituição e a beneficiação indevida de subsídios do Estado.

<U1-3> Pessoas que vêm para aqui vender coisas roubadas...eles roubam não é, mas ao mesmo tempo são explorados, por um pacote vendem tudo...

<U1-3> Cheguei a comprar, até eu.. [a rapariga de lisboa] ía buscar sapatos à zara, camisolas altamente, lindíssimas, sapatos por 1 conto, 2 contos... (...) ela vendia na rua toda...sapatos por encomenda, qual é o número? (...) ela deu um desfalque na zara...

<U1-1> A prostituição é aceite, ninguém tem nada que dizer, que nós somos mulheres e não sabemos o que nos pode acontecer...

<U1-2> Estão à espera dos subsídios do estado, lá vão vivendo com o subsídio do estado, logo que dê para uns canecos e umas canecas, prontos...

---

<sup>41</sup> Apenas nesta unidade se verificou a necessidade de inclusão da categoria 'modos de vida', não porque não tenha sido aflorado pelas personagens das outras unidades de lugar, só que, talvez devido a um efeito, nesta unidade, de diferenciação da normatividade, os modos de vida pelo seu carácter de desvio à quotidianidade normativa, foram enfatizados e mais ou menos visíveis a olho nú, nesta unidade, integrando de facto a dinâmica, ritmos e coreografias no lugar.

<U1-3> Há pessoas que têm o rendimento mínimo e a passar pacotes e é assim...

Consideremos, ainda, no âmbito da dinâmica do lugar, os usos, apropriações comunitárias ao lugar que englobam questões relacionadas com os trajectos quotidianos e cíclicos da comunidade no lugar, os tipos de usos e de apropriações referidas pelas personagens e por nós observados. Conjuntamente com as coreografias referidas anteriormente e que se prendem com os aspectos de convivialidade no lugar, do ambiente comunitário, introduzimos agora mais dois tipos de personagens que usam e denunciam uma apropriação do lugar: as crianças e os jovens.

Assim, é apontado como um aspecto integrante e característico do lugar o facto de as crianças brincarem na rua e no largo que a finaliza/inicia.

<U1-2> Fora da cidade já há aquele caso das crianças da idade destes que andam aqui a brincar, já não se vêm na rua e aqui está-se a ver, neste meio está-se a ver isso. Desde que vim para aqui, sempre notei logo isso.

<U1-2> Aqui no largo tem uma coisa boa porque vê-se as crianças a brincar e tal...

Por outro lado, este aspecto é associado à destruição da cenografia do lugar, sendo então *a canalha* um tipo de personagem agente de intervenção e responsável por alguns aspectos do *estado do lugar*.

<U1-1> Há pessoas que enfim, deixam vir as crianças para aqui na rua de trás e caldeireiros e vitória e por aí fora, vêm para aqui, a canalha vem para aqui, deixam andar à vontade...

<U1-3> As pessoas aqui não sabem estimar o que têm. Prontos, são crianças, e piores que as crianças são alguns adultos...

<U1-3> Destroem tudo, divertem-se. Vão a uma cabine, arrebetam com aquilo tudo só para se divertirem, não sei que gozo é que dá aquilo, não é, eles gostam de fazer aquilo...

Relativamente aos jovens, verifica-se que existem lugares cativos para estes, lugares onde convivem quotidianamente, territórios do lugar que são por eles apropriados a diferentes horas do dia. A esquina da entrada da rua é um bom exemplo desta ocupação, sendo que, principalmente ao fim da tarde, e depois de jantar é observável a utilização desse espaço enquanto lugar de convivialidade. Este aspecto relaciona-se com a questão de mobilidade das personagens do lugar, notando-se uma eleição do lugar residencial para viver os momentos de lazer.

<U1-3> As pessoas não se deslocam muito aqui da zona...Por exemplo, há jovens que o ponto de encontro deles é sempre aqui à noite...

<U1-3> Aqui há de tudo, há aquelas pessoas que saem, outros que a partir dos 13 anos vêm aqui para a Cordoaria, juntam-se uns grupinhos a fumar os seus charros, assim aos montes...

<U1-3> Eu chego aqui por volta da 10 e 15, 10 e 20 e vejo sempre o mesmo grupo de jovens ali no mesmo sítio, e é sempre os mesmos, as mesmas raparigas e os mesmos rapazes.

Relativamente a esta unidade, e relembrando os aspectos coreográficos anteriormente referidos relativos ao ambiente comunitário, podemos considerar que são identificados fundamentalmente, no uso e apropriações comunitárias do lugar, três tipos de personagens e suas coreografias correspondentes: a *canalha*, os jovens e as mulheres à conversa.

Poderemos ainda, considerando os aspectos de apropriação e territorialidade sanzonal já referidos, organizar a dinâmica do lugar, as coreografias e os usos dos lugares em dois registos: uma dinâmica quotidiana, reflectindo o tempo linear - que é a dinâmica que temos aprofundado mais - mas que em si também é atravessada por uma temporalidade cíclica. Destaquemos então um evento cíclico que em muito afecta a dinâmica do lugar: as festas populares em geral e o S. João em particular. As personagens identificam e apreciam o evento como inerente ao lugar.

<U1-1> O S. João é o padroeiro, a bem dizer desta zona do Porto...

Na altura do S. João é possível contemplar a transfiguração do lugar - que *dura* pelo menos um mês -, fazendo com que aquele adquira uma outra dinâmica, afluência, fluxo e interacção social. A rua é toda enfeitada com as decorações típicas destas festividades, a música na rua precede e procede à 'meta' das festividades - a noite de S. João (23 Junho).

<U1-3> Gosto, gosto porque no S. João acho que dá outra vida à zona.

<U1-1> Começa com o Sto António que é dia 10, 11, que nem diz respeito a nós, é em Lisboa, depois o S. João, S. Pedro que é da Afurada, é o santo da Afurada, não diz respeito a NÓS, diz respeito à Afurada, é do lado de lá de Gaia, não é...<sup>42</sup>

<U1-1> A rua fica diferente, fica, tem música ali do café, as danças... Vêm para a porta comer e beber, assar as sardinhas, a comerem o bacalhau assado em casa e vêm para a porta, bebem e dançam aqui...

<sup>42</sup> É interessante destacar desde já o uso do pronome pessoal na primeira ou terceira pessoa aquando da referência ao lugar, aspecto que é facilmente associável à identidade de lugar. Por outro lado, uma das personagens usa a primeira pessoa quando demonstra uma fraca identidade urbana - isto traduz uma ambiguidade e dissonância que reflecte a complexidade dos processos psicológicos de unificação como o lugar.

<U1-3> Gosto mas ao mesmo tempo é maçador, porque ELES começam a fazer a festa p'rái 15 dias antes e uma pessoa quer dormir, tem que trabalhar...

Nota-se, nesta época, uma convivialidade entre moradores mais prolongada no dia, fazendo parecer que a rua nesta altura se deita mais tarde.

<U1-2> Já se conversa uns com os outros, nessa altura toda a vizinhança tá toda na rua, há essa coisa da festa...

<U1-2> É importante para as pessoas daqui assim como é para as pessoas que gostam de conviver assim nesse meio destas festas aqui...

Nas semanas que antecedem e precedem o evento, parece que as pessoas se encontram em estágio, verifica-se uma apropriação das entradas da casa que são decoradas com os típicos fogareiros, há portas de casas que se abrem e comercializam domesticamente<sup>43</sup> o caldo verde ou a sardinha, revelando uma adaptação económica estratégica ao fenómeno.

Um outro evento pontual e cíclico que pode ser considerado no lugar, embora menos popular, são as festas da santa padroeira da freguesia - a santa da Boa Fortuna (27 de Agosto).

<U1-1> A santa da Boa Fortuna que é a santa que caracteriza a zona aqui da Vitória.

<U1-3> E depois acabam [as festas dos santos populares] e começam as festas da Boa Fortuna que é uma chaga aquilo...

Destes festejos, gostaríamos de destacar a procissão na qual se pode assistir à introdução de uma dinâmica de cariz religioso (e porque não também rural/medieval) no lugar<sup>44</sup>. Assim, o início da procissão é protagonizado pelo padre da freguesia, seguido de andores muito bem enfeitados, fanfarra e banda e as crianças vestidas alusivamente ao evento. Quando a procissão passa na rua, as coreografias são variadas, desde a colocação de mantas e colchas nas janelas - que são visíveis em quase toda a extensão da rua - ao jogar pétalas de flores da janela.

---

<sup>43</sup> Aliás, de referir que este tipo de comércio espontâneo é visível durante todo o ano, principalmente numa casa onde o tipo de produtos à venda vai variando consoante as exigências do mercado - gluseimas, fruta, legumes, castanhas, cerveja, bacalhau...

<sup>44</sup> Ainda no âmbito da componente religiosa que passa pelo lugar, também na altura da quaresma, durante a noite, se assiste a procissões de velas que passam também pela rua. Nesta altura, a coreografia é pôr velas à janela - um evento mais silencioso e 'triste'...

Finalmente, e tomando a dinâmica do lugar numa visão macro, consideremos o fluxo (comunitário) de personagens. A entrada de novos residentes no lugar bem como a sua saída aparecem associadas pelas personagens ao nível socio-económico baixo e às condições e representações negativas da zona.

<U1-2> Algumas pessoas já saíram porque claro, são pessoas, enfim, que já estão saturadas aqui deste meio. Mas há pessoas que têm saído e são muito mais jovens que eu, não é....  
<U1-3> Sei lá, arranjam casas melhores, não é, e zonas melhores e vão...  
<U1-3> Pouca pessoa nova atinada vem para esta zona, só se for, poucas são...  
Ou é o drogadito, coitado que vem para aqui um espaço de tempo enquanto a segurança social paga o aluguér, depois acaba por sair, ou casais até com dificuldades económicas que vêm durante um tempo e depois também acabam por sair...

Não muito longe deste aspecto, surge-nos a **representação do lugar**, o nosso terceiro grande organizador na exploração da vivência do lugar.

Assim, as personagens delineiam uma imagem do lugar - que, como já foi referido na Parte A, traduz a relação dialéctica entre *os de dentro* e *os de fora* -, associada à interiorização e consciência de uma imagem colectiva negativa que está assente nomeadamente nos modos de vida e (problemáticas sociais a eles inerentes) acima abordados.

<U1-3> Está integrado, ah, 'tá integrado quanto mais não seja pela fama. Toda a gente conhece a rua de trás e a rua dos caldeiros. Se não conhecem a rua de trás, basta falar que fica paralela à rua dos caldeiros que as pessoas associam logo.

<U1-1> Mas é uma rua que sempre teve fama...

<U1-3> É por causa das meninas, não é, já vem mesmo de antigamente, dos bares...e depois aqui, zona degradada, as pessoas são mais, como é que hei-de dizer...

<U1-2> Porque aqui é a fronteira, aqui cai tudo, cai tudo nesta fronteira aqui, a Cordoaria, vem cá cair tudo... (...) Fronteira de droga, de mau ambiente...É mau ambiente de pessoas que vêm não sei de onde, vêm todos aqui parar.

O facto de haver uma consciência da representação que 'o resto da cidade' tem sobre aquele lugar, ou aquele tipo de lugar, influi claramente na construção de uma identidade de lugar (e a todos outros processos de ligação ao lugar), basta atentarmos nas referências por parte das personagens sobre a ocultação, em cenários sociais e profissionais, do lugar onde vivem.

<U1-3> Quando me perguntavam, quando conhecia assim gente numa discoteca ou assim...perguntavam, eu dizia na rua dos clérigos porque tinha sempre vergonha de viver na rua de trás, porque é perto dos

caldeireiros, porque isto tinha má fama e as pessoas começavam logo 'que zona! Moras aí?' (...) Ainda hoje digo, só que já ultrapassei um bocado isso.

<U1-1> Mesmo onde eu trabalho, qualquer coisa que nós colegas estamos a falar uns com os outros...uma colega diz qualquer coisa e começa-se pronto a mandar vir uma com a outra, começam ' pronto, vê-se logo que moras na cordoaria, que moras na rua dos clérigos, na rua de trás...Digo que moro na rua dos clérigos...

A representação sobre o lugar está também assente na comparação com outros lugares, que por sua vez se associa à intenção de mudança do lugar. Assim, para além dos aspectos cenográficos anteriormente referidos (de onde destacamos o estado de conservação dos edifícios) que contribuem para o desagrado com o lugar, são ainda consideradas, por comparação com outros lugares, as coreografias associadas quer ao controlo informal por parte da vizinhança, quer ao uso e apropriação do lugar, isto é, das coreografias protagonizadas pelo quatro grupos de personagens principais já referidas.

<U1-3> Eu não sei, mas talvez noutras zonas do Porto não se veja assim as pessoas tanto a falarem da vida dos outros, não é...

<U1-1> Noutro sítio as pessoas acho que se metem mais na sua casa, conhecem-se e não se conhecem...

<U1-1> Mas noutro lado, é capaz de ser muito mais calmo, muito mais sossegado, quer dizer e muito mais saudável noutro lado do que aqui, quer dizer, é capaz de ter tudo à beira mas é uma zona que não é nada calma.

Naturalmente, este tipo de comparação associa-se ao desejo ou intenção de mudança, e por sua vez, aos processos de transacção, sendo desde já possível esboçar um estado de fragilidade ao nível principalmente da identidade e da vinculação ao lugar resultante da vivência de cenografias e coreografias adversas à personagem.

<U1-3> Que não tivesse esta fama, assim mais selecta...

<U1-1> Gostava de viver numas zonas mais sossegadas, mais calmas...

<U1-3> Noutro ambiente, com boas pessoas, com bom convívio, de educação...

Quanto ao nosso quarto organizador, os **processos psicológicos de transacção com o lugar** - territorialidade, privacidade, enraizamento, identidade e apropriação -, gostaríamos de primeiramente referir que, embora já se encontrarem introduzidos por todas as dimensões anteriormente abordadas, estes processos são aqui sistematizados, na tentativa de articulação das vivências do lugar. Assim, estes processos articulam e expressam os organizadores e dimensões anteriormente apontadas.

Começamos, então, com a identidade de lugar, que está, nesta unidade, fortemente *marcada* pelas questões da representação acima abordadas. Assim, e considerando que a identidade de lugar começa pelo simples facto de se dizer "eu moro ali", assumir ou ter vergonha de assumir que se mora em determinado lugar associa-se, neste caso, a uma construção emocionalmente disruptiva dessa identidade. Por vezes o processo de assumir a identidade do lugar é referido pelas personagens como um aspecto da identidade, da história de vida pessoal, que é incomodativo esconder, fazendo equivaler o processo de aceitação e revelação da identidade de lugar a um processo de 'coming out', adivinhável nas descrições vivenciais das personagens que revelam já ter ultrapassado esse constrangimento identitário.

Algumas questões podem ser levantadas relativamente a este aspecto: Será que ao rejeitar-se a identificação com um lugar, se rejeita também a identidade? Será que estes processos têm relação com a presença de uma ligação emotivamente bipolar entre personagens e o seu lugar? Será que a identidade de lugar é mais valorizada em lugares sujeitos a uma forte identificação-representação social, ainda que orientada num sentido da negatividade? Então, como viver num lugar com uma forte inscrição representacional e estigmatizante sentindo ou não que a ele se pertence, que ele integra a nossa história e identidade?

Assim, e apesar de às nossas personagens poder ser atribuída uma fraca identidade de lugar 'verbalizada', o processo não se demonstra tão linear<sup>45</sup>, enredando-se nas questões de memória do lugar, enraizamento, vinculação ao lugar, identidade urbana e vinculação à cidade que são reveladas pelas personagens e as quais voltaremos a abordar mais à frente.

---

<sup>45</sup> Podemos ainda despistar outras ambivalências afectivas que parecem atravessar estes processos psicológicos. Assim, na personagem que recusa a identidade daquele lugar, e que, como já foi referido, nele participa, sublinha o facto de já pertencer à freguesia há 30 anos, não admitindo (em episódio que contou) que não a considerem com do lugar!

Por agora, foquemos um aspecto - que se inscreve na dimensão temporal que nos propomos aqui abranger - que influencia e denuncia largamente estes processos de unificação com o lugar, as *memórias*. Estas, como já foi apontado, contribuem grandemente na formação e constituição da identidade e vinculação ao lugar; elas constituem parte integrante e tradução fundamental destes processos.

As personagens deste lugar evocam memórias associadas principalmente ao uso dos seus espaços públicos.

<U1-1> Era um parque, tinha uma casa, o baloiço, tinha tudo, era um parque jeitoso, no meio do jardim, tinha o seu lago, os patinhos, agora também tem lago, mas prontos...(...) As pessoas iam para lá, sentavam-se um bocado, descansavam e conversavam, e falavam, a terceira idade e novos mesmo, a passear o cão, e as crianças estavam ali à vontade, não havia problemas...Depois começou a frequentar a prostituição, começou a andar por lá, a polícia começou a andar em cima delas, para elas saírem, que vinham os estrangeiros para cá e parecia mal...

Destaquemos aqui as memórias de infância que uma personagem evoca, memórias cuja descrição é claramente reveladora da ligação *enraizada* que a personagem foi mantendo com o lugar.

<U1-3> Tinha ali o Jardim da Cordoaria que era onde nós brincávamos não é, todos...

<U1-3> Do jardim, da torre dos clérigos, passei lá muitas tardes a subir e a descer...lá para cima, via-se a casa, a minha vizinha que estava à janela, a gente a dizer adeus (...) numa altura estávamos lá a brincar, dei com esta parte no sino, saí de lá...nunca mais me esqueci...até vi o sino a tocar, mas acho que ele não tocou...

Assim, as memórias do lugar são parte integrante da identidade do lugar, fundem-se com as memórias de vida, com as vivências pessoais e colectivas do lugar constituindo-se então como parte da identidade da personagem.

Por outro lado as memórias estão imiscuídas na vinculação que as personagens sentem com o lugar; uma vez que as personagens lhes atribuem um significado existencial, estas são como que campos de vida que solidificam e 'condenam' a personagem ao estabelecimento de uma afectividade para com o seu lugar.

Relativamente à vinculação ao lugar, e por tudo o que temos vindo a descrever, notamos que existe uma vinculação ao lugar-rua (podemos considerar que neste lugar, também existe um lugar-cidade) quase que fatalisticamente marcada pelos modos de

vida, cenografias e coreografias e imagens a ele associados e que por sua vez é traduzida na intenção ou desejo de mudança de lugar de residência (associado por sua vez à identidade do lugar). Porém, como temos vindo a constatar, não existe uma linearidade nestes processos, eles revelam-se de uma complexidade resultante sobretudo de uma rede, por vezes incoerente, de sentimentos e de valorizações que sobre eles actua.

<U1-1> Não sei, eu não me sinto bem...quer dizer, eu não gosto da rua, parto do princípio.

<U1-1> É como eu digo à menina, NÓS estamos realmente à beira de tudo, não vou dizer o contrário...

<U1-3> Gosto, gostava mais de viver noutra zona, mas gosto.

Assim, as personagens manifestam ao mesmo tempo uma atitude negativa e, por outro lado, uma ligação afectiva muito grande ao lugar (por vezes quase excluindo a própria rua), por ser uma zona central, por evocar memórias, por acompanhar um sentimento de enraizamento.

<U1-3> Gosto, gosto desta parte, mas o que eu gosto mais de morar aqui é que estou perto de tudo. É a parte que eu mais gosto, 'tou perto dos meios de transporte, 'tou perto do hospital, 'tou perto da estação de S. Bento, 'tou pertinho de tudo...

<U1-2> Já gostava do Porto e a minha intenção foi sempre morar aqui no Porto e no centro, por acaso sempre gostei...

<U1-2> Gosto mais de viver aqui é...

<U1-3> Eu gosto um bocado de movimento, fui criada no meio dele, só que há coisas que são demais [no lugar].

No que se refere à territorialidade, relembremos o sentimento de *invasão territorial*, a territorialidade latente referida aquando da apresentação do lugar bem como as coreografias e os usos e apropriações do lugar referidos aquando da descrição da dinâmica do lugar. Assim, parece existir um largo espectro de territorialidades neste lugar abrangendo um registo macro - a rua -, um nível meso - a esquina, a mercearia- e um nível micro - as soleiras da porta, as varandas.

Num outro registo, a territorialidade no lugar é também tornada visível por alguns eventos que nos foram relatados e que poderíamos designar de *fundamentalistas*, nomeadamente a destruição, por parte dos habitantes e utilizadores do lugar, dos mecos

que, no âmbito da actual renovação, puseram no início da rua - uma territorialidade *terrorista* cujas pistas são visíveis e evidentes.

<U1-2> Agora o que de facto deveriam ser mas é os carros não andarem por cima dos passeios como andam. Acabam por estragar tudo o que foi feito, tornam a estragar e isso é mau...

Por outro lado, podem, estas manifestação territoriais, podem também ser encaradas, como uma forma *local* de comunicar o desagrado face à opção de mudança levada a cabo, e este facto pode, por sua vez, estar intimamente associado com o processo participativo das personagens nas mudanças<sup>46</sup> no lugar. Isto é, se a manifestação territorial na zona pode ser considerada um acto *terrorista*, a imposição de uma intervenção *desconhecida* não será, da mesma forma, um acto *terrorista* de apropriação do lugar?

Consideremos agora um processo intimamente relacionado com a privacidade apenas para lembrar o que foi referido sobre a presença constante na rua de um controlo informal sobre os percursos das suas personagens. A privacidade é então enfatizada pela sua ausência, facto que contribuí para o desconforto no lugar.

Para finalizar este percurso pela complexa rede de ligação das pessoas com o lugar, atentemos na apropriação do lugar. Para além dos aspectos já explorados sobre a apropriação do lugar, seus protagonistas e seus territórios, gostaríamos apenas aqui acrescentar algumas pistas que tornam visíveis esta apropriação (e indissociadamente de vinculação e identidade). Assim, as entradas das casas, a decoração da varanda, da janela - reveladores quer de uma estética, quer de uma identidade, quer de uma adaptação ao uso - são exemplares na tradução da apropriação residencial e ao lugar.

<U1-2> Há quem faça umas marquises como aquela pessoa que mora à minha frente, tem uma marquise que mandou fazer e assim sucessivamente...

<U1-1> Pois, ali aquela paga multa, ali aquele já pagou multa...Porque não podem fazer porque não está na câmara assim...

---

<sup>46</sup> De referir que, o único evento público que se realizou na zona foi uma exposição pública na qual o gabinete projectista apresentou o projecto, sendo os presentes maioritariamente arquitectos e estudantes de arquitectura e comerciantes...

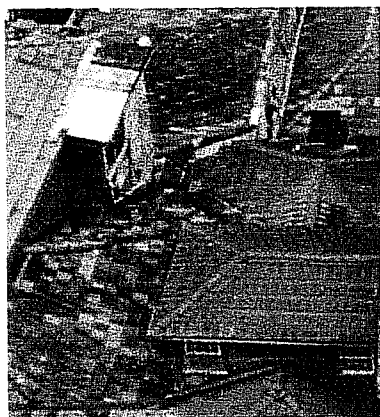


Foto # 14, Foto #15 e Foto #16 - Diferentes expressões de apropriação do lugar residencial...

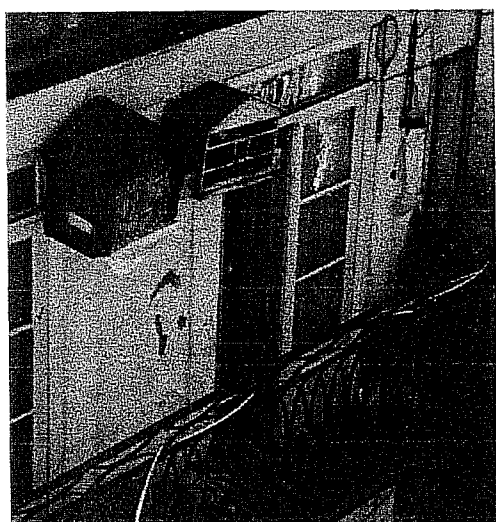


Foto # 17 e Foto # 18 - a apropriação sazonal do lugar residencial...

De realçar que, talvez estas inovações (e.g., construção de marquises), possam ser apontadas neste caso como mais uma manifestação subversiva de adaptação a necessidades e de desgosto com a ausência de intervenção e de soluções alternativas.

Gostaríamos de reforçar, para finalizar, o facto de todos os processos de transacção já aqui apontados podem também ser denunciados pelo uso recorrente que as personagens fazem do pronome pessoal na primeira pessoa ao referirem-se ao lugar.

### 3. Vivências da casa

As personagens centram a sua descrição dos **aspectos cenográficos** das casas nas condições de habitabilidade (às vezes particularizados, outras vezes generalizados à rua) e nos associados aspectos físicos e formais.

Parece-nos pertinente apontar que o aspecto mais relevante relativo à morfologia das habitações é o facto das dimensões dos compartimentos serem grandes, excepto a casa de banho, compartimento da casa mais referido e valorizado negativamente pelas personagens.

<U1-3> Gosto das divisões, se aquilo fosse mais amplo, mas até os quartos são enormes...

<U1-1> O que gosto menos é da casa de banho, porque a casa é grande e a casa de banho é pequenina...eu nem tenho banheira, tenho chuveiro, é muito pequenina...

<U1-2> Só o quarto de banho é que é pequeno, é antigo, é das antigas, o quarto de banho pequeno.

<U1-3> Só não gosto da casa de banho. É pequenina, é minúscula.

São ainda referidos factores indesejados que imprimem nas condições de habitabilidade mínima um estado dúbio.

<U1-3> São casas húmidas, são húmidas e frias, é uma zona fria...

<U1-1> As casas têm aquela escadaria que parece casa de reis mas depois...

<U1-2> deve ter muita humidade porque as casas são casas velhas.

<U1-2> Além de ser antiga, até tem umas frinchas nas portadas das entradas das varandas...

Por outro lado, e ainda relativamente à morfologia, é apontado por uma personagem um aspecto que parece ser comum nestes edifícios habitacionais, o facto da caixa de escadas interromper e dividir a habitação individual em lado direito e esquerdo.

<U1-3> É muito desagradável uma pessoa estar na cama a dormir, dar uma dor de barriga, ter que se levantar a abrir a porta do quarto, eu durmo com as portas todas abertas, ter que ir abrir a porta da cozinha, para ir à casa de banho...

Quanto à mudanças operadas nas habitações, elas foram sobretudo efectuadas pelo senhorio, sendo a participação das personagens, como já vimos atrás, pontual.

<U1-3> Ele para aumentar a renda teve que fazer obras, e mudou o contrato de arrendamento e subiu.

<U1-3> Tinha uma sanita, o cilindro para a gente tomar banho teve que se pôr, se não nem isso tinha

<U1-2> As obras maiores que fez foi o senhorio quando fui para lá morar...

<U1-1> O meu vizinho tirou o bidé e então já pode tomar banho, mas eu tenho um bidé que pôs, daqueles que se compram...

Assim, podemos dizer, e introduzindo o organizador seguinte, que as marcas de apropriação e de vinculação à casa estão sobretudo situadas ao nível da 'decoração-

mobília'. As personagens entrevistadas demonstram um gosto em cuidar da casa (especialmente as mulheres) que pode ser visível através de pistas como por exemplo o uso de uma diversidade de adornos que personalizam a habitação.

Considerando então os **processos psicológicos de transacção** com a casa, onde destacamos a apropriação, a vinculação e identidade (e.g., apego, manifestações de apropriação do espaço casa - do espaço contíguo à casa já nos detivemos anteriormente -, valor e centralidade da casa na vida das personagens, referências ao cuidar da casa) e a privacidade, as nossas personagens, apesar das vinculações ambivalentes verificadas com a rua, demonstram, relativamente à casa (assim como à cidade e ao centro da cidade), a existência de uma forte vinculação e apropriação.

<U1-1> Gosto, sinceramente gosto muito da MINHA casa.

<U1-1> Não gosto da rua mas gosto da casa, gosto!

<U1-1> Gosto de estar em casa, e gosto dos vizinhos...

<U1-2> Eu por exemplo, de verão ando em tronco nu e para tomar banho e às vezes estou a admirar a paisagem, gosto. E ninguém me vê em tronco, nas traseiras ninguém me vê

<U1-1> A MINHA casa dá muito sol, muita claridade, entra e sai...

<U1-1> Na sala dá sol...a sala é a parte mais bonita que temos...

<U1-2> É confortável, é.

Assim, as personagens parecem fazer transparecer sempre uma ambivalência, uma dissonância ao nível dos processos que as unem aos lugares. Desta vez, a dissonância é introduzida pela convivência entre o *gostar da casa* e o *não gostar da rua* (e por outro lado com o *gostar do centro*). O desagrado com o 'ambiente da rua' parece que quase se sobrepõe ao gosto pela casa e pelo ambiente de vizinhança mais particular (por exemplo a nível do prédio).

Por outro lado, a personagem que revela uma insatisfação com a casa, revela ao mesmo tempo estar a ela vinculada e identificada, sobretudo por consequência do enraizamento resultante da história familiar no lugar e na casa, introduzindo-se assim, um novo registo de dissonância afectiva nos processos de unificação com os lugares.

<U1-3> Eu não gosto da casa mas tenho uma ligação com ela porque foi ali que eu nasci, claro que...

<U1-3> Mas se eu tivesse possibilidade de arranjar uma casa, a pagar o mesmo, eu não hesitava, a pagar o mesmo, com as mesmas divisões, eu não hesitava.

<U1-3> Apesar de que eu não gosto da minha casa, [sentiria falta] da minha casa também...

Finalmente, atentemos na privacidade e nas relações que ela estabelece com a vinculação à casa. A privacidade experimentada é, pela sua ausência, um aspecto revelado como característico destas casas.

<U1-3> Enquanto que se fosse tudo na mesma divisão, ou lado direito ou esquerdo, sempre tinha mais, mais privacidade...

<U1-3> O que desfavorece muito a MINHA casa, o que eu detesto na minha casa, é assim, é que os quartos são de um lado e a cozinha, a sala e a casa de banho do outro. E eu para passar de um lado para o outro, tenho que atravessar o corredor, onde passam os inquilinos todos...

<U1-1> Também são prédios que se ouve tudo, muito antigos mas que se ouve tudo, as casas modernas também se ouve, mas prontos... (...) As pessoas, temos que falar muito baixo ou então temos que não falar nada, não é...

<U1-3> Se eu estiver a falar ao telefone, ouve-se cá fora (...) e então, não é, tira um bocado a privacidade da pessoa...

De facto, no interior das casas experimentamos a realidade de os vizinhos saberem literalmente 'todos os nossos passos', assim como nós também sabemos as suas deslocações quotidianas, conhecemos os seus percursos pelas casas, adivinhamos os seus hábitos e rotinas. Quando se experiencia a rua parece que este aspecto se prolonga: na rua sentimos também que *seguem* a nossa vida, os nossos passos; é, pois, como se o controlo informal e a falta de privacidade a ele associada, que referimos em relação à rua, se estendessem à própria casa.

#### 4. Vivência da cidade

Com a exploração daquilo que designámos de narrativas da experiência do lugar, pretendemos também aceder à vivência temporal, enquanto **percurso das personagens no lugar e na cidade**, no sentido de identificarmos transições psico-sociais significantes na vida das personagens.

Começamos então por aspectos mais individuais, as referências às origens da personagem no lugar e na cidade, bem como as suas trajectórias e da sua família (o período de residência das personagens no lugar varia entre os 16 e os 28 anos). Nesta unidade, as personagens apresentam percursos distintos, duas das personagens nasceram no centro histórico e outra tem as origens nos arredores da cidade. Assim, não encontramos – ao contrário do que sucedeu no bairro e na ilha (como veremos adiante) - conteúdos que relacionassem a história pessoal ou familiar com a situação socio-histórica.

Relativamente ao **percurso da cidade**, às mudanças na cidade, parece existir como que uma fusão da cidade no centro. Assim, tal como se verificou no lugar, as mudanças na cidade apontadas são as recentes (integradas no Projecto do Porto 2001 ou não), havendo pontuais referências às intervenções no âmbito do *Porto Património Mundial*.

<U1-2> Tenho uma lembrança qualquer, mas aqui parece que não houve...Na Sé e na Ribeira, não ficou mal aquilo, até porque precisava de ser renovado como foi...[relativamente às alterações inseridas no Porto Património Mundial da Humanidade]

<U1-2> Não sei, para aí há quê, uns 5 anitos p'rái, pouco mais ou menos, acho eu...que eu ando prái sempre a ver umas obras ali, outras acolá...

<U1-2> Acho que sim, que cresceu um bocadinho...

São apontadas mudanças mais consensuais - como sejam as resultantes das obras 2001 - principalmente as relativas ao jardim da Cordoaria - e obras dispersas pela cidade (que se prendem mais com os usos e gostos e percursos pessoais das personagens).

As personagens são moderadas e reservadas aquando da expressão dos sentimentos relativos a estas mudanças.

<U1-3> Não sei como é que isto vai ficar com trânsito, só se vê quando isto estiver tudo terminado...

<U1-2> Agora em certos sítios, digamos, cada um tem o seu estilo de obra de trabalho. Uns sítios acho mais bonitos, outros não.

<U1-2> Não está feia, mas 'tá mais bonita nuns sítios do que noutros, isto cada um...

<U1-3> Crescer, continua tudo na mesma, evoluíram foram assim zonas que tiveram assim...mas não sei se tá para melhor ou se tá para pior. Por exemplo, há aí ruas que antigamente tinha dois sentidos, agora só tem um, parecendo que não...

Quanto a **desejos e propostas** para a cidade - que, tal como referimos relativamente ao lugar estão de alguma forma ligadas à vinculação à cidade, ao gosto pela cidade -, podemos verificar que as personagens manifestam uma preocupação e consciência *ecológica* com cidade.

<U1-2> Está a modificar e vamos ver se daqui para adiante começa a haver mais limpeza, porque a limpeza não se vê nada, grande coisa... Porque aqui também na cidade também há de tudo, há quem bote tudo para o chão, outros que não...

Considerando agora os **processos de transacção** com a cidade, dimensão integrativa, atentamos sobretudo nos aspectos revelados pelas personagens que se se ligam à vinculação à cidade, identidade urbana, e enraizamento. Concentramos nestes processos, as memórias, os usos e as trajectórias / percursos pessoais dos 'tripeiros' pela cidade. Assim, todos estes processos têm essencialmente as suas expressões no prazer, o gosto de ver, conhecer, de recordar, o gosto por certas zonas emblemáticas e equipamentos da cidade, o gosto de pertencer. Nesta unidade verificamos que as personagens apresentam um discurso e ligação à cidade que podemos considerar de característico do urbonauta...

<U1-3> 'Ui, nunca parava em casa, era o Dallas, na altura, a Ribeira...

<U1-3> [Gosto] da Ribeira, da Foz, sei lá, são sítios mais para onde ía à noite...

<U1-2> Gosto de movimento porque passa-se mais depressa o tempo. Não gosto de estar parado...(...) Girar de um lado para o outro, ver isto, ver aquilo andar assim...

<U1-1> O museu Soares dos Reis, também 'tá muito lindo...

<U1-1> O Palácio também modificou, não estava assim, pronto, está bonito...(...) Fui lá, tem umas árvores bonitas, tem, é bonito...

Manifesta-se um gosto pela cidade, pelo passear (de referir que as personagens se deslocam na cidade essencialmente a pé e de transportes públicos) e estar por dentro das alterações da cidade. Assim, contrariamente ao que acontece relativamente ao lugar, a cidade aparece como fonte de forte vinculação e identificação.

<U1-2> Tenho meia dúzia de amigos que falo, mas não muito tempo, porque gosto mais de andar a girar de um lado para o outro. Gosto de passar o tempo a ver as coisas como elas são, ver as obras, ver as coisas se correm bem ou se não correm...

<U1-2> Porque eu gosto do ambiente, gosto da paisagem, gosto de ver as pessoas, gosto de ver o movimento...

Gostaríamos de salientar que, como anteriormente foi referido, nesta unidade, por vezes o lugar e a cidade fundem-se, já que as personagens se referem ao seu lugar como o centro, sendo por vezes o centro entendido como *a cidade*.

A vinculação à cidade está em grande parte subjacente a esta fusão Centro-Cidade; o Centro como que caracteriza a identidade da cidade, como se Porto e Centro significassem o mesmo.

<U1-2> Tripeiro é enfim, acho que é uma pessoa que é tripeira é ser da própria terra, do centro da cidade, do centro...

Por outro lado, e ainda no que se refere à identidade e vinculação ao lugar<sup>47</sup>, podemos dizer que esta surge associada a uma aceitação e ligação afectiva incondicional à cidade e que se relaciona com as escassas intenções de mudança de cidade, bem como com a vivência da urbanidade, a navegação urbana.

<U1-2> Gosto de tudo, de todas as zonas.

<U1-2> Gosto, gosto da minha cidade, da MINHA terra, de facto isso é indiscutível.

<U1-2> Já gostava do Porto e a minha intenção foi sempre morar aqui no Porto e no Centro, por acaso sempre gostei.

<U1-3> Eu gostava de mudar de zona, mas dentro da cidade do Porto, para outro sítio não! Assim Santa Catarina, Marquês...

---

<sup>47</sup> É curioso apontar que as duas personagens que manifestam uma grande vinculação à cidade, associam a sua vivência desta a actividades de recreação e lazer, sendo que a personagem que, à partida, não se identifica nem tem grande vinculação à cidade, foca as suas referências à cidade no valor trabalho...(bem como ocorre quanto ao lugar, que considera vantajoso só por estar central e perto do trabalho). Ao mesmo tempo, esta personagem, que, contrariamente às outras (que poderemos considerar como urbonautas), afirma uma ausência de identidade e vinculação à cidade, expressa um grande agrado e usa também a primeira pessoa, quer quando se refere ao lugar, quer quando se refere à cidade.

No que se refere à identidade urbana, verifica-se que apesar de considerarmos o processo de identificação com o lugar disruptivo por referência à imagem e interiorização da representação do lugar, esse aspecto aparece como separado e insignificante quando as personagens se referem à cidade.

<U1-3> Gosto, gosto de ser tripeira...

<U1-2> Por acaso gosto (...) tem boas vistas...Do outro lado de lá vejo a ponte D. Luis, vejo a parte de Gaia toda e, se não fosse o museu lá em baixo, até via a parte da Foz...<sup>48</sup>

Por sua vez, este aspecto da identidade urbana pode ser associado à já referida equivalência entre centro e cidade que por vezes as personagens efectuam. Então, relaciona-se como o enraizamento com a ideia de que esta é a *minha terra, o meu mundo* (que se relaciona também com um processo de apropriação/identidade e vinculação da cidade).

<U1-2> Sou mesmo tripeiro, porque sou de Miragaia, nasci em Miragaia.

<U1-2> Miragaia, a minha terrinha até já está bem jeitosa, para agora até está bom, 'inda bem...

<U1-3> Gosto, não sei, é o meu mundo...

De referir ainda que a identidade urbana é visível por diferenciação e distanciamento relativamente a outras cidades, sendo apontadas algumas características que supostamente distinguem os 'tripeiros' dos outros portugueses, constituindo-se assim uma identidade 'tripeira'<sup>49</sup> – a ideia de que existe algo único e particular aos habitantes da cidade, que lhes permite diferenciarem-se e constituírem uma identidade, unicidade esta que contribui e é largamente influenciada pela vinculação e apropriação da cidade.

<U1-3> Não sei, mas há qualquer coisa que caracteriza [os tripeiros], porque eu numa altura fui numa excursão a Lisboa e foi logo 'ei, pessoal do Porto'...

---

<sup>48</sup> Este último depoimento é típico exemplo de que a vinculação à casa se liga com a vinculação à cidade: da casa vê a cidade e os seus elementos característicos..

<sup>49</sup> A nossa descrição do discurso não vai levar em consideração, por razões de ordem diversa, os aspectos da pronúncia revelada pelas personagens dos lugares. Porém, gostaríamos aqui de apontar, sem nos determos em exemplos, para o facto do 'modo de falar à Porto' atravessar tanto as verbalizações das personagens como a própria dinâmica e cultura do lugar.

Para terminar, uma pequena referência a um evento já anteriormente abordado e que caracteriza a cidade - o S. João –, percebido por todas personagens com gosto e aceitação inequívoca, enquanto evento inerente à identidade urbana portuense (e, como vimos atrás, à identidade do próprio lugar).

<U1-2> O S. João é típico do Porto, acho que deve continuar, isso é radical, é uma coisa boa...

## B. UNIDADE DE LUGAR # 2: A ILHA N<sup>a</sup> SR<sup>a</sup> DE FÁTIMA<sup>50</sup>

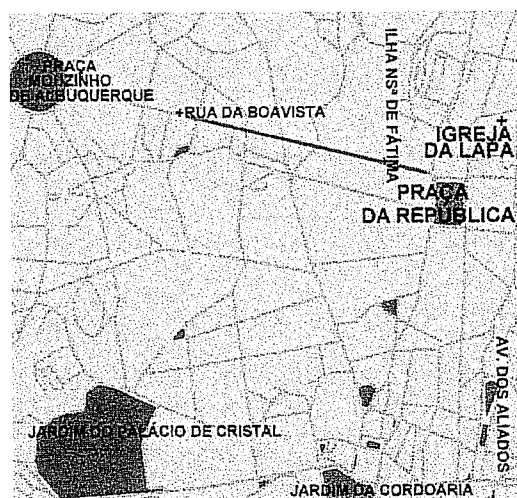
### 1. Apresentação do lugar

A ilha situa-se na rua da Boavista na freguesia de Cedofeita (uma das freguesias, juntamente com as freguesias do Bonfim, Campanhã e Paranhos, onde se concentram o maior número de ilhas da cidade (Pelouro de Habitação e de Acção Social, 1999, 2001b).

Foi criada, segundo o que foi possível determinar dos testemunhos das personagens, na primeira década do Século XX (no espaço-tempo referido no cap#3 da Parte A), e é uma ilha *particular* (não camarária), chamando-se ilha "Nossa Sra. de Fátima" (no final da ilha existe um pequeno altar à virgem com algumas velas).

A ilha encontra-se numa zona central da cidade, tendo uma localização privilegiada a nível de acesso a serviços e transportes. A nível de espaços públicos e património da cidade, destaquemos a proximidade desta rua com a Praça da República e com a Igreja da Lapa.

Mapa #8 - Localização da ilha



<sup>50</sup> Esta foi a primeira ilha da cidade na qual entrei. Desconhecíamos totalmente este tipo de habitação. A primeira imagem que me ficou foi de uma fila de casinhas pequeninas, um lugar que não se imagina que exista quando se passa pela entrada. Acho que as ilhas traduzem bem a ideia de uma vida 'nas traseiras' da cidade; um portão que se abre e revela um mundo à parte do movimento exterior a este. De referir que de facto foi para nós uma forma habitacional cuja primeira compreensão se torna difícil: a peculiaridade de acrescentos, as condições e dimensões inimagináveis, as unidades funcionais ilegíveis...

A entrada para a ilha faz-se através da Rua da Boavista, rua cujo edificado é essencialmente habitacional e que se constitui como uma via de circulação automóvel de grande intensidade e frequência.

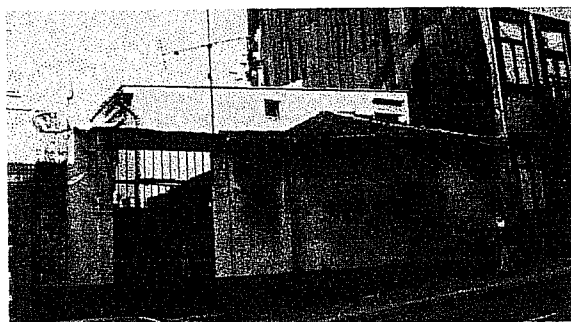


Foto # 19 e Foto # 20 - Rua da Boavista e acesso à ilha.

A ilha tem uma presença discreta na rua, não se fazendo antever que para além do portão - que é o elemento de comunicação entre a ilha e a Rua da Boavista; entre a ilha e o resto da cidade - exista um complexo habitacional tão *particular*. Assim, o portão delimita o território das famílias que habitam a ilha, delimita esse 'espaço privado' da vida da própria rua e, porque não, da própria cidade.

Esta unidade de lugar é constituída por 23 habitações, maioritariamente<sup>51</sup> de um piso, havendo, em algumas das casas, diferentes expressões da expansão e apropriação vertical (um novo piso) e horizontal do lugar (*avançados* à casa com casa de banho).

Entrando, deparamo-nos com uma sequência de casas térreas do lado esquerdo, sendo o lado direito ocupado pelas pias e pelas antigas/actuais casas de banho públicas.

Assim, é de destacar que a meio da ilha, persistem as casas de banho públicas, 5 portas de madeira que, se para algumas personagens são elementos *residuais*, *monumentos* do lugar, para outras são elemento da sua realidade quotidiana. Gostaríamos também de destacar a presença das pias ao longo das fileiras de casas, enquanto outro elemento característico deste tipo de habitação.

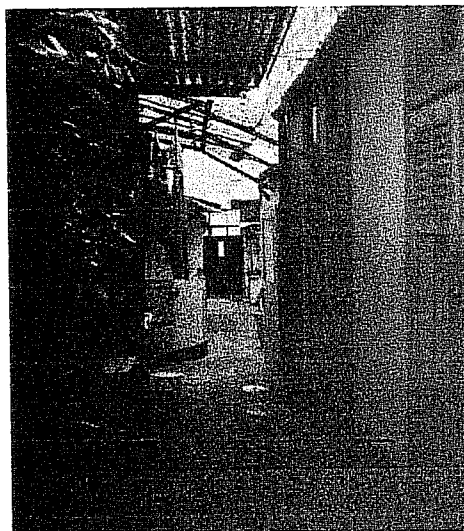
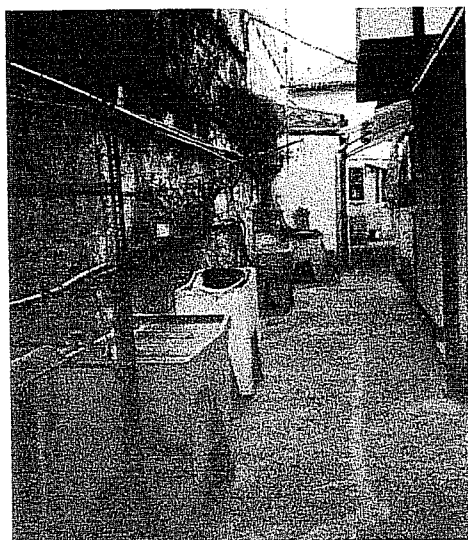


Foto #21 e Foto #22 - Entrada/ saída da ilha

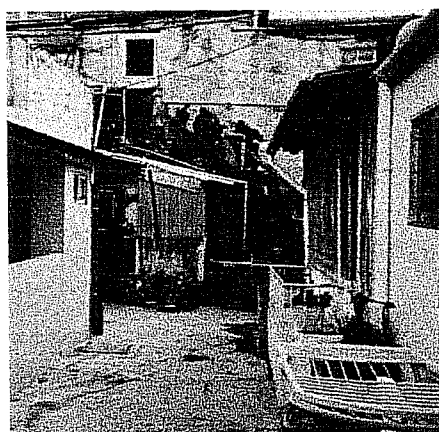
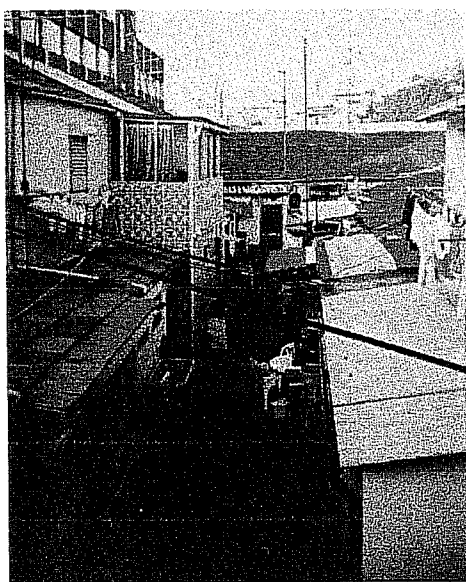
---

<sup>51</sup> Uma das casas da ilha possui originalmente dois pisos, sendo apontada como uma das casas onde não se verificam as mínimas condições de habitabilidade, uma vez que no segundo piso, vivem 3 famílias...

Continuando deparamo-nos com um espaço mais largo de fileiras de casas, do lado esquerdo e do lado direito, nas quais são visíveis diferentes estados de conservação, fazendo facilmente adivinhar condições de habitabilidade díspares.

Algumas habitações foram sujeitas a alterações estruturais significativas, sendo que outras se limitam a sustentar, a remediar através do 'remendo'. Podemos então desde já assinalar a presença de realidades distintas nas habitações, resultantes da presença ou ausência das adaptações e alterações efectuadas sobre a estrutura inicial das casas, o que por sua vez poderá naturalmente indicar realidades vivenciais também distintas...

Assim, se atentarmos no tipo de construção das casas, nos materiais de revestimento, verificamos vestígios de um espaço-tempo de precaridade a nível construtivo. A presença das mais diversas adaptações a esse tipo ancião de construção, baseadas quer na renovação quer no 'remendo', são então indicadores de uma *luta* pela sustentabilidade de condições mínimas de habitabilidade.



Foto#23 e Foto#24 - os diferentes estados de conservação das habitações

As fileiras sinuosas de casas são entremeadas por um pátio que acusa o desgaste material; o pátio é *interrompido* pelas diferentes extensões da casa que personalizam esteticamente e morfologicamente o lugar. Deparamo-nos então com um largo espectro de acrescentos, aproveitamentos inteligentes do lugar, que adquire assim uma configuração sensorialmente estimulante de elementos *arquitectónicos* introduzidos criativamente pelas personagens - como também se verificou na primeira unidade descrita.

Quanto ao espaço comum da ilha, e considerando que o pátio é também apropriado pelas entradas das casas, destaquemos ainda pistas que revelam o cuidado pelo seu arranjo, nomeadamente através das plantas.

## 2. Vivências do lugar

As personagens desta unidade enfatizam as mudanças ocorridas no lugar, sendo que, quando se referem à experiência dessas mudanças, as situam quer ao nível da fisicalidade, quer da sociabilidade, imprimindo então, nas vivências das mudanças, a 'actuação' dos organizadores já referidos na unidade #1: aspectos cenográficos, a dinâmica do lugar, a representação do lugar e os processos de transacção com o lugar.

As personagens reforçam as significativas mudanças<sup>52</sup> aquando da descrição da experiência do lugar, verificando-se, contrariamente ao que ocorria na unidade anterior, que a vivência do lugar é fortemente marcada por memórias e pela vivência de transições no lugar.

<U2-1> Tivemos momentos maus, mas também se teve aqui momentos muito bons...

Assim, e quando se referem aos **aspectos cenográficos** do lugar, e considerando as condições de habitabilidade, são apontados, enquanto marcos de mudanças, por um lado o pós 25 de Abril e, por outro lado, a venda das casas por parte dos proprietários. Estas mudanças são contextualizadas pelas personagens numa melhoria global a nível de condições socio-económicas.

<U2-2> Isto começou muito após o 25 de Abril; havia tudo colectivo, era, as pessoas viviam muito mal, as pessoas aqui do bairro eram pessoas operárias, não é...

<U2-2> Depois do 25 de Abril, é lógico que as pessoas começaram a pedir melhores condições...

<U2-3> Isto deu um salto muito grande, isto o salto não se deu depois do 25 de Abril, já se começou a dar antes, assim 2 anos antes...

<U2-1> 15, 20 anos é que começou a ter melhores condições. Assim melhor para os habitantes só é a partir de 10 anos. Há 10 anos foi quando compramos as casas e depois cada qual fez à sua maneira...

<U2-2> As casas começaram a ser vendidas, quando morreu a senhoria, nos meados dos anos oitenta.

Relativamente à vivência das mudanças, são valorizados os aspectos que se referem ao que designámos de condições de habitabilidade mínima, aparecendo as casas de banho como protagonistas da mudança. Assim, o lugar teve, até ao pós 25 de

---

<sup>52</sup> A vivência das mudanças é naturalmente condicionada pelo período de residência. Este varia de personagem para personagem, mas sobretudo de unidade para unidade, pois, como já referimos no ponto dedicado à amostragem, a nossa preocupação com estes aspectos (de período e época de residência) variou consoante o espaço-tempo de marginalização a que nos referimos.

Abril, casas de banho colectivas, situação memorável para as personagens, revelando-se a construção de casas de banho privativas e as alterações a nível de saneamento como aspectos essenciais da mudança.

<U2-1> ...o quarto de banho era colectivo, pronto, colectivo neste sentido, 5 casas para cada quarto de banho, é.

<U2-1> Olhe, não havia água dentro das casas, não havia quarto de banho, a maior parte das casas não tinham luz...Depois as pessoas foram fazendo isto, por si foram fazendo...

<U2-2> Porque os quartos de banho eram colectivos, era um chuveiro, e um quarto para 5 casas, e uma pia para 5 casas, por isso dá 5 chuveiros, 5 quartos de banho colectivos...

Gostaríamos de fazer uma breve referência à questão da autorização camarária para os efectuar, sendo que as personagens denotam uma liberdade que se faz acompanhar por uma legalidade subterrânea sustentada pelo município.

<U2-1> Depois as pessoas foram fazendo isto, por si é que foram fazendo.

<U2-3> Esta...Estas todas, infelizmente foram construídas todas clandestinamente...a aprovação...olha, façam, e andem para a frente, não é?

<U2-3> Mas foram acho que à câmara e lá responderam, lá nos serviços, façam, façam de conta que fizeram o pedido de licença...(...) E lá na câmara responderam que...sim, façam, façam de conta que não sabemos de nada, responderam assim e toda a gente fez... Cada qual pôs as coisas dentro daquilo que gosta e pode, não é?!

Actualmente, as condições habitacionais, o estado e o tipo de habitações são descritas pelas personagens como satisfatórias, não sendo porém, essa experiência generalizável. Sendo ainda visíveis na ilha, como já foi referido, testemunhos gritantes de uma ausência de mudança e agravamento de situações (e.g. a nível de degradação de materiais, de canalizações, de humidade), novamente reforçamos a ideia de coexistência no lugar de duas realidades que naturalmente afectam a ligação das personagens com o lugar.

<U2-2> Por exemplo, a minha casa tem condições, como vê, pequena mas tem, mas as casas daí, a maioria delas não tem, isto são meia dúzia de casas que têm condições...ainda há muita casa aí adiante que têm que fazer as necessidades no balde e despejar nos quartos de banho colectivos...Isso não é higiene nem é...não terem onde tomar um banho de água quente, hoje isso não pode haver...

Quanto aos aspectos físicos do lugar, as personagens apontam para um descuido com o espaço comum, atribuído fundamentalmente aos residentes, o mesmo sucedendo relativamente ao estado de algumas habitações, considerando-se novamente os senhorios como agentes sem *dever* interventivo.

<U2-1> São as pessoas em si, não tão para...não faz mal, a gente tem onde ir, não vale a pena estar a gastar dinheiro, há pessoas desse género...

Assim, existe, como no centro, uma declarada negligência (um 'desmazelo' que achamos um crime ambiental...) dos senhorios e também, mas não tão acentuadamente, uma desresponsabilização dos próprios. Persiste então a herança salazarista do congelamento das rendas que alimenta um circulo vicioso que produz a decadência e degradação do parque habitacional.

<U2-1> E sabe, eles também dentro das casas não são obrigados a fazer nada...e depois as rendas também eram tão pequeninas que as pessoas também não tinham coragem...

<U2-1> Entendem que a pagar 2 contos e tal o senhorio pode fazer tudo, e também não pode, também temos que saber dar valor às coisas, nem é admissível, mas prontos... Agora os modernos sim senhora, os antigos acho que com rendas mínimas, os senhorios também não podem 'tar a fazer nada...

Por outro lado, as alterações, os acrescentos feitos para os quartos de banho, limitaram o uso do espaço público do lugar, o que pode estar associado a mudanças que as personagens referem na dinâmica do lugar e das quais nos ocuparemos a seguir.

O estreitamento do espaço comum é apontado também como uma alteração na mudança de 'aspecto de bairro', tendo como contratempo a limitação, por exemplo às crianças, do seu uso...

<U2-1> Isto antigamente até era mais largo e depois havia os paus a estender a roupa... Prontos e os novos depois, aos poucos e poucos, foram melhorando o aspecto em si também, não é... tirar um bocadinho aquele aspecto de bairro, paus ao alto e a roupa e assim, pronto, a pessoa também vai melhorando...

<U2-3> Existia aqui assim mais espaço no bairro, havia mais condições, mais terreno...

<U2-3> Foi os avançados que se fez para as casas de banho. Foi só isso, tínhamos o dobro do espaço...

<U2-3> ...e aqui pronto, como era um espaço grande, que era largo e que agora não é...como já falamos das casas de banho que se fez...e acho bem as pessoas fazerem...

As personagens usam ainda a localização como uma dimensão descritiva e avaliativa do lugar. A centralidade, a acessibilidade a transportes e serviços, do lugar onde residem é apontada com uma das vantagens e um dos aspectos (outros serão abordados aquando da descrição dos processos psicológicos de unificação com o lugar) que contribuem, quer para a satisfação residencial, quer para a vinculação ao lugar das personagens.

<U2-3> Eu costumava dizer assim, isto fica perto de tudo, fica perto do hospital, das escolas, do emprego, e noutro dia um senhor disse 'olhe, também fica perto do cemitério'...

<U2-1> Temos tudo, até comércio e tudo, nós aqui temos tudo, aqui não temos problema nenhum...

<U2-2> Não tenho problemas nenhuns, tenho autocarro, tenho camioneta, não tenho problema, não... este é o centro da cidade do Porto...

Finalmente, e quanto aos desejos e propostas para o lugar parece que novamente entramos no campo da dissonância e ambivalência. As personagens mostram, por um lado, uma vinculação à ilha e àquela ilha particular, revelando também um empenhamento e planificação comunitária a *curto prazo* para o lugar.

<U2-2> E vamos brevemente contratar um advogado para ver a forma que tem de condomínio, porque o condomínio tem que ser ao alto, acho que assim ao comprido é esquisito fazer...

<U2-2> Porque é melhor, tudo de branco ou amarelo, não interessa a cor, não é, fica tudo igual...

Por outro lado, demonstram também uma preocupação mais global com este tipo de habitações, que leva as personagens a considerarem e desejarem o fim das ilhas.

<U2-1> Tem tendência a acabar, mas também não será tão cedo...já não espero para mim, eu acho que não...

<U2-2> Por isso, muito embora eu goste muito disto e não venda, mas defendo que isto deve acabar, que a geração que vem agora é que deve lutar para que este tipo de situações acabe, porque isto não tem condições. Tende a acabar, nem se compreende que no séc XXI estas coisas ainda existirem...

<U2-2> mas se me disserem assim 'os bairros na cidade do Porto vão acabar todos hoje', aí, sim senhor...

<U2-3> As ilhas vão acabar por causa das condições, não é, de habitação das pessoas, as pessoas também querem ...toda a gente quer melhor que isto...

Por outro lado, existe como que um 'desânimo apreendido' relativamente ao facto de levarem a cabo a tão famosa 'erradicação das ilhas', colocando as propostas camarárias no campo das promessas...

<U2-3> mas há 30, 40 anos já falam às pessoas que iam dar casas (...) nunca deram nada a ninguém, nem a casa que prometiam às pessoas, não deram...

<U2-3> Podia acabar se a câmara desse uma casa às pessoas, não é muito longe daqui, porque as pessoas também estão habituadas aqui à zona, mas se dessem aqui na redondezazita, as pessoas iam logo, trocavam logo isto, iam logo embora...

Quanto à **dinâmica do lugar**, outro grande organizador já apresentado, congregador de coreografias de uso e de convivialidade, de ritmos e cadências do lugar, e seguindo a mesma orientação da unidade anterior, começemos por abordar o ambiente comunitário.

Também relativamente a esta dimensão, as personagens demonstram uma forte sensação de mudança, fortes memórias e uma consciência das transições que o lugar sofreu a este nível.

Começamos por referir que os marcos de mudanças se sobrepõem naturalmente aos referidos aquando da apresentação dos aspectos cenográficos, sendo de realçar principalmente o impacto, na dinâmica do lugar, da criação de acrescentos (das casas de banho) e conseqüente diminuição do espaço comum.

Quando se referem ao clima social, as personagens acentuam o carácter de familiaridade que caracterizava o ambiente comunitário *dos antigos* e a mudança desse ambiente com *os modernos*.

<U2-2> Isto antigamente, prontos, havia...todas as pessoas moravam aqui há muitos anos, era uma família completa...

<U2-3> E o pessoal era unido porque se conheciam, as primeiras pessoas a serem conhecidas era quem morava aqui dentro...

<U2-3> Mas já não tem aquele convívio entre eles como existia antigamente, antigamente era melhor, agora são pessoas fechadas...

<U2-2> Ninguém se metia com ninguém, as pessoas davam-se todas muito bem, quando havia um problema de maior os vizinhos preocupavam-se uns com os outros, era uma família, pronto!

<U2-1> Porque olhe, isto era uma família praticamente.

Assim, de uma forma geral poderemos dizer que a dinâmica de convivialidade se alterou, perdurando, no entanto, um sentimento de apoio comunitário e a convivência entre vizinhos - acompanhada por coreografias, de alguma forma semelhantes às da nossa primeira unidade (nomeadamente pela referência à sua expressão temporal sanzonal), que materializam a convivialidade.

<U2-1> Convive-se, não quer dizer que as pessoas não convivem. À noite as pessoas 'tão lá fora sentadas um bocado, não, convive-se!

<U2-1> Mas obriga sempre mais a pessoa a ir lá fora, que no prédio a pessoa não precisa de vir cá fora a fazer nada...

<U2-1> ai há, há...a pessoa vai à janela...vem uma pessoa à porta, bate...

<U2-1> Lá fora vou estender roupa ou 'tou um bocadinho a conversar...

<U2-2> Olhe...[aponta para fora onde estão 4 senhoras a conversar]...

<U2-2> Então quando 'tá calor, 'tão ali até às 3 da manhã, ao fim de semana a conversar, isto é muito bonito...

De referir ainda que a convivência aparece, ao contrário do que se verificou na unidade anterior, como fonte de apoio social<sup>53</sup>, ao invés de fonte de constrangimento social resultante do controlo informal da vizinhança. Assim, se o contacto é inevitável na ilha, a interacção social parece ocorrer só se houver disponibilidade das suas personagens.

<U2-1> por exemplo eu tenho aqui 2 vizinhas que tenho a chave da casa delas...é, há coisas assim...quer dizer, eu conheço, há aqui pessoas que desde que me conheço que eu as conheço e elas, e já tem morrido muita gente.

<U2-1> E depois prontos, há uma coisa, a gente se não vê um dia já procura saber se está doente ou se não está, principalmente com pessoas de idade, temos esse cuidado...

Ainda no âmbito do ambiente comunitário, aquando da descrição experiencial do lugar as personagens do lugar introduzem um novo factor - a participação comunitária nas mudanças - que se refere à resolução de problemas emergentes através de uma participação efectiva e colectiva na sustentação *doméstica* do lugar.

<U2-1> Pronto, se há aqui qualquer coisa, pronto, por exemplo, ainda agora estragou-se a fechadura, o meu marido como sabe, comprou a fechadura, colocou, comprou-se as chaves e dividiu-se pelas casas todas

...

<U2-1> Por exemplo, os quartos de banho por aí acima, a maior parte deles foi o meu marido que os fez...e depois vieram ajudá-lo a ele noutras coisas, é...uma pessoa ajuda, pronto, um sabe fazer uma coisa, sempre deita a mão, ou chega um balde de areia ou chega um balde de cimento, há sempre quem deite a mão, há...

Assim, nesta unidade, o facto de todas as pessoas se conhecerem e conviverem não é necessariamente indicador de 'falar da vida alheia', não se revela uma coreografia intrusiva (como se verificou na anterior unidade) mas sim algo inerente a um sentimento comunitário.

Porém, é de referir que a convivalidade e apoio comunitário, parecem adquirir diferentes expressões consoante a 'antiguidade' das personagens no lugar. Assim, relativamente aos 'novos' residentes na ilha, verificamos uma certa reacção territorial, fazendo parecer que as relações de convivalidade e comunitárias da ilha se verificam apenas entre os residentes que lá têm as suas raízes.

---

<sup>53</sup> É de referir que este apoio social também foi referido pontualmente na unidade anterior (e.g. interagida entre vizinhas do mesmo prédio), no entanto, ele foi desvalorizado pelas personagens que centram as suas vivências do ambiente comunitário na experiência do ambiente de rua.

<U2-1> É pronto, há aí um ou outro, mais novitos que vieram...que não se interessam, são um bocadinho alterados...

<U2-2> Mas não é com todos, mas não é com todos...não é com toda a gente, os tais novos que vieram agora e não sei que mais, eles é que se afastam de nós...pronto...

<U2-1> Lá há duas a três pessoas que são agora modernas que a gente não tem confiança...

Por outro lado, pensamos que este factor se associa de alguma forma com o modo de vida subjacente ao valor *trabalho* que permanece quase como uma herança do modo de vida operário que está na origem do lugar. Assim, os casos pontuais de 'novos residentes' do lugar que não têm um modo de vida associado ao trabalho são apontados.

Consideremos agora o uso e apropriações comunitárias do lugar e a sua contribuição para o esboço de uma dinâmica do lugar. Tendo em conta as coreografias de convivência já apontadas, consideraremos agora outros usos e apropriações comunitárias do lugar que, como já foi referido envolvem dimensões temporais quotidianas e cíclicas.

Assim, e considerando as mudanças no lugar já referidas, encontramos por um lado, a referência nostálgica ao período onde o espaço comum - o pátio - era lugar de convívio entre crianças, onde existia *vida* no espaço público da ilha e onde as pessoas cuidavam do embelezamento do mesmo (sendo esta última uma das tradições que podemos verificar que ainda se tenta manter).

<U2-3> E antigamente, havia aquela fase até os miúdos irem embora, estavam aqui, ficavam aqui até 16, 17 anos, muitos miúdos. Agora já não, já não se vê...

<U2-3> E por isso é que dantes havia mais canalha aqui [pátio]. Agora não há miúdos, já não há nada.

Por outro lado, todas as personagens apontam a diferença no uso do lugar quanto a um evento cíclico, evocando memórias e detendo-se em enfáticas descrições do S. João. Como já foi referido, este evento está também associado à identidade de lugar e urbana que mais tarde exploraremos.

<U2-1> Agora já cada qual faz para si, antigamente não, enfeitavam, era tudo enfeitado, fazia-se uma cascata à entrada, não havia portão...

<U2-2> Tirava-se licença na câmara e tudo, era...para se poder estar a tocar música o mês todo...

<U2-3> E depois todos ajudavam: a enfeitar, por exemplo tínhamos ali um quarto de banho fechado que abria naquela altura, fazia-se tipo de um barzinho, vendia-se cerveja, uns bolinhos e assim...

Actualmente podemos identificar ainda algumas personagens que usam e se apropriam pontual e sazonalmente do lugar (destacamos da nossa observação o uso do espaço por parte das mulheres - nomeadamente no uso das pias para lavar roupa - e de pessoas idosas.

<U2-1> Ai passa-se e à noite é capaz de a pessoa estar ali entretida... O meu marido é capaz até de pegar na televisão pequenina e pô-la ali em cima da mesa, (...) juntam-se dois ou três e estão ali. Ou até nós mulheres estamos ali entretidas a conversar um bocadinho, e as crianças a brincar...

<U2-1> Eu acho que para as crianças que isto até é muito giro...porque isto está fechadinho e as crianças andam aqui...

<U2-1> Por exemplo, no meu caso, o meu marido gosta muito de música, na noite de S. João põe a música a tocar, assamos lá for a as sardinhas e assim...

Porém, não se verifica, a nível de frequência e permanência no lugar, uma quotidianidade dinâmica, sendo que o ritmo do lugar parece acompanhar um ritmo laboral, estando o lugar, durante o dia, apropriado essencialmente por senhoras de idade e por algumas mulheres nas suas actividades domésticas (e.g. estender roupa), notando-se uma dinâmica de fim-de-tarde mais movimentada, bem como às horas das refeições.

No que diz respeito ao fluxo de personagens no lugar (mudanças no lugar resultantes da entrada ou saída de residentes, na mudança do tipo de personagens do lugar), é referida a saída do bairro no sentido de 'mudança para melhor'. Nota-se ainda, como já foi referido, uma certa distância social relativamente aos novos residentes no lugar.

<U2-1> Prontos [sairam], para ter mais condições...

<U2-1> Para mudar o meio social, eu acho que sim, e nível de vida...

<U2-3> Os antigos, a maior parte deles já morreram e também já há gente nova residente...

<U2-2> E depois a senhoria alugou algumas casas aí que enfim...são pessoas que noutros tempos não viviam aqui de certeza que nós não deixávamos...(...) E agora tá aqui uma geração, tirando a nossa, de pessoas assim um bocado esquisitas prontos...

Um outro organizador que aparece fortemente associado à vivência do lugar é a **representação do lugar**, que congrega, como já foi apontado, referências à imagem do lugar bem com a comparação com outros lugares. Assim, na ilha, tal como se verificou no centro, as personagens têm uma grande consciência da imagem negativa associada a estes lugares.

<U2-3> É a tal vergonha, a vergonha de morar...

<U2-3> É por morar numa ilha, quer dizer qualquer coisa...É um rótulo que eles puseram na altura, é uma marca, era talvez o operário, era qualquer coisa...

<U2-1> Pronto, as condições em si e ainda há mentalidades que morar dentro de um bairro é um bocadinho...sentem-se um bocadinho inferiorizadas, eu não me sinto, mas pronto, há pessoas que se sentem, há!

Porém, e podemos dizer que numa direcção inversa ao que constatámos relativamente ao Centro Histórico, na ilha verifica-se como que uma *resistência* a essa imagem - que, poderemos dizer, contribui para a construção de uma identidade positiva de lugar - alicerçada nas particularidades de valorização e experienciação daquele lugar, bem como no processo de auto-revelação da identidade de lugar.

<U2-1>'E os bairros isto e aquilo', é, pronto...e as pessoas em si, os antigos também davam uma má fama aos bairros, às ilhas, não é... nós aqui tentamos fazer tudo para conservar as coisas...

<U2-1> É o que eu digo, mesmo dentro de um bairro, acho que se pode conservar as coisas e tentar fazer o melhor possível...

<U2-1> E há pessoas que ainda vêm e gostam disto, mesmo a juventude e tudo que vem e acham isto engraçado.

<U2-1> Se me pedem para vir a minha casa [em situação profissional] e eu vejo que é uma pessoa com uma certa estrutura e isso tudo, eu digo logo onde moro...

<U2-1> Há pessoas que não se sentem bem, pronto, nunca tive problemas, felizmente até hoje, mas digo logo onde moro...

Por outro lado, podemos dizer que este movimento de resistência à representação do lugar pode também estar assente na comparação entre este tipo de habitações e outras semelhantes, e entre tipos de condições habitacionais existentes na cidade, processos que podem ter um grande peso na manutenção da identidade e da vinculação ao lugar.

<U2-3> A parte histórica, lá em baixo, lá vista por fora é uma coisa, por dentro ainda tem piores condições do que esta ilha tem...

<U2-1> Há ilhas e ilhas também, não é? Eu acho que esta aqui, dentro do que se vê é muito arranjadinha...

<U2-1> E à partida, pronto, p'ó que a gente vê por aí fora, que há bairros, há, muito degradados, a pessoa o entrar ali até arrepiam, prontos mas estando o portãozinho fechado e as pessoas tendo arranjadinho, dá logo outro aspecto...

<U2-2> Penso que, por exemplo, esta ilha ainda é uma ilha bonita, arranjadinha, como a menina vê, é arranjadinha, tem condições, mas 99% das pessoas dos bairros não têm condições nenhuma...

Apesar de ser reconhecido que a imagem de bairro não é favorável, as personagens, individualmente, assumem o lugar, têm orgulho no lugar, revelando por vezes uma identidade de lugar e uma vinculação ao lugar 'à prova das más línguas'...

Assim, e retomando a associação entre a imagem do lugar e a identidade, é interessante notar, novamente, que o assumir de que se mora num lugar, o assumir essa identidade aparece como um processo complexo de auto-revelação, associado pelos entrevistados à maturidade das personagens.

<U2-3> Inferiorizadas, envergonhadas, o pobre...as pessoas têm vergonha...depois perdem a vergonha, quando tiverem 40, 50 anos, 60 anos...Mas nós, a mocidade, 'onde moras?', não se diz que se mora aqui para namorar! A maioria de certeza mentia, era...

Consideremos agora os **processos psicológicos de transacção com o lugar**, organizador que funciona, no nosso entender, como um ponto de situação relativamente às vivências do lugar que envolvem a identidade e vinculação ao lugar, a territorialidade, a privacidade e a apropriação.

No que diz respeito à questão da identidade de lugar, e considerando as questões acima apontadas, apenas gostaríamos de reforçar a envolvência das personagens em processos complexos no sentido da construção e manutenção de uma identidade. Assim, e apesar de este lugar ser sujeito a fortes e negativas imagens por parte do exterior, a sua carga simbólica parece estar, para as personagens, mais associada às raízes do e no lugar e às memórias - aspectos importantes na formação de uma identidade de lugar - do que representacional.

Assim, e no seguimento destas considerações, detenhámo-nos novamente nas *memórias*<sup>54</sup>, memórias de um uso 'infantil' e 'comunitário' do lugar - podemos designá-las de memórias ambientais - que se indissociam da vinculação, identidade e enraizamento e que se relacionam com as já referidas mudanças e trajectórias nos usos e apropriações do lugar.

<U2-1> Ai, lembro-me, fazíamos rodinhas, jogar à macaca, jogar ao pião, jogar à bola, andar às escondidinhas, depois havia muitas pias a toda a volta, a gente escondia-se...

---

<sup>54</sup> Retomamos, e agora mais aprofundadamente, as memórias, já que elas, principalmente aqui, atravessam todos os processos de transacção com o lugar, bem como todos os processos de vivência de mudança a que anteriormente nos referimos.

<U2-2> Então a gente, quando era jovem, aquelas brincadeiras de crianças, 6, 7, 8 anos, namorávamos uns com os outros, não é...

<U2-1> À noite a gente juntava-se aqui, fazia casinhas, depois uma ía buscar uma bolacha, outra ía buscar uma cenoura e estávamos aqui a brincar...

Ainda relativamente às memórias, destaquemos novamente o S. João, já que este evento é descrito tanto como caracterizador e identificador do lugar como da cidade, indissociando, desta forma, identidade de lugar e identidade urbana e, por outro lado, introduzindo uma posição de destaque do lugar no contexto da cidade.

<U2-2> Era o disco, era o disco pedido ao vivo, era, isso havia poucos sítios no Porto...

<U2-2> Nós tínhamos aqui bailes de 300, 400 pessoas, era um espectáculo...

<U2-2> Nessa altura, 'tava tudo com palmeiras, com arcos, com grampos, o s. João a mijar em bica, veio cá a televisão filmar, foi o primeiro s. João a mijar em bica, ali...

Como referimos, estes processos associam-se naturalmente com a vinculação ao lugar, traduzindo manifestações de apego, de laços afectivos. Por outro lado, e como ficou subentendido na descrição e articulação dos anteriores organizadores, verificamos que as personagens deste lugar o valorizam quer pela sua localização, quer pela dinâmica comunitária nele existente, quer ainda pela própria morfologia e estética (e indissociadamente pela vinculação e enraizamento a ele).

As comparações com outros lugares podem também constituir-se como fortes pistas desta vinculação, e são aqui frequentemente efectuadas pelas personagens, nomeadamente tendo por base questões de convivialidade e de apoio comunitário entre residentes.

<U2-1> Ora bem, num aspecto acho que é melhor, é melhor a nível das amizades, estamos mais em família, pronto, aqui se houver um problema em casa de uma pessoa, toda a gente se chega...

<U2-1> Acho que nos andares é completamente diferente, cada qual vive a sua vida e não se cria amizades nem nada, acho eu, não é?!

<U2-2> É aquilo que não há nos prédios, porque as pessoas que moram nos prédios que morrem, e o vizinho não sabe que ele morreu...

As personagens comparam o seu lugar também quanto à forma do espaço e à indissociada dinâmica de lugar, sendo por exemplo a dimensão dos compartimentos e as eventuais fragilidades nas condições das habitações relegadas para segundo plano.

<U2-1> Num prédio [as crianças] têm que ficar ali fechadas, coitadinhas, só se tiver um pátio ou terraço é que as crianças podem brincar...

<U2-3> Por exemplo, um espaço destes, é melhor ter ao comprido do que ao alto 23 casas...

<U2-1> Pronto, aceito que se tem outras condições [num prédio], pronto, muitas pessoas terão outra maneira de ver e de ser, mas eu acho que isso também já tem muito a ver com a pessoa (...)

<U2-1> Agora, não quer dizer que não hajam os seus problemas mas pronto, isso em todo o lado há as suas coisas...mas sinto-me bem aqui...

<U2-1> Sinto-me bem, não tenho problema nenhum em morar aqui...

Esta vinculação ao lugar associa-se também às (não) intenções de mudança, ao desejo de permanecer no lugar, fazendo antever uma transição psico-social atribulada se tal sucedesse.

<U2-1> Agora quem gosta, sair daqui é difícil...

<U2-1> Sim, a maior parte das pessoas é, [estão ligadas ao lugar] é, a maior parte das pessoas...vejo no caso da minha filha, uma rapariga nova, o que está aqui a fazer, também, com a idade dela ela podia ir para um andar, e ela preferiu...

<U2-1> Tenho laços que aqui me prendem dentro pronto, não, para mim sinto-me bem...

<U2-2> Eu tenho raízes muito fortes aqui dentro e por isso mesmo, mesmo que eu venha a ser um homem rico, que me saia o totoloto ou isso, esta casa nunca a venderei...

<U2-1> As minha raízes tão todas aqui, tou aqui muito ligada!

Ao abordarmos a territorialidade procuramos, neste momento, para além de pistas aqui inevitavelmente já levantadas, novas pistas que descrevem um sentimento, uma atitude territorial relativamente ao lugar.

A ilha é, das nossas unidades de lugar, aquela onde encontramos uma maior evidência de territorialidade/privacidade. Esta é, desde logo, simbolizada pelo portão - para dentro a ilha, para fora o resto da cidade, o trânsito, a vida urbana, a dinâmica e ritmos da baixa citadina -, delimitando um lugar no qual se sente que se 'entra' (o mesmo se sente, embora numa outra dimensão, na Rua de Trás).

Assim, neste lugar, como já foi referido aquando da sua apresentação, o 'portão' impõe-se enquanto uma fisicalidade, um elemento arquitectónico que traduz uma actividade de ocupação, defesa e personalização. Esta territorialidade é naturalmente acompanhada por um sentimento de privacidade comunitária, sendo que o portão marca a entrada no bairro da mesma forma que a porta marca a entrada na casa, como se o bairro fosse uma outra espécie de casa, onde se deseja privacidade e se mantém a territorialidade.

<U2-1> Porque o portão às 11 horas é fechado à chave, cada qual tem a sua chave e só entra mesmo as pessoas aqui de dentro...

<U2-1> Eu acho que dá outro aspecto, para quem passa e até para nós próprios, não é...nós também para entrarmos na nossa casa temos que ter uma chave para abrir a nossa porta...

<U2-1> E estamos mais resguardados de tudo...

Assim, e tendo em conta o que foi referido anteriormente, podemos dizer que a territorialidade aqui *serve* directamente a privacidade (contrariamente ao que se verificou na primeira unidade). Verifica-se que as personagens manifestam a vivência desejada entre interacção comunitária e privacidade, manifestando um controlo sobre a abertura ou o fechamento aos contactos comunitários, permitindo-lhes, ao contrário do que se verificou no centro, uma sensação de liberdade e preservação da intimidade não conflituosa.

<U2-1> Claro que a gente aqui não, embora pronto, nós aqui também entramos e se quisermos não falamos, não somos obrigados a falar, não é, prontos, é bom dia, boa tarde e a gente fecha a porta...

<U2-1> Sim, se for preciso, um dia de sol ou assim, está-se, como também às vezes 'tá-se dias e dias que a gente sai, eu por exemplo se sair de manhã não vejo ninguém...

<U2-1> Não há problema nenhum, não, não, depois cada qual entra na sua casa e já pronto...

Assim, é de destacar, tal como referimos atrás, que as personagens sentem o controlo sobre a interacção, sentem que ao entrarem em casa estão a entrar em território privado, não sentindo uma pressão social para o contacto.

Por outro lado, esta privacidade e marcação personalizada de território estão associadas à apropriação do lugar e à manutenção dessa apropriação; assim, o portão protege e contribui para a preservação do espaço apropriado (e.g. embelezado, adaptado).

Quanto à apropriação, relembremos o que foi explorado aquando da apresentação do lugar e da descrição dos aspectos da dinâmica do lugar e acrescentemos algumas pistas reveladoras que encontramos (que espelham acções como o cuidar, arranjar, marcar o lugar e personalizar o lugar). A ilha tem, de facto, fortes marcas de apropriação, sendo interessante verificar desde logo, quer através dos

discursos das personagens quer pela observação, a apropriação vertical e do espaço contíguo à entrada de casa, a extensão da casa ao espaço comum.

<U2-1> A maior parte delas sim, isto aqui a minha entrada é, eu gosto tanto de ter arranjado à frente como dentro de casa...

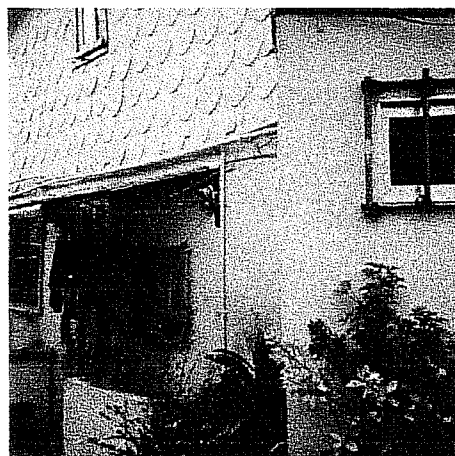


Foto #25, Foto #26, Foto #27 e Foto #28 - diferentes manifestações de apropriação e adaptação...

São então visíveis apropriações resultantes de adaptações ao uso (e.g. novos materiais), personalizações das habitações, bem com o arranjo e apropriação da entrada da casa.

No entanto, é também possível constatar alguns contrastes nessa apropriação, sendo as entradas muitas vezes usadas como arrumos ou dispensas...

### 3. Vivências da casa

Quando atentam nos aspectos cenográficos das suas habitações, as personagens estabelecem mudanças significativas, quer quanto às condições de habitabilidade, quer quanto a aspectos físicos e formais. As personagens centram-se nas mudanças nas suas habitações que ocorreram depois de se tornarem proprietárias das mesmas. A casa e a sua experiência satisfatória pelas nossas personagens pode ser considerada como fulcral na sua vinculação ao lugar.

É ainda importante referir que até as mudanças nas habitações são operações de conjunto, assim, as personagens apesar de se deterem nos pormenores de mudança nas suas casas, incluem-na numa mudança da ilha. Nesta unidade, este ponto funde-se amplamente com a vivência do lugar, existindo uma proximidade muito grande entre a casa e o bairro, o que leva a que esta pareça ser uma unidade residencial fechada e de simples leitura.

<U2-3 > Fizemos as obras todas...aqui tudo...fizemos uma casa de banho, como todos fizeram...

Considerando o que foi anteriormente referido - aquando da descrição da vivência da mudança dos aspectos cenográficos do lugar - podemos dizer que a mudança primordial é a criação, em cada casa, da casa de banho, que conduz a uma grande alteração (a alteração de fundo que nos é descrita) nas condições ambientais do lugar. Porém, para além deste acrescento fundamental à habitabilidade, as personagens referem também um acrescento vertical no sentido de criar um novo piso à casa - normalmente o quarto.

<U2-1> Olhe, eu fiz um andar em cima que não tinha. O meu quarto era muito pequenino, fiz varanda, fiz o meu quarto de banho, a cozinha, ...

<U2-2> Isto era uma salinha que tinha aqui uma entrada que dava para a cozinha e depois tinha um sótão...tinha um sótão onde eu não cabia em pé, onde dormia a minha mulher e a minha filha e eu tinha que dormir aqui em baixo no sofá, porque não tinha outras condições...

<U2-2> Agora lá em cima tem um quarto para a frente que é meu, com janela, tem um quarto para trás que é o da minha filha, com janela e tem quarto de banho no meio dos dois quartos.

As personagens mostram ainda ter uma participação e empenho nas mudanças na habitação (da qual são agora proprietárias). Valorizam as alterações feitas no sentido da melhoria substancial das condições de habitabilidade e manifestam orgulho e gosto em descrevê-las e mostrá-las.

<U2-1> E depois também tenho um marido que vai assim um bocadinho por mim...

<U2-2> Então isto fui eu que desenhei, a minha mulher também viu comigo, isto é tudo marmorite por aqui à volta, aquilo é tudo castanho, tudo castanho, os móveis são todos em castanho...

<U2-1> Sinto, sinto conforto na minha casa...

Por outro lado, as personagens manifestam ainda agrado perante o isolamento das casas relativamente à rua que aquele lugar permite, reforçando a territorialidade e privacidade do lugar.

<U2-1> Olhe, se eu fechar esta porta ou lá em cima a do meu quarto, podem-se matar que eu não ouço nada...não ouço movimento da rua, não ouço nada...

Inerentemente associados a estes aspectos, encontram-se os **processos psicológicos de transacção**, dos quais destacamos aqui a apropriação, a identidade, a vinculação e a privacidade.

A vivência da casa, associada à satisfação residencial e ao conforto parece, neste lugar, ter uma importante e determinante contribuição na vinculação. Assim, como tem vindo a ser referido, as personagens manifestam uma vinculação positiva à casa e uma significativa apropriação desta. Existe, maioritariamente, uma valorização da casa como espaço central de vida, um apego, ligação afectiva e enraizamento associados a um desejo de aí permanecer.

<U2-1> Prontos, sou uma pessoa que reconheço, pronto, até podia passear muito mais, mas eu primeiro penso mais na casa do que em mim, pronto. Sou uma pessoa que sou capaz de me meter mais depressa a comprar um móvel do que a ir fazer uma viagem...

<U2-2> A minha mãe veio para o Porto com 4 anos e o meu pai nasceu precisamente aqui onde estamos a dar a entrevista neste momento, e isso foi o que me levou a comprar a casa...

Atentando na privacidade, é de relembrar que as personagens associam as alterações fundamentais nas habitações - a casa de banho e os acrescentos - com esse

processo, considerando-o mesmo um importante componente na garantia das condições de habitabilidade.

No que diz respeito às apropriações, para além das já referidas extensões casa-bairro, as personagens manifestam gosto e prazer no uso, decoração, asseio e personalização da casa, sendo que os símbolos religiosos, *bibelots* e símbolos futebolísticos se constituem como fortes pistas denunciadoras deste processo.

<U2-1> A mim, pronto, dá-me prazer...sou capaz de passar um domingo aqui a limpar o pó e a mudar as coisas.

<U2-2> Eu acho que sim, para nós foi, porque a pessoa agora, embora pronto, cuidar como antigamente, mas sempre faz com mais vontade não é, porque está a fazer para nós.

<U2-1> Agora prontos, agora uso mais a cozinha porque faço tudo dentro da cozinha, ou esse sofázito para trabalhar...

<U2-2> tou aqui sentado, eu uso mais a cozinha, é...esta cozinha é a menina dos meus olhos...

Assim, e em síntese, podemos relacionar esta solidez dos processos de transacção com a casa quer com as mudanças operadas nesta e participação nestas mudanças, quer com a dinâmica entre enraizamento, vinculação e identidade (anteriormente abordada), quer ainda pelo facto das personagens se terem tornado proprietárias das casas.

#### 4. Vivência da cidade

Quando nos detemos no **percurso das personagens na cidade**, evidenciam-se as referências às suas origens e percurso geracional. São mencionados os movimentos migratórios da época, com referência à primeira geração que habitou a ilha, proveniente de aldeias (do norte) que tinham vindo para o Porto trabalhar. A história da família das personagens e da ilha é associado à classe operária em particular, e ao nível socio-económico baixo em geral.

<U2-1> A minha mãe se fosse viva tinha 88 anos, naquela altura, vinha muita gente de lá, das aldeias para cá trabalhar.

<U2-3> Porque existe dois tipos de emigração não é, há a rural, dentro de um país, das aldeias para as cidades e existe de uns países para os outros. E antigamente tivemos a interna não é, e agora temos esta [emigração de leste], é precisamente a mesma coisa.

<U2-3> As ilhas...as ilhas eram para pessoas que trabalhavam, de empresas, indústrias, era assim que se começava...

<U2-2> Aqui houve desde os metalúrgicos, trolhas, pedreiros, carpinteiros, carrações, electricistas, carpinteiros...

<U2-3> Mas isto era para pobre, era para pessoas que pagavam na altura 5 tostões...

Inerentemente a este aspecto de contextualização socio-histórica do lugar é de salientar que, nesta unidade, contrariamente à anterior, é visível um interesse na história, quer do lugar que da cidade, revelando as personagens mais veementemente a sua identidade e vinculação. Presencia-se então um 'bairrismo', uma afectividade incontestável pela cidade, acompanhada pelo orgulho na manifestação do seu conhecimento e da sua história. As personagens destacam a cidade relativamente ao país, fazendo até alguns 'ajustes históricos'.

<U2-3> O pouco que eu conheço, não conheço, não sou historiador, nunca estudei nada disso...mas dizem que é Guimarães, mas eu, o pouco que ouço, porque o que já vi, porque ouvi falar, pelas revoluções que houve, pelo que aconteceu no país, desde...acho que é o Porto que lidera, que lidera, que é o berço da nação...(...) mas o que fez andar com o país, e com o norte, foi o Porto, pelo que eu conheço...

<U2-3> Sim, e continua a ser uma cidade importante para o crescimento do país.

<U2-3> É a educação, é a mãe do país, é a mãe...

<U2-2> Aqui o Monte da Lapa, onde tem o miradouro, que dali é que se via as invasões pelo mar, e ainda há pouco tempo fui lá visitar, que é aqui no monte da Lapa, é o miradouro, que era a entrada para a cidade do Porto...

Por outro lado, o Centro Histórico é bastante enfatizado como representativo da cidade, como lugar da sua constituição, o que não se verificará, curiosamente, nas próprias personagens que o habitam.

<U2-1> Foi ali [Ribeira/Centro Histórico] onde nasceu tudo...

<U2-2> Ah, eu a história faria, quando foi a queda da ponte das barcas na Ribeira (...) das invasões francesas...que o Porto era uma muralha, o Porto era um rochedo, e que à custa de muita mão de obra e muitos braços humanos, porque não havia máquinas, construiu-se uma cidade maravilhosa.

Quanto ao **percurso da cidade**, detêm-se na descrição das mudanças, dos tipos de mudanças e sentimentos a elas relativos, sendo que as mudanças significativas na cidade são consideradas recentes.

<U2-1> A cidade do Porto mudou muito, claro, agora...

<U2-2> Ah, isso começou a mudar dos anos oitenta para cá...

<U2-3> O que eu reparei foi aqui a zona de Damião de Góis, fez-se ali em baixo mais 3 ou 4 prédios que são altos, prontos, são altos, mas são bonitos...

<U2-2> Porque eu recordo-me, nós tínhamos a circunvalação, e quando se fez a via de cintura interna, eu obras, não se passa, não sei que mais...hoje 'tão contentes porque na VCI e é um tirinho...

As diferentes personagens pormenorizam as mudanças, focando-se em zonas de consensual mudança cenográfica – as intervenções no centro histórico e o projecto 2001.

<U2-3> Pintaram lá em baixo a Ribeira, que eu acompanhava porque ia muitas vezes à Ribeira...

<U2-3> Agora o que eu estou a ver agora, até nesta fase, o Porto, as ruas estão muito melhores, nunca houve comparação no que se fez na cidade e que se está a fazer agora... e as ruas bonitas...a Rua do Almada, ali, Conde de Vizela, e eu passo lá todos os dias, aquilo é um espectáculo...

<U2-2> É lógico que eu vou à praça e custa-me, é só obras, só isto, só aquilo, mas nós temos que compreender que isto é o futuro, daqui por 10 anos os portuenses vão-se sentir orgulhosos da cidade que têm...

Encontramos, contudo, sentimentos contraditórios perante o desenvolvimento da cidade, sobretudo no que diz respeito à construção vertical.

<U2-2> Eu sinceramente não gosto, eu compreendo, eu compreendo e aceito, porque a cidade do Porto, está, como se diz, num anel, está fechado, não tem por onde se expandir...

<U2-2> Eu aceito, isto é a futura vida, a industrialização, não há terrenos para construir, tem que construir ao alto...

<U2-2> Eu não gosto da cidade do Porto ao alto...

<U2-2> Mas acho que neste momento a cidade do Porto está a atingir níveis industriais terríveis, poluentes, os fumos, os carros, os barulhos...

As personagens evocam memórias e apontam algumas alterações sobre as quais demonstram também desagrado e que se prendem quer com as questões de segurança - e associada desertificação da baixa portuense - quer com a própria dinâmica social.

<U2-2> Eu hoje lamento não ir lá...mas só não vou por medo, porque eu sei que se fôr visitar aquilo [baixa da cidade- avenida dos aliados] à noite ou isso, eu sou assaltado, não é, em qualquer lado, eu hoje não vou à Ribeira...

<U2-2> Eu lembro-me da Avenida dos Aliados com os cafés Aliança, Imperial, a Sá Reis, esplanadas cá fora, as famílias iam à noite beber o café, os seu príncipe, comer, antigamente davam um bocadinho de tremoços e amendoins com o príncipe...

<U2-1> Dantes havia muito mais festas, de convívio, havia, havia! Os antigos tinham aquele espírito mais de festas e assim...Acho que desde que começaram as discotecas, as noitadas, acho que isso tirou um bocado, acho eu, não é, acho que sim, tirou.

Quanto aos **desejos e propostas para a cidade**, as personagens demonstram uma preocupação que poderemos considerar de ambiental com a cidade. Assim, num primeiro registo, manifestam uma preocupação e interesse - associados quer com a vinculação, quer com a apropriação, quer com a identidade urbana - de preservar a zona histórica.

<U2-3> E vamos é tentar conservar aquela parte velha, a parte histórica da cidade que é bonita...

Por outro lado, e de uma forma mais genérica, evidenciam uma consciência ambiental urbana que se associa essencialmente à conservação/recuperação do património habitacional. Assim, é denunciado o estado de abandono de edifícios na cidade (e principalmente no centro) e a desertificação central.

<U2-2> E gostava outra coisa, gostava que neste país, nesta cidade, houve uma parte que tentaram reconstruir algumas casas, que ainda construíram, gostava que isto fosse tudo reconstruído, porque isto tem muito a ver com a cidade do Porto.

<U2-1> É peninha, porque eu acho que aqui na rua temos muita casa desabitada, e infelizmente há muita gente sem habitação...

<U2-1> Eu acho que de habitação não tenho visto assim nada de maior...

É interessante verificar que as nossas personagens, os nossos urbonautas, apontam propostas, sugestões, projectos de intervenção que coincidem com a visão actual das ciências formais sobre a intervenção sobre a cidade. Assim, os urbonautas apresentam, tal como os técnicos, estratégias com o foco de atenção no património e na recuperação.

Ainda no âmbito da consciência urbana, é denotada atenção ao estado 'ecológico' da cidade.

<U2-1> Custa-me ir na rua, por exemplo, ao fim de semana, porem o lixo à porta, acho que isso não havia necessidade de fazer isso... É por isso é que muitas vezes 'o Porto é feio, é isto, 'tá tudo no chão'...

<U2-1> Mas isso não é só de pessoas morarem em bairros ou seja o que for, porque por exemplo, nós temos aqui um canto de um prédio grande ao lado, que vêm pessoas dos andares do lado de lá, vêm por ali os sacos do lixo....

<U2-1> As pessoas é que fazem, vão a beber umas águas, deitam a garrafa para o chão, a beber um sumo, vai para o chão...Não sei que eu nunca saí daqui, deste género, da cidade e arredores, mas penso que nos países estrangeiros não se faz isso...é outra mentalidade...

Por outro lado, também as preocupações com a circulação na cidade, tema da agenda política e técnica, são manifestas pelas personagens, denunciando a urgência de uma intervenção.

<U2-2> Eu penso que a nível de transportes que havia de haver uma fórmula, que eu também não tenho o segredo na mão, mas que os carros deviam de ficar fora da cidade, não deviam de entrar...havia de haver parques de estacionamento ao alto, subterâneos, ao comprido, não sei a fórmula, mas devia de haver...

<U2-2> Acho que devia haver condições, transportes públicos urbanos com melhores condições.

<U2-2> Eu aceito que há carros a mais na cidade, não entram, mas que arranjem uma solução...

Em conclusão, e introduzindo já o próximo organizador, podemos dizer que as nossas personagens experienciam a cidade de uma forma atenta e preocupada, evidenciando uma forte consciência urbana que se associa claramente com a vinculação e a identidade urbanas. As personagens demonstram um desagrado com a persistência da degradação e abandono central da cidade, bem como com os efeitos do desenvolvimento urbano.

Podemos então dizer que os processos psicológicos de transacção com o lugar como que vitalizam a cidade, havendo uma denúncia dos 'maus tratos' que a esta são infligidos, do seu estado débil, da eminência da sua 'desvitalização'.

Assim, e quanto aos **processos de transacção** com a cidade (vinculação, enraizamento e identidade urbana), podemos dizer que, de novo e mais afincadamente, verificamos o discurso do urbonauta nas descrições do uso da cidade feito pelas nossas personagens (associado também ao meio de circulação pedestre).

<U2-1> Aldeia não, gosto da aldeia para passar férias, viver não, isolamento demais também não gosto. Eu gosto sempre de sentir movimento, é, gosto, gosto...

<U2-1> Eu dentro do Porto conheço quase tudo, é, dentro do Porto...Sabe que também a minha vida, é, a profissão também faz ao caso...mas ando assim muito, gosto de andar a pé...

<U2-2> Eu faço quilómetros por dia a pé...vou trabalhar e venho a pé, venho jantar, venho a pé, até uma hora ou duas vou a pé, eu se preciso de ir à baixa eu vou a pé, eu se preciso de ir à Batalha, vou a pé, eu se preciso de ir às Antas, vou a pé...

Assim, as personagens mostram, como já foi várias vezes referido, uma forte identidade e vinculação à cidade, manifesta por exemplo nas características diferenciais atribuídas pelas personagens aos habitantes e à cidade - associada ao *valor* trabalho, ao *valor* solidariedade e a um *valor* estético - denunciando novamente um bairrismo e regionalismo.

<U2-2> A cidade mais linda do mundo, não tenho dúvidas nenhuma! (...) Eu digo que é a mais linda do mundo porque eu sou muito regionalista, isso aí sou...acho que é uma cidade fantástica.

<U2-1> O convívio dentro da cidade...

<U2-1> São unidas, bem dispostas, alegres, acho que sim...

<U2-2> primeiro, chegava às 9 horas ao emprego, que era o primeiro a chegar, e os colegas de lá era 9.30, 10, e eu era assim, 'isto se fosse no Porto, estavam todos no olho da rua'. Então cheguei à conclusão que o Norte, não é o Porto, o Norte é uma cidade de trabalho e o sul não é...

<U2-2> As pessoas do Porto são assim, são dadas, são francas, abertas, na minha opinião...

<U2-2> Depois cheguei à conclusão que as pessoas do norte têm uma solidariedade que as pessoas do sul não têm....

<U2-2> Enquanto que eu trago os meus colegas de trabalho a minha casa a comer, sem problemas nenhuns, eles (de Lisboa) não levam, e mais, ao meio dia levaram-nos a um tasquinho que era comer de pé, comiam uma sande, bebiam um galão...eu não 'tou habituado a isso, eu 'tou habituado a sentar-me e a comer...

Ainda em relação à identidade e a vinculação, as personagens são peremptórias na forma como se posicionam.

<U2-2> E conheço e tenho muito gosto e orgulho em viver na nobre invicta do Porto.

<U2-3> É toda, toda a cidade do Porto! Gosto de tudo isto!

<U2-1> Gosto daquela parte da Ribeira, gosto, o Centro Histórico, tem muita coisa até para ver...

<U2-1> Sou tripeira, aí gosto, não trocava o Porto por nada, não e acho que até aqui temos coisas...

<U2-2> Sou tripeiro de gema, tripeiro de gema...

<U2-3> Tenho, tenho! Então não tenho orgulho em ser do Porto!

<U2-3> Sim, sim, identifico-me com a cidade. E gosto deste tempo, assim, desta humidade, deste frio, é onde eu me dou bem.

Seguindo a mesma orientação da articulação realizada na unidade anterior, retomemos agora as *memórias*, já que a vinculação, assim como a identidade, enraizamento e apropriação, se associam também a uma valorização histórica da cidade; a cidade é também fonte de uma identidade urbana formada a partir de elementos 'armazenados' que fazem parte da própria *identidade da cidade*.

As memórias evocadas pelas personagens referem-se a acontecimentos característicos da cidade (e.g. S.João, cheias) e abrangem, muitas vezes, o sentimento de

'saudade', fortemente ligado com a vinculação à cidade - o apego às lembranças, enquanto características únicas e típicas da cidade.

Por outro lado, as memórias estão ligadas a diferentes usos e percursos das personagens e também que podem ser partilhados pela população 'tripeira' no que se refere por exemplo à, já referida, não frequência actual de determinados lugares que outrora fizeram parte do imaginário portuense e que agora são espaços evitados por razões de desertificação e abandono (e concomitante insegurança).

Isto faz-nos reflectir sobre uma nova dissonância introduzida nos processos de transacção com os lugares, desta vez no que diz respeito à cidade. Assim, como se articula e como se gere a dissonância de o facto de um lugar, como por exemplo a Ribeira ou a baixa da cidade, povoados de memórias de um imaginário infantil e juvenil, lugares consensualmente apontados como identificadores da cidade, lugares que se gosta e de que se lembra, serem agora ser apontados e vividos como desertos e inseguros?

<U2-1> Lembro-me de ir à Ribeira quando era na altura das cheias, com o meu pai, quando era ainda novinha, pequenita...

<U2-1> Era porque o meu pai gostava, ai gostava, o meu pai gostava muito do Porto, gostava muito de passear, é, gostava...mas levava-nos assim para esses sítios mais escondidos, era, levava, levava. Gostava de nos andar a mostrar isto e aquilo, lá para cima, para arca d'água, também havia umas festinhas e assim, ele gostava de nos levar a ver essas coisas...

<U2-2> O meu pai e a minha mãe levavam-me ao muro dos bacalhoeiros, a ver o rio, uma cheia fantástica.

<U2-2> Eu antigamente, há muitos anos atrás, gostava muito das escadas dos guindais que ia dar ao baile que era o rosas da sé, um baile muito famoso, antigo, cheio de juventude... Nos guindais, as escadas dos guindais, se formos por lá fora, pela marginal, também há outras que também sobem e para cá há uma junto à ponte...

<U2-2> Aquela zona que vai da Sé até lá baixo à Ribeira, Miragaia, eu adorava essa zona, acho que é uma zona fantástica...

Associado às memórias e ao seu valor na construção da identidade da personagem, surge-nos o enraizamento que, na cidade, tal como se verificou relativamente ao lugar e à casa, está bastante presente nas experiencições das personagens e se associa às intenções de permanecer na cidade.

<U2-1> Aqui é a MINHA cidade, se um dia tivesse possibilidades nem ia para andar nem nada, mas como nunca chego a ter isso...

<U2-1> Não mudava, nunca pensei, não.

<U2-3> Não, não, não! [tenho intenções em mudar de cidade]

De salientar ainda que na cidade, tal como se verificou no lugar e na unidade anterior, verifica-se o uso do plural e do pronome possessivo nas primeiras pessoas, revelando a intervenção da confluência de todos os processos de transacção com o lugar.

<U2-1> Gosto, gosto, até TEMOS coisas bem bonitas...

<U2-2> Há zonas muito lindas na cidade, que eu conheço, que eu visito, porque eu gosto muito da MINHA cidade.

## 1. Apresentação do lugar

*o bairro...*

O Bairro Agra do Amial pertence à freguesia de Paranhos que, juntamente com Campanhã, constituem as freguesias onde se concentram um maior número de bairros da cidade do Porto.

O bairro tem 181 fogos, onde vivem 539 pessoas (Pelouro de Habitação e de Acção Social, 2001), sendo constituído por 8 edifícios (blocos) habitacionais colocados num terreno com alguma inclinação.

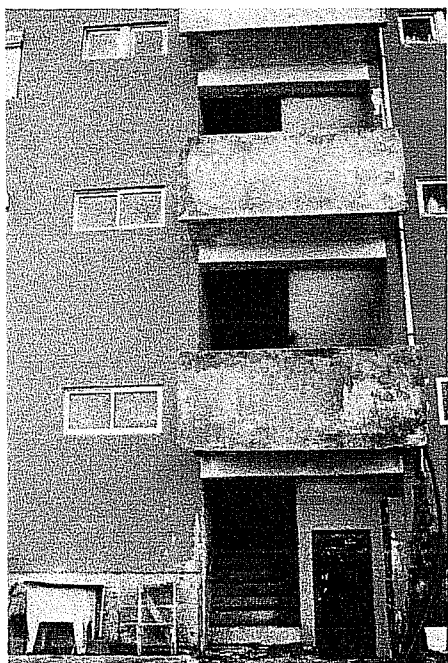


Foto # 29 e Foto #30 - 'apresentação' geral do bairro...

<sup>55</sup> Esta unidade de lugar era-nos totalmente desconhecida até à realização deste estudo. O bairro foi escolhido porque é um dos bairros edificado como consequência do plano de melhoramentos de 1956, constituindo assim um dos bairros históricos da cidade. Por outro lado, o facto do bairro não ser um mediatizado interessou-nos, já que dos outros já estávamos impregnados de representações e de discursos. Assim, interessava-nos um bairro anónimo à opinião pública e aos investigadores/técnicos sociais, anónimo aos discursos sobre marginalização e marginalizantes e que fosse, no entanto, um elemento de um espaço-tempo de criação de espaços desiguais na cidade. Conhecemos alguns dos bairros sociais da cidade, uns mais outros menos populares na opinião pública, uns mais 'fechados' outros mais 'abertos', mas, quando entramos pela primeira vez neste bairro, sentimos uma ausência de barreira física ou 'imaginada' com o restante do espaço envolvente.

Existem dois tipos de morfologias de edifícios: uns são constituídos por 4 pisos, sendo o acesso às habitações efectuado através de galerias (patamares), outros têm 5 pisos, com varandas (fechadas) nas traseiras do edifício, sendo o acesso às casas efectuado através de caixas de escadas - escuras e cinzentas -, que denotam o envelhecimento de materiais, com as caixas de correio a apresentarem sinais de degradação e algumas mensagens informais do lugar (*graffitis*).

Foto # 31 e Foto #32 - Acessos às habitações e diferentes morfologias dos edifícios



Gostaríamos também de realçar o facto, anteriormente já abordado, deste tipo de habitações ser caracterizado pela precaridade construtiva, traduzindo o espírito de urgência do realojamento massivo das populações das ilhas. Assim, ao nível do estado de conservação exterior dos edifícios, estes estão pintados de vermelho agora 'sujo', com manchas cinzentas que irrompem o vermelho e paredes onde a humidade se faz notar...

As apropriações, as adaptações ao uso, são fortemente visíveis, notando-se por exemplo uma alteração das janelas e portas (as antigas e degradadas janelas guilhotina de madeira foram substituídas por janelas de alumínio, assim como as portas), bem como

uma alteração de materiais reveladora de uma personalização e apropriação estética e funcional do espaço, bem como de uma adaptação ao uso no sentido de melhoria das condições habitacionais.

Foto #33 e Foto #34 - Visão geral dos edifícios, a personalização das varandas...



As apropriações das varandas e as adaptações das galerias são também pistas importantes de personalização.

Nas habitações do rés-do-chão existem jardins fortemente delimitados e personalizados. Assim, encontramos sebes e outros tipos de delimitação do jardim que, para além de evidenciarem a territorialidade e a apropriação do espaço, denunciam uma extensão casa-jardim e introduzem-nos desde já o jardim como um novo elemento associado à vivência da casa (e do lugar).

A presença ou ausência destas apropriações e adaptações ao uso pode, tal como aconteceu na ilha, fazer-nos antever realidades contrastantes e diversas a nível do uso e vivência das residências.

A nível de equipamentos e espaços comuns, o bairro possui um ringue desportivo, um parque relvado com bancos de pedra e dois eco-pontos (integrando contentores de lixo doméstico), bem como estendais colectivos de roupa.

Notámos que existe uma forte presença de espaços verdes, de arbustos que contornam os jardins do rés-do-chão das habitações, de plantas que os adornam, quer ainda de árvores públicas e *privadas* do lugar. Existem ainda pequenos espaços comuns arranjados, que contornam os acessos aos blocos e demarcam a via de circulação.

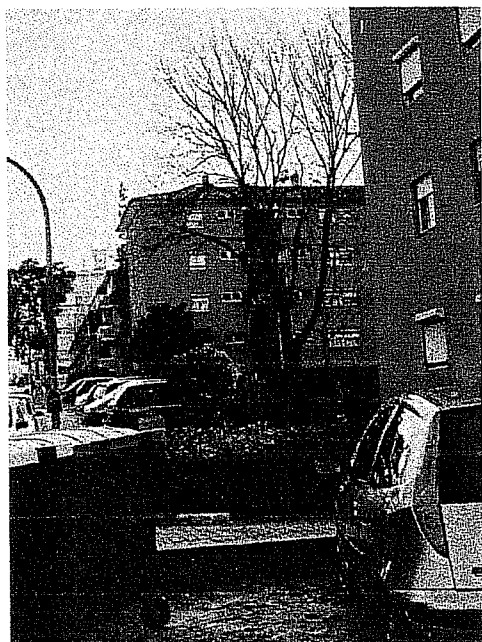


Foto #35 e Foto #36 - Entradas no bairro - equipamentos e arranjo do espaço público

A rua interior ao bairro onde se efectua a circulação automóvel é alcatroada, bem como a exterior (perpendicular a esta), para a qual estão voltados alguns dos blocos do bairro; os passeios que contornam alguns dos acessos aos blocos são em paralelo e em cimento com visíveis sinais de desgaste.

Actualmente, está a começar no bairro uma intervenção ao nível do arranjo exterior dos edifícios<sup>56</sup> inserida num projecto camarário de recuperação dos bairros municipais.

---

<sup>56</sup> Foi interessante acompanharmos, inesperadamente e desde que começamos a frequentar o bairro, o 'antes', a sua preparação para a transformação e o início desta transformação, tal como aconteceu na primeira unidade, se bem que num outro registo que não o habitacional. Gostaríamos de salientar que neste lugar os blocos estão a ser pintados de cor-de-rosa e que se verificam alterações significativas a nível dos

*o interface...*

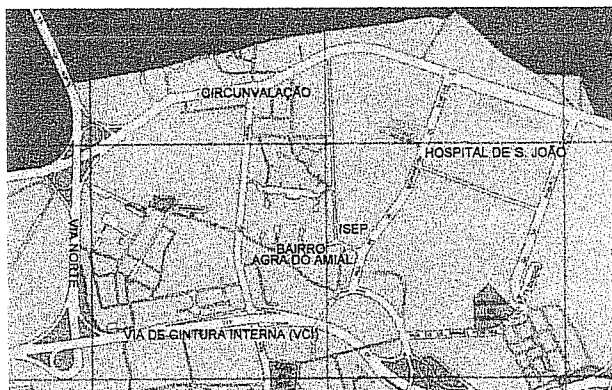
Assiste-se, nos últimos anos, a uma expansão-construção considerável na freguesia onde se situa o bairro, principalmente nas imediações da zona universitária, sendo aí que se situa a nossa unidade.

Associado à dinâmica de circulação verificada no lugar, esta zona constitui-se como meio de acesso às principais vias de circulação na cidade.

Por outro lado, o bairro não está isolado, parecendo integrar-se na 'malha' urbana do lugar, difundindo-se e confundindo-se com os outros edifícios, adquirindo uma presença que poderemos dizer de discreta mas distinguindo-se de outros espaços pela uniformidade morfológica e pelo seu estado de conservação.



Foto #37 - o interface



Mapa #9 - Localização do bairro

É um bairro onde o fluxo de personagens não se limita aos residentes do mesmo - o que atribui desde logo uma 'inovação' na dinâmica de isolamento a que habitualmente

---

edifícios. Destacamos aqui a introdução, bem visível principalmente nos edifícios que têm galerias, de uma uniformidade de marquises; verifica-se também uma alteração de materiais a nível das portas e das janelas.

se associa à vivência dos bairros sociais e que foi anteriormente referida. Pensamos que proximidade com o Instituto Superior de Engenharia é um dos aspectos que contribui para esta dinâmica, pois imprime no bairro um ritmo quotidiano de grande circulação de pessoas e de veículos.

Estes aspectos de não exclusividade de uso desta unidade residencial podem estar associados à quase ausência de experiencição de territorialidade quando se entra no bairro. Assim, o bairro é, das três unidades de lugar aqui abordadas, o lugar onde menos se experiencia a entrada num território, sendo que a dinâmica, a inserção nos edifícios adjacentes, o trânsito de pessoas e o tráfego, podem ser fortes determinantes desta sensação.

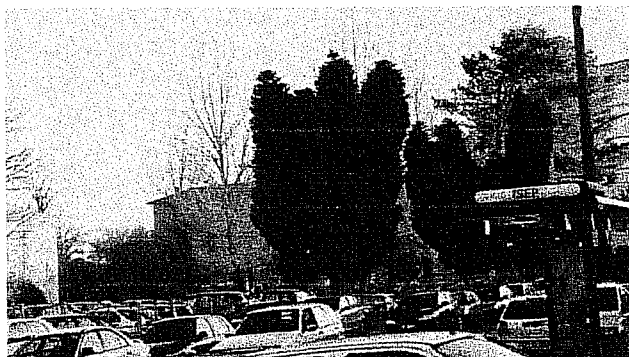


Foto #38 - A 'inserção' do bairro na dinâmica local

## 2. Vivências do lugar

Começando pelos **aspectos cenográficos** associados à vivência do lugar, podemos dizer que, a nível de condições de habitabilidade e dos aspectos físicos do lugar, tal como se verificou na primeira unidade, as personagens não apontam uma experienciação de mudanças no lugar onde residem, apontando no entanto mudanças no espaço a ele circundante.

<U3-2> Não, tá tudo igual, é tudo antigo, agora é que vai haver aqui obras...

<U3-2> Está tudo na mesma, aqui o que mudou foi a escola, as escolas, as universidades, lá para o S. João [hospital] está tudo mudado...

<U3-3> Há muito ano, há mais de 25 anos que isto começou a crescer, comércio, supermercados, estas casas de moda grandes, não sei como é que se chamam, estas casas grandes, pronto a vestir e aquilo tudo, antigamente não havia nada disto...

Existe porém, se quisermos falar de algum marco de mudança nas condições de habitabilidade (para além do processo actual de renovação no lugar), a pontual referência ao 25 de Abril como impositor de alguma mudança das condições habitacionais, centradas sobretudo nas questões de saneamento.

<U3-1> Depois do 25 de Abril, o povo impôs-se e então foi à câmara protestar e tudo...e vieram, fizeram obras limpas...tiraram os canos, puseram canos, os outros já eram velhos...

<U3-1> Depois do 25 de Abril, fizeram-se aqui ruas e botaram-se casas abaixo...aqui em diante quem diria...fizeram comércio e tudo...aqui eram quintas...quintas...

Por outro lado, e tal como se verificou na unidade anterior, as mudanças efectuadas nas habitações são essencialmente de responsabilidade dos inquilinos, fazendo, desta forma, o agrado pelo lugar depender da intervenção das próprias personagens nas suas casas, e parecendo o município arredado do seu dever interventivo.

<U3-1> Muitos pintaram a casa por fora e arranjaram e fizeram bem...

<U3-1> Aqui pegado eles fizeram completo, tiraram isto tudo fora, puseram isto tudo moderno, deitaram esta parede abaixo - é que aqui tem uma varandinha - deitaram isto abaixo e fizeram o quarto de banho completo, com banheira, com bidé, com tudo o que precisavam para o quarto de banho...

<U3-2> É, as pessoas é que fizeram as marquises, cada um fez o que quis. Eu não fiz nada.

Actualmente, no que respeita às condições de habitabilidade, verificamos, tal como aconteceu na unidade anterior, a coexistência de pelo menos duas realidades

distintas (com todas as suas variações): a realidade dos inquilinos que efectuaram as suas obras interior e exteriormente à casa e a realidade dos inquilinos que vivem ainda a sua casa com os equipamentos e materiais originais. Convivem assim com o natural envelhecimento e estado obsoleto de equipamentos e materiais habitacionais (e.g. casas de banho 'incompletas', soalhos a apodrecer, humidade) e que vão ou não sendo sustentados, adaptados, com base na estratégia do remendo e conforme as possibilidades e criatividade dos inquilinos.

Relativamente aos aspectos físicos do bairro, é novamente apontada a ausência de mudanças, sendo destacados os 'maus tratos', a falta de estima pelos jardins e espaços comuns, nomeadamente no que se refere a sub-productos do uso.

<U3-3> Os espaços públicos estão quase na mesma...também estragam, ele vêm, os homens, até vêm sempre varrer aqui atrás, e varrem, cortam as ervas...mas passado dois ou três dias ...já 'tá com papéis, há muita lixeira...porque também há muitos reclames, os correios estão cheios de papelada...  
<U3-3> E de limpeza então, gostam de sujar, as escadas, os cães sujam tudo, mas limpar, os outros que limpem...

A quase ausência de mudanças no lugar, e o facto de serem os próprios inquilinos os únicos protagonistas das mudanças, faz-nos retomar o *esquecimento periférico* a que nos referíamos aquando da abordagem da dinâmica produtiva de espaços desiguais na cidade. E mais interessante ainda é que, sendo estes lugares tão 'badalados', tão presentes no colectivo da cidade, paradoxalmente permanecem como se ninguém deles soubesse...

Verificámos ainda que as mudanças no bairro ao nível do seu aspecto físico e condições habitacionais não são tão valorizadas quanto as associadas mudanças de condições socio-económicas, que as personagens apontam desde a formação do bairro (duas das nossas personagens 'estrearam-no'), mudanças estas que foram permitindo aos inquilinos a manutenção, arranjo e adaptação ao lugar.

<U3-3> Agora está tudo muito limpinho...a vida não é a mesma pobreza que era antigamente, ficou remediadinho...

<U3-1> Houve muitas mudanças, que aqui não havia ninguém que tinha automóvel e agora tudo tem automóvel...

<U3-2> Acho que vivem melhor, melhor...

<U3-3> Lá vão vivendo menos mal, não há pobreza, nem há fome aqui no bairro, não...

Considerando agora a localização, como se verificou relativamente aos anteriores lugares, também neste lugar é valorizada a centralidade de acessos, sendo acentuado o forte desenvolvimento que aquela zona sofreu a nível de serviços e acessos, sendo por vezes aquela zona apontada pelas personagens como um novo centro da cidade.

<U3-2> Não sei, quando vim lá da regeneração vim logo para aqui, que era mais perto para eu ir para o trabalho, para apanhar o carro e tudo...

<U3-2> ...e há aqui aqueles cafés muito grandes, isto aqui tem logo um café, confeitaria...agora abriu um restaurante...

<U3-2> Tem bastantes [transportes públicos] (...) Isto aqui é o centro...

Quanto aos desejos e propostas das nossas personagens para o lugar, podemos apontar que existe uma manifestação de entusiasmo e de agrado pela tão esperada renovação actual dos edifícios do bairro.

<U3-1> E agora 'tá assim, mas já começaram: esta 'tá muito bonita, aqui, pegado aqui e ali tem duas então...  
<U3-1> Diz que vão ajeitá-lo, e já 'tão a ajeitar as casas, vão pôr marquises nas varandas, vai ficar tudo igual...

<U3-1> Agora eles vão fazer obras, as casas que estão de vago e vão pôr tudo moderno...(...) e pôr quarto de banho completo...

Por outro lado, as personagens apontam também para a inevitabilidade de intervir também no espaço interior das habitações, nomeadamente no que respeita a soluções a nível da construção de casas de banho completas e da resolução dos problemas de ventilação, humidade e desgaste de materiais.

Considerando agora o organizador **dinâmica do lugar**, começemos pelo ambiente comunitário, dimensão fortemente marcada pelo facto das nossas personagens terem sido sujeitas a um processo de realojamento - uma de uma casa-moradia perto do terreno que agora é o bairro onde vive, as outras duas de ilhas do centro da cidade. Sendo-nos impossível apresentar a vivência actual do ambiente comunitário deste lugar sem nos reportarmos às mudanças sentidas pelas personagens, aquando da acção de realojamento, aprofundaremos esta questão aquando da apresentação dos processos

psicológicos de unificação com o lugar, abordando agora a vivência do ambiente comunitário no bairro.

As personagens não apontam mudanças significativas a nível do ambiente comunitário no lugar, sendo que actualmente parecem experienciar um equilíbrio desejado entre a convivialidade e a intimidade, entre o conhecimento das personagens do bairro e a privacidade do *lar*.

<U3-2> Tenho amigas... a gente mete-se nas nossas casas, está a perceber, e cada um arranja a vida...

<U3-1> É bom, é sossegado, cada um mete-se na sua vida. Cada um mete-se na sua casa e pronto, não é?

<U3-1> Não há assim barulhos com ninguém...

<U3-2> É bom que a gente tem mais convívio, a gente passa pelas pessoas sempre diz bom dia, boa tarde, mais convívio, não é?

<U3-2> A gente encontra-se nas mercearias, não é, bom dia, boa tarde, doi-me isto, doi-me aquilo. É.

Podemos dizer que, quanto ao ambiente comunitário actual do bairro, são enfatizadas as coreografias de cordialidade e saudação. Assim, as coreografias observadas e ditas entre vizinhos, estão confinadas a encontros fugazes no bairro, talvez acompanhando o ritmo *urbano* do lugar, o fluxo local de personagens pertencentes ou não ao lugar.

<U3-1> Nunca tive problemas, com ninguém, bom dia, boa tarde, cada qual trata da sua vida, não é?

Verifica-se, tal como na unidade anterior, uma cadência e dinâmica das personagens habitantes no lugar que parece acompanhar o ritmo laboral normativo, denunciando assim um modo de vida do lugar alicerçado no *valor trabalho*.

Apesar de, de uma forma global, as personagens não manifestarem grande dinâmica de convivialidade e de sentimento comunitário no bairro, a um nível mais local (por exemplo de bloco), as personagens revelam ligações mais fortes, amizades (algumas que já *resistiram* a uma acção de realojamento) com algumas vizinhas, com as quais experienciam apoio social.

<U3-1> Mas tenho aqui a gente toda que mora aqui por cima, esta sra... (...) ele começou a dar-se muito bem connosco e disse-me assim 'se a senhora às vezes precisar de alguma coisa, bata-me com a vassoura no tecto que o meu marido vem cá em baixo num instante...

<U3-2> Converso com toda a gente, quem me falar eu falo. Tenho aí algumas pessoas amigas.

<U3-3> Há aí uns que não têm assim muito juízo, que não têm até juízo nenhum, mas respeitam...

Considerando agora as questões de uso e apropriação do lugar, podemos considerar que, para além das coreografias de *saudação* referidas anteriormente, existem uma dinâmica e coreografias das personagens do lugar associadas, como já foi referido, ao valor trabalho, à cadência do quotidiano laboral e a uma convivialidade comunitária *fugaz*.

Por outro lado, é interessante notar que as coreografias de uso e convivialidade no lugar não aparecem, como podemos considerar que ocorria nas outras duas unidades, limitadas aos residentes do bairro, reforçando mais uma vez o carácter de 'abertura' do bairro.

<U3-2> É bom [o ambiente]. A gente convive aqui com os estudantes da escola de engenharia, convive aqui com toda a gente...

<U3-1> Mas aqui tem muito movimento, estou na rua principal, logo calhou...

<U3-2> Passam, passam os estudantes, os estudantes passam sim senhor e deixam os carros por aqui abaixo.

Por outro lado, e talvez não muito surpreendentemente, a *canalha* continua a ser um protagonista, como na primeira unidade, de alguns usos e *abusos* do lugar.

<U3-1> É [calmo], o quê tem muita canalha...

<U3-3> Porque se a gente vai a passar, estão aqui as flores tão bonitas, no lado do jardim, a menina viu, de um lado estão bonitas, do outro lado está tudo estragado. E eu que gosto tanto destas coisas, não posso ver estragar...

<U3-3> Fizeram, depois de eu cá 'tar, baloiços para as crianças...e puseram isto muito bem arranjado, mas a canalha começou a estragar tudo...e eles não fizeram caso, agora vão fazer, não sei lá porquê...

Os jovens são outros protagonistas do uso do espaço comum do bairro, sobretudo do ringue desportivo que, segundo as personagens, é frequentemente utilizado.

<U3-3> É recreativo, há qui o futebol para os jovens jogar e assim...

Ainda relativamente aos jovens, é de referir que a entrada do bairro, ao lado do 'grande café', é apontada e visivelmente usada por grupos de jovens que, segundo as personagens, integram essencialmente personagens não locais.

Relativamente ao fluxo de personagens no lugar, verifica-se que a saída de residentes é associada sobretudo à morte dos seus inquilinos.

<U3-1> As pessoas têm morrido e deixam ficar as casas, estão aí casas vazias...

Por outro lado, verifica-se, como na unidade anterior, uma certa reacção territorial, patente no controlo sobre os movimentos populacionais no bairro e na manifestação da pouca aceitação dos novos residentes, indicando assim uma certa consolidação da população comunitária.

<U3-1> Os que vieram para aqui, foi uma gente que morreu e eles alugaram, a câmara meteu aqui uns drogados...não havia de ter metido, pois não? Havia de meter pessoas em condições, porque estão aqui muitas pessoas em condições e eles haviam de ver...

<U3-3> Vieram, desta gente que veio nova, estragaram o jardim, andam por cima do jardim, de um lado estragaram tudo...

<U3-3> Para aí umas três casas que está gente nova, e têm crianças miúdas, moravam lá para a beira do rio, põem umas músicas altas que até incomoda...eles estavam habituados assim...

<U3-1> Meteram canalhada, meteram um casal novo, dois rapazes sem mobília, sem nada, depois é que lhes começaram a dar...

Quanto à **representação do lugar**, verificamos que este organizador é globalmente desvalorizado pelas nossas personagens, o que pode estar relacionado com o processo de maturação da identidade de lugar, mostrando um percurso na construção da identidade que tem mais a ver com a mudança de lugar - a acção de realojamento a que foram sujeitas - do que com a sua representação negativa. Esse facto pode também contribuir, através de uma habituação e aceitação de uma carreira pelos lugares desiguais da cidade, para a minimização do simbolismo atribuído ao lugar onde vivem. Assim, poderíamos mesmo perguntar se a facilidade ou (dificuldade) em adquirir essa identidade e vinculação não será fortemente influenciada pela permanência, no argumento de vida das personagens, de percursos pela cidade desigual...

Voltando às questões representacionais propriamente ditas, verifica-se que as personagens se empreendem na sua desvalorização, envolvendo-se como que numa defesa e aceitação daquele lugar enquanto pertencente à categoria bairro.

<U3-1> As pessoas que têm dinheiro e que vivem mais desafogadas, e mais...têm luxo nas casas, julgam que as pessoas dos bairros que são mais malcriadas, mal educadas, e que...enfim...já tem...para as pessoas que vivem nos bairros...Há gente que vive nos bairros que são educadas e vivem bem e a vida começou a melhorar não é, também...ó mais de resto...

Parece existir também a partilha da imagem negativa colectiva de outros bairros, ficando este imune a essa imagem (tal como sucedia na ilha), protegendo a construção identitária do lugar de efeitos simbólicos 'nocivos', e contribuindo para resistência na aceitação do lugar.

<U3-3> Aqui neste nem está muito mal (...) ouço dizer que há bairros aí muito maus, embora que ainda haja assim qualquer coisa de mal, mas até nos respeitam, respeitam...

<U3-3> Há bairros que há pessoas muito pobres, aqui não, não há, vive tudo remediadinho...

De referir ainda que alguns dos referidos usos/abusos no lugar são de certa forma minimizados através da generalização a outros lugares, deslocando-se assim a questão para a construção vertical de habitação.

<U3-3> É quase a mesma coisa [nos prédios] também é gente por cima e gente por baixo...Eu ouço muita gente queixar-se que a de cima deita lixo para a de baixo, a de cima suja os cortinados, a de baixo suja os vidros... é a mesma coisa...

Considerando agora os **processos psicológicos de transacção com o lugar**, comecemos por abordar as questões relativas à identidade de lugar e à vinculação ao lugar, retomando a temática do realojamento e das transições psicossociais que as nossas personagens experienciaram. Nesta unidade, a vivência das transições de cada personagem, tão diversas e ricas em aspectos processuais de ligação ao lugar, parece-nos merecer algum aprofundamento descritivo. Assim, tentaremos explorar o processo de transição psicossocial que as personagens vivenciaram, aspecto este que atravessa todos os organizadores relevantes para a descrição da vivência do actual lugar.

As duas personagens que vieram de ilhas do centro do Porto descrevem um processo de construção de identidade de lugar que começou de uma forma disruptiva, manifestando uma nostalgia e uma vinculação ao lugar onde anteriormente viviam. Tal coloca-nos, obviamente, questões importantes decorrentes essencialmente do facto de

estas acções se terem baseado e, mais flagrante ainda, se continuarem a basear, numa abstracção despersonalizadora e desumana. Assim, esta transição psicossocial parece ter sido fortemente e *desamparadamente* vivenciada pelas personagens, sendo enfatizados os impactos negativos a nível de sentimento comunitário e de localização do lugar.

<U3-1> Ó primeiro estranhei, senti saudades daquele sítio... era um sítio central não é, Gonçalo Cristovão.  
<U3-1> O movimento, o movimento, a gente está na baixa, eu vivia na baixa do Porto, era outro movimento...

<U3-1> E estranhei, estranhei... mas depois passou-me, a mim e à minha sogra...

<U3-2> senti bastante, estava na cidade e trabalhava na cidade, e já me fez diferença o transporte. Lá ia a pé, daqui tive que ir de carro.

<U3-2> Nós viemos todas juntas do bairro, e éramos uma família... depois chegámos aqui, cada um foi para sua casinha, começamos a separar, começamos a separar e a conviver de outra maneira, cada um convivia conforme podia.

<U3-2> Passamos a conviver menos tempo, e na ilha convivíamos todos os dias, todas juntas<sup>57</sup>...

Estas personagens, apesar de transmitirem uma vivência da transição que acusa disrupções na vinculação ao lugar e esforço na *recuperação* de uma identidade de lugar - processo que aparece como bastante significativo - demonstram uma adaptação ao lugar (que varia em termos de complexidade nas duas personagens), baseada na habituação e apego, na sua valorização e experienciação não conflituosa (duas das nossas personagens vivem no lugar desde que ele foi *produzido* e outra há cerca de 40 anos).

Actualmente estas personagens - as que vieram de ilhas - demonstram um estado de tranquilidade e não conflituosidade<sup>58</sup> quanto ao processo de maturação da identidade com este lugar, alicerçada talvez na melhoria de condições habitacionais e talvez, ainda, na referida 'habituação' à experienciação de lugares desiguais (às vezes quase parecendo que tal experiência não é questionada). Desta forma, a vivência de espaços desiguais em toda a vida das personagens parece *imunizá-las* contra eventuais

---

<sup>57</sup> De referir que, à semelhança do que descrevemos nas unidades anteriores, as coreografias e práticas de convivialidade aparecem preponderantemente associados às personagens femininas do lugar.

<sup>58</sup> Algumas ambivalências associam-se a este aspecto e apontam por exemplo para a coincidência não necessária entre satisfação residencial e vinculação ao lugar. Por vezes, o estar satisfeito das nossas personagens parecia-nos mais uma habituação (que se diferencia largamente do enraizamento) ao lugar, a um agrado não muito efusivo com o ambiente comunitário em geral e agrado com algumas vizinhas em particular e agrado, também não muito efusivo, com as condições habitacionais (sendo porém que o apego à casa é efusivo...). Assim, o 'estar satisfeito' aparece-nos a alguma distância da vinculação, parecendo-nos a satisfação mais associada a uma racionalidade e a vinculação a uma emotividade na vivência do lugar.

questionamentos ou reivindicações, parecendo assim interiorizar, de alguma forma, a imutabilidade fatal destes lugares e que a nosso entender está amplamente associada quer com a tradição de desresponsabilização (neste caso municipal) relativamente à intervenção nestes lugares, quer com a tradição das atribuições colectivas aos mesmos.

<U3-1> Ora claro, o Governo começou a botar as ilhas abaixo, a dizer que ia fazer casas, bairros...

<U3-1> Eu não sabia como eram os bairros, depois quando vi as casas ao alto, até gostei, vá lá que a gente tenha uma casinha de jeito.

Quanto à personagem que não veio de ilhas, que veio de uma casa da zona do bairro, esta faz, ainda hoje, referência aos efeitos negativos desse processo de transição, emotivamente expressos de forma inconformista, que por sua vez se associa à dificuldade de identificação e vinculação ao lugar (apesar de a manifestar relativamente à casa).

<U3-3> Estávamos habituados à independência, ninguém vivia por cima nem ninguém por baixo, era uma moradia antiga, mesmo antiga... Estávamos habituados ali, os tectos eram altos, aqui faltava-nos o ar; tinha janelas para o quintal, para as traseiras, tinha janelas para a frente, estávamos muito bem...>

<U3-3> Tinha uma portinha só minha, a janela só minha, lavava a porta só minha...eu passo por lá e ainda está lá a soleirinha que eu lavava todas as semanas com lixívia...

<U3-3> Custou-me muito a sair dali, tinha quintal grande, muita fruta...eu cuidei do quintal muitos anos, já morava aqui e aluguei à câmara, muitos anos, tinha lá as galinhas, tinha lá tudo...

Assim, é interessante realçar que esta personagem evoca valiosas memórias do lugar referentes a um período anterior à construção do bairro. Desta forma, acompanhou e testemunhou, no lugar onde vive, os efeitos do desenvolvimento da cidade no sentido da extensão periférica, que abordámos no primeiro capítulo deste trabalho.

<U3-3> Não passavam carros, era só carros de bois, isto parecia uma adeiazinha, e muito amigos uns dos outros, antigamente, foi por isso que eu estranhei muito desde que fizeram os bairros...

Acompanhou também o que agora pertence ao campo da *arqueologia* do lugar – o processo de implantação do bairro naquele lugar -, descrevendo com alguma mágoa o processo de aquisição municipal dos terrenos e o ambiente de ruralidade da cidade que povoa o seu imaginário infanto-juvenil.

<U3-3> Não tinham filhos e então a câmara exigiu que ele vendesse, e não lhe deu o dinheiro que ele queria e ele apelou para o tribunal e perdeu, ainda gastou dinheiro e ainda recebeu menos... Ele enforcou-se aqui em baixo (...) Foi um desgosto muito grande, ele tinha amor àquilo, era muito terreno, mas foi pouco dinheiro, a câmara antigamente pagava mal...

<U3-3> Tinha moínho, tinha tudo (...) E era gente boa, era gente boa que a gente ia lá buscar leite...

<U3-3> Era assim uma vida muito bonita, era, antigamente era... Um fazia o vinho, dava-nos vinho, um matava o porco, dava-nos as pães, um cozia a brôa uma semana, outro cozia a outra... Era assim muito bom Paranhos naquele tempo...

Assim, esta personagem está embuída em redes processuais complexas de unificação com o lugar (cujas origens remotam à acção de realojamento), manifestando apego à casa, sem no entanto estar satisfeita com as suas condições e, por outro lado, manifestando-se vinculada ao lugar mas *num outro tempo*.

Finalmente, e ainda no que se refere às consequências perversas das acções de realojamento, gostaríamos de destacar que o controlo - que envolve pelo menos o conhecimento e envolvimento na tomada de decisão no processo - aquando da transição para o lugar influencia a direcção da vivência da transição. Assim, enquanto uma das personagens aponta o facto de ter tido algum controlo sobre a mudança (escolheu o bairro para onde foi mudar por conhecimento de um engenheiro da câmara), as outras demonstram uma impotência perante o facto, uma total ausência de participação, mostrando uma delas, ainda actualmente, uma incompreensão, um sentimento negativo e inconformismo, relativamente à mudança.

Podemos então concluir que, no que se refere à identidade e vinculação, todas as personagens expressam a dificuldade sentida (de maior ou menor grau) no abandono de antigas identidades e vinculações, manifestando uma posterior maturação (mais ou menos conseguida, mais ou menos associada a um *conformismo*) destes processos relativamente ao novo e actual lugar.

Retomando agora aspectos mais gerais da actual vivência do bairro e considerando as questões da territorialidade, gostaríamos primeiramente de destacar, e retomando os aspectos anteriormente revelados sobre este processo, o caso das entradas que possuem uma galeria de acesso às casas. É interessante notar que algumas dessas casas possuem cancelas, pequenos portões que delimitam o espaço de corredor que pertence à casa, marcando o território, bem como apropriações e

territorializações/apropriações 'maiores' como sejam as marquises. Nos edifícios que não possuem galerias, as varandas são o elemento de apropriação e territorialização, constituindo-se também muitas vezes como marquises.

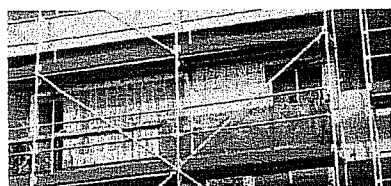
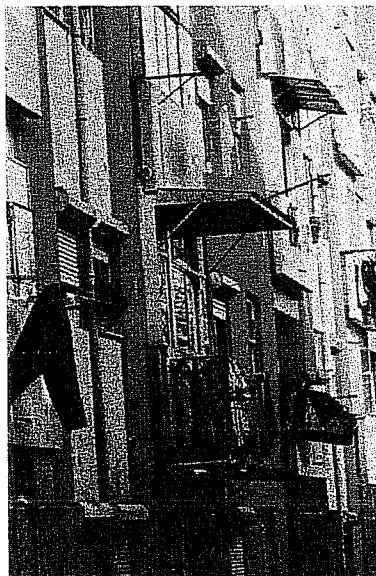
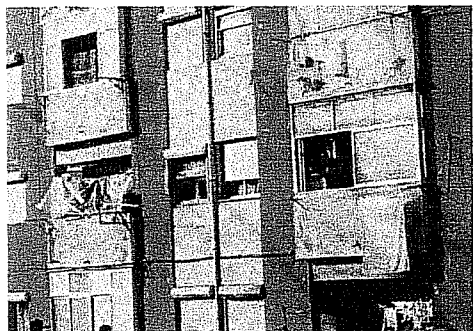
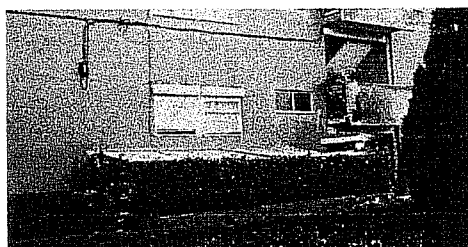


Foto #39, Foto #40, Foto #41 - expressões de territorialidade/apropriação

Os jardins das habitações dos rés-do-chão - jardins de 3m<sup>2</sup> que possuem na frente das suas portas e que podem arranjar como entenderem - são também, como já foi referido, férteis quer em pistas de demarcação territorial, quer de apropriação.

Foto #42 e Foto #43 - personalizações dos jardins...



Assim, podemos dizer que existe uma extensão casa-jardim, através das actividades de personalização e arranjo do jardim, adquirindo este um papel importante na vivência da casa e do lugar.

<U3-2> O meu falecido homem, mais o meu genro, foi que fez este jardim. Isto aqui não era um jardim, era um bocado de terra...

<U3-2> Estou sozinha, só eu e as rosas...

Ainda no que diz respeito à apropriação, gostaríamos de acrescentar que existe uma referência ao 25 de Abril, sendo que a alteração essencial ocorrida foi a abolição da figura do 'fiscal', o que permitiu em muito as manifestações já referidas e que basicamente se traduzem em formas pessoais de apropriação das varandas, seja pela construção da marquises<sup>59</sup>, seja pela criação de um espaço que se adapta às necessidades.

<U3-1> ...[depois do desaparecimento do fiscal] é que tudo começou a pôr cordas cá fora na varanda para estender a roupa...

<U3-2> É, as pessoas fizeram as marquises, cada um fez o que quiz.

<U3-1> Não deixava por cordas...e haver barulhos, alguém a discutir uns com os outros, mas aqui não há, nunca houve...

Relativamente à privacidade comunitária e tendo em conta o que foi referido aquando da aproximação ao ambiente comunitário no lugar, podemos dizer que existe um consenso quanto ao facto de as pessoas não se intrometerem na vida uns dos outros, permitindo assim uma experienciação positiva de privacidade.

<U3-2> São boas, não há problemas, cada um mete-se na sua vida e não tem problemas nenhuns.

---

<sup>59</sup> Gostaríamos de referir que a introdução das marquises nas galerias do actual projecto de arranjo do espaço exterior do bairro, pode ser entendida como uma importante tomada em consideração, por parte dos técnicos, dos aspectos de uso e apropriação do lugar, já que as marquises são um elemento arquitectónico introduzido em larga escala pelas próprias personagens que os habitam. Contudo, coloca-se, por outro lado, a questão da uniformização – podem, por exemplo, existir personagens que prefeririam ficar com o seu tapete de entrada, a sua varanda aberta, a sua cancela a delimitar a varanda - e, associadamente a questão da personalização, muito embora esta se vá, certamente, expressar de outras formas...

### 3. Vivências da casa

Os **aspectos cenográficos** das casas são vivenciados tendo por referência quer a já tão abordada mudança para aquele bairro, quer as alterações de manutenção e sustentação das condições de habitabilidade pelos próprios inquilinos, aparecendo novamente estas mudanças centralizadas nas casas de banho e na alteração de materiais.

<U3-1> Já fiz estas obras(...) gastei muito dinheiro...

<U3-1> Isto não tinha, foi o meu marido que pôs alcatifa, agora põem estes azulejos quadrados que há envidraçados, põe assim agora... Isto [a banca da cozinha] é mármore, a banca fui eu que pôs, esta antigamente havia assim, era de lousa, era assim a banca quando vim para cá...

<U3-1> Agora as torneiras e tudo fui eu que pôs (...) o cilindro foi o meu marido, não tinha, pôs torneiras baratas, mas tudo bom...

<U3-3> O banho, isto é que interessa, isto fomos nós...A casa de banho, fomos nós que fizemos, pusemos aquilo para poder tomar banho, tiramos a pia para pôr o cilindro...

<U3-1> Por exemplo, eu ainda tenho agora aqui este tanquezinho, mas quando vim para aqui, era assim em todas as casas, não tinham marquises nem nada...

Assim, e como já dissemos anteriormente, as realidades a nível das condições de habitabilidade do bairro dependem das adaptações aos usos, das alterações de materiais e da sustentação atenta dessas condições por parte dos inquilinos; as personagens alteraram as casas no sentido de criar condições mínimas de habitação, consoante as suas possibilidades, as suas prioridades e também de acordo com a sua atitude estética para com as habitações, manifestando uma resignação perante a ausência prolongada da intervenção municipal.

<U3-1> A minha está, mas também há aí casas que mete aflição, ainda há ...

<U3-3> Eu precisar de obras precisava, mas não posso...

De destacar ainda a presença de infiltrações e apodrecimento dos materiais, resultando novamente na estratégia do 'remendo' e da colagem, também muito presente nas habitações da ilha onde houve alterações.

<U3-3> Uma desgraça, tem buracos, eu ia caindo lá baixo se não pusesse isto [oleados autocolantes], os canos está tudo podre...

<U3-3> Quando vim para cá, esta porta estava podre, estava podre quando vim, eu fui pedir à Câmara para me pôr uma porta nova, e nunca puseram...mas depois tapei-a com papel, mas aqui está tudo podre, ali já precisa de um papel novo...

<U3-3> Eu não, eu desta idade, devia pôr ali um soalho novo, tinha alcatifa, era para pôr tijoleira, não vale a pena, dá muito trabalho, o homem pôs isto [oleado].

No que respeita aos aspectos físicos e formais, é de salientar que as casas, de dimensões reduzidas, são também espaços de difícil ventilação, sendo o uso da cozinha bastante condicionado por este aspecto, adoptando as personagens coreografias que acompanham a actividade culinária no sentido de conservar no melhor estado possível a pintura da casa.

<U3-3> Eu tenho cuidado, quando cozinho, com a bafarada da cozinha...para não pôr preto...

Quanto aos **processos psicológicos de transacção** com a casa, poderemos começar por apontar que, consensualmente (e contrariamente ao que sucedeu com a vivência do lugar), as personagens manifestam, numa leitura genérica, uma forte identidade, vinculação e apropriação deste espaço. Destaquemos apenas aqui, no que respeita à morfologia e dimensão das habitações, a manifestação, por parte de duas das nossas personagens, de uma vivência satisfatória.

<U3-1> Muita gente diz assim, ah, são casas pequenas, não prestam para nada...não, não, não, não tem é corredores, mas tem os precisos todos, não dá tanto trabalho a limpar...

<U3-3> Eu sempre gostei de morar numa casinha pequena, fui habituada assim.

Por outro lado, a identidade e vinculação à casa, e também ao lugar, aparecem associadas ao enraizamento.

<U3-2> Sempre gostei de morar aqui. Foi aqui que criei os meus filhos, os meus netos, e daqui casaram...

No que concerne à apropriação, as personagens demonstram cuidado e gosto no uso da casa, que também é visível se atentarmos nos objectos de personalização (e.g. fotos de família, *bibelots*, plantas) que encontramos em todas as habitações, bem como o empreendimento destas no arranjo e asseio das suas casas.

<U3-3> o pó eu limpo, aqui em cima, e o cortinado...

<U3-3> Gosto...gosto muito das plantas...

<U3-3> preciso de passadeiras novas, ando para ir comprar...

Gostaríamos ainda de apontar o facto de as nossas personagens, provavelmente por viverem sozinhas e estarem reformadas, experienciarem a casa quase como um lugar de vida total.

<U3-3> Eu passo o dia aqui sentada a fazer qualquer coisa...

<U3-2> Sento-me no cadeirão, 'tou a ouvir música...

Isto coloca-nos uma questão importante que podemos associar à necessidade de liberdade de acção, privacidade e territorialidade que as nossas personagens demonstram...

<U3-3> Mas eu não gosto de lá estar [em casa de familiares], eu gosto de estar na minha casa...

Quanto à privacidade, é interessante notar que uma das personagens (a que veio para o bairro proveniente de uma casa e não de uma ilha) é a única a salientar os aspectos de privacidade (sendo também, como já foi dito, aquela menos bem sucedida no seu processo de identificação e vinculação ao lugar), reforçando a vivência negativa da mudança e a disrupção provocada pela transição, sendo transparente o peso emocional desta na sua história de vida.

<U3-3> É diferente, lá eu falava alto e ninguém me ouvia, era muito, muito, muito diferente.

<U3-3> Aqui pronto, o ambiente, gente muito junta, porta com porta, não... não sei explicar, gente aqui, gente ali, se a gente falar alto já se ouve aqui...

#### 4. Vivência da cidade

Começamos pelo **percurso das personagens na cidade**, organizador que se tem vindo a revelar particularmente significativa nesta unidade, já que as origens das personagens no lugar estão associada a acções de realojamento, acompanhando dois emblemas da produção desigual de espaços na cidade - as ilhas e os bairros.

Há, pois, tal como se verificou na ilha, uma origem das personagens na cidade associada a movimentos migratórios rurais (todas as nossas personagens vieram, no início do século passado, de aldeias e do interior do norte do país) que estão por sua vez associados à pertença à classe operária. As personagens revelam um percurso pela cidade que acompanha, como já foi apontado, as várias mutações e deslocações dos lugares desiguais, sendo de destacar aqui a passagem da vivência do centro (ilha) para a vivência de uma periferia recém-criada (bairro).

Quanto ao **percurso da cidade**, é de adivinhar, pelo que foi anteriormente dito, que as personagens vivenciaram as mais significativas mudanças nela ocorridas. Assim, evocam memórias de um tempo anterior à expansão periférica da cidade, relatando a vivência de uma baixa dinâmica e apontando para as mudanças a que esta está actualmente a ser sujeita.

<U3-2> O movimento, o movimento, a gente está na baixa, eu vivia na baixa do Porto, era outro movimento...

<U3-2> ...Fui para atelier de chapéus, tinha a loja em cedofeita, que é a rua mais central, mais chique, mais fina que há cá no Porto, na cidade...

<U3-2> Mudou muito, antigamente havia aqueles barcos rabelos, que traziam o carvão e a carqueija e agora já não há nada disso, agora é tudo mais comércio...

<U3-2> Agora tem crescido mais, a ribeira e tudo está muito mais modificada.. (...) Eu já não vou à baixa há mais de um ano, mas diz que está a mudar, estão em obras, diz que está a mudar...

<U3-2> As casas estão melhores, as ruas estão a ficar melhores... (...) E então na Rua de Santa Catarina, quem vem de Passos Manuel, aquilo era um salão muito grande, café e tudo...

As mudanças na cidade apontadas pelas personagens (denunciando e atendendo à fase do ciclo de vida em que se encontram – terceira idade), o espanto e deslumbramento com o *moderno* e com a expansão extra-cidade, focam-se também no desenvolvimento ocorrido nas proximidades do lugar onde vivem.

<U3-3> Cresceu muito [a cidade] e aqui Paranhos é que cresceu...

<U3-1> Era tudo quintas e casas pequeninas e tudo, foi uma mudança enorme..só visto, é verdade, até eu me admiro como isto está, a cidade, a mudança que houve...isto moderno ou lá que é, não é? E está bem!

<U3-1> Eu ía a pé por aqui fora e ía pela rua fora lá [ao centro da cidade] direitinha...agora?! Não sei qual é a rua, é só pontes por baixo, pontes por cima, tudo modificado, mas 'tá bonito, 'tá bonito (...) verdade seja dita, a cidade está a melhorar.

<U3-1> e os continentes que há por aí fora, vai-se a um continente...temos um na baixa, em Santa Catarina, que aquilo 'tá grande, 'tá bonito lá dentro...

<U3-1> E cá para cima, para a Maia, e para todos os lados, é uma maravilha, quem havia de dizer, parece lá fora...

Finalmente, e quanto aos **processos psicológicos** de unificação com a cidade, é de salientar que novamente se encontram pistas reveladoras de uma forte vinculação, enraizamento e identidade urbanas. Assim, as nossas personagens apresentam-se como urbonautas, denotando afectividade e gosto no uso da cidade - centrado também na baixa e zona histórica - , bem como uma aceitação incondicional da cidade.

<U3-2> Gosto de todos os lugares, todos.

<U3-2> Gosto de ver a Avenida dos Aliados, gosto de ir ao Bolhão, gosto de ir à Ribeira...

<U3-1> O Porto gosto, digo-lhe de coração, gosto muito, muito! Gosto de tudo, não é...

<U3-3> Gosto muito da Sé, gosto dos Clérigos, gostava muito dos Aliados, trabalhava ali pertinho, gosto muito do Porto.

<U3-2> Vou até Fernandes Tomás, vou à Capela das Almas, vou à missa, depois vou ao Bolhão...

Estamos então em presença de uma identidade urbana muito forte, sendo que as personagens reclamam essa identidade em detrimento das suas raízes, mostrando desta forma quer enraizamento quer vinculação relativamente à cidade do Porto.

<U3-3> Muito...é a MINHA cidade o Porto.

<U3-3> Eu gosto muito do Porto, gosto muito do Porto, não gosto da minha terra, gosto mais daqui...

<U3-3> E depois, eu já tenho ido lá...a MINHA terra é o Porto

Finalmente, as características dos habitantes da cidade são enaltecidas, tal como se verificou nas unidades anteriores, nomeadamente por comparação e distanciamento relativo a habitantes de outras cidades.

<U3-2> São boas as pessoas da cidade do Porto, são boas...

<U3-3> Não sei, eu acho que como pessoas são, não sei...são amigas, recebem muito bem as pessoas...

<U3-3> Porque em Lisboa não são assim tão...abertas, cá são mais abertas e lá fora também não...

\*\*\*\*\*

Dediquemo-nos, neste momento, ao esboço de uma síntese articulativa dos aspectos que consideramos pertinentes para os objectivos deste estudo. Gostaríamos de salientar que esta se reveste de um cariz pessoal e situacional, já que estamos cientes de que a direcção que tomamos nesta integração é apenas uma das variadas direcções que se poderiam tomar na sistematização da descrição anteriormente feita.

Retomando neste momento os objectivos gerais do estudo, e considerando primeiramente a relação entre a produção desigual de espaços e a vivência dos lugares, podemos considerar que o facto de estas unidades reflectirem um determinado espaço-tempo de marginalização (ou desigualdade residencial) na cidade, interfere sobretudo na construção da identidade de lugar e em todos os outros processos psicológicos de transacção, bem como na vivência 'desagradável' do lugar não conservado, degradado e 'abandonado'. Assim, se nos situarmos num registo **macro**, podemos considerar que a organização desigual do espaço afecta naturalmente a vivência do lugar, designadamente através dos seus aspectos cenográficos e simbólicos (destes últimos daremos conta aquando da abordagem ao processo de constituição de uma identidade de lugar).

Nestes lugares verifica-se um estado de constância e agravamento dos aspectos cenográficos, constatando-se uma legitimidade circular na manutenção do 'estado das coisas'. Em todas as unidades de lugar as construções são precárias, as rendas são maioritariamente baixas, existe uma certa cumplicidade ou resignação no 'deixar andar' que muitas vezes é um 'deixar morrer'. Os próprios inquilinos desresponsabilizam os proprietários da conservação e manutenção do edificado. O discurso dos residentes, na

desresponsabilização que produz dos senhorios, parece apontar para a herança moral do regime que originalmente criou os espaços desiguais na cidade.

Entretanto, parece que aos senhorios, ao município e ao próprio Estado é permitida uma total ausência de consciência histórica, ambiental e urbana, deixando o edificado habitacional atingir *propagadores* processos de degradação e ruína e desrespeitando os direitos constitucionais referentes à habitação.

Por último, podemos ainda associar a produção desigual de lugares a um percurso por lugares desiguais, parecendo que existe como que uma fatalidade no percurso pela *desigualdade*. Assim, o facto da ilha reflectir um determinado espaço-tempo de marginalização na cidade aparece nesta unidade associado principalmente à história, às raízes operárias geracionais no lugar, denunciando a organização socio-económica da cidade. Por outro lado, e centrando-nos nas vivências de transições de lugares, os depoimentos das personagens do bairro são bastante ricos se nos focalizarmos nos percursos pela cidade desigual e na tal *fatalidade* que assume expressões mais (bairro) ou menos (ilha) resignadas.

Consideremos agora um registo mais **micro**, associado a um outro objectivo genérico do nosso estudo - a exploração da *natureza* das vivências dos lugares. Atentaremos agora na transacção entre as pessoas e os seus lugares no registo da navegação individual das personagens e tentaremos descrever transversalmente as vivências do lugar, da casa e da cidade nas nossas unidades. Isto é, procederemos a um esboço de sistematização dos aspectos destacados da vivência das personagens desses lugares, das suas semelhanças, especificidades e particularidades (ou ambiguidades) na transacção com os lugares.

Nesta leitura transversal da descrição vivencial evidenciaram-se cinco organizadores fundamentais.

Em primeiro lugar, a nossa atenção foi captada pelo **foco das vivências do lugar e pela sua tonalidade emocional**.

Começando pela Rua de Trás, as características centrais que emergem da vivência que aí decorre parecem-nos estar essencialmente direccionadas para a dinâmica do lugar, nomeadamente para o 'ambiente da rua' – dimensão que envolve o controlo informal do lugar e a convivência comunitária. Assim, os aspectos comunitários 'desagradáveis' do lugar quase ofuscam todas as outras dimensões que contribuem para a experiência do lugar. A Rua de Trás é o lugar onde se pormenorizam menos os aspectos quer da casa, quer mesmo da própria cidade, parecendo que o lugar, a rua, focaliza a vivência das personagens. Podemos ainda dizer que existe uma carga emocional negativa associada à experiência deste lugar, generalizada aos seus aspectos cenográficos e coreográficos.

É curioso ainda realçar que nem o valor histórico do lugar consegue atenuar o desagrado das nossas personagens. Parece então que a valorização patrimonial deste lugar é mais demonstrada por quem reside noutros espaços e pelos discursos políticos e técnicos do que pelas próprias personagens. Este facto denuncia claramente algo de incongruente, talvez uma alienação socio-política das personagens dos lugares desiguais, ou talvez uma falta de envolvimento e comunicação entre os poderes, os saberes e as personagens. Há, desta forma, uma incongruência dos poderes, em que a difusão da propaganda do património não chega ao espaço patrimonial, sendo abalroada (e ofuscada) por imaginários colectivos de degradação social e humana, que contaminam as próprias personagens.

Considerando agora a ilha, pensamos ser claro que as suas características vivenciais são apontadas por referência às mudanças que vivenciaram na fisicalidade: apontam-se marcos bem definidos, é revelado um gosto em descrever as alterações de melhoria de *qualidade de vida*, associadas naturalmente a um desenvolvimento da identidade e vinculação ao lugar. São também valorizadas as dimensões coreográficas do lugar, que parecem ser constituintes de um sentimento comunitário positivo. Assim, o lugar parece ser vivenciado pelas nossas personagens com agrado, evidenciando uma relação afectiva *construtiva*. Ao nível das vivências, a ilha aparece-nos como o lugar onde mais intensamente as personagens demonstram o seu apego ao lugar.

Quanto ao bairro, poderíamos dizer que existe uma quase neutralidade/passividade emocional na relação das personagens com o lugar, tornando difícil a tarefa de salientar a direcção e tonalidade vivenciais. No bairro, apesar de podermos dizer que maioritariamente as personagens experienciam o lugar com agrado, não há uma ênfase da sua vivência, manifestando-se um conformismo/adaptação aos aspectos cenográficos - talvez associado a uma história de vida decorrente na cidade *desigual* - e uma vivência *passiva* do ambiente comunitário. Assim, pode-se dizer que as vivências destas personagens estão próximas das vivências *normativas* dos ambientes residenciais, em que as personagens se detêm mais em aspectos habitacionais do que comunitários, sendo a casa o aspecto central nas suas vidas e fonte de uma experiência que poderemos dizer ser maioritariamente agradável.

Finalmente, quanto a este ponto, gostaríamos de referir que a dimensão das acessibilidades - que inclui quer a centralidade quer o acesso a serviços relevantes para as personagens - foi valorizada nos três lugares, sendo que todas as personagens apontam para uma situação positiva a este nível. É de referir, tendo em conta o aspecto de centralidade do lugar na cidade, que as personagens do bairro se referem com

nostalgia à vivência do centro, da baixa da cidade, ainda que considerem o bairro como bem posicionado a nível de serviços e de transportes. Por outro lado, quer as personagens da ilha quer as do Centro Histórico, consideram como altamente importante para a sua vivência do lugar (e da cidade) o facto de estarem no centro da cidade. Esta dimensão tem a ver com os aspectos 'práticos' do lugar, podendo-se considerar que algumas descrições das personagens do Centro Histórico que reforçam esta dimensão denunciam uma ligação ao lugar baseada no quotidiano, particularmente nos aspectos cenográficos da sua localização.

Consideremos agora um outro organizador, a **identidade de lugar**, um processo psicológico de transacção com o lugar que se salienta na leitura transversal dos nossos lugares e que associamos aqui ao seu grau de 'espacialização social' e que por sua vez se associa às questões de transacção simbólica entre as nossas personagens e 'o resto da cidade'.

No Centro Histórico parece que se assiste uma manifesta e declarada contradição baseada na representação exterior sobre o lugar (e nos aspectos negativos já referidos do 'ambiente' e da fisicalidade da rua), mantendo as personagens uma relação frágil com o lugar. As personagens parecem denotar uma interiorização e intrusividade do simbolismo colectivo relativo ao espaço onde vivem, fazendo parecer que aí se experiencia o *outro* lado da cidade. Assim, podemos considerar que neste lugar a espacialização desigual é bastante presente, actuando como enquadramento vivencial das personagens, sendo que a homogeneidade socio-económica do lugar e a associação a determinados modos de vida é vivida com constrangimento. Provavelmente é nesta unidade - de entre as que estudamos - aquela onde os modos de vida *subversivos* mais se fazem sentir, fazendo-nos reflectir sobre a direcção socio-económica da cidade e a

sua repercussão nas vivências das personagens que a habitam. Será este o nosso lugar mais evidentemente desigual? Será este o lugar onde mais se faz sentir o peso vivencial de uma organização social, espacial e económica desigual? Será este o lugar onde as vivências, as ligações como o lugar, estão mais constrangidas?

Contrariamente ao que se verifica neste lugar, na ilha e no bairro as personagens parecem lidar satisfatoriamente e menos negativamente com a representação negativa do lugar. Assim, na ilha verifica-se como que uma maturação da identidade de lugar, manifestando as personagens uma valorização da história da unidade acompanhada por um 'orgulho' urbano e 'classista'. Isto é, apesar da visibilidade da espacialização desigual que aí é notória, assente numa homogeneidade socio-económica e vivencial, a identidade de lugar é construída positivamente pelas nossas personagens.

Por outro lado, no bairro parece que as nossas personagens constroem uma identidade baseada na adaptação ao trajecto por lugares desiguais. As personagens manifestam uma identidade mais difusa, menos 'fechada' e emocionalmente mais neutra do que nos outros lugares. Neste lugar poderemos dizer que existe uma menor visibilidade da espacialização desigual, patente no menor contraste estabelecido pelas personagens entre os 'outros' e 'os do bairro' e na heterogeneidade de utilizadores. Assim, parece existir uma homogeneidade socio-económica mas uma heterogeneidade vivencial do lugar.

A **participação na mudança** é outro organizador que aparece fortemente associado à vivência positiva dos lugares, interferindo intimamente nas questões da identidade em geral e da auto-estima em particular (já que a participação está associada

a um controlo, a uma acção criativa por parte da personagem) e relacionando-se inversamente com a alienação social.

Quando atentamos nas mudanças na ilha, podemos facilmente relacioná-las com a organização espontânea individual e colectiva no sentido de melhorar as condições de habitabilidade, produzindo uma apropriação mais significativa por parte das personagens. Assim, e considerando primeiramente a participação colectiva na mudança, podemos dizer que na ilha existe um envolvimento e participação individual nas alterações do espaço residencial para além da casa. As personagens da ilha evidenciam uma espécie de poder (talvez *hereditário*), um controlo na decisão sobre as mudanças na cenografia do lugar, enquanto nas outras unidades as mudanças no espaço comum/público parecem escapar ao controlo e poder individual de participação, que naturalmente afecta a direcção da afectividade para com o lugar.

Considerando agora a participação nas mudanças a um nível mais pessoal - a habitação - verificamos que o Centro se apresenta num registo estático: a nível das habitações não foram reveladas pelas personagens alterações significativas (desde que vivem no lugar), não havendo mudanças por parte dos senhorios e estando as mudanças *domésticas* limitadas às alterações nas casas de banho e a revestimentos sucessivos... Este aspecto pode também associar-se ao cariz negativo da relação que as personagens demonstram com o lugar, sendo os aspectos negativos da casa apontados como um 'mal' inerente ao lugar, à sua própria cenografia e história.

A descrição da vivência na ilha é, como já foi referido, fortemente marcada pelas mudanças que se deram na fisicalidade do lugar, essencialmente nas casas, apresentando as personagens um prazer em descrever as mudanças positivas que protagonizaram.

No bairro e na ilha a casa é muito valorizada, sendo que no bairro são relatadas algumas operações de sustentação da habitabilidade mínima, denunciando a participação individual na mudança na habitação. Na ilha deparamo-nos com uma situação semelhante, se bem que, neste caso, exista outra posição relativamente à propriedade - as personagens deste lugar passaram de inquilinos a proprietários (antes de o serem faziam as tais operações de manutenção e sustentação de habitabilidade, enquanto depois de proprietários as operações foram mais estruturais). Assim, o facto de as personagens terem projectado e participado activamente nas alterações das suas habitações, bem como o facto de serem agora proprietários das casas, é um aspecto que pode estar associado à valorização positiva da vivência da casa. É ainda interessante reforçar aqui o facto de, na ilha, a casa e o sentimento comunitário contribuírem, poderemos dizer que igualmente, para o apego ao lugar.

Globalmente, podemos dizer que em todas as unidades existe um modo de habitar associado à sustentação de condições mínimas (cf. Pelouro de Habitação e Acção Social, 2001a, 2001b), parecendo, no entanto, que no bairro e na ilha o empreendimento próprio é maior. É interessante salientar ainda que a descrição das mudanças cenográficas da ilha e do bairro podem ser em certos aspectos consideradas coincidentes - alterações no sentido de uma adaptação aos usos, de apropriações e melhorias de condições de habitabilidade, manifestas principalmente pelas remodelações (ou criações) de casas de banho e de acrescentos à casa, nomeadamente na forma de marquises. Este paralelismo faz-nos reflectir sobre a existência de uma real evolução na transição de lugar ilha-bairro. Será que existiu alguma diferença efectiva, ao nível das condições de habitabilidade, com a mudança para os bairros?

Gostaríamos de destacar ainda as introduções arquitectónicas operadas na casa, as apropriações do lugar, denotando tanto uma adaptação ao uso como uma

personalização comum em todas as unidades: as marquises e todas as variações de intervenções sobre janelas e varandas...

No que diz respeito à **interacção social**, organizador que se relaciona com a dinâmica do lugar, e considerando a dimensão do contacto/isolamento, notamos que nas diferentes unidades existe uma valoração variada desta dimensão.

Na ilha e no bairro verificamos preponderantemente a vivência positiva da inevitabilidade comunitária (apesar de na ilha esta ser mais enfática...). Já no Centro verificamos o contrário, uma vivência negativa que contribui em muito para as atribuições nos processos de transacção das personagens com o seu lugar. Assim, enquanto no Centro Histórico o contacto é sentido como invasivo, na ilha é percebido como fonte de apoio social, e no bairro é experienciado predominantemente sob a forma uma convivialidade de saudação, privilegiando as personagens a privacidade do *lar*. A vivência do espaço público/comum, a possibilidade de conviver consoante a vontade própria, a abertura momentânea, são referidos como aspectos que caracterizam a convivialidade no bairro e na ilha, assim parecendo que existe um respeito pelo tempo dos outros, e pela sua liberdade, um compromisso social que não é constrangedor, o que é oposto ao que acontece na Rua de Trás.

Desta forma, no Centro a interacção é dita como não desejada, intrusiva, enquanto na ilha é vista como desejada e fonte de apoio social, havendo um equilíbrio entre a privacidade e a abertura à interacção e consolidação de relações comunitárias. No bairro a interacção social é afirmada como positiva, sem no entanto ser muito valorizada na vida das personagens.

Um último organizador que julgamos ser relevante nesta descrição vivencial das personagens é o que se refere à experiência da **cidade**, sendo que este é o único em relação ao qual não encontramos, na análise dos processos de transacção, diferenças significativas, quer entre lugares quer entre personagens. Assim, a vinculação e identidades urbanas são enfatizadas por todas as nossas personagens que se apresentam como urbonautas... A cidade (e o orgulho portuense) parece, pois, ser o grande unificador das vivências das personagens e dos lugares que estudamos.

Gostaríamos apenas de salientar quanto a este tópico, e também porque partilhamos dessa preocupação, o alerta que as personagens nos fazem sobre a evolução da cidade no sentido da desertificação central e do esquecimento periférico...

## APONTAMENTOS FINAIS

1. Este estudo colocou-nos perante uma variedade de dimensões associadas às vivências dos lugares que devem ser tomadas em consideração aquando de qualquer intervenção sobre estes. Assim, a exploração das diferentes narrativas de experiência do lugar serviu-nos essencialmente para procurarmos encontrar as dimensões mais válidas na exploração da vivência do lugar. Desta forma, do nosso ponto de vista, na abordagem aos lugares não nos devemos deixar levar pelos efeitos cénicos e simbólicos, mas sim pela forma como as personagens experienciam a sua dinâmica e cenografia e de como essa experiencição se consolida em processos psicológicos de transacção com os lugares. Sendo este um estudo exploratório, levanta uma série de questões que, a nosso entender, merecem dedicação futura, destacando-se a complexidade dos processos de transacção entre as personagens e os lugares e a exploração dos aspectos mais individuais, ao nível das histórias de vida que se cruzam com as vivências dos lugares e da cidade.
2. Os processos que nos unem ao lugar são muito complexos, não actuam com linearidade, entrecruzam-se, fazendo despoletar diferentes e por vezes contraditórios sentimentos. As questões de dissonância, de convívio simultâneo entre 'pulsões' de apego e 'pulsões' de desagrado associam-se também, no nosso entender, a uma questão mais global, emergente de uma visão também global sobre as formas de vida - a qualidade de vida. A qualidade de vida é então um *valor* introduzido pelo discurso da pós-modernidade, contemporâneo da globalização e da sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, da participação pública. Assim, poderíamos dizer que, por exemplo, um dos indícios de qualidade de vida para nossas as personagens é a centralidade e acessibilidade dos seus lugares. Por outro

lado, o enraizamento, a história dos lugares, a vivência pessoal das transições de vida, os processos de construção de uma ligação afectiva com o lugar, assumem uma expressão que podemos considerar de menos pragmática – algo que o uso actual do conceito qualidade de vida parece não abranger -, menos consciente, mais afectiva, situada num registo que atravessa e ultrapassa a vivência do dia-a-dia e o imediatismo do quotidiano urbano.

3. Não se pode entender um lugar desigual na sua representação genérica e abstrata. Como vimos, a integração na malha urbana, as especificidades *culturais* do lugar, a capacidade de adaptação e de apropriação do espaço, são alguns dos aspectos que fazem as experiências dos lugares variar, nomeadamente no que respeita à sua vivência mais ou menos *desigual*. Assim, esta questão faz-nos atentar nos aspectos locais das vivências dos lugares, sendo que, por vezes, parece que as aproximações a estes lugares se esquecem que lá habitam pessoas e que interessa sobretudo respeitar e compreender a forma como os vivem. De reforçar que é necessário, num trabalho interventivo sobre os lugares, atentar às suas prioridades culturais (tomando a sugestão de Rapoport (1988) de *design for a culture*).
4. A necessidade da promoção de uma relação positiva com o lugar torna-se evidente, especialmente se nos centramos na *desigualdade* dos lugares, sendo esta promoção particularmente necessária no contexto de acções de realojamento e no trabalho dos efeitos simbólicos do lugares. Assim, parece-nos que, desde logo, uma relação positiva com o lugar está fortemente associado a um sentimento de participação na sua construção/intervenção. Tem que se acabar com a 'remendação', como manutenção de condições de habitabilidade mínima garantida, promovendo-se um espírito participativo, ao invés da resignação que advém das carreiras pelos espaços desiguais. De facto, como poderemos promover e propagandear um desenvolvimento

urbano sustentável sem atentar o nível local das operações de sustentabilidade das condições mínimas de habitabilidade? Há também que repensar os espaços comuns residenciais, atentando na dimensão colectiva dos lugares e valorizando os seus aspectos mais pessoais, ao nível da história de vida das personagens, e as características culturais (e.g., o orgulho de classe e a identidade laboral que se esboçam, por exemplo, na ilha). Assim, é necessário intervir no sentido de transformar a acomodação ao desconforto em reivindicação e participação efectivas, e é neste âmbito que o papel do psicólogo ambiental adquire mais significado, quer enquanto elemento de *transacção* entre personagens, técnicos e poder político, quer enquanto interveniente de uma rede multidisciplinar que se dedica à intervenção sobre os lugares (e.g. necessidade de colaboração, evidenciada por exemplo nas acções de realojamento, entre ciências formais e contextuais).

5. Por outro lado, para esta relação positiva ser possível, um trabalho mais global tem que ser realizado ao nível das imagens colectivas sobre os espaços desiguais, imagens essas que sustentam também a manutenção e agravamento das condições destes lugares; este é um trabalho que podemos considerar estar inserido no âmbito da educação ambiental. Assim, é necessário desmontar estereótipos nas personagens da cidade e em todos os agentes que nela intervêm. De realçar que nos parece que também a imagem política destes lugares tem que ser alterada, no âmbito da promoção de uma consciência ambiental urbana, responsabilizando-se municípios e Estado pela intervenção nestes lugares. Em resumo, é necessário quebrar o círculo que alimenta a *desigualdade* espacial e vivencial, fazendo o cidadão comum aperceber-se da existência de uma vivência humana dos lugares estigmatizados que não é redutível aos estereótipos que os isolam, bem como implicando os agentes

locais (e.g. senhorios e municípios) e globais (e.g. Estado) na intervenção sobre estes lugares.

6. Parece-nos também importante realçar que é urgente repensar a uniformidade destes lugares, a ideia de que a homogeneidade morfológica e populacional é a única forma de fazer habitação social; sendo necessário estar alerta para o facto desta homogeneidade poder assumir diferentes expressões, mais ou menos positivas...
7. Notemos, por fim, e centrando-nos agora na cidade, que o direito à cidade *lefebvreiano* tem necessariamente de se fazer acompanhar de um *direito da cidade* que as nossas personagens tanto apontam, um direito associado também à consciência ambiental urbana que atrás referimos. Esta questão está por sua vez associada à necessidade de promover um desenvolvimento urbano sustentável e à construção de uma cidade (efectivamente) participada. Assim, e seguindo nomeadamente as sugestões de Guerra (2000) é necessário atentar numa intervenção urbana que contemple os aspectos colectivos e de intervenção colectiva nos lugares.

*People live in similar, but also highly differentiated (temporal, symbolic, phenomenological, cultural, socially constructed and spatially configured) physical worlds.*

Sime, 1999, p.205.

## BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, T. (1994). «Efeitos perversos» dos bairros sociais. Observações e sugestões. *Sociedade e Território. As pessoas não são coisas que se metam em gavetas*, 20, 50-55.
- Adler, P. A. & Adler, P. (1994). Observational techniques. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 377-392). Thousand Oaks: Sage Publishers.
- Aguiar, J. (1995). Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano Português. *Sociedade e Território. (Sub)Urbanismos e Modos de Vida*, 21, 24-35.
- Altman, I. (1974). Privacy: A conceptual analysis. In S. T. Margolis (Ed.), *Privacy, EDRA Conference Proceedings, vol. 6* (pp. 1-27). New York: Environmental Design Research Association, Inc.
- Altman, I. (1975). *Environment and social behavior: Privacy, personal space, territoriality and crowding*. Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Altman, I. (1991). A personal perspective on the environment and behavior field. In R. M. Downs, L. S. Liben & D. S. Palermo (Eds.), *Visions of aesthetics, the environment & development: The legacy of Joachim F. Wohlwill* (pp. 119-138). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Altman, I. (1993). Homes, housing, and the 21st century: prospects and challenges. In E. G. Arias (Ed.), *The meaning and use of housing. International perspectives, approaches and their applications* (pp. xix-xxvi). Aldershot: Avebury.
- Altman, I. & Rogoff, B. (1987). World views in psychology: Trait, interactionism, organismic, and transactionalist approaches. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *The handbook of environmental psychology, vol 1*. (pp. 5-40). New York: Wiley & Sons.

- Alves Costa, A., Siza, A., Guimarães, C., Souto Moura, E. & Correia Fernandes, M. (1979). SAAL/NORTE: balanço de uma experiência. *Cadernos da Habitação do Território Cidade/Campo*, 2, 16-60.
- Amâncio, L. (1993). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 287-307). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Azevedo, M. J. (2000). Ilhas do Porto, a cidade oculta que persiste. In CMP, *As Ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Pelouro de habitação, Acção Social e Protecção Civil. *s/p*.
- Bailly, A. (1986). L'émergence du concept de marginalité: Sa pertinence géographique. In A. Vant (Dir.), *Marginalité sociale, marginalité spatiale* (pp. 48-53). Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Bell, P., Greene, T., Fisher, J., & Baum, A. (1996). *Environmental Psychology*. Forth Worth: Harcourt Brace.
- Benevolo, L. (1994). *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bettin, G. (1982) *Los sociólogos de la ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Bonaiuto, M., Aiello, A., Perugini, M., Bonnes, M., & Ercolani, P. (1999). Multidimensional perception of residential environment quality and neighbourhood attachment in the urban environment. *Journal of Environmental Psychology*, 19, 331-352.
- Bonnes, M. & Secchiaroli, G. (1995). *Environmental psychology. A Psycho-social introduction*. London: Sage.
- Borja, J. (1995). A cidade conquistada. *Olhares- Pensar a Cidade*, 2, 37-44.
- Borja, J. & Castells, M. (1997). La ciudad multicultural. *La Factoría*, 2, 1-8.
- Broadbent, G. (1993). *Design in architecture: Architecture and the human sciences*. London: Luiley.
- Brower, S. (1988). Territoriality in urban settings. In A. Rapoport, I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), *Environment and culture. Human behavior and environment. Advances in theory and research*, vol. 4 (pp. 179-207). New York: Plenum Press.
- Brown, B. B. (1987). Territoriality. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *The handbook of environmental psychology*, vol. 1 (pp. 505-532). New York: Wiley & Sons.

- Brown, B. B. & Perkins, D. D. (1992). Disruptions in place attachment. In I. Altman & S.M. Low (Eds.), *Place attachment. Human behavior and environmental: Advances in theory and research, vol. 12* (pp. 279-304). New York: Plenum Press.
- Burgess, E.W. (1925). La croissance de la ville. Introduction a un project de recherche. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (1994), *L'Ecole de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine.* (pp.131-148). Paris: Aubier.
- Câmara Municipal do Porto/CRUARB (1999). *O centro histórico do Porto.* Porto: C.M.P.
- Canter, D. (1975). An introduction to environmental psychology. In D. Canter (Ed.), *Environmental interaction. Psychological approaches to our physical surroundings* (pp. 1-19). New York: International University Press, Inc.
- Canter, D. & Kenny, C. (1975). The spatial environment. In D. Canter (Ed.), *Environmental interaction* (pp. 127-163). New York: Universities Press, inc.
- Cassidy, T. (1997). *Environmental psychology. Behaviour and experience in context.* Sussex: Psychological Press, Publishers.
- Castells, M. (1977). *The urban question.* London: Edward Arnold.
- Castells, M. (1998). *End of Milenium. The information age: Economy, society, culture.* New York: Penguin.
- Chaline, C. (1997). *Les politiques de la ville.* Paris: Presses Universitaires de France.
- Chawla, L. (1993). Home is where you start from: Childhood memory in adult interpretations of home. In E. G. Arias (Ed.), *The meaning and use of housing. International perspectives, approaches and their applications* (pp. 479-495). Aldershot: Averbury.
- Cherulnik, P. D. (1993). *Applications of environment-behaviour research: Case studies and analysis.* Cambridge: University of Cambridge Press.
- Chombart de Lauwe, P.-H. (1965). *Des hommes et des villes.* Paris: Payot.
- Chombart de Lauwe, P.-H. (1976). Appropriation of space and social change. In P. Korosec-Serfaty (Ed.), *Apropriation of space. Proceedings of the 3rd International Architectural Psychology Conference at Louis Pasteur University* (pp. 23-29). Strasbourg: Institut Pasteur.

- Chueca Goitia, F. (1982). *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Churchman, A. (1987). Can resident participation in neighborhood rehabilitation programs succeed? Israel's project renewal through a comparative perspective. In I. Altman & A. Wandersman (Eds.), *Human behavior and environment: Advances in theory and research. Neighborhood and community environments* (pp. 113-162). New York and London: Plenum Press.
- Cooper Marcus, C. (1976). The house as symbol of the self. In H. M. Proshansky, W. H. Ittelson & L.G. Rivlin (Eds.), *Environmental psychology. People and their physical settings* (pp. 435-448). New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Cooper Marcus, C. (1992). Environmental memories. In I. Altman & S. Low (Eds.), *Place attachment. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 12* (pp. 87-112). New York: Plenum Press.
- Cooper Marcus, C. (1995). *House as a mirror of self. Exploring the deeper meaning of home*. Berkeley: Conari Press.
- Cooper Marcus, C. & Sarkissian, W. (1986). *Housing as if people mattered*. London: University of California Press.
- Correia Jesuino, J. (1992). O paradigma galileiano de Kurt Lewin. *Psicologia, VIII*, 271-278.
- Costa Lobo, M. (1995). Planeamento urbano em Portugal. *Sociedade e Território. (Sub)Urbanismos e Modos de Vida, 21*, 8-18.
- Costa Pinto, T. (1994). A apropriação do espaço em bairros sociais: O gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. *Sociedade & Território. As pessoas não são coisas que se metem em gavetas, 20*, 36-43.
- Costa Pinto, T. & Gonçalves, A. (2000). Os bairros sociais vistos por si mesmos. *Cidades - Comunidades e Território, 1*, 101-111.
- Cunha, M. (1999). A intervenção na cidade existente. [http://www.ipv.pt/millennium/pers13\\_6.htm](http://www.ipv.pt/millennium/pers13_6.htm).
- Davidson, R. N. (1981). *Crime and environment*. London: Croom Helm.

- Denzin, N. K. & Lincon, Y. S. (1994). Methods of collecting and analyzing empirical materials. In N. K. Denzin & Y. S. Lincon (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 353-360). Thousand Oaks: Sage Publishers.
- Dovey, K. (1983). Home and homelessness. In I. Altman & C.M. Werner (Eds.), *Home environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 8* (pp. 33-64). New York: Plenum Press.
- Duncan, J.S. (1983). The house as symbol of social structure. In I. Altman & C.M. Werner (Eds.), *Home environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 8* (pp. 133-152). New York: Plenum Press.
- Edelstein, M. R. & Wandersman, A. (1987). Community dynamics in coping with toxic contaminants. In I. Altman & A. Wandersman (Eds.), *Neighborhood and community environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 9* (pp. 69-112). New York: Plenum Press.
- Fernandes, L. (1994). Topografia urbana do medo: «Os espaços perigosos». *Revista do Ministério Público, 59*, 11-27.
- Ferreira, A. (1994). Habitação social: Lições e prevenções para o PER. *Sociedade e Território. As pessoas não são coisas que se metam em gavetas, 20*, 8-10.
- Ferreira, J. A., Ferreira, L. e Pimenta, M. (2001). O problema da habitação social. [http://www.cm-porto/cidade/pe34\\_habitacao\\_social.asp](http://www.cm-porto/cidade/pe34_habitacao_social.asp) (1-3).
- Ferreira, V. (2000). Cidade e democracia. Ambiente, património e espaço público. *Cidades - Comunidades e Território, 1*, 9-35.
- Fischer, C. (1982). *To dwell among friends: Personal networks in town and city*. Chicago: University of Chicago Press.
- Fischer, C. (1984). *The urban experience*. Florida: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Fontana, A. & Frey, J. (1994). Interviewing. The art of science. In N. K. Denzin & Y. S. Lincon (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). Thousand Oaks: Sage Publishers.

- Francis, M. (1987). Urban Open Spaces. In I. Zube & G. T. More (Eds.), *Advances in environment behaviour and design, vol. 1* (pp. 71-106). New York: Plenum Press.
- Freitas, M. J. (1994). Os paradoxos do realojamento. *Sociedade e Território. As pessoas não são coisas que se metam em gavetas, 20*, 26-35.
- Garcia Lamas, J. M. R. (1993). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- Godard, F. (1994). Cites as arenas of accelerated social transformations. <http://www.cities.Godard.html>. (1-9).
- Gonçalves, J. M. (1995). Usos e absurdos do urbanismo contemporâneo. *Sociedade e Território. (Sub)Urbanismos e Modos de Vida, 21*, 49-56.
- Grafmeyer, Y. (1995). *Sociologia urbana*. Mem Martins: Publicações Europa/América.
- Grafmeyer, Y. & Joseph, I. (Orgs.) (1984). *L'Ecole de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier.
- Groat, L. (1995). Introduction: Place, aesthetic evaluation and home. In L. Groat, (Ed.), *Giving places a meaning. Readings in environmental psychology, vol. 4* (pp. 1-27). London: Academic Press.
- Gross, M. C. (1994). «Pequena» história do alojamento social em Portugal. *Sociedade e Território. As pessoas não são coisas que se metam em gavetas, 20*, 80-90.
- Guerra, I. (1993). Viver na periferia. *Sociedade e Território. Ambiente e Planeamento, 18*, 106-108.
- Guerra, I. (1994). As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. *Sociedade e Território. As pessoas não são coisas que se metam em gavetas, 20*, 11-16.
- Guerra, I. (1998). Mudança social e formas de habitar. Editorial. *Sociedade e Território. Mudança social e formas de habitar, 25/26*, 8-10.
- Guerra, I. (2000). Planeamento estratégico das cidades. Organização do espaço e acção colectiva. *Cidades - Comunidades e Território, 1*, 33-55.
- Gustafson, P. (2001). Meanings of place: Everyday experience and theoretical conceptualizations. *Journal of Environmental Psychology, 21*, 5-16.

- Hall, E.T. (1986). *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio D'água.
- Hall, P. (1992). *Urban and regional planning*. London: Routledge.
- Hannerez, U. (1980). *Exploración de la ciudad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Hannerez, U. (2001). Scenarios for peripheral cultures. <http://lucy.ukc.ac.uk/LOCAL-ONLY/CSA/hannerz.html> (1-11).
- Harris, P. B., Werner, C. M., Brown, B. B., & Ingebritsen, D. (1995). Relocation and privacy regulation: A cross cultural analysis. *Journal of Environmental Psychology, 15*, 311-320.
- Harvey, D. (1992). *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.
- Hummon, D. M. (1992). Community attachment. Local sentiment and sense of place. In I. Altman & S. M. Low (Eds.), *Place attachment. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 12* (pp. 253-278). New York: Plenum Press.
- Jewson, N. & MacGregor, S. (Eds.) (1997). *Transforming cities. Contested governance and new spatial divisions*. London: Routledge.
- Jin, J. H. (1993). Homes as expression of identity. In M. Bulos & N. Teymur (Eds.), *Housing, design, research, education* (pp. 181-192). Aldershot: Avebury.
- Joseph, I. (1994). Du bon usage de l'école de Chicago. In J. Roman (Dir.) *Ville, exclusion et citoyenneté. Entretiens de la ville II*. (pp. 69-76). Paris: Éditions Esprit.
- Korosec-Serfaty, P. (Ed.) (1976). *Apropriation of space. Proceedings of the 3rd International Architectural Psychology Conference at Louis Pasteur University*. Strasbourg: Institut Pasteur.
- Korosec-Serfaty, P. (1983). Experience and use of the dwelling. In I. Altman & C.M. Werner (Eds.), *Home environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 8* (pp. 65-83). New York: Plenum Press.
- Krupat, E. (1988). *People in cities. Urban environment and its effects*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Kuklick, H. (1984). L'école de Chicago et la politique de planification urbaine. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (Orgs.), *L'Ecole de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine* (pp. 333-367). Paris: Aubier.
- Lalli, M. (1988). Urban identity. In D. Canter, J. Correia Jesuino, L. Soczka & G. M. Shephenson (Eds.), *Environmental social psychology* (pp. 303-311). Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Lalli, M. (1992). Urban related identity: Theory, measurement and empirical findings. *Journal of Environmental Psychology*, 12, 285-303.
- Lapeyronnie, D. (1993). De l'intégration à la ségrégation. In J. Roman (Dir.) *Ville, exclusion et citoyenneté. Entretiens de la ville II*. (pp. 97-116). Paris: Éditions Esprit.
- Lawrence, R. (1987). What makes a house a home? *Environment and Behavior*, 19, 154-168.
- Lawrence, R. (1993). Housing and homes: Agenda for futures research. In M. Bulos & N. Teymur (Eds.), *Housing, design, research, education* (pp. 29-42). Aldershot: Avebury.
- Lawrence, R. (1995). A psychological-spatial approach for architectural design and research. In L. Groat (Ed.), *Giving places a meaning. Readings in environmental psychology, vol. 4* (pp. 241-256). London: Academic Press.
- Leach, N. (1997). *Rethinking architecture. A reader in cultural theory*. London: Routledge.
- Lefebvre, H. (1972). *Le droit à la ville* (suivi de) *Espace et politique*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1991) *The production of space*. London: Blackwell Publishers.
- Lévy-Leboyer (1980). *Psychologie et environnement*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lilly, J. R., Cullen, F. T., & Ball, R. (1995). *Criminological theory. Context and consequences*. Thousand Oaks: Sage.
- Lynch, K. (1982) *A imagem da cidade*. Porto: Edições 70.

- Low, S. M. (1987). Developments in research design, data collection, and analysis. In I. Zube & G.T. More (Eds.), *Advances in environment behaviour and design, vol. 1* (pp. 279-303). New York: Plenum Press.
- Low, S. M. & Altman, I. (1992). Place attachment. A conceptual inquiry. In I. Altman & S. M. Low (Eds.) *Place attachment. Human behavior and environment. Advances in theory and research, vol. 12* (pp. 1-12). London: Plenum Press.
- Loza, R. R. (1999). O centro histórico do Porto. In Câmara Municipal do Porto/ CRUARB. *O centro histórico do Porto*. Porto: C.M.P.
- Machado, C. (2000). *Discursos do medo, imagens do 'outro'. Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Margulis, S. T. (1974). Privacy as a behavioral phenomenon: Coming of age. In S. T. Margulis (Ed.), *Privacy, EDRA Conference proceedings, vol. 6* (pp. 101-119). New York: Environmental Design research Association, Inc.
- Mausbach, H. (1981). *Urbanismo contemporâneo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mega, V. (1999). The participatory city. Inovations in the European Union. *Social Sciences Selection, 2*, 1-28.
- Mega, V. & Farinha, J. (1995). City and inovation. The european challenges. *Sociedade e Território. PDM'S, PMOT'S, PROT'S, POOC'S...Para que queremos estes planos, 22*, 122-134.
- Mela, A. (1999). *A sociologia da cidade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Michelson, W. (1987) Groups, aggregates, and the environment. In I. Zube & G. T. More (Eds.), *Advances in environment behaviour and design, vol. 1* (pp. 161-185). New York: Plenum Press.
- Moles, A. (1981). Rôle de la photographie sociologique dans une rhétorique de la communication visuelle. *Bulletin de Psychologie, XLVI*, 562-570.
- Moles, A. & Rohmer, E. (1982). *Labyrinthes du vecu. L'Espace: matière d'actions*. Paris: Librairie Des Meridiens.

- Natter, W. & Jones III, J. P. (1997). Identity, space, and other uncertainties. In G. Benko, & U. Strohmayer, (Eds.), *Space & social theory. Interpreting modernity and postmodernity* (pp. 141-161). London: Blackwell Publisher, Ltd.
- Park, R. E. (1984). La ville, phénomène naturel. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (Orgs.), *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine* (pp. 185-196). Paris: Aubier.
- Park, R. E. (1984). La ville comme laboratoire social. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (Orgs.), *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine* (pp. 167-184). Paris: Aubier.
- Parkes, C. M. (1971). Psycho-social transitions: A field for study. *Social Science and Medicine*, 5, 101-115.
- Partidário (1993). Ambiente urbano - a necessidade de identificação e controlo dos seus parâmetros de qualidade. *Sociedade e Território. Ambiente e planeamento*, 18, 62-71.
- Peixoto, J. (1990). Elogio da cidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 3, 97-110.
- Pelouro de Habitação e Acção Social (1999). *Habitação Social no Porto*. Porto: C. M. P.
- Pelouro de Habitação e Acção Social (2000). *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Porto: C. M. P.
- Pelouro de Habitação e Acção Social (2001a). *Estudo socioeconómico da habitação social. Porto*. Porto: C. M. P.
- Pelouro de Habitação e Acção Social (2001b). *As "ilhas" do Porto - Estudo socioeconómico*. Porto: C. M. P.
- Pereira, N. T. (1996). *Tempos, lugares, pessoas*. Matosinhos: Contemporânea/ Público.
- Portas, N. (1979). Depoimentos. *Cadernos da Habitação e do Território. Cidade/Campo*, 2, 111-124.
- Portas, N. (1984). Notas sobre a intervenção na cidade existente. *Sociedade e Território. A cidade existente*, 2, 8-13.
- Portas, N. (1995). Breves comentários ao debate sobre o PER. Alguns receios e muitas dúvidas. *Sociedade e Território. (Sub)Urbanismos e Modos de Vida*, 21, 148-151.

- Proshansky, H. M. (1976). The appropriation and misappropriation of space. In Korosec-Serfaty, P. (Ed.), *Apropriation of space. Proceedings of the 3rd International Architectural Psychology Conference at Louis Pasteur University* (pp. 31-45). Strasbourg: Institut Pasteur.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K. & Kaminoff, R. D. (1983). Place identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83.
- Rapoport, A. (1972). Australian aborigines and the definition of place. In W. Mitchell (Ed). *EDRA Conference Proceedings, vol. 3* (pp. 1-14). New York: Environmental Design Research Association, Inc.
- Rapoport, A. (1982). *The meaning of the built form. A nonverbal communication approach*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Rapoport, A. (1983). Thinking about home environments. A conceptual framework. In I. Altman & C. M. Werner (Eds.), *Home environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 8* (pp. 255-286). New York: Plenum Press.
- Rapoport, A. (1988). Cross-cultural aspects of environmental design. In A. Rapoport, I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), *Environment and culture. Human behavior and environment. Advances in theory and research, vol. 4* (pp. 7-46). New York: Plenum Press.
- Rapoport, A. (2001). On the relation between culture and environment. [http://www.cmu.edu/ARIS\\_3/text/text\\_rapoport.html](http://www.cmu.edu/ARIS_3/text/text_rapoport.html), 1-18.
- Remy, J. (1976). Report on the seminar appropriation of public urban spaces. *Proceedings of the 3rd International Architectural Psychology Conference at Louis Pasteur University* (pp.450-454). Strasbourg: Institut Pasteur.
- Remy, J. & Voyé, L. (1981). *Ville, orde et violence*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Remy, J. & Voyé, L. (1994). *A cidade: Rumo a uma nova definição*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rivas, J. L. (1992). *El espacio como lugar. Sobre la naturaleza de la forma urbana*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid.

- Saegert, S. (1983). The role of housing in the experience of dwelling. In I. Altman & C.M. Werner (Eds.), *Home environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research. vol. 8* (pp. 287-310). New York: Plenum Press.
- Saegert, S. (1987). Environmental psychology and social change. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *The handbook of environmental psychology, vol. 1* (pp. 99-128). New York: Wiley & Sons.
- Saegert, S. & Winkel, G. H. (1990). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology, 41*, 441-477.
- Salgueiro, T. (1992). *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- Salgueiro, T. (1994). Repensar a cidade face a novos desafios. *Philosophica, 4*, 69-80.
- Salgueiro, T. (2000). Fragmentação e exclusão nas metrópoles. *Sociedade e Território, Marginalidades e exclusão, 30*, 16-25.
- Sassen, S. (1998). Whose city is it? Globalization and the formation of new claims. *Metropolis inter Conference -International Conference on Divided Cities and Strategies for Undivided Cities*. <http://www.international.metropolis.net/events/goth/globalization.html>, 1-13.
- Schneekloth, L. H. (1987). Advances in practice in environment, behavior, and design. In E. H. Zube & G. T. More (Eds.), *Advances in environment, behavior and design, vol. 1* (pp. 307-334). New York: Plenum Press.
- Seamon, D. (1987). Phenomenology and environment-behavior research. In E.H. Zube & G.I. More (Eds.), *Advances in environment-behavior and design, vol. 1* (pp.3-27). New York: Plenum Press.
- Sell, J. L & Zube, E. H. (1986). Perception of and response to environmental change. *Journal of Architectural and Planning Research, 3*, 33-54.
- Shields, R. (1991). *Places on the margin: Alternative geographies of modernity*. London: Routledge.

- Shields, R. (1997). Spatial stress and resistance: Social meanings of spatialization. In G. Benko & U. Strohmayer (Eds.), *Space & social theory. Interpreting modernity and postmodernity* (pp. 186-202). London : Blackell Publishers.
- Sime, J. D. (1995). Creating places or designing spaces. In L. Groat. (Ed.), *Giving places a meaning. Readings in environmental psychology, vol. 4* (pp. 27-41). London: Academic Press.
- Sime, J. D. (1999). What is environmental psychology? Texts, content and context. *Journal of Environmental Psychology, 19*, 191-206.
- Siza, R. (2001). Uma cidade melhor. In Público, *Guia Porto 2001* (pp. 42-45). Público, 13 de Janeiro.
- Soczka, L. (1980). A perspectiva ecológica em psicologia. *Psicologia, I*, 11-36.
- Soczka, L. (1993) Para uma perspectiva ecológica em psicologia social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 385-410). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sommer, R. (1987). Dreams, reality, and the future of environmental psychology. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *The handbook of environmental psychology, vol. 2* (pp. 1489-1512). New York: Wiley & Sons.
- Speller, G. M. (1988). *Landscape, place and the psycho-social impact of the Channel Tunnel Project*. MSC Thesis não publicada. University of Surrey, UK.
- Speller, G. M. (1996). Notas de aula da cadeira de Environmental Planning and Public Participation. ISPA.
- Speller, G. M. & Sime, J. D. (1993). Anticipating environmental change: The relocation of a vilage and its psycho social consequences. *Journal of People and Physical Environmental Research, 43*, 3-18.
- Stokols, D. & Altman, I. (Eds.) (1987). *The handbook of environmental psychology, vol. 1 e 2*. New York: Wiley & Sons.
- Távora, F. (1996). *Da organização do espaço*. Porto: Publicações FAUP.
- Taylor (1987). Toward an environmental psychology of disorder: delinquency, crime, and fear of crime. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *The handbook of environmental psychology, vol. 2* (pp. 951-986). New York: Wiley & Sons.

- Teixeira, M. C. (1994). A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: As ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. *Análise Social*, 127, 555-580.
- Teixeira, M. C. (1996). *Habitação popular na cidade oitocentista - As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Teixeira, M. C. (2001). As formas urbanas das cidades de origem portuguesa. [http://urban.iscte.pt/revista/numero2/textos/textos2/textos\\_06.htm](http://urban.iscte.pt/revista/numero2/textos/textos2/textos_06.htm), 1-29.
- Teymur, N. (1993). Learning housing designing: The home-less design education. In M. Bulos & N. Teymur (Eds.), *Housing, design, research, education* (pp. 3-28). Aldershot: Avebury.
- Tognoli, J. (1987). Residential environments. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *The handbook of environmental psychology* (pp. 655-690). New York: Wiley & Sons.
- Treanor, P. (1998). An urban ethic of europa. *Web Architecture Magazine*, 3, <http://web.inter.nl.net/users/Paul.Treanor/urban.ethic.html>, 1-29.
- Tuan, Y. F. (1980). *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.
- Werner, C. M., Altman, I. & Oxley, D. (1985). Temporal aspects of homes: A transactional perspective. In I. Altman & C. M. Werner (Eds.), *Home environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 8* (pp. 1-32). New York: Plenum Press.
- Winer, R. E. (1988). Doing it right: Exemples of successful application of environment-behavior research. *The Journal of Architectural and Planning Research*, 5, 284-303.
- Winkel, G. H. (1985). Ecological validity issues in field research settings. In A. Baum & J. E. Singer (Eds.), *Advances in environmental psychology*. London: Lawrence Erlbaum, Associates Publishers.
- Winkel, G. H. (1987). Implications of environmental context for validity assessments. In D. Stokols & I. Altman (Eds.), *The handbook of environmental psychology, vol. 1* (pp. 71-98). New York: Wiley & Sons.

- Wirth, L. (1984). Le phénomène urbain comme mode de vie. In Y. Grafmeyer & I. Joseph (Orgs.), *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine* (pp. 255-282). Paris: Aubier.
- Vala, J. (1993). Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Van Vliet, W. & Burgers, J. (1987). Communities in transition: From the industrial to the postindustrial era. In I. Altman & A. Wandersman (Eds.), *Neighborhood and community environments. Human behavior and environment: Advances in theory and research, vol. 9* (pp. 257-290). New York and London: Plenum Press.
- Vant, A. (1986). Géographie sociale et marginalité. In A. Vant (Dir.), *Marginalité sociale, marginalité spatiale* (pp. 13-25). Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Veillard, M. (1981). Expressivité de l'image photographique. *Bulletin de Psychologie*, XLVI, 571-579.
- Zeisel, J. (1993). *Inquiry by design: Tools for environmental-behavior research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zukin, S. (1988). The postmodern debate over urban form. *Theory, Culture & Society*, 5, 431-446.

## **ANEXOS**

## Anexo 1

### GUIÃO DE ENTREVISTA Narrativa da Experiência do Lugar (N. E. P.)

(geral para as 3 unidades de estudo, adaptável a cada uma...)

#### A. Questões de caracterização da cidade e do lugar e das transformações neles ocorridas

memórias do lugar/cidade, desejos de mudança e mudanças efectuadas

1. Como era o bairro/ilha/lugar quando veio morar para cá?
2. Como faria a história deste lugar? Marcos...
3. Como é o bairro/ilha/lugar agora; que mudanças foi sofrendo desde que vive cá?
4. Como eram as casas; que alterações foi/foram fazendo nas habitações?
5. Que alterações foram feitas no espaço público?
6. Que alterações sente?
7. Como se davam as pessoas?
8. O que é que o passado deste lugar significa para si?
9. Já pensou em mudar daqui?
  - 9.1. Para onde?
  - 9.2. Porque gostava/não gostava de mudar?
10. Se algum dia sair daqui, do que sentirá mais falta?
11. Como acha que este lugar se relaciona com o resto da cidade?
12. Acha que viver aqui é diferente de viver noutra lugar?
13. Como vive a sua casa; como se sente em relação a ela?
14. Como vive/sente o seu bairro/zona; quando sente que 'entrou' na sua zona?
15. Como vê o seu lugar daqui a uns anos?
16. Como faria a história desta cidade? Que marcos acha mais importantes?
17. O que significa para si o passado desta cidade?
18. Que mudanças sentiu na cidade (ao nível do crescimento, condições de habitabilidade, de mobilidade)? Marcos...

19. Já pensou em mudar de cidade? para onde?
- 19.1. Porque gostava/não gostava de mudar?
20. Qual era o seu lugar ideal para viver?
21. Como vê a cidade no futuro?
22. Esteve a par do Porto 'Património Mundial', que mudanças sentiu?
23. Está a par do projecto Porto – 2001, o que pensa sobre as intervenções na cidade?

## **B. A vivência da Dinâmica, Cultura e Ritmos do Lugar/Cidade**

1. Como é o clima de vizinhança aqui?
2. Como se dão os vizinhos agora?
3. De que forma se relaciona com os vizinhos?
4. Até que ponto participa na vida comunitária?
5. Sente-se satisfeito/a aqui?
6. Até que ponto as relações com a vizinhança são importantes para si?
7. Quais são os hábitos desta comunidade; o modo de vida das pessoas?
8. Existem festas, rituais comunitários?
9. Gosta de passar o seu tempo livre onde?
10. Quais são os locais de convívio aqui?
11. Como acha que é o dia-a-dia das pessoas aqui?
12. Organizam-se comunitariamente? Em que situações?
13. Que lugares usa mais no seu 'bairro'?
14. O que caracteriza, em geral, as pessoas deste lugar?
15. Aqui está perto da sua família/amigos?
16. A nível de acessos, considera-se bem servido/situado?
- 16.1 Entraram e saíram pessoas da comunidade?
- 16.2. Porque acha que o fizeram?
17. Que lugares/zonas gosta e usa mais na cidade (mobilidades)?
18. Identifica-se com a Cidade?

19. O que caracteriza, no geral, as pessoas desta cidade?

### **C. Vivência da casa**

1. Que alterações fez à sua casa desde que está cá a morar?
2. Costuma fazer alterações na casa; no mobiliário?
3. Participa nas decisões de mudanças na casa?
4. Que lugares usa mais na sua casa?
5. Que mudanças gostaria de efectuar na sua casa (referência também a materiais, revestimentos, acabamentos)?
6. Sente-se confortável na sua casa (referir ruídos, humidades, iluminação...)?

### **Dados Sócio-Demográficos**

Tipo de residência:

Zona de residência:

Profissão:

Escolaridade:

Idade:

Sexo:

Com quem vive:

Há quanto tempo vive na zona:

Outros dados relevantes:

## Anexo 2

### GUIÃO DE OBSERVAÇÃO Pistas para a observação/pesquisa no terreno

(usadas também nos conteúdos da entrevista...)  
(geral para as 3 unidades de estudo, adaptável a cada uma...)

#### A. Questões gerais de caracterização do espaço ( nomeadamente enquanto

indicadores de qualidade ambiental)

1. Tipo de morfologia, organização e planeamento do Lugar
2. Tipo de rua/piso
3. Acessibilidades
4. Tipo de habitação
5. Nível de ocupação dos fogos
6. Mobiliário urbano (ou mobiliário do bairro)
7. Infra-estruturas - redes de água, saneamento
8. Estado de conservação
9. Iluminação, ventilação
10. Acabamentos, materiais, revestimentos...
11. Localização
12. Ruídos, odores
13. Sub - produtos do uso
14. Espaços verdes

#### B. Questões de transacção Personagem - Lugar

##### a) Traços físicos: Identidade, Vinculações, Apropriações

1. Marcas do 'eu'
2. Sinais de 'comunidade'
3. Mensagens informais no lugar

4. Marcas culturais de uso
5. Sinais de apropriação
6. Sinais de mudança
7. Ocupação do espaço público/ tipo de uso do espaço público
8. Adaptações ao uso
9. Sinais de territorialidade
10. Personalizações
11. Vestígios da tipologia/morfologia passada
12. Sinais de (in)segurança

## **b) Quotidianos e Memórias - Eventos, Dinâmica e Cultura do Lugar**

1. Festas populares
2. Eventos e rituais espontâneas/calendarizados
3. Dinâmica aparente no lugar/ritmo de vida
4. Relações comunitárias - satisfação/conforto no lugar
5. Papéis sociais/culturais
6. Territorialidade
7. Apropriação do espaço comunitário
8. Acessibilidade e deslocação aos serviços do lugar
9. Movimentos/ocupação do lugar ao longo do dia - manhã, tarde, noite...
10. Vivência do espaço comunitário
11. Vivência da casa - relação casa/lugar
12. Vivência lúdica dos lugares